

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

FRANCIELLE ELISABET NOGUEIRA LIMA

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A TUTELA JURÍDICA DE PESSOAS
TRANS: DIÁLOGOS ENTRE ESTUDOS (TRANS)FEMINISTAS E DIREITO**

**Curitiba, PR
2018**

FRANCIELLE ELISABET NOGUEIRA LIMA

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A TUTELA JURÍDICA DE PESSOAS
TRANS: DIÁLOGOS ENTRE ESTUDOS (TRANS)FEMINISTAS E DIREITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direitos Humanos e Democracia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Carla Harmatiuk Matos.

Curitiba, PR

2018

L732p

Lima, Francielle Elisabet Nogueira

Perspectivas críticas sobre a tutela jurídica de pessoas trans: diálogos entre estudos (trans)feministas e direito / Francielle Elisabet Nogueira Lima; orientadora: Ana Carla Harmatiuk Matos. – Curitiba, 2018.
219 p.

Bibliografia: p. 200-219.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2018.

1. Direito civil. 2. Feminismo. 3. Transexuais. I. Matos, Ana Carla Harmatiuk. II. Título.

CDU 347.156

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecária: Ana Maria Sousa Câmara - 9/1712

Ata da reunião da Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestranda **Francielle Elisabet Nogueira Lima**, realizada no dia doze de abril de dois mil e dezoito, às nove horas.

No dia doze de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR – 3.º andar, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestranda **Francielle Elisabet Nogueira Lima**, sob o título **“Perspectivas críticas sobre a tutela jurídica de pessoas trans: diálogos entre estudos (trans)feministas e direito”**. Comissão esta constituída pelas Professoras Doutoras Ana Carla Harmatiuk Matos (Orientadora-Presidente/UFPR), Melina Girardi Fachin (UFPR) e Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ – Via videoconferência) respectivos Membros, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, declarou a Senhora Presidente que o exame inicia-se com a exposição sumária pela mestranda, no prazo máximo de sessenta minutos, sobre o conteúdo de sua Dissertação, em seguida cada examinador arguirá a mestranda, no prazo máximo de trinta minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou sessenta minutos quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, a mestranda foi arguida sucessivamente pelas Professoras Doutoras Ana Carla Harmatiuk Matos, Melina Girardi Fachin e Jaqueline Gomes de Jesus. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Dissertação, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi, pela Senhora Presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a Dissertação, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuídas as seguintes notas: Ana Carla Harmatiuk Matos, 10,00 (dez inteiros), Melina Girardi Fachin, 10,00 (dez inteiros), Jaqueline Gomes de Jesus, 10,00 (dez inteiros), resultando a média 10,00 (dez inteiros), equivalente ao conceito A. A seguir, emitiu a Comissão seu Parecer em separado, sendo a sessão encerrada pela Senhora Presidente, a qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu, Vanessa Sayuri U. Hoshina, Secretária Administrativa, lavrei a presente ata que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Julgadora.





PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela mestranda **Francielle Elisabet Nogueira Lima**, sob o título "**Perspectivas críticas sobre a tutela jurídica de pessoas trans: diálogos entre estudos (trans)feministas e direito**", após arguir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-la por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros:

Prof.ª Dr.ª Ana Carla Harmatiuk Matos - 10,00 (dez inteiros)

Prof.ª Dr.ª Melina Girardi Fachin - 10,00 (dez inteiros)

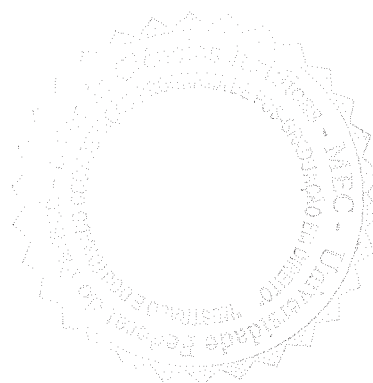
Prof.ª Dr.ª Jaqueline Gomes de Jesus - 10,00 (dez inteiros) – Via Videoconferência

Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Mestre em Direito à candidata Francielle Elisabet Nogueira Lima**.

A Comissão Julgadora, do mesmo modo, delibera recomendar ao Colegiado do Programa a dispensa de dezoito créditos em favor da candidata por ocasião do Doutorado.

É o parecer.

Curitiba, 12 de abril de 2018.

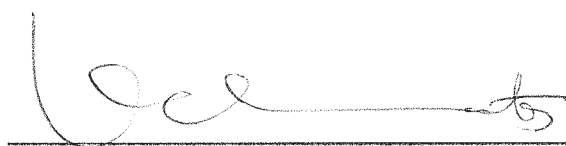


TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCIELLE ELISABET NOGUEIRA LIMA

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A TUTELA JURÍDICA DE PESSOAS TRANS: DIÁLOGOS ENTRE ESTUDOS (TRANS)FEMINISTAS E DIREITO

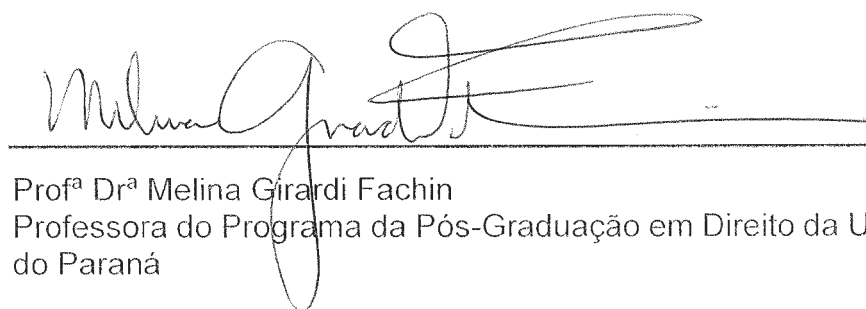
Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Direitos Humanos e Democracia, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.



Profª Drª Ana Carla Harmatiuk Matos
Orientadora – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná



Profª Drª Jaqueline Gomes de Jesus
Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Profª Drª Melina Girardi Fachin
Professora do Programa da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 12 de abril de 2018

Dedico este trabalho à Gisele Alessandra Schmidt e Silva e a tantas outras
vidas que rExistem.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar a jornada no Programa de Pós-Graduação em Direito, muito embora tivesse uma preliminar noção acerca dos esforços que teriam de ser despendidos para concretizar o objetivo de produzir – ainda que minimamente – uma pesquisa coerente com meu posicionamento ético-político, não imaginava, por outro lado, a dimensão das redes de solidariedade que viriam a se formar em meu entorno com o compartilhamento cotidiano dos percalços inerentes à vida acadêmica.

Mesmo em um meio que, pelo rigor de suas exigências, tende a nos isolar em nossas respectivas pesquisas e ofícios para obtermos êxito profissional e certo destaque em nossas áreas, compreendo hoje (muito mais do que antes) que a construção deste trabalho somente pôde ser efetivada com o auxílio de algumas (muitas) pessoas que, gentilmente, dividiram comigo experiências e que, de certa forma, depositaram em mim confiança (que talvez nem eu tenha tido em relação a mim mesma) para concluir mais esta etapa na universidade.

Nesse sentido, não poderia deixar de agradecer, inicialmente, à minha orientadora, Professora Ana Carla Harmatiuk Matos que, apesar de minhas hesitações em 2015, insistiu para que eu tentasse o processo seletivo do Mestrado (ingresso que, felizmente, concretizou-se aos fins daquele ano), compreendendo minhas limitações por conta da dedicação a outros campos profissionais. Por todas as oportunidades que me foram dadas e pela paciência, muito obrigada!

Às Professoras Jaqueline Gomes de Jesus e Melina Girardi Fachin pelo pronto aceite para participarem da banca de defesa e pelos constantes ensinamentos através de sua dedicação à docência e da militância intelectual. Espero poder refletir, neste espaço, a admiração que sinto por ambas e o profundo sentimento de gratidão que tenho por me fazerem enxergar com outros olhos os nossos campos de disputa por uma sociedade mais democrática.

Ao Professor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk pela impecável condução de aulas tão aprazíveis e eruditas às segundas-feiras de manhã e por me proporcionar melhor compreensão acerca dos marcos e transformações em nosso direito civil contemporâneo.

À Professora Angela Fonseca, ao Professor Leandro Gorsdorf e ao Thiago Hoshino por me proporcionarem, com sua eloquência, simpatia e inteligência (mesmo em ambientes alheios ao espaço físico da universidade), reflexões e aprendizados indispensáveis à construção de uma produção científica mais atenta às complexidades humanas.

À Rafaelly Wiest, ao Marcos Quinupa e a todas e todos as(os) demais que trabalham(ram) no Transgrupo Marcela Prado pela luta imprescindível pela conquista de direitos de pessoas trans. Vocês são uma inspiração constante!

Ao André Carias de Araujo, por todos os ensinamentos jurídicos e de vida que me proporcionou durante o estágio no Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões de Curitiba, pela oportunidade de ter tido o primeiro contato com os procedimentos extrajudiciais de retificação de prenome e designativo de sexo no Projeto Justiça no Bairro, de extrema importância para os novos rumos de minha pesquisa, e pela compreensão acerca das minhas aspirações pessoais.

Ao grupo de pessoas mais queridas e eficientes do qual o Mestrado me aproximou mais propriamente a partir de 2016: Lígia Ziggiotti, Jacqueline Pereira, Gustavo Bussmann, Benjamin Brum, Dhyego Câmara e Rafael Kirchhoff. Certamente, sem a contribuição de vocês, esta pesquisa não teria sido construída com o entusiasmo e a vontade pessoal de modificar nossos paradigmas jurídicos atuais. Em especial, agradeço à Andressa Bissolotti, pela amizade de anos e pela presença constante em minha vida. Sem você e seu incentivo, nada disso sequer teria sido iniciado (você sabe).

Às queridas Karolyne Mendes, Thaís Almeida, Ana Brolo, Ana Milani, Mariana Pimentel e Maine Tokarski pelo compartilhamento das agruras da conciliação entre vida acadêmica e outras práticas profissionais do mundo jurídico. As vicissitudes de nossas jornadas duplas (e até triplas) jamais teriam sido amenizadas sem o afeto que construímos. Especialmente, gostaria de agradecer ao Victor Romfeld, por ter sido um de meus portos seguros neste caminho.

À minha mãe Francisca e ao meu irmão Arthur por todo o suporte afetivo e financeiro, sem cobrança de algo em troca, desde que decidi me mudar para Curitiba, em 2010. Principalmente, gostaria de agradecer à minha irmã Juliana,

pelo apoio e incentivo diários em meu caminhar e ao Nerinhos Lindos, pela presença e pelo carinho inestimável no meu cotidiano.

Às irmãs e irmãos de Campo Grande que a vida felizmente me presenteou ainda bem jovem (Lais Berri, Rafaela Georges, Izabela Irala, Natalie Camillo, Giovanna Ricarte, Bruna Scherer, Amanda Almirão, Felipe Brito, Luciana Gazal e Gabriela Molento), agradeço por toda a compreensão pelo meu (infelizmente necessário) distanciamento nos últimos anos e pela dificuldade de me fazer presente em momentos importantes, diante da correria do dia-a-dia.

Às queridas amigas e amigos Marylia Pegorer, Kaoana Prestes, Priscila Pedroso, Renata Janini, Lucas Marsola e Matheus Reis por todo o carinho vivenciado e compartilhado desde a graduação. À Thaís Rolim, em específico, por não ter desistido de me apoiar, mesmo em momentos extremamente difíceis. A minha gratidão não pode ser mensurada em palavras para descrever a sua importância em minha vida.

Ao Paulo Scarpa, por sua inestimável amizade, pela confiança depositada em mim diariamente e por se disponibilizar, sem nenhuma contraprestação monetária, a revisar as traduções de alguns dos resumos que escrevi ao longo destes últimos anos. Sem querer ser piegas (mas já sendo), acredito que nosso inusitado encontro virtual não pode ser descrito apenas como mera coincidência de “matches”.

Às incríveis gurias do “Rolê das Bisk”, por me mostrarem, em cada uma de suas experiências pessoais, o sentido de continuar engajada nas pautas feministas.

Ao pessoal do Pré-Pós 2017, especialmente ao grupo Eban, pela experiência mais próxima que tive com a docência e pelas boas risadas e momentos felizes divididos aos sábados de manhã e à tarde.

E há aquelas pessoas que, mesmo tendo adentrado recentemente na minha esfera de afetos, proporcionaram um encorajamento para continuar escrevendo, sempre acompanhando, cada uma a seu modo, o desenrolar destas páginas, em um tom de preocupação que, diferentemente das indagações contaminadas por cobrança, apenas esboçava sincera solidariedade. São elas: Ana Lígia Martelli, Camila Marcante, Carina Grossi, Maria Fernanda Peroni, Hellen Almeida, Johnathann Zanlorenci, Letícia Sargaço e Roberta James.

Por último, mas não menos importante, dedico agradecimentos ao Bily, pelas aprazíveis conversas durante a madrugada e pela companhia em algumas de minhas necessárias fugas do enclausuramento dissertativo. Em termos de *mashups* e ilustrações, acredito que minhas habilidades sejam um tanto quanto limitadas, porém, arriscando-me com alguns neologismos, gostaria de agradecer por ter me apresentado a este teu fascinante (sub)mundo pop-oiitentista-gótico e por ter deixado o meu mais colorido.

E, pelo receio de ter me esquecido de pessoas que também se fizeram fundamentais nesta jornada, reitero meus agradecimentos de uma maneira bastante generalizada, mas, ainda assim, esperando que este descuido que não deixe de externar minha profunda gratidão: muito obrigada a todas e todos!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a tratativa jurídico-institucional acerca da transgeneridade no contexto brasileiro. Para tanto, colhemos considerações críticas de estudos feministas e, em especial, contributos advindos da vertente transfeminista no que se refere ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e à efetivação de outros direitos fundamentais de ordem política e social. Entendemos que é insuficiente a limitação que o direito pátrio, em regra, faz às identidades de gênero pelo critério de correspondência com o sexo biológico designado no nascimento, de modo a coloca-las na relação dual e oposicional homem-mulher. Tal acepção restrita propaga, por meio da própria racionalidade jurídica, a ideia de um binarismo sexual (e de gênero) que promove assimetrias com reflexos sociais entre homens e mulheres e rechaça experiências identitárias que fogem à *cisnormatividade*, como as travestilidades, as transexualidades e as intersexualidades. Ao discurso jurídico, incorpora-se, ainda, a concepção médico-patologizante e universalizante das transidentidades, a qual se traduz no paradigma do transexual verdadeiro. Diante deste panorama, buscamos evidenciar a situação de vulnerabilidade da condição transgênera e da ampla judicialização do direito à identidade de gênero. Para se atingir tal mister, reiteramos a imprescindibilidade do diálogo com perspectivas transfeministas, na medida em que se tratam de saberes não hegemônicos cuja construção – ainda que emergente – se dá precipuamente por vozes de sujeitos trans. A investida é, portanto, na tentativa de trazer suas contribuições a lume na seara jurídica, intencionando viés que desloque a exclusividade da posição de objeto desses sujeitos no tratamento das questões aqui postas. Repisamos, assim, o afastamento da neutralidade tradicionalmente anunciada nas ciências jurídicas. Colocadas em discussão, enfim, as complexas relações entre transgeneridade e direito, é intensificado o desafio de construirmos, do ponto de vista jurídico, caminhos mais adequados à tutela e à cidadania da pessoa trans

Palavras-chave: Gênero e direito. Transgeneridade. Estudos feministas. Transfeminismo.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the juridical-institutional treatment of transgenderity within the Brazilian context. In order to do so, we pick off critical considerations of feminist studies and, in particular, contributions from the transfeminist perspective regarding the recognition of gender identity of transgender people and the fulfillment of other fundamental political and social rights. We understand that the limitation that our domestic law, as a rule, makes to gender identities by the criterion of correspondence with the biological sex designated at birth, so as to place them in the dual and oppositional man-woman relationship, is inadequate. This restricted comprehension propagates, through its own juridical rationality, the idea of a sexual (and gender) binarism that promotes asymmetries with social reflexes between the genders and rejects experiences that evade cisnormativity, such as travestilities, transsexualities and intersexualities. The juridical discourse also incorporates the medical-pathologizing and universalizing conception of transidentities, which can be translated into the "true transsexual" paradigm. In this context, we seek to highlight the vulnerability of the transgendered condition and the widespread judicialization of the right to gender identity. In order to achieve this, we reiterate the indispensability of the dialogue with transfeminist perspectives, since they compose a non-hegemonic knowledge system whose construction - even if emergent - occurs mainly through voices of trans subjects. The investee is, therefore, in the attempt to bring their contributions to light in the legal sector, intending bias that displaces the exclusivity of the position of object of these subjects in the treatment of the questions put here. We thus repeat the seclusion from the neutrality traditionally announced in legal sciences. Ultimately, put in discussion the complex relations between transgenderity and law, the challenge of constructing, from the juridical point of view, more adequate ways to protect and citizenship of the transgender person is intensified.

Keywords: Gender and law. Transgenderity. Feminist studies. Transfeminism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I. ESTUDOS (TRANS)FEMINISTAS: CONSTRUINDO SABERES NÃO HEGEMÔNICOS	30
1.1. FEMINISMOS, SUBSTANTIVO PLURAL: DOS MOVIMENTOS ÀS TEORIZAÇÕES	31
1.2. DESESTABILIZANDO O SUJEITO NOS FEMINISMOS.....	39
1.3. TRANSFEMINISMO(S) EM FOCO: VALORIZANDO SABERES LOCALIZADOS.....	47
CAPÍTULO 2 – PARA ALÉM DO TRANSEXUAL VERDADEIRO: COMPREENSÕES SOBRE GÊNERO E(M) EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS TRANS	58
2.1. SOBRE O PARADIGMA DO TRANSEXUAL VERDADEIRO E O DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE	62
2.2. REVERBERAÇÕES DA PERCEPÇÃO UNÍVOCA ACERCA DA TRANSEXUALIDADE EM DIRETRIZES MÉDICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO... 76	
2.3. DA TRANSEXUALIDADE À MULTIPLICIDADE DAS EXPERIÊNCIAS TRANS: GÊNERO EM TRÂNSITO	86
CAPÍTULO 3 – DISPOSIÇÕES JURÍDICAS SOBRE SEXO E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E DE DIPLOMAS INTERNACIONAIS PERTINENTES À TEMÁTICA.....	102
3.1. DO REGISTRO CIVIL A OUTRAS TRATATIVAS LEGISLATIVAS E JURISDICIONAIS: SEXO COMO CATEGORIA JURÍDICA IDENTIFICADORA DE SUJEITOS	115
3.2. IDENTIDADE DE GÊNERO COMO DIREITO DA PERSONALIDADE E GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO FENÔMENO JURÍDICO.....	129
CAPÍTULO 4 – TRANSGENERIDADE E DIREITO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS ...	147
4.1. EXPERIÊNCIAS TRANS E TUTELA JURÍDICA: COMPLEXIFICANDO BINARISMOS	147
4.2. DIREITO À IDENTIDADE E À LIVRE EXPRESSÃO DE GÊNERO NOS TRIBUNAIS: ABORDAGENS A PARTIR DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DOS RE 845.779, 670.422 E DA ADI 4275.....	151
4.3. É POSSÍVEL SE DESVENCILHAR DO CATEGORIALISMO BINÁRIO PARA CONFERIR PROTEÇÃO ÀS PESSOAS TRANS?.....	188
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
6. REFERÊNCIAS	201
6.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
6.2. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS	217

1. INTRODUÇÃO

*“Bem que eu te avisei!
Vou mandar a real
Sabe a minha identidade?
Nada a ver com genital!”¹*

“(...) Mas eis que, mesmo nesse lugar mais subalternizado, elas falam, elas denunciam, elas amam, elas refletem sobre as limitações que lhes são impostas e vislumbram possibilidades de irem além do “não”, mesmo que, em boa parte, contradigam-se ao concordar com, em algum nível, com os paradigmas de gênero que as rotula como abjetas.”²

Em 2009, a Procuradoria Geral da República (PGR) ajuizou Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI), mais tarde autuada sob o nº 4275³, para o fim de que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecesse o direito de pessoas trans⁴

¹ Excerto da letra de “Pirigoza”, escrita e interpretada por Linn da Quebrada, cantora brasileira que se identifica como travesti. O álbum musical no qual a música em questão se insere, “Pajubá”, foi eleito pela Associação Paulista dos Críticos da Artes como um dos melhores de 2017 (conforme matéria divulgada pelo sítio eletrônico UOL: <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/01/nao-tem-o-que-ouvir-apca-divulga-lista-dos-melhores-discos-de-2017.htm>).

² JESUS, Jaqueline Gomes de. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 07, n. 15, 2016, p. 537-556.

³ Os andamentos processuais referentes à ADI 4275 podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>.

⁴ Optamos, desde o início, pela utilização do termo guarda-chuva (*umbrella term*) “trans” para evitar classificações excludentes, tendo em vista que, de acordo com Dean Spade, “transgênero(a) e trans são ambos termos políticos que emergiram recentemente para indicar uma ampla variedade de pessoas cujas identidades ou expressões de gênero transgridam as regras do gênero binário”. O autor também se vale do termo “gênero-transgressivo(a)(s) para fins acadêmicos, porquanto, para ele, “há muitas pessoas que não são trans-identificadas que experienciam persistente discriminação em função da identidade de gênero e que têm uma grande participação no esforço de acabar com esse tipo de opressão. Homens afeminados e mulheres masculinizadas, por exemplo, embora não sejam trans-identificados, frequentemente experienciam discriminação por identidade de gênero. Eu uso ‘gênero-transgressiva(o)(s)’ com o propósito de abarcar este amplo conjunto de experiências de discriminação provenientes da contínua insistência de que todas as pessoas em nossa cultura têm seus corpos e expressões conformadas a compreensões estreitas de ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’ de acordo com o gênero designado a elas ao nascer” (in: *Resisting Medicine, re/modeling gender*. **Berkeley Women’s L. J.** 15 (2003). Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1190&context=bglij>. Acesso em:

alterarem seu nome e sexo no registro civil, sem a necessidade de se submeterem à cirurgia de transgenitalização.

Três anos após, semelhante discussão chegou à Suprema Corte através do Recurso Extraordinário nº 670.422/RS⁵, restringindo-se, contudo, à possibilidade de alteração do designativo de sexo no assento civil, sem a realização da cirurgia em comento. Neste caso, apesar de acatar o pleito de retificação dos documentos do requerente (um homem trans), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a averbação da condição de transexual no registro do autor do pedido, ensejando, assim, a interposição de recurso perante o STF⁶.

Em 2014, novo debate englobando a identidade de gênero de pessoas trans foi suscitado na Suprema Corte, diante do reconhecimento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário de nº 845.779/SC⁷. Desta vez, o caso concreto em questão trouxe a narrativa de uma mulher trans que, tendo sido impedida por um segurança de utilizar o banheiro feminino de um shopping, acabou por fazer as necessidades fisiológicas em suas próprias vestes.

O pedido inicial, julgado procedente em primeira instância, visava ao recebimento de indenização por danos morais em virtude do ocorrido, sentença que, contudo, foi reformada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ante o

18 de fevereiro de 2018). Entendemos, assim, que é possível alternar entre um termo e outro para fazer referência às múltiplas experiências identitárias que não se conformam com a normatividade cisgênera.

⁵ Os andamentos processuais referentes ao RE 670.422/RS podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4192182&numeroProcesso=670422&classeProcesso=RE&numeroTema=761>.

⁶ Importante salientar que o RE 670.722/RS teve seu julgamento iniciado em 20 de abril de 2017, momento em que, após o relator do recurso, Ministro Dias Toffoli, ter lido o relatório e os *amici curiae* terem apresentado suas manifestações, a Plenária do Supremo Tribunal Federal decidiu pela retomada do debate em conjunto com a ADI 4275. Frisamos, ainda, que, em duas oportunidades posteriores, deu-se continuidade ao julgamento de referidas ações, sendo que, em uma dessas sessões, em 07 de junho de 2017, a Suprema Corte contou com sustentação oral da primeira advogada trans (Gisele Alessandra Schmidt e Silva) a estar no Plenário para tal fim. Na segunda etapa, em 22 de novembro de 2017, o julgamento, embora tenha sido retomado, já com a prolação do voto do relator Dias Toffoli (que foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Luiz Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, julgando procedente o pedido do RE), tornou a ser suspenso em razão de pedido de vista formulado pelo Ministro Marco Aurélio, tendo sido finalizado, em relação à ADI, somente em 1º de março de 2018. Ressaltamos que tanto a ADI 4275 como o RE 670.422/RS terão análise inserida no capítulo 4 deste trabalho.

⁷ Os andamentos processuais referentes ao RE 845.779 podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>.

entendimento do colegiado de que não teria havido conduta culposa atribuída ao estabelecimento comercial, bem como de que o acontecimento seria enquadrado em “mero dissabor” vivenciado pela requerente.

O julgamento do RE 845.779/SC iniciou-se em 18 de novembro de 2015, tendo sido suspenso na mesma data, em razão de pedido de vista do Ministro Luiz Fux que, diante do tema posto em discussão – “possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente”, conforme a ementa publicada -, argumentou pela existência de um “desacordo moral bastante razoável”.

Muito embora análise pormenorizada da sessão de julgamento supramencionada seja enfrentada em lugar mais à frente no presente trabalho, cabe destacar que, na ocasião, o Ministro Fux, fundamentando o pedido de vista, externou que o STF não teria representatividade para decidir sobre a temática sem consulta prévia da sociedade, consignando, ainda, acompanhado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que haveria pessoas (notadamente mulheres cisgêneras⁸) que poderiam se sentir constrangidas e vulneráveis psicologicamente pela presença de mulheres trans em banheiros femininos⁹.

Já em âmbito internacional, verifica-se que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante, CIDH) divulgou Opinião Consultiva (de nº 24/17¹⁰), na qual reiterou que o nome e o designativo de sexo nos documentos oficiais de registro de pessoas dos países signatários do Pacto de San Jose devem constar de acordo com a identidade de gênero autopercebida por cada indivíduo, estabelecendo condições mínimas a serem observadas por esses

⁸ “Cisgênero(a)”, como parte das terminologias “cis” no contexto de gêneros – tais quais “cissexual(is)”, “cisgeneridade”, “cissexismo”, “cisnormatividade”, a título exemplificativo -, pode ser explicado brevemente como “conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **ABEH**. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012).

⁹ BUNCHRAFT, Maria Eugênia. Transexualidade e “direito dos banheiros” no STF: uma reflexão à luz de Post, Siegel e Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** (Online). Brasília, v. 6, nº 3, 2016, p. 222-243.

¹⁰ Esta Opinião Consultiva se trata de documento elaborado para atender solicitação feita pelo Estado da Costa Rica, a fim de que a Corte interpretasse as garantias estabelecidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos no que tange ao reconhecimento da identidade de gênero e do direito à modificação de documentos, além de versar sobre os direitos patrimoniais decorrentes de uniões homoafetivas. A íntegra do conteúdo pode ser acessada no seguinte endereço: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf.

estados, como, a título exemplificativo (e não exauriente), a não exigência de laudos médicos ou psicológicos hiperpatologizantes, de cirurgias transgenitalizadoras e/ou procedimentos hormonais. A CIDH ainda, nesta oportunidade, pugnou pela desjudicialização destes procedimentos de retificação documental, de modo que os países tomem as medidas necessárias a facilitar o acesso a este direito.

Nesse sentido, observamos que, muito embora a ADI e o RE 670.422 tenham tido seus julgamentos iniciados e suspensos em algumas ocasiões entre 2017 e no começo de 2018, em histórico julgamento, a ação direta de inconstitucionalidade foi julgada procedente, na qual se consignou, ainda, a desnecessidade de ajuizamento do pedido perante o Judiciário e da exigência de laudos médicos e/ou psicológicos, viabilizando, assim, que pessoas trans requeiram a alteração do registro civil administrativamente, isto é, mediante requerimento feito diretamente em cartórios¹¹.

Acrescendo-se a este cenário, tramita no Conselho Nacional de Justiça o pedido de providências autuado sob o nº 0005184-05.2016.2.00.0000, de iniciativa da Defensoria Pública da União anterior ao julgamento da ADI (suspense em razão desta ação)¹², em que se pugna pela orientação daquele órgão aos cartórios de registro civil para que processem os pedidos de retificação sem intervenção judicial e sem exigência de cirurgia de transgenitalização, na forma do artigo 110 da Lei 6.015/1973, cuja dicção trata das correções de ofício de imprecisões de fácil constatação.

Diante da procedência da ADI, o que se vislumbra é a possibilidade do CNJ retomar o pedido de providências da DPU para uniformizar o procedimento a ser seguido pelos cartórios.

Se, por um lado, o panorama brevemente relatado demonstra o despontar de visibilidade a algumas das substanciais demandas sociais evocadas pela população transgênera, por outro, a tratativa da identidade de

¹¹ Ainda não há publicação do acórdão, porém, entendemos que o acompanhamento do julgamento, através das sessões de julgamento disponibilizadas nos canais do YouTube (tanto neste caso da ADI, como em relação aos RE 845.779 e 670.422 – ressaltando que estes últimos ainda não foram julgados definitivamente), faz-se imprescindível para os propósitos lançados por este trabalho.

¹² DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Pedido de providências nº 0005184-05.2016.2.00.0000.** Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2016/pedido_de_providencias_cnj_retificacao_de_nome.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

gênero nos tribunais pátrios denota, além da judicialização da condição transgênera, aparente despreparo do aparato jurídico-institucional para lidar com as especificidades que tangem as experiências identitárias trans¹³.

Para Hélio Silva e Cristina Florentino, as experiências trans nos permitem “perceber a desnaturalização da ‘mulher’ e do ‘homem’ enquanto identidades representantes da fêmea e do macho fisiológicos, (...)”, bem como tornam “supérflua a pressuposição de que a fonte do feminino vem da fêmea e do masculino vem do macho”¹⁴.

Pari passu, a partir do que podemos denominar primeiras ondas do pensamento feminista, vemos como a estrutura da sociedade fixa-se com a sistemática dos papéis desempenhados por homens e mulheres, revelando construção histórica da dicotomia masculino versus feminino, em razão do “sexo biológico”¹⁵, naturalizando suas representações a partir de um discurso biologicista e androcêntrico (isto é, informado por uma superioridade e centralidade masculinas), o qual, via de regra, é repisado pela normatividade positivada.

¹³ Adotamos o uso da terminologia “expressões identitárias” para nos coadunarmos com o espectro múltiplo de identidades que fogem à cisnormatividade, bem como em razão da importância dada à experiência corporificada dos sujeitos e da não-fixidez das identidades, na esteira do entendimento esposado por Berenice Bento (BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006) e por Berenice Bento e Larissa Pelúcio (BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. p. 569-581). Ainda como justificativa, transcrevemos excerto do livro de Henrietta Moore, no qual se posiciona criticamente a respeito da redução das experiências de gênero: “o que está em questão é a natureza corporificada das identidades e da experiência. A experiência... não é individual e fixa, mas irreduzivelmente social e processual” (MOORE, Henrietta. **A passion for difference: Essays in anthropology and gender**. Bloomington, Indiana University Press, 1994. p.2-3. O terceiro capítulo deste livro pode ser lido em português nos cadernos pagu: MOORE, Henrietta. *Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Adriana Piscitelli. **cadernos pagu** (14), 2000. p. 13-44).

¹⁴ SILVA, Hélio; FLORENTINO, Cristina. *A sociedade dos travestis: espelho, papéis e interpretações*. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: IMS/UERJ, 1996. p. 111. Estendendo o debate, no campo das sexualidades, a conformação da masculinidade e da feminilidade também contribui para a discriminação daqueles que fogem à heteronorma.

¹⁵ Utilizaremos o termo entre aspas, pois, conforme aponta viviane v., “é fundamental (...) notar como alguns conceitos – como a de ‘sexo biológico’ – têm na sua própria naturalização – em oposição ao gênero ‘cultural’ – uma maneira de produção da cisgeneridade enquanto normatividade” (v., viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. p. 62). Esta problematização será explorada no capítulo 2 deste trabalho.

Exemplo disso, no Brasil, é a legislação que alberga expressamente o direito de creche às mulheres, tendo a norma se absterido quanto a esse direito em relação aos homens; da mesma forma, vigora uma licença maternidade mais extensa do que uma licença paternidade¹⁶, traduzindo composições *generificadas* (ou *gendradas*¹⁷) reforçadas pela racionalidade jurídica.

Além disso, em razão dessa expressão legislativa que reflete a assimetria dos gêneros, observamos nítida resistência à descriminalização do aborto, uma vez que este debate adentra na ruptura de padrões de feminilidade hegemônica informados por imposições de ordem moral e religiosa.

Daí poder se afirmar que o sistema legal, como prática discursiva de atribuição de sentidos, comporta modelos binários e assimétricos de gênero através de enunciados pretensamente neutros, promovendo políticas de normatização e normalização¹⁸.

Outrossim, convém assinalar a notoriedade que se dá ao discurso médico-patológico acerca da compreensão da *transexualidade*¹⁹, enquadrando-

¹⁶ Isso se infere da norma contida no artigo 7º, inciso XVIII em cotejo com os artigos 392 e subsequentes da CLT (Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislações complementares, incluindo Lei nº 13.467, de 13.07.2017), que garantem à empregada gestante o direito de, após o nascimento da prole, requerer licença de 120 dias de afastamento do trabalho, sem prejuízo do seu salário. Observa-se que a empregada gestante ainda tem assegurado o direito a berçário ou creche nos locais de trabalho, sempre que a empresa tiver trinta ou mais mulheres trabalhando. Frisamos, contudo, modificações trazidas pela Lei nº 13.367 (em vigor desde 11 de novembro de 2017) quanto ao afastamento da empregada gestante de atividades insalubres e a computação de adicional de insalubridade à gestante e à lactante, as quais podem ser vislumbradas no artigo 394-A do referido diploma legislativo. Esquema comparativo entre a antiga CLT com a nova legislação pode ser acessado em: http://www.metalurgicosvazante.com.br/arg/CLT_comparada.pdf (acesso em 19 de dezembro de 2017).

¹⁷ De acordo com Marília Moschkovich, o conceito de gênero aplicado aos feminismos adveio do substantivo inglês *gender*, o qual sofreu desdobramento para o termo *gendered* que, muito embora não tenha sido dicionarizado para o português, pode ser traduzido como *generificada(o)(s)*, “indicando que uma pessoa, grupo, espaço etc. foi tocado ou passou pela rede de processos inclusos nas dinâmicas de gênero”, sendo que o verbo *generificar* e o também substantivo *generificação* servem ao mesmo propósito (In: Traduzir Raewyn Connell: como ler *gender* em português. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Trad. e rev. técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015. p. 17-18). Nos materiais consultados para a elaboração do presente trabalho, também encontramos no livro de Maria Helena Fávero (**Psicologia do gênero**: psicobiografia, sociocultural e transformações. Curitiba: Editora UFPR, 2010) menção aos termos *gendrada(o)(s)* para significar este processo de inclusão às dinâmicas de gênero, em referência ao trabalho de E. Jeanes (In: The doing and undoing of gender: the importance of being a credible female victim. **Gender, Work and Organization**. v. 14, n. 6, 2007. p.552-571).

¹⁸ LITARDO, Emiliano. Os corpos desse outro lado: a lei argentina da identidade de gênero. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v.8, n. 2, jul/dez 2013, p. 227-255.

¹⁹ “(...) muito mais do que termos diferentes, transexualidade e transexualismo significam pontos de vista diferentes, podendo ser tomados para demarcar respectivamente duas perspectivas de

a no rol oficial de doenças psiquiátricas da OMS²⁰ como *disforia de gênero*. Esta percepção, passível de problematização, também é densamente atraída para o campo jurídico, o que leva à ampla judicialização da condição transgênera para fins, por exemplo, de reconhecimento de prenome e identidade de gênero, na forma acima relatada.

Questionamos, com isto, a condição patologizada e judicializada das pessoas transgêneras, atingidas por inúmeras restrições no acesso a direitos humanos e fundamentais²¹ e pela precariedade²² de seu reconhecimento, em decorrência das categorizações estáticas de gênero que reverberam nas instituições, como é o caso da seara jurídica.

campos de conhecimento em relação à condição transexual, uma que defende a diversidade das identidades de gênero e outra que a concebe como patologia” (JESUS, Bento Manoel de. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil**: seus discursos e suas dinâmicas (Dissertação). 99f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. p.10). Por seguir a perspectiva despatologizante acerca das identidades de gênero, este trabalho adotará o termo transexualidade. Não obstante, a menção de “transexualismo” A construção do discurso médico-jurídico acerca da transexualidade será abordada com maior precisão no capítulo 2 deste trabalho.

²⁰ Sublinhamos a manutenção no rol *atual* da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), uma vez que há deliberações para a retirada da transexualidade do capítulo relacionado a transtornos mentais para realocá-la como “condição relativa à saúde sexual” (conforme notícia disponível em <http://www.nlucon.com/2018/05/oms-retira-identidades-trans-e-travesti.html>).

²¹ Quanto à utilização dos termos “direitos humanos” e “direitos fundamentais”, Maria Celina Bodin de Moraes esclarece que “embora sejam utilizados como termos sinônimos, há quem distinga os direitos humanos dos direitos fundamentais, considerando estes últimos como os direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional em um determinado Estado. Seriam, pois, direitos positivos de matriz constitucional. A principal consequência desta distinção é que os direitos fundamentais alcançam maior grau de efetivação, especialmente em face da existência de instâncias dotadas de poder de fazer respeitar tais direitos.” (MORAES, Maria Celina Bodin de. Vulnerabilidades nas relações de família: o problema da desigualdade de gênero. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk; MENEZES, Joyceane Bezerra de (Orgs.). **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 150). Buscando esta pesquisa denunciar a limitação de acesso a direitos básicos que se prestam a providenciar uma vida digna a todos os indivíduos, a referência tanto a um termo como ao outro se vale para situar o interlocutor em ambas as esferas legislativas referidas - nacional e internacional.

²² Acerca do conceito precariedade, cabível a referência às lições de Judith Butler, para quem a dependência em relação a pessoas, instituições e ambientes externos que definem a existência humana como precária: “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (in: BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. In: **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 40). A condição precária, todavia, acrescenta elementos mais específicos, uma vez que se trata de “condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte”, de forma a se maximizar a precariedade de certas vidas em relação a outras (Ibidem, p. 46).

Nesta mesma toada, o objetivo deste trabalho é a de evidenciar a construção social do binarismo de gênero e a matriz androcêntrica inerente à abordagem jurídica que perpetua assimetrias decorrentes desta lógica limitadora, que incide na naturalização de papéis sociosexuais²³.

Fortificamos, então, a reflexão quanto aos modelos dicotômicos acerca do gênero e a consequente hierarquização destes, bem como a sua inserção no bojo da racionalidade jurídica, revelando a sua insuficiência para lidar com as complexidades e subjetividades humanas que extrapolam os conceitos hegemônicos de masculino e feminino, os quais se fundamentam em um viés biologicista que desemboca na compreensão restrita de homem como pessoa que teve o “sexo biológico” designado como masculino ao nascer, ao passo que mulheres somente poderiam ser assim identificadas pelo designativo sexual feminino.

Almejamos, com isto, problematizar o discurso médico a respeito da transexualidade, construído sobre fundamentos patologizantes - que também se refletem no âmbito jurídico²⁴ -, e que, por sua vez, acaba por trazer compreensões rasas para a prática de reconhecimento das identidades e da cidadania de pessoas trans.

Para tanto, inicia-se o primeiro capítulo com a exploração de contribuições teóricas advindas dos estudos sobre feminismo(s), notadamente interdisciplinares, a fim de circunscrever preliminarmente o debate de gênero na esfera jurídica e alocar uma base teórica contestadora da perspectiva patologizante da condição transgênera, argumentando em favor da pluralidade de identidades que se expressam para além da lógica binária fundada no “sexo biológico”.

Vislumbramos precipuamente no pensamento transfeminista a constatação de que existem outros arranjos corporais que vão além do binômio

²³ Conquanto vislumbremos a derrocada, no debate mais atualizado sobre gênero e sexualidade, da comum referência à teoria dos papéis sociosexuais como forma de explicar a demonstração do gênero através da socialização, conforme explicam Raewyn Connell e Rebecca Pearse (In: . **Gênero, uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Trad. e rev. técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015. p.195), o que buscaremos evidenciar com a manutenção desta referência é o caráter monolítico e homogeneizador de representações de gênero que a racionalidade jurídica imputa aos indivíduos em razão do sexo biológico.

²⁴ CAMPOS RÚBIO, Arantza. **La transexualidad y el derecho a la identidad sexual**. Disponível em: http://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/arantza_campos/identidad.pdf. Acesso em: 19 de dezembro de 2017.

mulher-vagina/homem-pênis²⁵, de modo que estas perspectivas serão exploradas no capítulo inicial como vertente de análise da cisgeneridade em que se funda a percepção excludente de corpos não conformes com o paradigma biologicista do gênero.

Alicerçadas nestas perspectivas, portanto, intencionamos a colocação de uma posição de pesquisa ético-política de coletividade voltada à visibilidade de saberes e vozes não hegemônicos que se constituem na articulação de movimentos sociais com o espaço acadêmico institucionalizado.

De outro norte, investigamos, no segundo capítulo, compreensões científicas acerca do dispositivo da transexualidade e do paradigma do transexual verdadeiro, uma vez que ainda orientadoras do discurso científico-jurídico acerca da transgeneridade.

As disposições normativo-jurídicas sobre o sistema sexo/gênero, por sua vez, serão alocadas no terceiro capítulo deste trabalho, ressaltando as tratativas legislativas e judiciais do sexo como categoria jurídica identificadora de sujeitos, ao passo em que despontamos o gênero como categoria de análise no seio das ciências jurídicas e atributo da personalidade, de forma a abrir margem à reflexão acerca de assimetrias de gênero perpetuadas em virtude do binarismo biologicista que pretendemos criticar.

Temos por escopo, no capítulo final, contextualizar as problematizações supramencionadas com violências e vulnerabilidades que se perpetuam cotidianamente em sociedade, a partir da denúncia da precarização de direitos humanos e fundamentais das pessoas trans (como liberdade de expressão de gênero, acesso à educação e ao pleno emprego - a efetivação, enfim, de sua cidadania). Tal análise se pautará em aportes transfeministas à desconstrução de verdades sobre o gênero engendradas pelo direito, com destaque aos discursos proferidos nos casos submetidos ao Supremo Tribunal Federal (RE 670.422, RE 845.779 e ADI 4275).

Comprometemo-nos, desde o início, com a inserção, no presente trabalho, de perspectivas críticas advindas dos estudos feministas em relação às compreensões sobre gênero como uma categoria para análise do fenômeno

²⁵ CAMPOS, Dafne Marcelle de Almeida Ramos. **Transgeneridade e feminilidade: uma etnografia acerca do que é ser mulher**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/42981326-Transgeneridade-e-feminilidade-uma-etnografia-acerca-do-que-e-ser-mulher.html>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

jurídico que incide na tutela das pessoas trans, razão pela qual adotamos um posicionamento político-acadêmico que coloca a metodologia científica em diálogo com demandas dos movimentos sociais.

Em especial, trazemos a lume, na seara jurídica, como linha de pensamento, construções teóricas transfeministas, as quais se pautam em ótica que visa à rediscussão “da subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos”²⁶, que tem servido como justificativa para exclusões sociais de indivíduos cujas subjetividades não se limitam às concepções essencialistas de homem e mulher.

Hailey Alves e Jaqueline Gomes de Jesus elucidam que o transfeminismo (ou feminismo transgênero, como também é conhecida esta vertente) emerge como crítica ao cissexismo²⁷ e às limitações dos feminismos de matriz biológica em “reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres”²⁸.

Nesse mesmo sentido, importante mencionar que as teorias transfeministas têm-se configurado a partir de associações às perspectivas de feminismos interseccionais²⁹ – com forte expressão do feminismo negro –, com

²⁶ JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 19.

²⁷ Trata-se de “discriminação, de natureza transfóbica, que ocorre no nível estrutural da sociedade. Essa é a forma de segregação de pessoas transgêneras que existe nas leis, políticas e valores no nível macrossocial, assim como nas práticas que privilegiam pessoas cisgêneras sobre pessoas transgêneras ou gênero-divergentes. O cissexismo pode ser considerado como o conjunto de atitudes e comportamentos que normalizam e valorizam pessoas cisgênero em detrimento de pessoas transgênero, em geral matidos pela sociedade em caráter quase invisível e recebendo por parte dela um tratamento de pessoas desviantes das normas de gênero e, portanto, socialmente inferiores” (LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênero entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero – uma introdução aos Estudos Transgêneros**. Curitiba: Transgente, 2015. p. 403-404).

²⁸ ALVES, Hailey; JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Chronos** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN. Dossiês – 8. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2017.

²⁹ Destacamos interseccionalidade, segundo Kimberlé Crewnshaw, como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. (In: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º sem/2002. p. 177. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2018). Assim, marcadores sociais como gênero, raça, orientação sexual, classe e geração podem ser alocados em uma discussão interseccional.

o fito primordial de propor redefinições e complexificações dos escopos de lutas e teorizações feministas, “ampliando-os para considerar, por exemplo, questões relativas a identidades de gênero e diversidades corporais, o que implica em uma reconfiguração em torno do sujeito ‘mulher’ tido como central em feminismos.”³⁰

E, como saber consignado em estratégias discursivas erigidas principalmente por pessoas e grupos trans³¹, a utilização de ferramentas teóricas³² transfeministas para se analisar criticamente a percepção acerca da transgeneridade e as demandas sócio-institucionais de pessoas trans pelo direito, justifica-se pela inserção de reflexões sobre o imaginário social consagrado pela noção de rigidez e imutabilidade quanto aos conceitos sexo e gênero, que regula corpos não conformes à normatividade cisgênera de correspondência aos pares homem-pênis e mulher-vagina.

Entendemos, destarte, que pensar a cisgeneridade como ideal regulatório das normas sociais e “questionar as formas de leitura (a própria interpretação) dos corpos transgêneros e/ou femininos feita pela medicina” são incumbências transfeministas³³ e o escopo de sua analítica se mostra de grande valor para refletir sobre as relações de poder e exclusão criadas e reproduzidas pela operacionalização do direito.

Para mais, observamos que o conceito de cisnormatividade, elaborado nas instâncias sociais dos movimentos de pessoas trans, foi recentemente incorporado no glossário da Opinião Consultiva nº 24/17, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para expor recomendações do órgão no que se refere à proteção ao direito humano à livre expressão e identidade de

³⁰ v., viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. p. 37.

³¹ Idem.

³² Tomando as proposições de Michel Foucault acerca da instrumentalização de um escopo teórico, é possível afirmar que “a teoria como caixa de ferramentas quer dizer: a) que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas; b) que essa pesquisa só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas” (FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 241-252).

³³ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2.sem. 2013. p. 18.

gênero³⁴, reconhecendo a necessidade de que organismos nacionais e internacionais se atentem às dinâmicas conceituais atuais, de modo a se coadunar perfeitamente com as perspectivas ora versadas.

Para viviane v.³⁵, a cisnormatividade pode ser entendida como “uma série de forças socioculturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade como ‘natural’”, similarmente como é tomado o conceito de heteronormatividade como “práticas localizadas e aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ na sociedade”.³⁶

Outrossim, na esteira do que propõe Donna Haraway³⁷, é possível pensar os transfeminismos³⁸ como literatura de fronteira, em construção³⁹, através de uma “objetividade corporificada e engajada”, consoante interpretação inferida por Beatriz Pagliarini Bagagli, podendo-se afirmar que a produção de um conhecimento deve se dar sempre de maneira situada, “enquanto *saberes localizados*, corporificados, parciais, *críticos*, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”.⁴⁰

³⁴ Para a CIDH, cisnormatividade pode ser definida como “ideia ou expectativa de acordo com a qual todas as pessoas são cisgêneras e que aquelas pessoas designadas do sexo masculino no nascimento crescem para ser homens, ao passo que aquelas designadas do sexo feminino ao nascer sempre crescem para ser mulheres” (COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Violencia contra Personas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Trans e Intersex en América**. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/2015/violencia-lgbti/terminologia-lgbti.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018).

³⁵ A autora assina seu nome em letras minúsculas e o sobrenome de maneira abreviada em sua dissertação. Manteremos a opção dela ao nos referirmos ao seu trabalho.

³⁶ v., viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. p. 68.

³⁷ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu**, v. 5, 1995, p. 7-41.

³⁸ Assinalamos transfeminismos no plural, na medida em que “há vários matizes de transfeminismo, quase como há transfeministas” (JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 21).

³⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 21-22.

⁴⁰ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2.sem. 2013. p. 17.

Deste modo, explorando e reconhecendo a potencialidade de expressões intelectuais que estejam além dos textos acadêmicos condensados em periódicos científicos e em livros impressos/digitais⁴¹, buscamos, de igual sorte, repensar criticamente as “inconformidades” de corpos e gêneros tuteladas pelo direito, na tentativa de mostrar as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear essas “inconformidades” concebidas hegemonicamente⁴².

Ainda, conforme apontado por viviane v.,

se importantes esforços feministas se debruçam sobre as complexidades e colonialidades envolvidas na produção de discursos sobre conceitos como ‘mulher’, ‘lésbica’, ‘bissexual’, entre outros, uma genealogia transfeminista se coloca fundamentalmente preocupada com compreender as condições, contextos e consequências (materiais, políticas, existenciais) produtores das ‘anormalidades’, ‘monstruosidades’ e diversidades corporais e de identidades de gênero.”⁴³

Reconhecemos, contudo, a limitação do *olhar crítico oposicional*⁴⁴ que pretendemos lançar nesta oportunidade, tendo em vista o lugar de fala – conceito cujos fundamentos se relacionam à teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) - ocupado por esta autora, o qual se revela envolto dos privilégios da cisgeneridade, da branquitude e da escolaridade acadêmica.

Sobre lugar de fala, Djamila Ribeiro ensina que a *standpoint theory*, extraída da obra de Patricia Hill Collins⁴⁵, pauta-se em experiências

⁴¹ Sublinhamos as fontes heterodoxas de localização da produção teórica transfeminista, uma vez que “o transfeminismo (...) prolifera pela internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais” (JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p. 19). Anunciamos, a título ilustrativo, a utilização de textos escritos no blog ativista <https://transfeminismo.com>.

⁴² v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 48.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Segundo bell hooks, teórica do feminismo negro (referencial fundamental para a construção de perspectivas transfeministas), “os grupos subordinados nas relações de poder aprendem, por experiência, que existe um olhar crítico que ‘olha’ para documentar, e que é oposicional (...) aprende-se a olhar de certa maneira, para que se possa resistir” (hooks, bell. O olhar oposicional: espectadoras negras. In: BRANDÃO, Izabel et al (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Editora da UFSC, EDUFAL, 2017. p. 485). Assim, podemos afirmar que este olhar oposicional que marcamos neste trabalho diz respeito à possibilidade de erigir perspectivas críticas transfeministas quanto à tutela jurídica da transgeneridade.

⁴⁵ Nesse sentido, ver: COLLINS, Patricia Hill. **Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and method: feminist standpoint theory revisited”**: Onde está o poder? (tradução de Juliana Borges). Signs, v. 22, n. 2, 1997. p. 375-381.

historicamente compartilhadas e baseadas em grupos, destacando as condições sociais que os constituem, transcendendo a mera referência às experiências individuais⁴⁶.

Assim, “quando falamos de pontos de partida (ou lugares de fala), não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das *condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania*”⁴⁷. Ou seja, trata-se de *compreender* como o lugar social que certos grupos ocupam restringem suas oportunidades e os desfavorecem socialmente.

E, a partir de saberes construídos por uma coletividade posicionada à margem da sociedade (coletividade esta que tampouco se revela homogênea, pois entendemos que a localização comum em relações hierárquicas não implica ter idênticas experiências individuais⁴⁸), potencializa-se uma quebra da visão universal e hermética acerca do conhecimento.

Por outro lado, entendemos que a demarcação do lugar de fala desta autora, conquanto necessária como guia ético-político deste trabalho, não perfaz obstáculo intransponível à criação de ferramentas de enfrentamento à perspectiva objetificante e de exotização dos corpos de pessoas trans no meio científico, devendo-se reconhecer o protagonismo destes indivíduos na proposição de saberes outros como mecanismos de questionamento à ordem cisheteronormativa. Conforme Djamila Ribeiro:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar de fala que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito de poder.⁴⁹

Nesta mesma toada, não podemos deixar de consignar a imperiosidade de dar visibilidade e legitimidade à problematização da cisgeneridade como ideal regulatório das normas sociais, de modo que, ao adotar críticas transfeministas à tutela jurídica contemporânea de pessoas trans, poderemos endossar o projeto

⁴⁶ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. p. 60.

⁴⁷ Ibidem, p. 61 (grifos nossos).

⁴⁸ Ibidem, p. 64.

⁴⁹ Ibidem, p. 83-84.

de “emancipação da condição de incapacidade e subalternidade na qual a perspectiva psicopatológica insere as pessoas trans”⁵⁰.

Por isso, colocamo-nos em posição de solidariedade em relação às demandas de movimentos sociais que historicamente tiveram direitos negligenciados, e é sobre este trato pautado na alteridade que aventamos a plausibilidade de se institucionalizar uma perspectiva jurídico-científica de combate à reiteração de normas excludentes. Afinal, nos dizeres de Paula Viturro, “quem assume um compromisso de luta contra a discriminação, sabe que, agrade-lhe, ou não, grande parte de suas batalhas ocorrerá no terreno pantanoso do direito”⁵¹.

⁵⁰ CIDADE, Maria Luiza Rovaris; MATTOS, Amana Rocha. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out/2016. p. 144.

⁵¹ VITURRO, Paula. **El revés del Derecho**. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-2048-2011-07-15>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

CAPÍTULO I. ESTUDOS (TRANS)FEMINISTAS: CONSTRUINDO SABERES NÃO HEGEMÔNICOS

Como informam os estudos mais contemporâneos sobre gênero e sexualidade, os questionamentos à estabilidade da ordem hierárquica e dicotômica entre os gêneros cresceram no âmbito dos movimentos feministas⁵², ganhando destaque na produção acadêmica multidisciplinar, uma vez que se tornou substancial a diferenciação (e a problematização) entre sexo e gênero⁵³ para uma ampliação crítica e inclusiva do debate, bem como para o enfrentamento de uma agenda organizada de reivindicações políticas.

Assim, as discussões acerca de autonomia sobre o corpo, direitos sexuais e reprodutivos, vistas antes como atinentes, principalmente, aos “direitos das mulheres”, repaginaram-se e renovaram-se, a partir da inserção de vozes e cores das dissidências sexuais e de gênero, sendo inevitável afirmar que *gênero* não mais é sinônimo de “mulher”, não podendo os campos de pesquisa que se consideram favoráveis ao debate crítico permanecerem no categorialismo binário⁵⁴.

Buscaremos, desta forma, entender, através de revisão crítica da literatura atual, a história recente – compreendendo a inscrição dos feminismos na modernidade - e os processos de teorização de perspectivas feministas que desembocaram no desmantelamento do conceito uno do sujeito mulher, com o fito ulterior de demonstrar a construção dos transfeminismos como saberes não hegemônicos, capazes de emprestar uma ótica questionadora ao debate mais atualizado sobre gênero e vulnerabilidades vivenciadas pela população trans.

⁵² BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁵³ As contundentes críticas à dicotomia sexo/gênero realizadas por Judith Butler chegam à notoriedade aos fins dos anos 1980, início dos anos 1990, passando a problematizar a historicização da categoria sexo, destacando que esta “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.154.). A filósofa estadunidense traz esse conceito para o campo discursivo, como forma de designar o aparelho de produção, questionando a sua materialidade: “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (In: **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.p. 25.), perspectivas estas que serão retomadas oportunamente ao longo deste capítulo.

⁵⁴ CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI** - Revista de Ciências Sociais, v.4, nº 2, jan./jun. 2014, p. 20.

Ressaltamos a relevância de se mostrar, especificamente, o desenvolvimento destes saberes no contexto brasileiro, muito embora reconheçamos a inviabilidade de se fazer, nesta oportunidade, um resgate de práticas e estudos (trans)feministas no Brasil, com pretensões de esgotabilidade do conteúdo, porquanto a matéria se revela extremamente vasta e densa.

Sabemos, ainda, que, a abordagem eminentemente cronológica dos caminhos da ação do movimento feminista e de sua produção teórica nas áreas de humanidades⁵⁵, envolve riscos de exclusão de ideias reconhecidamente múltiplas e eventualmente contraditórias nas quais se erigiram as perspectivas feministas.

Entretanto, afastando-nos do viés reducionista da linearidade histórica evolucionista, o objetivo desta retrospectiva, em caráter interdisciplinar e dialógico⁵⁶, forja-se na tentativa de esquematizar ordens de ideias que se pautaram em *tendências*⁵⁷ que as práticas e teorias feministas seguiram (e seguem) na contemporaneidade.

1.1. FEMINISMOS, SUBSTANTIVO PLURAL: DOS MOVIMENTOS ÀS TEORIZAÇÕES

Não obstante a heterogeneidade das expressões do feminismo, na história ocidental, do ponto de vista teórico-político, costuma-se apresentar o seu percurso no formato de *ondas* espaçadas cronologicamente no período em que se consolidou o pensamento moderno (notadamente com destaque às origens no contexto europeu), com fins de sistematizar ordens de ideias que foram condensadas desde a época em questão acerca da condição feminina⁵⁸.

⁵⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁵⁶ Isto porque “o campo de conhecimento feminista trabalha nas fronteiras das disciplinas (...)”, tornando qualquer trabalho engajado com estas perspectivas “um constante ir e vir de diálogos, confrontos e renovações do pensar feminista” (BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 16-17).

⁵⁷ Ressalva semelhante, destacando a sistematização de ideias por meio de tendências feministas localizadas ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil, é encontrada na obra de Céli Regina Jardim Pinto (**Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003).

⁵⁸ Rechaçamos, contudo, a apresentação de tais ideias em perspectiva evolucionista e reducionista, sendo que a intenção, portanto, não é a de ignorar outras formas de construção acerca do debate, mas tão somente de demonstrar como os estudos feministas e de gênero são,

Nesse sentido, é apontado que o feminismo, como movimento político e intelectual, surge na virada do século XVIII para o século XIX, em resposta às manifestações oriundas da Revolução Francesa, nas quais não se inferia, no topo dos interesses reivindicados, espaço ao debate sobre os direitos das mulheres⁵⁹. Surgiram, assim, demandas pelo acesso de mulheres aos direitos políticos, expressos, no contexto francês, principalmente, pela Sociedade das Republicanas Revolucionárias, como Claire Lacombe e Pauline León⁶⁰.

Contudo, é Olympe de Gouges a figura emblemática⁶¹ que, isoladamente, transcreve a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” para o feminino (“Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”), acrescentando ao rol de garantias a liberdade de opinião e a especificação de que “toda mulher pode indicar o nome do pai e de seus filhos, mesmo que, para tal, afronte os preconceitos”⁶².

Apesar de Gouges incitar as mulheres a exigirem seus direitos na esfera política em sua manifestação, é Mary Wollstonecraft a autora inglesa cuja obra é tida como pioneira na elaboração sistemática da argumentação que evidencia a opressão sofrida pela população feminina, ao publicar, em 1792 “*Uma vindicação dos direitos da mulher*”.

De acordo com Luis Felipe Miguel, “ao colocar, com clareza exemplar o problema em termos de direitos, Wollstonecraft promove uma inflexão na direção da construção de uma teoria política feminista”⁶³.

Nesta mesma esteira, é posto pelo autor em comentário como expoente da defesa pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, no plano formal, John Stuart Mill, a despeito de seu julgamento de que “a maior ocupação da

em geral, abordados através das produções acadêmicas inseridas no campo histórico-sociológico.

⁵⁹ MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 20.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Sobre o feminismo francês do século XIX e as percepções de Olympe de Gouges como antessala ao seu desenvolvimento, ver: SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

⁶² Idem.

⁶³ MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 21.

mulher deve ser embelezar a vida: cultivar, em seu próprio benefício e daqueles que a rodeiam, todas as faculdades de mente, alma e corpo”⁶⁴.

Exsurge o que vem a ser definido como “feminismo liberal”, tendo como programa eixos como a educação das mulheres, o direito ao voto⁶⁵ e a equidade no casamento, mormente no que diz respeito ao direito delas de dispor de propriedades⁶⁶ - uma luta, portanto, universal pela igualdade política⁶⁷, fiando-se na noção de autonomia, direitos, liberdade e igualdade⁶⁸.

Este tipo de engajamento político, contudo, por ser questionador de uma concepção liberal tradicional de poder, não alcançava as determinações sobrepostas das desigualdades de gênero, classe e raça, e as condições de mulheres como, por exemplo, aquelas atingidas diretamente pelo regime escravocrata, ainda em vigência à época, eram invisibilizadas.

Nesse sentido, o discurso proferido por Sojourner Truth (“E não sou eu uma mulher?”), durante a Women’s Rights Convention, em 1851 no estado de Ohio, nos Estados Unidos, foi bastante emblemático para apontar a necessidade de se produzir uma reflexão mais aprofundada sobre a complexa e multifacetada condição feminina⁶⁹.

Não obstante, relevante esclarecer que, no contexto brasileiro, a designada primeira onda do feminismo também demonstrou como pauta prioritária a luta por igualdade política por meio do voto, a partir do ativismo “bem-comportado” e organizado de Bertha Luz⁷⁰, bióloga fundadora da Federação

⁶⁴ MILL, John Stuart. Primeros ensayos sobre matrimonio y divorcio apud MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 21-22.

⁶⁵ Sobre o momento histórico ora explorado, comenta Céli Regina Jardim Pinto: “As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918”.

⁶⁶ MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 21.

⁶⁷ MATOS, Marlise. Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global?. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, p. 67-92, 2010. p.

⁶⁸ MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 17.

⁶⁹ Sojourner Truth foi o nome adotado por Isabella Baumfree, mulher negra escravizada e abolicionista no século XIX. Seu manifesto, “Ain’t I a woman?” (no original), pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

⁷⁰ Para Céli Regina Jardim Pinto, do século XIX até o ano de 1932, no Brasil, é possível identificar duas tendências feministas: “o feminismo bem-comportado de Bertha Luz e (...) uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma muito mais radical frente ao que

Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que despontou campanha pública para a conquista deste direito como pauta primordial para a conquista da cidadania feminina, que se efetivou em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro⁷¹.

O século XIX também assistiu a emergência de um feminismo socialista destoante da vertente sufragista, em decorrência da radicalidade de suas propostas, as quais se movimentavam pela vinculação das opressões de gênero e de classe, com tendências, todavia, de interligar a dominação masculina como subproduto da dominação burguesa, reduzindo, dessa forma, a especificidade e a complexidade das desigualdades vivenciadas em razão do gênero no cotidiano⁷².

A título exemplificativo, neste momento em que se alçava o viés de classe no projeto político de transformação da sociedade, cumpre-nos referir às ideias de Alexandra Kollontai e Emma Goldman como fortificadoras do pluralismo do pensamento feminista socialista. Para a primeira, a família e o casamento eram concebidos como estruturas opressivas, de modo que defendia o amor livre e a responsabilidade coletiva pelas crianças⁷³; já Goldman, inserindo-se no espectro político do anarquismo, criticava o sufragismo e o feminismo liberal por serem incapazes de fornecer libertação à mulher, uma vez que ainda continuariam a colocar a mulher na mesma ordem social opressiva⁷⁴.

No Brasil, nesta primeira onda, também era perceptível movimento que se baseava em ideologia anarquista, notadamente com a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas⁷⁵.

Há, portanto, uma efervescência intelectual para se pensar e estabilizar a categoria “mulheres”. Não à toa, na corrida médico-científica compreendida

identificavam como dominação do homem. Neste grupo, encontramos desde mulheres intelectualizadas que publicavam em jornais até anarquistas e líderes operárias”, constituindo a face “malcomportada” do feminismo da época (In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 10).

⁷¹ Ibidem, p. 16.

⁷² MIGUEL, Luis Felipe. Op. Cit. p. 23.

⁷³ KOLLONTAI, Alexandra. Communism and the Family. **Selected Writings of Alexandra Kollontai**, trad. Alix Holt. Allison & Busby, 1977 (esta versão também pode ser facilmente acessada pelo seguinte site: <https://www.marxists.org/archive/kollontai/1920/communism-family.htm>).

⁷⁴ GOLDMAN, Emma. The Tragedy of Woman's Emancipation. In: Revista Mother Earth, v. 1, no 1. p. 9-17 (esta versão também pode ser facilmente acessada pelo seguinte site: <https://www.marxists.org/espanol/goldman/1906/001.htm>).

⁷⁵ PINTO, Cléli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...**, p. 35.

principalmente aos fins do século XIX e início do século XX, um conjunto de ciências e de saberes emerge com uma agenda específica que é cuidar do corpo dessa mulher (como a ginecologia)⁷⁶ - uma mulher branca, europeia/norte-americana, de uma classe social muito específica, mesmo dentro dessas configurações.

Entretanto, se o avanço temporal, no século XX, sinalizou paulatina conquista de direitos básicos aventados pela primeira onda (direito ao voto, à educação e à igualdade de direitos entre cônjuges⁷⁷), foi-se tornando perceptível a necessidade de uma ação feminista que focasse no combate a mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres.

Nesse sentido, vemos despontar profícuo diálogo, no campo intelectual, com a antropologia, através da obra de Margarete Mead, “Sexo e temperamento”, que se tornou um divisor de águas para a época (meados de 1930), na tratativa cultural de diferenças e papéis sexuais. Em seus estudos, a autora concluiu que

(...) não temos mais bases para falar desses aspectos do comportamento como sendo determinados pelo sexo... O material estudado sugere que podemos dizer que muitos, se não todos, os traços de personalidade que identificamos como masculino ou feminino são tão determinados pelo sexo quanto as vestimentas, maneiras ou o tipo de chapéu que uma sociedade a um determinado período designa para cada sexo.⁷⁸

⁷⁶ Nesse sentido, ver: MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

⁷⁷ Frisamos, contudo, que, no Brasil, a proclamação legislativa da horizontalidade entre cônjuges ocorreu com o advento da Constituição Federal de 1988, consoante se infere do artigo 226, §5º deste diploma. Para detalhamentos acerca deste processo, ver: DE OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de. OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de. **(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no direito das famílias contemporâneo**: perspectivas feministas sobre o individual e o relacional em família. 141f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2015.

⁷⁸ MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: Dell Publishing, 1968. p. 259-260. Trata-se de livro baseado no trabalho de campo realizado pela autora na Nova Guiné, durante dois anos, estudando as dinâmicas das relações entre homens e mulheres havidas entre os seguintes povos: os Arapesh da Montanha, os Mundugumor e, por fim, os Tchambuli. “Trata-se, como se sabe, de uma primeira tentativa de problematização das identidades sexuais a partir de uma perspectiva comparativa, transcultural, que nos permite vislumbrar a construção social do masculino e feminino. Mais precisamente, nesse trabalho, Margaret procura demonstrar o papel da cultura no sentido da estandarização de tipos temperamentais e na modelagem de indivíduos – homens e mulheres – de acordo com um determinado tipo ou tipos ideais, que podem variar de uma sociedade (ou cultura) para a outra. Assim, Margaret argumenta que, enquanto para a sociedade Arapesh o temperamento ideal é aquele tido nas sociedades ocidentais como “naturalmente feminino”, entre os Mundugumor ocorre o inverso, ou seja, tem-se como ideal o temperamento que identificamos como “naturalmente masculino”. Já no caso dos Tchambuli, tem-se dois temperamentos ideais, um para homens, outro para mulheres. O curioso é que esses temperamentos são exatamente o reverso da medalha das sociedades ocidentais. Em outras palavras, entre os Tchambuli, o

De acordo com Raewyn Connell e Rebecca Pearse, estes estudos antropológicos auxiliaram na popularização do conceito de papéis sexuais nos anos 1940 e 1950, uma vez que o conceito “parte da ideia de que as pessoas normalmente se conformam às normas culturais para as posições sociais que ocupam e aplica tal ideia ao gênero”⁷⁹. Ainda segundo estas autoras, a formulação teórica de maior influência quanto a este conceito foi feita pelo sociólogo Talcott Parsons, quem tratou o gênero como “a consequência da necessidade de um sistema social por integração e estabilidade”, caracterizando o papel masculino como instrumental e o feminino como expressivo, definindo uma diferença de função social⁸⁰.

Anos mais tarde, as ideias erigidas por Simone de Beauvoir em estilo ensaístico no livro intitulado “O segundo sexo”, publicado em 1949, denotaram “uma tentativa poderosa de entender a construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma entre as mulheres”⁸¹, traçando uma primeira característica fundante – o sistema de dominação e subordinação de mulheres nas sociedades ocidentais, o *patriarcado* - dos feminismos contemporâneos, bem como trazendo contribuições para a redefinição das fronteiras da política com o questionamento dos limites entre público e privado.

Anunciou-se, assim, nos campos de estudos estrangeiros, um novo olhar sobre a condição feminina, de verificação da objetificação da mulher, “de negação de seu potencial de transcendência e sua fixação perene no mundo da natureza (a ser contida pela cultura), bem como o fato de que ela é permanentemente levada a ser pelos olhos dos homens”⁸².

Nos Estados Unidos, “A mística feminina”, de Betty Friedan, já na década de 1960, teve grande sucesso editorial ao analisar a infantilização a que as

temperamento ideal para os homens é aquele que reservamos às mulheres – passivo, receptivo -- ao tempo em que o temperamento ideal feminino é aquele que se espera dos homens ocidentais – agressivo e dominante, por exemplo.” (SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: GOMES, Márcia; MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília M. Bacellar. (Orgs.). **Um Diálogo com Simone de Beauvoir e Outras Falas**. 1a.ed.Salvador, BA: NEIM/FFCH/UFBA, 2000, v. 1, p. 75-107).

⁷⁹ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Trad. e revisão técnica de Marília Moshkovich. São Paulo: nVersos, 2015. p. 131).

⁸⁰ Idem.

⁸¹ MIGUEL, Luís Felipe. **O feminismo e a política...**, p. 25.

⁸² Ibidem, p. 27.

mulheres são submetidas, para o fim de se adequarem ao espaço doméstico, servindo de esposas e donas de casa submissas.

No mesmo país, viu-se alavancar uma vertente focada nas diferenças biológicas significativas entre homens e mulheres – posteriormente denominada de feminismo radical, segundo Margaret A. McLaren -, sendo a primeira e mais importante delas a diferença na capacidade reprodutiva, havendo teorizações a respeito de como, por exemplo, os homens usurparam o poder da mulher através da medicalização do parto⁸³.

É de se ressaltar que, sobretudo nos anos 1960 e 1970, em panorama geral, o feminismo buscou politizar o afeto, a sexualidade e o corpo por meio de manifestações que permitiram levar a público as perspectivas femininas, “em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres”⁸⁴, caracterizando, assim, a segunda onda comumente aventada pelas pesquisas literárias ligadas à temática.

No Brasil, é costumeiro se reportar às décadas que seguiram aos anos 1930 como uma fase de estagnação da militância organizada pelos direitos das mulheres, destacando-se, todavia, participações pontuais delas em algumas manifestações mais abrangentes, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida⁸⁵.

Notamos, ainda, que a literatura especializada⁸⁶ se refere ao período pós-1968, em razão da junção de pautas pelas liberdades democráticas (contra

⁸³ MCLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 19.

⁸⁴ BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: **Feminismo e política...**, p. 41.

⁸⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...**, p. 11.

⁸⁶ Segundo Maria Lygia Quantim de Moraes, “o movimento feminista (no Brasil) aparece com a luta pelas ‘liberdades democráticas’ e inicia, em 1975, a campanha nacional pela anistia política” (in: *Desdobramentos do feminismo. cadernos pagu* – (16), 2001. p. 8). Ainda, Mariza Corrêa aponta que “o movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve sua maior expressão na década de 1970, esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época movimentos populares – que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (...), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (...), movimentos políticos – aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais” (in: *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. cadernos pagu*, (16), 2001, p. 13). Nesta mesma toada, lembra Cynthia A. Sarti que “(...) o movimento feminista brasileiro, que se inicia nos 70, (...) estava articulado às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceu fundamentalmente comprometido com a oposição à ditadura e com as lutas ‘pelas liberdades democráticas’ e pela anistia (in: *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. cadernos pagu*, (16) 2001, p. 31).

a ditadura militar), como momento profícuo de desenvolvimento do pensamento e da ação feministas no contexto brasileiro, com algumas especificidades:

Se não se pode se tratar dos movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir o mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros⁸⁷.

No âmbito acadêmico, o livro “A mulher na sociedade de classes”, de Heleieth Saffioti, é apontado como grande avanço na teorização feminista (com influência do marxismo estruturalista francês) sobre o sexo como forma de estratificação social, no qual esta autora também realiza um sofisticado balanço embasado em estatísticas da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da educação das mulheres⁸⁸.

Nos Estados Unidos, também se utilizando de técnicas do estruturalismo, a antropóloga Gayle Rubin constrói importante substrato teórico para a época ao consignar proposição de um sistema sexo/gênero, descrevendo-o como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais são satisfeitas”⁸⁹. Nesta linha estruturalista, outras autoras, como Hélène Cixous, são indicadas como propagadoras de um essencialismo subjacente à formulação de uma universalização das mulheres, fortemente criticado pelos olhares pós-estruturalistas que iriam eclodir com mais afinco nos anos seguintes⁹⁰.

Destarte, percebemos que, nessas décadas de 1960 e 1970, os estudos feministas alavancaram o gênero como categoria construída culturalmente em virtude da complexidade das forças sociais que definiam expectativas, pressões

⁸⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil...**, p. 43.

⁸⁸ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global...**, p. 134.

⁸⁹ RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christine Rufino; Dabat Edileusa Oliveira da Rocha; Sonia Corrêa. Recife: SOS CORPO, 1993, p. 02.

⁹⁰ BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 27-28.

e constrangimentos relacionados ao sexo, elemento que corresponderia a uma imutabilidade fática da natureza.

1.2. DESESTABILIZANDO O SUJEITO NOS FEMINISMOS

Como visto, na convencionada segunda onda feminista, a concepção de uma bandeira combativa à ideia de dominação estruturou-se em um estabilizado sujeito oprimido – “a mulher” -, ao passo que as abordagens teóricas fulcradas no gênero (visto como construção social) ainda mantinham o sexo como fenômeno biológico estável e intocado.

Entretanto, inevitável afirmar que a década de 1980 significou um amadurecimento para os estudos feministas ao solidificar o reconhecimento de gênero como uma categoria de análise, bem como se mostrou um período de empoderamento de vozes negligenciadas pela produção teórica anterior, como a de mulheres lésbicas, negras e daquelas afastadas das metrópoles científicas do Norte Global⁹¹.

Buscando encurtar a distância entre o feminismo e as lesbianidades, a poeta Adrienne Rich, no ensaio “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, publicado em 1980, analisa o uso do discurso moralista por instituições como a família, a igreja e o estado que têm tradicionalmente estabelecido regras de comportamento para as mulheres quanto à sua sexualidade⁹². Para ela, a questão da orientação sexual deve ser politizada:

a heterossexualidade, assim como a maternidade, precisa ser reconhecida e estudada como uma instituição política – até mesmo ou especialmente por aqueles indivíduos que sentem que são, em suas experiências pessoais, os precursores de uma nova relação social entre os sexos⁹³.

É de se mencionar, nesta esteira, o trabalho de Monique Wittig ao lançar em suas proposições uma crítica a linguagens como a heterossexualidade, que,

⁹¹ Ibidem, p. 39.

⁹² LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. **Escrita, corpo e ação: a poética e a política de Adrienne Rich**. (196f). Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 34.

⁹³ RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Vale. In: **Bagoas**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

para a autora, pauta-se na tentativa de se buscar uma universalização das sociedades, sem demarcar suas diferenças⁹⁴.

Para ela, a política embutida nesses discursos é opressora e aparece em várias instâncias da sociedade ocidental, “sendo geradora de violência, de assédio para com aquelas(es) que são oprimidas(os) e dominadas(os) no seu circuito de atuação”, além de se poder inferir de sua proposta uma crítica ao sexo como categoria de análise que, marcada pela natureza, respalda a instituição da heterossexualidade⁹⁵. Nesse sentido, segundo Monique Wittig, a lésbica e o homem gay estariam fora da economia heterossexual, não podendo ser identificados nem como mulher nem como homem: “são outra coisa, diferente do que quer a sociedade heterossexual com suas regras e, para organizar o novo, só através da criação de novos conceitos, pois ‘mulher’ como conceito tem sentido apenas no sistema heterossexual”.⁹⁶

Questionando a hegemonia anglo-americana na formulação da crítica feminista, Chandra Talpady Mohanty introduz, no artigo “Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais”, a compreensão da existência das vozes das mulheres das nações do sul⁹⁷. Assim como Gayatri Spivak – para quem o feminismo ocidental é cúmplice do projeto imperialista “ao se alinhar a uma política cujo objetivo primordial seria fazer do sujeito terceiro mundo um outro”⁹⁸ – ela apresenta uma crítica refinada do espaço colonizador representado pela academia ocidental, na tentativa de exercitar a descolonização do pensamento feminista, vindo a ser um referencial teórico bastante incorporado por feministas latino-americanas.

Paralelamente, torna-se mais incisiva a crítica de mulheres negras à marginalidade reservada a elas nos movimentos feministas. Nesse sentido, é

⁹⁴ WITTIG, Monique. O pensamento straight. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 262-274.

⁹⁵ BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura...**, p. 34-35.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ MOHANTY, Chandra Talpady. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 309-353.

⁹⁸ ALMEIDA, Sandra Regina. Gayatri Chakravorty Spivak: uma crítica ao feminismo ocidental. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p.626-630.

paradigmático o conteúdo abordado por Angela Davis em “Mulheres, raça e classe”, no qual desenvolve análise interseccional e dialética a respeito da história das mulheres norte-americanas do século XIX e início do XX, as lutas pela abolição do regime escravocrata e as aproximações e distanciamento das demandas de mulheres brancas⁹⁹. Demonstra, assim, as faces do racismo estrutural e, com isso, a imprescindibilidade de uma aliança política transversal na qual se deve propugnar uma emancipação coletiva.

No livro “*Feminist theory: from margin to the center*”, de 1984, bell hooks¹⁰⁰ sinaliza uma leitura das teorias e práticas feministas, no contexto norte-americano, contra a exploração e a opressão racista e sexista¹⁰¹. Na década seguinte, ela publica o celebrado ensaio intitulado “O olhar oposicional: espectadoras negras”¹⁰², por meio do qual, inspirando-se em Michel Foucault quanto à proliferação do poder enquanto forma de dominação em diferentes lugares, redimensiona a política de interrogar o olhar do Outro, como forma de agenciamento das pessoas negras, ao possibilitar a nomeação do que se vê. Nesse sentido, “olhar é constituir novos significados”¹⁰³, argumentando a autora acerca da potencialidade de resistência de pessoas negras, ao se utilizarem deste recurso, à degradação e desumanização dos meios de comunicação de massa¹⁰⁴.

Patrícia Hill Collins é também um nome importante para o feminismo negro, sendo uma das principais autoras do que é denominado *feminist standpoint theory*, segundo a qual a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe

⁹⁹ DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 (o livro original é de 1981).

¹⁰⁰ Trata-se do pseudônimo de Gloria Jean Watkins, que prefere utilizá-lo desta forma (em letras minúsculas) para assinar a sua produção científica.

¹⁰¹ CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed.UFGD, 2015. p. 245-246.

¹⁰² Texto originalmente publicado na coletânea *Black Looks: Race and Representation* (Boston: South End Press, 1992). Todavia, tivemos acesso à tradução de Raquel Nunes (In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 483-509).

¹⁰³ BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura...**, p. 44.

¹⁰⁴ PERRY, Keisha-Khan Y. O olhar oposicional de bell hooks no Brasil: tradução e pensamento feminista negro diaspórico. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 510-518.

social interceptam-se em diferentes pontos¹⁰⁵. Ela lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção entre desigualdades, “na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características”.¹⁰⁶ Em tom crítico harmonizado com estas perspectivas, as considerações de Audre Lorde a respeito da inexistência de hierarquia de opressões - principalmente em vista de seu lugar de fala como mulher, negra e lésbica -, despontam como uma abordagem interseccional e descolonial do pensamento feminista. Contrapõe-se, assim, à homogeneização das experiências de mulheridade, alertando que “no sistema patriarcal, os mecanismos que nos neutralizam não são iguais”¹⁰⁷.

No Brasil, nomes como o de Lélia Gonzalez, desde o final dos anos 1970, atuando nos movimentos de redemocratização, alavancaram um corpo teórico bastante consistente para o pensamento afro-diaspórico, trabalhando o conceito de *amefricanidade* para um entendimento mais amplo da experiência negra nas Américas, além de, na condição de militante, ter apontado que as análises feministas sobre as desigualdades de gênero careciam de uma preocupação com a dimensão racial do problema¹⁰⁸.

A década de 1980, reportando-nos a nosso contexto pátrio, serviu para ampliar os estudos feministas na seara da antropologia, abordando-se temas como: organização do feminismo no país; relações familiares, incluindo aspectos vinculados a violência contra as mulheres; relações de trabalho; domesticidade; relações entre patroas e empregadas domésticas; sexualidade entre adultos e

¹⁰⁵ Segundo Ana Cláudia Lemos Pacheco, “outras perspectivas que tomaram o Standpoint como referência vão problematizar as bases da produção dos sujeitos “feministas” por meio de um “saber situado” ou localizado” (In: **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013. p.39).

¹⁰⁶ COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan/abril. 2016, p. 99-127 (o texto original é de 1986).

¹⁰⁷ PTQK, María. **A irmã outsider Audre Lorde** – Tradução de Priscilla Brito, Iara Paiva e Jussara Oliveira. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/08/a-irma-outsider-audre-lorde/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

¹⁰⁸ BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 48-52.

jovens heterossexuais; homossexualidades; aborto; prostituição feminina e masculina¹⁰⁹. De acordo com Adriana Piscitelli:

A popularidade da antropologia nessa área tem sido explicada considerando que historicamente a disciplina se preocupou com temas importantes para as discussões feministas, como família, papéis sexuais, divisão do trabalho e organização do cotidiano¹¹⁰

Considerando a distinção no sistema sexo/gênero, também na década de 1980, Donna Haraway, questiona a análise dicotômica procedida pelas produções bibliográficas mais referenciadas à época, demonstrando preocupação com a “lógica apropriacionista” de dominação que pode ser inferida da reapresentação do sexo como gênero, “inscrita no par binário natureza/cultura e na linhagem que ela gerou, incluindo a distinção sexo/gênero.”¹¹¹

Em período próximo, Joan Scott elabora uma desconstrução às oposições consideradas universais entre homem e mulher, masculino e feminino, sugerindo se pensar o gênero como uma categoria de análise sobre as diferenças sexuais e uma forma de dar sentido às relações hierárquicas de poder¹¹².

Os aportes pós-estruturalistas, assim, crescem, reivindicando a necessidade de desmantelamento dos construtos binários na cultura, que agem para a manutenção de hegemonias do masculino (e do feminino).

O espectro do feminismo ampliou-se com o deslocamento do sexo para o gênero (o que inauguraria uma terceira onda)¹¹³, “e a questão do lugar e do trânsito (de sujeitos, textos e ideias), tornou-se crucial para a crítica feminista”¹¹⁴, principalmente em suas vertentes pós-estruturalistas e pós-coloniais.

¹⁰⁹ PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n.2., jul-dez/2013. p. 382.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **cadernos pagu** (5) 1995, p. 36.

¹¹² SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAner-o-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

¹¹³ CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 246.

¹¹⁴ Ibidem, p. 18.

Nesse sentido, o pensamento de Judith Butler, em “Problemas de gênero”, afetado pela produção de Michel Foucault, pauta-se em um caminho metodológico analítico que é a produção de uma genealogia da produção feminista da categoria (revolta de substancialidade) do sujeito do feminismo, para entender os mecanismos de produção dessa identidade¹¹⁵. Desta forma, “uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas”¹¹⁶, embaralhando o sistema sexo/gênero.

Esta obra¹¹⁷ se insere no espectro acadêmico que veio a ser denominado mais propriamente nos anos 1990 de “estudos *queer*” (ou ainda, teoria *queer*, termo sugerido por Teresa de Lauretis)¹¹⁸¹¹⁹, que, segundo Richard Miskolci, origina-se a partir do encontro dos Estudos Culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês, notadamente com a contribuição da perspectiva metodológica de desconstrução de Jacques Derrida, problematizando concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação¹²⁰.

Ao encontro destes saberes *queer*, emerge a radicalidade do pensamento da contrassexualidade de Paul B. Preciado, enviesando-se por este

¹¹⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹¹⁶ SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 21.

¹¹⁷ Segundo Sarah Salih, é importante ressaltar, contudo que a autora em questão (Judith Butler) transita entre suas influências (sendo elas, majoritariamente, o pós-estruturalismo, a teoria psicanalítica, a teoria feminista e a marxista). Assim, “podemos dizer que ela tem afinidades com essas teorias e com seus projetos políticos, não se identificando com nenhuma delas em particular, mas utilizando uma série de paradigmas teóricos sempre que pareça conveniente, sob as mais variadas e por vezes inesperadas combinações” (In: Ibidem, p. 16).

¹¹⁸ Consoante explicação de Guacira Lopes Louro, “queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência (...)” (In: **Um corpo estranho**. Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 7). Berenice Bento, em tradução cultural indiossincrática, denomina tal vertente de “Estudos Transviados” (BENTO, Berenice. Prefácio, in: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009), enquanto Larissa Pelúcio traz a proposta de nomear essa vertente teórica de forma nacional e específica como “teoria cu” (PELÚCIO, Larissa. O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@I**, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines. Disponível em: <http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2016/05/Pages-from-Iberic@I-no9-printemps-2016-12.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018).

¹¹⁹ Este fato é descrito tanto por Richard Miskolci e por Larissa Pelúcio, nos seguintes materiais consultados: MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Editora UFOP, 2015. p. 32; PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@**, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines, número 9, 2016. p. 128.

¹²⁰ MISKOLCI, Richard. Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun 2009, p. 150-182.

desconstrucionismo derridiano e, ainda, por Butler, Haraway e de Laetis, de modo inventivo e crítico¹²¹, convidando a repensar o sistema sexo-gênero, de forma a evidenciar a artificialidade deste, anunciando “o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros”¹²², colocando em xeque a concepção de que os órgãos sexuais existem em si mesmos. Seu “Manifesto Contrassexual”, assim, exsurge como “uma espécie de contradisciplina ou um conjunto de tecnologias de resistência”¹²³ à redução da sexualidade à ideia de reprodução.

Guacira Lopes Louro publicou, no Brasil, um dos primeiros textos inserindo esta abordagem na seara da educação, convocando estudiosas(os) culturais e educadoras(es) a se atentarem à multiplicidade de posições de gênero e sexuais que não mais se comportam em esquemas binários, provocando a(o) leitor(a) a refletir se “uma política da identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir”¹²⁴.

Alguns tensionamentos, contudo, foram gerados diante da ascensão destas perspectivas, mormente diante da desconfiança de alguns setores ativistas de que este contato com o pós-estruturalismo tornaria o feminismo burocrático e extremamente acadêmico, fazendo com que perdesse o seu motor político e o contato com movimentos de base¹²⁵, contestações essas também presentes no caso brasileiro¹²⁶.

A plurivocidade já bastante evidenciada no pensamento feminista permitiu contra-argumentos a esses temores esboçados por alguns grupos, na esteira da ressalva feita por Denise Riley, para quem reconhecer a instabilidade e a polissemia da categoria “mulheres”, “não faz necessariamente com que

¹²¹ HADDOCK-LOBO, Rafael. Preciado e o pensamento contrassexual (uma prótese de introdução). **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 2, p. 83.

¹²² PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 21.

¹²³ HADDOCK-LOBO, Rafael. Op. Cit. p. 85.

¹²⁴ LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

¹²⁵ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global...**, p. 140.

¹²⁶ De acordo com Mary Garcia Castro, já nos anos 1990, “algumas autoras passam uma imagem do feminismo no Brasil, em textos publicados no exterior, (...), não haveria uma articulação entre teoria e prática ou entre ação feminista e produção acadêmica” (In: Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **cadernos pagu**. 2001 (16). p. 54.

mergulhemos no vago redemoinho dos seres “pós-gendrados”, abandonando as posições críticas do feminismo”¹²⁷.

Outrossim, observamos esforços de autoras feministas latino-americanas, como Glória Andalzúa, que se identifica com a vertente queer¹²⁸, de tomar estes estudos como um “movimento contrário às formas de controle hegemônicas do conhecimento institucionalizado”, deslocando e desestabilizando fronteiras identitárias de gênero e explorando as várias diferenças entre as próprias mulheres subalternizadas em contextos mais precários¹²⁹.

Relevante, portanto, é a contribuição de Silvia Gil para a percepção de novas demandas que desmantelaram a concepção unitária do sujeito no feminismo:

A partir dos anos noventa, as lutas já não são exclusivamente econômicas ou por reconhecimento, mas também lutas que incorporam toda uma economia subjetiva e simbólica. Daí a importância que adquire a produção de imagens, o jogo de representações, a guerrilha da comunicação, as relações entre arte e política, o ciberfeminismo como possibilidade de reinventar as identidades através de novas tecnologias e todas as estratégias relacionadas com o plano simbólico (campanhas gráficas, vídeos, fotografias, relatos fictícios, performances, web design, blogs), anotadas com o desejo de construir novas representações da realidade¹³⁰.

Inevitável, assim, concluir, neste ponto, que, a despeito das tensões anunciadas, as considerações teóricas pós-estruturalistas, mais trabalhadas na atualidade, trouxeram questionamentos sobre a irredutibilidade do sujeito e das identidades, colocando as possíveis fragmentações e a situação contextual como centrais – “ou seja, o sujeito mulher passava a ser questionado e aparecia fragmentado e contextualizado, enquanto devir”.¹³¹

¹²⁷ RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of “Women” in History*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988, p.2.

¹²⁸ ANZALDÚA, Gloria. *Queer(izar) a escritora – loca, escritora y chicana*. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 408-425.

¹²⁹ BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p.42.

¹³⁰ GIL, Silvia. **Nuevos feminismos: sentidos comunes em la dispersión**. Traficantes de sueños: Madrid, 2011. p. 37.

¹³¹ ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. **Psicologia & Sociedade**. n. 20, v. 3, 2008, p. 453-464.

1.3. TRANSFEMINISMO(S) EM FOCO: VALORIZANDO SABERES LOCALIZADOS

*“Ellos dicen representación. Nosotros decimos experimentación. Dicen identidad. Decimos multitud. Dicen lengua nacional. Decimos traducción multicódigo. Dicen domesticar la periferia. Decimos mestizar el centro. Dicen deuda. Decimos cooperación sexual e interdependencia somática. Dicen desahucio. Decimos habitemos lo común”.*¹³²

Certo é que a apresentação dessas vertentes no formato aqui disposto, apesar de facilitar uma compreensão mais ampla da heterogeneidade sobre a qual os feminismos se sustentam, não pode significar a substituição ou a superação de uma crítica pela outra, tendo em vista que “a circulação e a proliferação de discursos contra-hegemônicos já vinham acontecendo de forma contínua”¹³³ desde muito antes da intensificação das últimas tendências colacionadas.

Ao expor estas ideias, entendemos a possibilidade de que, num contexto plural e democrático, “a ausência de uma identidade essencial feminina e de uma unidade prévia não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comuns.”¹³⁴

Porém, como vimos, essa discussão sobre o sujeito do feminismo possui implicação sobre o próprio caráter dos movimentos¹³⁵ e de sua organização, fazendo emergir outras formas políticas de visibilidade e representação, bem como variadas estratégias cotidianas de resistência.¹³⁶

¹³² PRECIADO, Paul B. Decimos revolución. In: **Transfeminismos**: epistemes, fricciones y flujos. Tafalla: Txalaparta, 2013. p. 10.

¹³³ BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura...**, p. 39.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Uma vez reconhecida a pluralidade de vozes dentro do pensamento feminista, pontuamos a necessidade de nos utilizarmos do substantivo no plural.

¹³⁶ SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, jan-jul/2011. p. 217-243.

É nesse contexto que teorias e práticas transfeministas passam a ser concebidas.

Nos Estados Unidos, é possível se reportar aos fins da década de 1960 como um momento de deflagração de um ativismo mais organizado de pessoas trans, especialmente com os desdobramentos do emblemático evento conhecido como “Revolta de Stonewall”, ocorrido em 1969, em Nova Iorque¹³⁷. Era possível ver mobilizações para uma série de visibilidades acerca da exclusão de pessoas trans (além de lésbicas e gays), considerando os marcadores sociais de classe e raça, já que a maioria dessas pessoas marginalizadas era negra e socioeconomicamente desfavorecida¹³⁸. Nesse sentido, há relatos de Sylvia Rivera, conhecida como uma das precursoras do ativismo trans naquele país, pela reivindicação de seu protagonismo na Revolta de Stonewall, na condição de mulher trans, como forma de demonstrar a necessidade da escuta de demandas até então bastante silenciadas quanto ao reconhecimento, a criminalização e a subalternização de pessoas trans¹³⁹.

Ainda nos cingindo ao contexto estadunidense, o Manifesto Pós-Transexual de Sandy Stone (“*The Empire Strikes Back*”), inspirando-se no vocabulário conceitual de Donna Haraway em seu Manifesto Ciborgue sobre construções sociais que produzem discursivamente os corpos em sua materialidade¹⁴⁰, torna-se referencial no desenvolvimento do que se denominaria de estudos transgêneros, vertente que se funda nos Estados Unidos (espalhando-se principalmente entre os países da América do Norte e da

¹³⁷ Trata-se de evento ocorrido em 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque, consistente em uma série de manifestações de membras(os) da comunidade LGBTI, contra ações policiais violentas direcionadas principalmente a grupos marginalizados da comunidade. De maneira bastante didática e acessível, Mike Funk, homem trans quadrista dos Estados Unidos, conta detalhes sobre o evento, apresentando o protagonismo de mulheres lésbicas e pessoas trans em tais manifestações. Esta reconstituição é possível ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://ladobi.uol.com.br/2013/10/revolta-stonewall-recontada-quadrinhos/>. O trabalho de Mike Funk também pode ser consultado na íntegra na rede social Tumblr (<http://mike-funk.tumblr.com/>). A história de Sylvia Rivera, ícone do movimento trans estadunidense, foi por ela contada nos seguintes vídeos: https://www.youtube.com/watch?v=SWwD_D0Guhs e; <https://www.youtube.com/watch?v=laVmww9SvOc>, ambos veiculados pelo canal do YouTube “Transgender Films”, projeto que visa a dar visibilidade às várias demandas e questões sobre as quais se debruçam as pessoas trans (conforme informações obtidas do próprio canal).

¹³⁸ CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Nomes (im)próprios**: registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 43.

¹³⁹ Ibidem, p. 44.

¹⁴⁰ STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006. p. 103.

Europa), em paralelo às tendências feministas dos anos 1990 e dos estudos queer, como um campo interdisciplinar crítico de conhecimento que permite analisar a operacionalidade dos sistemas e das instituições que produzem a viabilidade de certas corporalidades e eliminam outras socialmente, na forma preconizada por Susan Stryker¹⁴¹.

Este artigo é uma resposta de Stone ao “império transexual” descrito por Janice Raymond, em 1979, no livro *“The Transsexual Empire – The Making of a She-Male”*, para quem sujeitos trans seriam apenas pessoas infelizes com os papéis de gênero estabelecidos socialmente¹⁴² e para quem, especialmente, mulheres trans seriam paródias da feminilidade e “invasores masculinos” dos espaços de mulheres¹⁴³. A hipótese levantada por esta última autora era de que a comunidade médica, ao realizar as chamadas cirurgias de “mudança de sexo”, estaria reforçando opressões de gênero, “ou seja, a própria comunidade médica, com sua soberania, estaria por trás do ‘Império Transexual’ para manter os interesses do patriarcado e das normas de gênero”¹⁴⁴. No seu artigo, entretanto, Stone sugere que pessoas trans não poderiam ser tratadas como uma classe a parte, nem um terceiro gênero, mas, sim, um conjunto de corpos corporificados com o potencial para destruir categorias dicotômicas de gênero (e sexualidade)¹⁴⁵.

Segundo Raewyn Connell, o Manifesto Pós-Transexual efetivamente relacionou as vidas das mulheres trans com a crescente onda dos estudos

¹⁴¹ STRYKER, Susan. (De)subjugated knowledges: an introduction to transgender studies. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006. p. 3. A autora sublinha que “metodologicamente, os Estudos Transgêneros exemplificam o que Foucault chamava de insurreição dos saberes sujeitos. Por “saberes assujeitados”, Foucault se referia a dois tipos diferentes de conhecimento. Primeiramente, ele remetia a “conteúdos históricos que tenham sido mascarados ou sepultados em coerências funcionais ou sistematizações formais”. (...) Os Estudos Transgêneros aproveitam justamente dessa espécie de conteúdo histórico – materiais descritivos enterrados em etnografias de sistemas de gênero não-europeus, os transcritos de procedimentos legais escondidos em publicações obscuras jurisprudência ou nos arquivos de pacientes psiquiátricos – que devem ser escavados dos arquivos com ferramentas tradicionais de ensino e recontextualizados nos debates acadêmicos atuais. Outro tipo de “saber sujeito” de Foucault (...) é precisamente o tipo de conhecimento que as pessoas transgêneras, academicamente treinadas ou não, têm de sua própria experiência corporificada, e dos seus relacionamentos com discursos e instituições que agem sobre e através delas. (Ibidem, p. 12-13).

¹⁴² LISBOA, Leonarda. **O “Império transexual” que nunca existiu**. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-imperio-transexual-que-nunca-existiu/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

¹⁴³ CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais...**, p. 228.

¹⁴⁴ LISBOA, Leonarda. *Op. Cit.*

¹⁴⁵ CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais...**, p. 231.

culturais e, principalmente, com a pauta *queer* de rompimento em torno das categorias de gênero convencionais¹⁴⁶. Ainda assim, trata-se de representação emblemática no campo intelectual das conturbadas relações dos feminismos com as corporalidades trans¹⁴⁷.

Ao deslocarmos nosso olhar para as circunstâncias nacionais, notamos, em um primeiro momento, que a inserção e a participação de pessoas trans no movimento que hoje designamos LGBTI nem sempre foi acatada e efetivada de maneira tranquila. As identidades abarcadas sob a insígnia T só integrariam a nomenclatura oficial do movimento em meados dos anos 1990 – a um movimento que, de homossexual, passou a ser conhecido como GLT (gays, lésbicas e travestis)¹⁴⁸.

Em apanhado histórico recente, Indianare Siqueira, ativista transfeminista e transvestigênera¹⁴⁹ pelos direitos de pessoas LGBTI e quaisquer outros grupos identitários¹⁵⁰, narra que, entre 1994 e 1995, após diversas reuniões que ela e outras amigas travestis realizaram para conhecer o Programa Municipal de DST de Santos, houve a fundação do Grupo Filadélfia de Travestis e Liberados¹⁵¹ de Santos. Este grupo e Indianare só vieram a conhecer em 1995 a ativista trans Jovanna Baby, conhecida como a fundadora do movimento trans organizado no Brasil, em 1992, segundo apontamentos de Mario Carvalho e Sérgio Carrara:

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 223.

¹⁴⁸ FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: **Sexualidade, salud y sociedad**. n. 3. 2009. p. 62.

¹⁴⁹ Como se autoidentifica.

¹⁵⁰ Conforme entrevista concedida à Jaqueline Gomes de Jesus (In: Uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. **Revista Gênero**, Niterói, v.14, n.1, 2.sem.2013. p. 58-59). À época do encontro que teve com a Professora Jaqueline, Indianare ainda grafava seu nome da maneira “Indianara”. Preservamos este último desígnio na transcrição da referência bibliográfica em prestígio ao título consignado no periódico científico, para fins de correta atribuição de créditos).

¹⁵¹ Interessante notar que o termo “liberados” também era usado para se referir a gays, lésbicas e pessoas simpatizantes, conforme informações colhidas por Sérgio Carra e Mario Carvalho a partir de depoimentos de Jovanna Baby: “O termo ‘liberados’ se referia a ‘gays, lésbicas e pessoas simpatizantes’, segundo informação de Jovanna Baby. Outras ONGs foram fundadas fazendo uso deste termo, como no caso da ASTRAL-GO, numa versão mais sexual para o seu significado. Nas palavras de Bete Fernandes: ‘Liberados eram homens que namoravam com as travestis... é... homens... essas coisas, eram liberados... podiam casar com gay, com travesti, com transexual... eram liberados’” (CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossiê nº 2, n. 14 – ago.2013. p. 326).

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo, de acordo com Jovanna Baby. A Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá. (...) O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado “Saúde na Prostituição”, que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação. A influência de ações de resposta à epidemia da AIDS foi também crucial na constituição de outras organizações de travestis que surgiriam nos anos seguintes. Mapeando o percurso de entrada na militância de nossas entrevistadas, pudemos perceber que muitas delas iniciaram sua participação política em distintas organizações com alguma atuação no enfrentamento da epidemia da AIDS. (...) ¹⁵²

As informações extraídas do depoimento de Indianare, bem como do estudo conduzido por Carrara e Carvalho, denotam que o Estado tão somente desviou sua atenção à saúde da população travesti quando esta foi considerada como um “grupo de risco”, o que é referendado por Berenice Bento e amplamente explanado por Larissa Pelúcio em seu trabalho etnográfico ¹⁵³.

Retomando a discussão acerca da legitimidade dos sujeitos políticos feministas brasileiros, através de dados da etnografia do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 2005, em São Paulo, Karla Galvão Adrião, Maria Juracy Filgueiras Toneli e Sônia Weidner Maluf narram que a participação de mulheres trans foi posta em debate, uma vez que houve uma

¹⁵² CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossiê nº 2, n. 14 – ago.2013. p. 319-351.

¹⁵³ BENTO, Berenice. Apresentação. In: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009. Berenice Bento tece perspicazes críticas nesse sentido, com as quais concordamos, razão pela qual optamos pelo uso do termo “atenção pública” ao invés de “política pública” para retratar este contexto em que o Estado passou a cogitar de meios de prevenção à AIDS, relacionando-os com atividades profissionais desempenhadas por travestis: “De fato, é generosidade qualificar um conjunto de discursos e recursos destinados exclusivamente para o controle das DST/aids como ‘política pública para as travestis’. Pode-se argumentar que o Estado está agindo na defesa da vida das travestis ao informar e distribuir preservativos. Esta é uma meia verdade. Travestis e transexuais são reiteradamente assassinadas no Brasil, mortes brutais, são expulsas das escolas, agredidas nas ruas, não têm direito a um documento com suas identidades de gênero, não encontram oportunidades de emprego no mercado formal, ao contrário, o Estado brasileiro, no Código Nacional de Ocupação, afirma que ‘travesti’ é um dos sinônimos para ‘prostitutas’, quando a travestilidade relaciona-se às questões identitárias e não a profissão.” (Ibidem, p. 21).

fala de introdução de uma das organizadoras na qual se justificava a decisão da comissão em não aceitar que mulheres trans se inscrevessem para o evento¹⁵⁴.

Outro caso emblemático é trazido por Thiago Coacci quanto à participação de duas militantes trans no VI Seminário Nacional de Lésbicas, em que, mesmo uma delas tendo sido convidada para fazer parte de uma das mesas do evento, foram desautorizadas a permanecer para demais atividades do seminário¹⁵⁵.

Expressando indignação quanto a essa polêmica, Aline de Freitas publica o “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, através do qual, pensando na histórica dicotomia de polarização homem-mulher, e na posição de mulher trans, propõe uma reflexão para a sociedade acerca de quem são mulheres e homens trans e quais mecanismos estatais atuam para se aferir quem são esses sujeitos¹⁵⁶.

Na mesma década, Emi Koyama, ativista japonesa, lançou mão de seu Manifesto Transfeminista, visando à ampliação do feminismo para que abarcasse a possibilidade de autodeterminação da identidade de gênero¹⁵⁷, englobando “políticas de coalização feminista nas quais mulheres com diferentes vivências e histórias lutam umas pelas outras”¹⁵⁸.

¹⁵⁴ ADRIÃO, Karla Galvão; MALUF, Sônia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (3), set-dez/2011, p. 666-667.

¹⁵⁵ COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **Revista História Agora**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Coacci/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao/links/563b4fe808aeed0531de7958/Encontrando-o-transfeminismo-brasileiro-um-mapeamento-preliminar-de-uma-corrente-em-ascensao.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

¹⁵⁶ FREITAS, Aline de. **Ensaio de Construção do Pensamento Feminista**. Disponível em: <http://www.casadamaite.com/node/7424>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

¹⁵⁷ Adotando perspectiva enunciada pelos Princípios de Yogyakarta, compreendemos identidade de gênero como “a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos” (in: Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2018).

¹⁵⁸ KOYAMA, Emi. Manifesto Transfeminista. Disponível em: <https://bookblokrda.wordpress.com/2014/06/20/novembro-2013/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

No Estado Espanhol, durante as Jornadas Feministas de 2009, coletivos redigiram o Manifesto para a Insurreição Transfeminista, a fim de tornar possível e visível a articulação de uma nova aliança dentro dos movimentos feministas, materializando a necessidade política de se dar conta da multiplicidade do sujeito feminista, pensando na particularidade dos corporalidades trans e das sexualidades dissidentes¹⁵⁹.

Ao trazer interlocuções teóricas do pensamento transfeminista (ressalvando, todavia, os vários matizes deste), Jaqueline Gomes de Jesus contesta os métodos do pensar-escrever acadêmico brasileiro, incrustados ainda na tradição escolástica, de que teorias somente podem ser concebidas em ambientes assépticos e convencionalmente aptos para a pesquisa¹⁶⁰.

Percebemos, assim, a dimensão política destas reflexões, as quais se instauram sobre a historicidade da constituição das identidades, dos gêneros, dos feminismos e das teorias.

Pensando nisso, entendemos ser importante a lição de Donna Haraway no sentido de que os saberes são localizados e, nesta senda, a objetividade científica deve ser compreendida como um imperativo ético-feminista de posicionamento¹⁶¹. Nesse sentido, ao propor uma conexão entre as proposições desta autora com perspectivas transfeministas, explica Beatriz Pagliarini Bagagli:

“A produção de um conhecimento objetivo é possível (assim como a racionalidade), mas é entendido sempre de forma situada, enquanto saberes localizados, corporificados, parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”.¹⁶²

Não soaria estranho dizer que as proposições transfeministas se afinam com os estudos *queer* e outras vertentes pós-estruturalistas, uma vez que questionam o binarismo sexual e de gênero que leva à invisibilização de identidades trans. Contudo, o transfeminismo, segundo Miriam Solá, assume uma experiência e vínculos com as lutas feministas que o precedem e permite

¹⁵⁹ SOLÁ, Miriam. Con-texto. In: **Transfeminismos: epistemes, fricciones y flujos**. Tafalla: Txalaparta, 2013. p. 19.

¹⁶⁰ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista...**, p. 17.

¹⁶¹ HARAWAY, Donna. **Saberes localizados...**, 1995.

¹⁶² BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Máquinas discursivas...**, p. 17.

não olvidar as diferentes posições de poder de homens e mulheres na sociedade: “sem negar nenhuma das determinações sociais que nos compõe, a crítica ativista deve nomeá-las, busca-las, afirma-las, reivindica-las, para poder transcende-las e voltar novamente a elas.”¹⁶³

Desta maneira, verificamos a instrumentalização deste pensamento transfeminista para orientar alguns conceitos importantes para uma análise da tratativa do fenômeno jurídico acerca da transgeneridade, aqui entendida tanto como fenômeno sociológico de transgressão do binarismo de gênero informado pela lógica biologicista¹⁶⁴, quanto em seu vetor material ético-político de resistências à interpelação ideológica de uma *cisgeneridade* compulsória¹⁶⁵.

Em termos mais didáticos, basilar é a lição de Mauro Cabral quanto à transgeneridade que, para o autor,

constitui um espaço heterogêneo, por definição, no qual convive – em termos não só desiguais, mas também confrontados – um conjunto de narrativas sobre a carne, o corpo e a prótese, o desejo e as práticas sexuais, o viajar e o estar em casa, a identidade e a expressão de si, o autêntico e o fictício, o reconhecimento e a subversão, a diferença sexual e o sentido, a autonomia de decisão e a biotecnologia como instrumento que é, ao mesmo tempo, mudança de frente de batalha. Portanto, é um espaço percorrido por uma multidão de sujeitos em dispersão: travestis, lésbicas que não são mulheres, transexuais, drag queens, drag kings, transgêneros... e tod*s aquel*s que, de alguma maneira, encarnam formas de vida que não podem ser reduzidas nem ao binário genérico nem aos imperativos da hetero ou homonormatividade¹⁶⁶.

Acerca da cisgeneridade que ora sublinhamos, importante questão debatida pelo transfeminismo¹⁶⁷, trata-se de uma ideia afirmada inicialmente por

¹⁶³ SOLÁ, Miriam. **Transfeminismo(s)**..., p. 20.

¹⁶⁴ LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**..., p. 428.

¹⁶⁵ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **O que é a transgeneridade em seu vetor material?**. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-a-transgeneridade-em-seu-vetor-material/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

¹⁶⁶ CABRAL, Mauro. **La paradoja transgénero**. Disponível em: <https://programadssrr.files.wordpress.com/2013/05/la-paradoja-transgc3a9nero.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

¹⁶⁷ Hailey Kaas sintetiza algumas questões relevantes para o pensamento transfeminista, como: feminilidade; a despatologização das identidades trans; cissexismo e cisgeneridade; a separação da ideia de identidade de gênero como sendo sinônimo de sexualidade e a visibilidade de pessoas trans não heterossexuais; direitos reprodutivos (KAAS, Hailey. **O que é transfeminismo?** Uma breve introdução. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2018). Retomaremos e expandiremos alguns destes elementos no decorrer deste trabalho.

Dana Leland Defosse e Carl Buijs (segundo as fontes que consultamos¹⁶⁸) na década de 1990 e retomada em 2005 por Julia Serano, atuante desde o início nos autodenominados movimentos transfeministas contemporâneos, em postagens em blogs e discussões em fóruns na internet.¹⁶⁹

Mais tarde, em 2007, Serano publica *“Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity”*, livro no qual a autora credita à Emi Koyama sua aproximação com as “terminologias cis”, remetendo-se ao conceito de cisgeneridade para descrever expectativas binárias quanto ao gênero, contrapondo-o à transexualidade¹⁷⁰.

No Brasil, viviane v. conceitua cisgeneridade como normatividade sobre corpos e identidades de gênero que os naturaliza como binários e estanques, podendo ser resumida “como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja ‘experiência interna e individual do gênero’ corresponda ao ‘sexo atribuído no nascimento’ a elas”¹⁷¹.

Relevante acentuar que tanto este termo como suas variações (“cisgênera” ou “cisgênero”, como adjetivação), surgem para marcar a diferença em relação a “transgeneridade” (e às formas “transgênera” ou “transgênero”), “tendo em vista que o prefixo ‘cis’ significa ‘deste lado’ ou ‘aquém’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’, que significa ‘do outro lado’ ou ‘além’”¹⁷².

Assim, vemos que o uso destes prefixos na tematização do gênero relaciona-se diretamente com os processos de produção de diferenças, que geralmente naturalizam acriticamente um padrão dominante e estigmatizam o outro desviante¹⁷³.

Trajetos semelhantes podem ser observados na tônica que se deu acerca das sexualidades. Nesse sentido, Anne Fausto-Sterling assinala que, muito embora alguns historiadores registrem o ano de 1869 como marco da gestação

¹⁶⁸ v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 51.

¹⁶⁹ CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Nomes (im)próprios**: registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 13.

¹⁷⁰ SERANO, Julia. **Whipping girl**: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. Hachette UK, 2016.

¹⁷¹ v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 44.

¹⁷² BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero além da patologização. **Revista Periódicus**, n. 5, v. 1, mai-out/2016. p. 89.

¹⁷³ v., viviane. Pela descolonização das identidades trans. **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012**. Disponível em: https://www.academia.edu/2562141/Pela_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_das_identidades_trans. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

conceitual da homossexualidade, a heterossexualidade como conceito somente chega à consciência do público nos anos 1930¹⁷⁴. Mas é principalmente com o questionamento localizado nas produções intelectuais-ativistas à ordem supostamente natural da heterossexualidade que se massifica a análise da normalização de certos desejos em contraste com a patologização de outros.

Deste modo, a sugestão de um caminho analítico que se preste à indagação às normas cisgêneras dominantes revela possibilidades outras de interpretação dos gêneros, e não uma premissa a partir da qual se define o que (quem, no caso) seja normal¹⁷⁵.

Entendemos, ainda, que a correspondência entre identidade de gênero¹⁷⁶ e sexo atribuído ao nascimento é decorrente de um essencialismo pronunciado do que é ser homem ou mulher, “produzido historicamente a partir de interpretações com bases biológicas e legitimado por diversos saberes e campos disciplinares (...), produto da naturalização do sexo e do gênero, que os vincula numa lógica de dependência cisheterossexual.”¹⁷⁷

Esta normatividade é vislumbrada na homogeneização discursiva enclausurada na categoria ainda nosológica da transexualidade, globalmente administrada por alguns documentos médicos, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM), o Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e os critérios para autorização de cirurgias de transgenitalização da World Professional Association for Transgender Health¹⁷⁸.

Incorporar, portanto, referenciais transfeministas aos estudos de gênero, põe em xeque verdades historicamente constituídas por diversos saberes que tematizam sobre subjetividades e diferenças sexuais, abrindo caminhos para explorar e contestar os discursos jurídicos de essencialização do sexo e do gênero, que, ao perpetuarem a patologização das experiências e identidades trans, restringem o acesso destas pessoas a direitos fundamentais.

¹⁷⁴ FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In: **cadernos pagu** (17/18) 2001/02 p. 42-48.

¹⁷⁵ v., viviane. Pela descolonização das identidades trans..., 2012.

¹⁷⁶ Neste ponto, salientamos que identidade de gênero diz respeito a

¹⁷⁷ CIDADE, Maria Luiza Rovaris; MATTOS, Amana Rocha. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, n. 5., v. 1., maio-out/2016. p. 145.

¹⁷⁸ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 18-19.

Desta forma, vislumbramos um relevante arcabouço teórico que não pode ser desconsiderado na tratativa dialógica da transgeneridade com a dogmática do direito.

Assim, aventamos a plausibilidade da defesa de “se construir um espaço habitável para as vivências e narrativas trans para além dos modelos de suposta coerência entre “sexo biológico” e gênero cultural como marco de normalidade e saúde”¹⁷⁹, jungindo esta proposta ao exercício de se pensar o direito criticamente, provocando o desmonte de elementos essencialistas que formam as marcas de gênero no domínio jurídico¹⁸⁰.

Não obstante, mostra-se interessante e prudente sintetizar ideias sobre as quais a compreensão patologizada dos corpos trans – da qual pretendemos nos desvencilhar – se erigiram, aportes estes que são majoritariamente acessados pelo discurso jurídico para tutelar esses indivíduos.

¹⁷⁹ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero...**, p. 90.

¹⁸⁰ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, p. 196.

CAPÍTULO 2 – PARA ALÉM DO *TRANSEXUAL VERDADEIRO*: COMPREENSÕES SOBRE GÊNERO E(M) EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS TRANS

*“Eu não sofro de disforia de gênero. Eu sofro de uma disforia burocrática”.*¹⁸¹

A *despatologização* das experiências e identidades trans é demanda primordial de movimentos sociais e intelectuais preocupados com a situação de vulnerabilidade deste grupo social, como parte do projeto de emancipação da subjugação de suas subjetividades aos limitadores protocolos médicos, e também como forma de acesso à plena cidadania.

Ao anunciarmos este movimento de combate à patologização, inferimos que o saber médico se revela central na objetificação destas expressões e identidades gênero-diversas, universalizando-as por meio de uma norma psiquiátrica¹⁸². É preciso entender, portanto, quais são os mecanismos que regulam e limitam a expressão desses corpos inconformes com as díades sexuais e de gênero. Afinal, “dissertar sobre transexualidade é discutir como a cultura ocidental tem construído categorias como corpo/sexo/sexualidade”¹⁸³.

De acordo com o Conselho Federal de Medicina, através da Resolução nº 1955/2010, que regulamenta de maneira geral o Processo Transexualizador no território pátrio, considera-se o paciente transexual como “portador de um desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência a automutilação e/ou autoextermínio”¹⁸⁴.

Além da resolução supramencionada, outros enunciados normativos agem na abordagem desta categoria nosológica, como a Portaria nº 2.803/2013 do CFM, que “redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único

¹⁸¹ Declaração dada por uma mulher trans (cujo nome não conseguimos obter até a última revisão deste trabalho) em uma audiência pública do Conselho da Cidade de Nova Iorque sobre direitos de pessoas trans (Transcript of the Minutes of the Committee on General Welfare, City Council of New York, 2001. p. 195, citada por CURRAH, Paisley. The transgender rights imaginary. In: FINEMAN, Martha; JACKSON, Jack E.; ROMERO, Adam P (Ed.). **Feminist and queer legal theory**: intimate encounters, uncomfortable conversations. Ashgate, 2009. p. 254).

¹⁸² BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 31.

¹⁸³ SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 120.

¹⁸⁴ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.955/2010**. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

de Saúde (SUS)”, abrangendo as identidades travestis no seu conteúdo, sem contudo, alterar o paradigma que informa a definição da transexualidade da resolução anterior.

De outro norte, observamos através de decisões judiciais de nossos tribunais superiores, que dizem respeito a processos de retificação na documentação de pessoas trans – retificação esta, doravante, de prenome e designativo de sexo -, mantêm o entendimento quanto à categorização nosológica da transexualidade, mesmo que sirvam para reconhecer o direito pleiteado pelas(os) requerentes – inclusive, quando o judiciário consigna a desnecessidade de realização da cirurgia de transgenitalização para tanto.

A título exemplificativo, citamos excerto do acórdão referente ao Recurso Especial nº 1.626.739/RS:

O transexual deseja viver e ser aceito como pessoa do gênero oposto. Acredita ter nascido "com o corpo trocado", considerando-o, muitas vezes, disforme ou monstruoso, razão pela qual manifesta imperativo desejo de "adequação do sexo", mediante o uso de vestimentas do sexo oposto e a realização de terapia hormonal e/ou de cirurgia de transgenitalização. A forte rejeição do fenótipo sexual apresentado pode levar o transexual à automutilação ou ao suicídio¹⁸⁵.

A literatura jurídica¹⁸⁶ mais tradicional, apropriando-se da oferta lançada pela medicina acerca da transexualidade¹⁸⁷, não destoa deste paradigma.

Em seu dicionário jurídico, Maria Helena Diniz ostenta definições fechadas do transexual:

Transexual: Medicina legal e psicologia forense. 1. Aquele que não aceita o seu sexo, identificando-se psicologicamente com o sexo oposto (Hojda), sendo, portanto, um hermafrodita psíquico (H. Benjamin). 2. Aquele que, apesar de aparentar ter um sexo, apresenta constituição cromossômica do sexo oposto e mediante cirurgia passa para outro sexo (Othon Sidou). Tal intervenção cirúrgica para a mulher

¹⁸⁵ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 4ª Turma - Relator: Ministro Luís Felipe Salomão – Recurso Especial nº 1.626.739/RS. Data de Julgamento: 11/10/2016. Teor disponibilizado em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170510-03.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2018. Este conteúdo será retomado no capítulo 4 deste trabalho.

¹⁸⁶ Sabemos que, na seara jurídica, é costumeiro (e tecnicamente correto) se referir aos conteúdos produzidos cientificamente como “doutrina”: trata-se, de maneira bastante sintetizada, de conjunto de ensinamentos que se traduz em uma das fontes do direito (assim como são, resumidamente, as leis, os costumes e a jurisprudência). Não obstante, optamos por referenciar estes trabalhos científicos como “literatura jurídica”, afastando-nos da clausura das tradições dogmáticas, o que se torna mais harmônico com o diálogo interdisciplinar aqui proposto.

¹⁸⁷ CHILAND, Colette. **O transexualismo**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: 2008. p. 12.

consiste na retirada dos seios, fechamento da vagina e confecção de pênis de uma vagina (Paulo Matos Peixoto). 3. Para a Associação Paulista de Medicina, é o indivíduo com identificação psicosssexual oposta aos seus órgãos genitais externos, com o desejo compulsivo de muda-los. 4. Aquele que, tendo morfologia genital masculina, sente-se psicologicamente mulher, rejeitando seu papel de gênero masculino até buscar a alteração de sua anatomia para assumir aparência física feminina. Correspondentemente, há mulheres em situação análoga (Aldo Pereira).¹⁸⁸

Sob este prisma fundamentalmente clínico, Elimar Szaniawski, em pensamento considerado de vanguarda para a época, assevera que a transexualidade se trata de uma anomalia da sexualidade humana ocasionada pela inversão da identidade psicológica do indivíduo, marcada por uma sensação de *pertencimento* ao sexo oposto e o extremo desejo de *reversão sexual*.¹⁸⁹ Explica o jurista que “a problemática da identidade sexual de alguém é, porém, muito mais ampla do que seu simples sexo morfológico (...) o sexo compõe-se da conjugação dos aspectos físico, psíquico e comportamental da pessoa, caracterizando-se, conseqüentemente, seu estado sexual”¹⁹⁰.

Há ainda aquelas(es) que propõem uma classificação de pessoas transexuais com base na estabilidade da vontade de realizar a cirurgia de transgenitalização: “enquanto o transexual primário apresenta uma obsessão de mudança de sexo ‘compulsiva, precoce, imperativa e perene’, o transexual secundário alterna fases de atividade homossexual e travestismo, ‘apresentando impulsos transitórios e ocasionais de transexualidade’.”¹⁹¹

Em esforço mais acentuado de interlocução da produção jurídico-científica com a bioética¹⁹², Tereza Vieira sustenta a transexualidade (para a

¹⁸⁸ DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 604.

¹⁸⁹ SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**: estudo sobre o transexualismo - aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 52.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 35.

¹⁹¹ Trata-se de comentário de Camila de Jesus Mello Gonçalves à seguinte obra: SUTTER, Matilde Josefina. **Determinação e mudança de sexo**. Aspectos médico-legais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993 (In: **Transexualidade e Direitos Humanos**: o reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade. Curitiba: Juruá, 2014. p. 69.

¹⁹² Carolina Grant avança que o contexto de surgimento e consolidação da Bioética como disciplina e campo de estudo se deu grandemente a uma série de denúncias relativas às pesquisas científicas com seres humanos, realizadas ou que estavam em andamento no período compreendido entre 1960 e 1980 (GRANT, Carolina. **Direito, bioética e transexualidade**: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, p. 141). Em aporte introdutório, Jussara Maria Leal de Meirelles explica que “embora as preocupações com os valores humanitários tenham surgido anteriormente, o termo Bioética, derivado das palavras gregas bios (vida) e ethike (ética) apareceu inicialmente no título da obra

autora, transexualismo), como o “transtorno diagnosticável, passível de tratamento, e esse inclui a readequação de gênero, visando conciliar o sexo anatômico com o sexo psíquico. Logo, portadores de transexualismo devem ser respeitados da mesma forma que portadores de tantas outras moléstias conhecidas”¹⁹³. Em obra mais recente, sinaliza que “o transexual se considera membro do sexo oposto, entalhado com o aparelho sexual errado, o qual quer ardentemente erradicar. O transexual masculino tem ego corporal e psíquico femininos. O transexual feminino é, evidentemente, o contrário (...)”.¹⁹⁴

Em perspectiva semelhante, fazendo referência a Tereza Vieira, Maria Berenice Dias explica que “a transexualidade (...) caracteriza-se por um forte conflito entre o corpo e a identidade de gênero e compreende um arraigado desejo de adequar – hormonal ou cirurgicamente – o corpo e gênero almejado”¹⁹⁵.

Observamos, assim, uma transposição tendencialmente acrítica do conceito médico para o âmbito jurídico, de modo que estes discursos acabam por, inevitavelmente, se retroalimentarem¹⁹⁶, sendo possível a sua problematização em cotejo com os aportes dos estudos de gênero pós-estruturalistas e as ferramentas teóricas transfeministas outrora exploradas.

Nesta toada, é possível verificar que, no campo desses saberes, a transexualidade (por vezes ainda discernida como transexualismo), é tratada como uma enfermidade mental materializada pelo desvio dos caminhos de

de Van Rensselaer Potter (Bioethics: bridge to the future), em 1971, apesar de o sentido do termo haver sido outro, bem distante do que hoje pretende significar (...).Tendo em vista, contudo, as constantes inovações científicas, o campo de atuação da Bioética vem constantemente evoluindo e se ampliando, abrangendo áreas das mais diversas, tais como: relacionamento profissional-paciente, saúde pública, reprodução humana, pesquisa biomédica e comportamental, saúde mental, sexualidade e gênero, morte e morrer, genética, ética da população (...) Daí porque, atualmente, entende-se que o alcance do vocábulo Bioética é bem mais amplo, indicando um conjunto de pesquisas e práticas interdisciplinares tendentes a solucionar questões éticas que o avanço das tecnociências médicas tem provocado (MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. A questão do biodireito sob a ótica da construção dos novos direitos no Brasil. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **A construção dos novos direitos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008. p. 212-213).

¹⁹³ VIEIRA, Tereza Rodrigues; SEGRE, Marco. **Bioética e sexualidade**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p. 101.

¹⁹⁴ VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nome e Sexo**: mudanças no registro civil. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 159.

¹⁹⁵ DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI** – 6ª ed. reformulada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 269.

¹⁹⁶ CAMPOS, Arantza. **La transexualidad y el derecho a la identidad sexual**. Disponível em: http://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/arantza_campos/identidad.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

subjetivação e corporificação instituídos pela cisnormatividade conjugada à heteronorma¹⁹⁷, que incidem na padronização das identidades de gênero em conformidade com a genitália.

Esta restrita compreensão vai ao encontro da hipótese levantada por Berenice Bento de que “o conceito de humano está assentado em um projeto político que retira humanidade daqueles que não têm um gênero compatível com o sexo”¹⁹⁸, porquanto o olhar diagnóstico infirma a multiplicidade de reconhecimento das experiências trans, além de reforçar estigmas sociais.

Feitas essas considerações iniciais, retomaremos algumas lições sobre a construção do paradigma do transexual verdadeiro e do dispositivo da transexualidade, objetivando sua historicização e sua influência na hodierna normatização da transexualidade no território nacional, para, após, contrastá-las com as percepções científicas atuais sobre gênero e as múltiplas experiências e identidades que são excluídas pelo viés patologizante, porquanto entendemos, conforme Berenice Bento, que “a concepção que atrela e limita o gênero à genitália gera necessariamente trânsitos identitários que explicitam e barram no limite dessa concepção”¹⁹⁹.

2.1. SOBRE O PARADIGMA DO TRANSEXUAL VERDADEIRO E O DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE

Tendo em vista que a patologização das pessoas trans tem grande fundamento nas ciências biomédicas (com expressão mais acentuada nos chamados saberes *psi*²⁰⁰), que reverbera nas mais diversas áreas de atuação do direito (e de tantas outras ciências), cumpre, de início, tracejar um raciocínio que leve à justificativa da enumeração de certos enunciados normativos que atualmente possuem relevância na tematização da transexualidade e que ainda propagam perspectivas patologizantes acerca da condição transgênera.

¹⁹⁷ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 18.

¹⁹⁸ BENTO, Berenice. **Política da diferença...**, p. 90.

¹⁹⁹ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 13.

²⁰⁰ Conforme Berenice Bento (in: **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006) e Jaqueline Gomes de Jesus (in: Ensaio não destrutivo sobre despatologização. In: CAETANO, Márcio; SEFFNER, Fernando. **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero**: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Editora da FURG, 2015. p. 107-126), os saberes-poderes *psi* dizem respeito à Psicologia, Psiquiatria, Neurociências, e Psicanálise, termo que adotaremos para este trabalho.

Salientamos que, apesar de não nos olvidarmos de experiências de transição e mobilidade entre os gêneros remontadas desde a antiguidade, como bem exploradas nos trabalhos de Richard Green e Jorge Leite Jr.²⁰¹, os temas a serem desenvolvidos neste espaço se cingirão à definição que se deu à transexualidade a partir da imposição de um diagnóstico médico, que alude ao momento histórico identificado a partir do século XX.

Isso porque as classificações quanto à transexualidade no panorama global de patologização devem ser entendidas como um produto paradigmático do período histórico de sua concepção, entre as décadas de 1950 e 1970, em que o protagonismo da medicina e das ciências psi denota que “os trânsitos entre os gêneros nas sociedades ocidentais passaram a ser interpretados como uma doença”²⁰², produto de uma forte medicalização das condutas baseadas no sexo²⁰³.

É possível, contudo, recuar para períodos pretéritos à segunda metade do século XX para investigar as conformações discursivas sobre as quais se assentou a imperiosidade de se instituir uma diferenciação sexual biológica, dualista e estanque entre corpos que são percebidos de maneira radicalmente oposta²⁰⁴ - divisão dimórfica esta que, como veremos, importa à definição de *transexual verdadeiro*, cunhada por Harry Benjamin, a qual, não obstante o lapso temporal entre sua concepção e o presente, ainda fundamenta categoricamente a percepção acerca das experiências identitárias trans.

De acordo com Thomas Laqueur, o argumento da biologia para determinar as diferenças anatômicas e fisiológicas entre homens e mulheres, antes inexistentes no tratar científico, surgiu em “alguma época do século XVIII”, quando “os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquias ressonantes através do cosmo, ao fundamento da diferença incomensurável”²⁰⁵.

²⁰¹ Nesse sentido, ver LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo, Annablume, 2011 e GREEN, Richard. Mythological, historical and crosscultural aspects of transsexualism. In: **Current concepts in transgender identity**. Ed.Denny D.,. New York: Garland Publishing; 1998. p.3-14.

²⁰² BENTO, Berenice. **O que é transexualidade...**, p. 18.

²⁰³ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, 2006.

²⁰⁴ Ibidem, p. 109.

²⁰⁵ LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo**: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra, 1994. p. 258.

O autor explica que, durante muitos anos, acreditou-se que mulheres e homens possuíam a mesma genitália, com o diferencial de que, nelas, os órgãos seriam internos, acreditando-se que não passariam de homens com conformações genitais imperfeitas²⁰⁶.

Era postulada, portanto, a representação de um corpo único ou isomórfico, consubstanciando-se em uma ideia de continuidade - e não de oposição -, segundo a qual, todavia, o homem era tomado como referencial hierárquico (porquanto, em tese, detentor de suposta energia para gerar a vida)²⁰⁷, que foi sendo superada pelas práticas sociais dos séculos XVIII e XIX:

Antes, a medicina e a ciência galênica não tinham ideia de que existiam dois sexos. Havia um só sexo, o masculino, e a mulher era o representante inferior desse sexo porque não tinha calor vital suficiente para atingir a perfeição do macho. A noção de sexo estava subordinada à ideia de perfeição metafísica do corpo masculino. A hierarquia sexual ia da mulher ao homem. Sexo tinha como referente, exclusivamente, os órgãos reprodutores do homem.²⁰⁸

Nesse sentido, Laqueur explica como o contexto da Revolução Francesa e dos ideais democrático-burgueses, conquanto propício para a ascensão de reivindicações por liberdades civis e igualdade em relações pessoais, serviu para ampliar as lutas por poder e posições na esfera pública entre homens e mulheres, de modo a ensejar um discurso político em que estes atores – mulher e homem – fossem naturalmente distinguidos e hierarquizados para que o espaço público continuasse a ser dominado pelas figuras masculinas²⁰⁹: era necessário, pois, “criar uma linguagem dicotomizada para batizar os órgãos masculinos e femininos”²¹⁰.

Assim, registra este autor que “no mundo da explicação reducionista, o que importava era o fundamento simples, horizontal e imóvel do fato físico: o sexo”²¹¹, enfatizando particularmente o contexto político que permitiu a formulação de dois sexos incomensuráveis²¹².

²⁰⁶ Ibidem, p. 60.

²⁰⁷ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 115-117.

²⁰⁸ COSTA, Jurandir Freire. **A construção cultural da diferença entre os sexos**. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1748011/a-constru%C3%A7%C3%A3o-cultural-da-diferen%C3%A7a-entre-os-sexos--1->. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

²⁰⁹ LAQUEUR, Thomas. *Op. Cit.* p. 32-33.

²¹⁰ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 115.

²¹¹ LAQUEUR, Thomas. *Op. Cit.* p. 262.

²¹² Idem.

Esta historicização do sexo vai ao encontro do que preceitua Michel Foucault acerca da proliferação dos discursos médicos que buscavam provar que os comportamentos das pessoas (especialmente os sexuais) possuíam sua origem na ciência biológica dos corpos²¹³. Nos séculos XVIII e XIX, a civilização ocidental²¹⁴²¹⁵ via erigir com força a *scientia sexualis* com vistas à normalização (isto é, uma ciência da sexualidade), que instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo²¹⁶.

Com o estabelecimento da barreira intransponível do sexo²¹⁷, de que a verdade das condutas deve ser buscada neste marcador, sem ambiguidades e sem confusões²¹⁸, a situação jurídica das(os) designadas(os) hermafroditas²¹⁹,

²¹³ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber – trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque – 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

²¹⁴ Foucault explica que algumas sociedades se dotaram da *ars erotica* (arte erótica), segundo a qual “a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma”, ao passo que a civilização ocidental por ele estudada “pelo menos, a primeira vista, não possui a *ars erotica*. Em compensação, é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão” (Ibidem, p. 64-65).

²¹⁵ Nesse sentido, o autor, em oportunidade distinta, já havia explicado que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como se sanciona uns e outros. As técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. Roberto Machado). 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012. p. 52).

²¹⁶ Ibidem, p. 78.

²¹⁷ SOUSA, Tuanny Soeiro. **O nome que eu (não) sou**: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 71.

²¹⁸ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 118.

²¹⁹ Para Paula Sandrine Machado, “a discussão em torno do ‘hermafroditismo’ não é algo exatamente novo. Ela tem ocupado, há séculos, o pensamento dos filósofos, médicos, juristas, entre outros. Segundo Anne Fausto Sterling, a palavra hermafrodita surgiu na Grécia, representando uma combinação de dois deuses: Hermes (filho de Zeus) e Afrodite (deusa da beleza e do amor sexual). Um dos mitos da origem do primeiro hermafrodita, conforme aponta a autora, sugere que Hermes e Afrodite tiveram um filho de beleza estonteante, de tal forma que teria despertado a paixão de uma ninfa. A ninfa, tomada por seus sentimentos, colou-se ao corpo de Hermaphroditos, e os dois tornaram-se um.” (In: O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo como se fosse natural. **cadernos pagu**, janeiro-junho de 2005, p. 249-281). E como aponta a mesma autora, “no campo político e dos Direitos Humanos, assim como na maior parte da literatura na área das Ciências Humanas e Sociais, tem-se optado pela utilização do termo intersex/transsexualidade” em detrimento de “hermafroditismo” para fazer referência às situações em que o corpo de um indivíduo varia em relação ao padrão cultural hegemônico de corporalidade feminina ou masculina. (In: (Des)fazer corpo, refazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **cadernos pagu**, janeiro-junho de 2014. p. 141-

por exemplo, viu-se modificar em relação ao modelo isomórfico anterior, pois, em certa medida, reconhecia-se que eram comuns relatos de pessoas que migravam entre papéis de homens e mulheres²²⁰, e o caso de Herculine Barbin é emblemático para ilustrar a consequência deste enclausuramento dos indivíduos nas categorias macho e fêmea.

De acordo com Michel Foucault, em razão dessas modificações, no século XVIII, o *hermafrodita* descrito nos séculos anteriores teria se tornado “pseudo-hermafrodita”, e sua identidade sexual verdadeira/primária deveria ser incessantemente buscada através do diagnóstico:

Teorias biológicas da sexualidade, concepções jurídicas do indivíduo e formas de controle administrativo em nações modernas levaram aos poucos a rejeição da ideia de uma mistura de dois sexos num único corpo, e consequentemente à limitação da livre escolha de indivíduos indeterminados. A partir daí, todo mundo deveria ter um único sexo. Todo mundo deveria ter sua identidade sexual primária, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que deveriam aparecer, estes poderiam ser apenas acidentais, superficiais, ou até mesmo simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isso significou que, quando confrontado com um hermafrodita, o médico não estaria mais preocupado com reconhecer a presença de dois sexos, justapostos ou misturados, nem com saber qual dos dois prevalecia sobre o outro; antes, com decifrar o verdadeiro sexo escondido sob aparências ambíguas.²²¹

Adelaide Herculine Barbin era intersexual que construiu sua identidade como feminina e viveu como mulher até os 21 anos, quando exames médicos diagnosticaram que havia sido designada com o sexo equivocado, uma vez que sua genitália e características secundárias, conforme o saber médico, constituíam-na homem.

158.). Retomaremos explanação mais contextualizada sobre intersexualidade no subtópico seguinte, porém, desde já, optamos pela adoção deste termo e seus derivados.

²²⁰ Berenice Bento tece algumas ponderações a respeito do panorama isomórfico e as transições de gênero nesse contexto prévio à ascensão da linguagem dimórfica: “para Foucault (...), o dever dos hermafroditas de terem um único sexo, sendo obrigados a assumir todas as obrigações vinculadas a este, é um fato recente, pois durante séculos admitiu-se a presença dos dois sexos. (...) Na idade adulta, quando se aproximava o momento de se casar, o hermafrodita poderia decidir por si mesmo se queria continuar no sexo que lhe haviam atribuído ou se preferia o outro. A única condição era que não mudasse mais, pois poderia ser penalizado, sob acusação de sodomia. Foram essas mudanças que acarretaram a maioria das condenações dos hermafroditas durante a Idade Média e o Renascimento (...). Para Laqueur, a interpretação de Foucault sobre a mobilidade dos gêneros na Renascença é excessivamente idealizada. No entanto, ele reconhece que as mudanças de gênero eram muito mais comuns do que se pode imaginar nos dias atuais.” (In: **A reinvenção do corpo...**, p. 117-118).

²²¹ FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Trad. Irlei Franco. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982. p. vii.

Por não mais suportar sua vida imposta como homem, suicidou-se em fevereiro de 1868. Sua autobiografia, recuperada por Foucault em 1978²²², revela que sua história se desenrolou nos idos do século XIX, ou seja, “quando o dispositivo da sexualidade estava em pleno auge de operacionalização”²²³.

Esta rede heterogênea de saberes e poderes que compõem uma estratégia de gerenciamento e controle dos corpos, podendo ser reportada como o dispositivo da sexualidade²²⁴, como denominou Foucault, principalmente no delineamento do século apontado acima, passa a escrutinizar corpos e práticas eróticas de crianças, mulheres, rapazes e mesmo de casais, a partir de uma lógica de fronteira entre normalidade e patologia, em um manejo que fundiu os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental²²⁵.

Na ótica de Berenice Bento, o dispositivo da sexualidade, por sua vez, serviu de fundamento para o desenhar do dispositivo da transexualidade²²⁶, constituído por um amálgama de saberes e práticas de poderes que estabelecem sobre os corpos, o sexo e a sexualidade, uma organização conceitual e prática que legitimou a transexualidade como um fenômeno médico-psiquiátrico²²⁷.

Rodrigo Borba comenta que, se para Foucault e a discussão acerca do dispositivo da sexualidade, “a homossexualidade (como categoria médica e social) e as(os) homossexuais (como sujeitos) surgiram quando começaram a ser esquadrihados pelos saberes médicos, um processo semelhante engloba a transexualidade”.²²⁸

²²² Ibidem.

²²³ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 128.

²²⁴ Ao discutir o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze sublinha que “A filosofia de Foucault muitas vezes se apresenta como uma análise de ‘dispositivos’ concretos. Mas o que é um dispositivo? Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras (DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Disponível em: http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/at_download/file. Acesso em: 19 de janeiro de 2018).

²²⁵ CÉSAR, Maria Rita de Assis. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. **Dois pontos**: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos. Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, abril de 2017, p. 244.

²²⁶ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 128.

²²⁷ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 31.

²²⁸ Ibidem, p. 34.

Interessa-nos, sobretudo, investigação mais pontual acerca deste dispositivo e da patologização dos corpos trans nesse contexto.

Segundo Leonardo Tenório e Marco Aurélio Prado, as referências na literatura do saber biomédico sobre pessoas trans remontam-se ao ano de 1886, quando da publicação da obra *Psychopatia sexualis*, de Richard Freiherr von Krafft-Ebing, na qual tipifica problemas físicos relacionados à sexualidade e à personalidade; dentre eles, expressões de homossexualidade e “o desejo de transformação corporal de um sexo anatômico a outro”²²⁹.

Susan Stryker e Stephen Whittle, ao selecionarem excertos da obra acima referenciada, comentam que os casos que Krafft-Ebing apresenta são duplamente interessantes, porquanto documentam extensivas interseções discursivas e históricas entre os fenômenos homossexual e transexual, bem como demonstram a notável persistência de subjetividades altamente específicas que são prontamente identificadas na atual terminologia, fazendo alusão ao que o psiquiatra austríaco chamava de ginandria e que, no campo médico corrente, seria provavelmente catalogado como *transexualismo masculino*.²³⁰

Contudo, é na ambição taxonômica positivista da sexologia do início do século XX, que, de acordo com Pierre-Henri Castel, é identificada a primeira fase da história científica e cultural da transexualidade²³¹. Relata-se que, em 1910, Magnus Hirschfeld utiliza pioneiramente o termo “transexual”, no livro *Die Tranvestiten*, na tentativa de separar as formas de homossexualidade e estabelecer o *travestismo* (inserindo-o, todavia, no conjunto de perversões) como uma prática apartada daquela²³².

David O. Cauldwell, anos mais tarde, retoma o termo transexual no artigo *Psychopatia transexualis*, em 1949, apresentando o relato clínico de uma

²²⁹ PRADO, Marco Aurélio; TENÓRIO, Leonardo. Patologização das identidades trans* e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas. In: GUILHON, Flávio; UZIEL, Anna Paula (orgs.). **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 201.

²³⁰ STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. Selections from *Psychopatia Sexualis* with Special Reference to Contrary Sexual Instinct: a medico-legal study. In: **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 38.

²³¹ CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, vol.21, no.41 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

²³² Idem.

“mulher normal”, de família abastada, que almejava ser homem. Em sua percepção, esta situação serviria para demonstrar que haveria indivíduos que desejavam ser membros do “sexo em relação ao qual não propriamente pertenciam” e, de acordo com seus estudos, sua condição emergiria de um contexto de predisposição genética combinado com um histórico de infância disfuncional²³³.

Sublinhamos, ainda nesta primeira metade do século XX, consideráveis descobertas na endocrinologia, campo de prática médica que ascendeu no período entre guerras na Europa, que importaram uma repaginação na tratativa das identidades sexuais, tendo em vista o aumento do número de narrativas sobre cirurgias e a prescrição de hormônios a pacientes descontentes com o sexo designado no nascimento²³⁴.

Nesse sentido, a literatura consultada aponta a relevância das intervenções terapêuticas como elemento central na consolidação do dispositivo da transexualidade, sendo divulgada com amplo destaque a cirurgia do ex-soldado do exército americano George Jorgensen – que passou a ser Christine Jorgensen -, realizada por Christian Hamburger, em 1952, na Dinamarca, caso comumente reportado como “ato fundador da transexualidade”²³⁵²³⁶.

²³³ CAULDWELL, David O. *Psychopathia Transsexualis*. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 40.

²³⁴ CASTEL, Pierre-Henri, *Op. Cit.*

²³⁵ SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A invenção do dispositivo da transexualidade...**, p. 123. Este caso é também relatado por Berenice Bento (In: **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006); Pierre-Henri Castel (CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, vol.21, no.41 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005. Acesso em: 15 de janeiro de 2018) e; Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lionço (In: *Transexualidade e saúde pública no Brasil*. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 14, 2009. p. 1141-1149).

²³⁶ Outro caso com notório destaque, reportado, todavia, a período anterior, é o de Lili Elbe, conforme anotações de Márcia Arán e Daniela Murta: “Desde o início do século XX, mais especificamente em torno de 1910, na Áustria, já se tinham notícias de experiências de tentativa de mudança de sexo dos animais. Além disso, nos anos 1920 também já eram divulgadas as cirurgias de mudança de sexo realizadas no Instituto de Ciência Sexual de Magnus Hirschfeld. Dentre elas, destaca-se particularmente a cirurgia realizada no artista dinamarquês Einar Wegener, que se tornou Lili Elbe” (ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1], 2009, p. 29). Nesta mesma esteira, pontua Pierre-Henri Castel: “(...) é na Europa que as consequências das descobertas endocrinológicas para a identidade sexual vão ter a repercussão técnica mais espetacular. Um aluno de Magnus Hirschfeld, Eugen Steinach, é conhecido por ter prescrito hormônios a Freud (com um objetivo que desconheço). O mesmo Steinach, em 1912, teria já tentado, instigado por Hirschfeld, um implante de ovários num homem. É preciso dizer que a ablação dos ovários nas histéricas era uma operação muito comum antes de 1900; não havia

Porém, é com Harry Benjamin e sua investigação acerca da formação psíquica de transexuais, na obra “*The transsexual phenomenon*”, publicada originalmente em 1966, que a medicina e outras ciências serão, em âmbito global, influenciadas quanto à condução terapêutica da transexualidade, explicada então como *transsexualismo* que, para Benjamin (que já tinha definido o conceito em artigo anterior, intitulado “*Transvestism and transsexualism as psycho-somatic and somato-psychic syndromes*”), tratava-se “do desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente de estado sexual, inclusive de estrutura orgânica”²³⁷.

Para este endocrinologista, conforme síntese esboçada por Berenice Bento, o sexo é composto por vários sexos: o cromossômico, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, sendo o primeiro deles responsável pela determinação do sexo e do gênero, de modo que o par XX corresponde a mulheres e XY a homens²³⁸. E é no entorno do denominado sexo psicológico que o autor começa a problematizar o fenômeno da transexualidade, considerando que, para ele, não se tratava a transexualidade de uma “anomalia congênita”, mas de um distanciamento que os indivíduos transexuais apresentariam entre o sexo de nascimento e o sexo com o qual se identificavam.

239

Essa concepção, erigida na seara da endocrinologia, especialização que despontou consideravelmente no período entre as guerras mundiais, lançava ao esquadrinha do *transsexual verdadeiro*, que, para Benjamin, era um indivíduo que vivia uma inversão psicossocial total e tinha um intenso “mal-estar de gênero”, e quem deveria ser, a rigor, heterossexual, necessitando, com urgência, da cirurgia de transgenitalização ou redesignação sexual (intervenção

necessariamente exagero lógico em procurar então uma simetria. Mas é seu aluno, o cirurgião Felix Abraham, quem vai primeiro operar em 1921, numa clandestinidade relativa, “Rudolf”, o primeiro transexual redefinido. O caso de Andreas Sparre, alias Einar Weigner (alias Lili Elbe) é mais conhecido sob o nome de Niels Hoyer, e com um prefácio do grande sexólogo britânico Norman Haine, ele contou sua experiência através de um espesso filtro de pseudônimos” (CASTEL, Pierre-Henri. Op. Cit, 2001).

²³⁷ BENJAMIN, Harry. Transsexualism and transvestism as psycho-somatic and somato-psychic syndromes. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 45.

²³⁸ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 147.

²³⁹ SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A invenção do dispositivo da transexualidade...**, p. 124.

popularmente conhecida como “mudança de sexo”), pois que teria profundo ódio aos seus genitais²⁴⁰.

Sob outro viés, as lições de John Money, psicopediatra do renomado Hospital Universitário John Hopkins, colhidas a partir da observação a crianças intersexuais (então denominadas hermafroditas) e pautadas na teoria dos papéis sociais desenvolvida por Talcott Parsons, defendiam que a identidade de gênero (conceito, portanto, destoante das conclusões de Benjamin, porquanto localizado em mediações entre a medicina e a sociologia funcionalista) era resultado da socialização dos indivíduos, “que, quando efetuada dentro dos padrões socialmente aceitos, deveria garantir uma linearidade entre a biologia (sexo) e o social (gênero)”²⁴¹.

A criação de uma clínica de identidade sexual, no Hospital John Hopkins, em 1966, repleta de pesquisadoras(es) de variadas áreas (citando-se, a título meramente ilustrativo, a participação de psicólogas(os), psiquiatras, geneticistas, embriologistas e sociólogas(os) foi bastante relevante para o desenrolar de pesquisas acerca dos conceitos de identidade e papel sexual, em torno dos quais se erigiu a perspectiva de Money acerca da transexualidade, que passava a ser vista como um erro de identidade de gênero, “cuja característica principal era uma discrepância entre o sexo atribuído e a identidade de gênero expressa através de um forte desejo de redefinir o sexo”.²⁴²

No trilhar destes estudos, desenvolvia o psicopediatra juntamente com Anke Ehrhardt a definição de *identidade de gênero* e *papel de gênero*, conceitos por eles resumidos da seguinte forma:

Identidade de gênero: a identidade, harmonia e persistência da individualidade de alguém como masculina (homem), feminina (mulher) ou ambivalente, em maior ou menor grau, especialmente como ela é experimentada com sua própria consciência e comportamento; identidade de gênero é a experiência privada do papel de gênero e papel de gênero é a expressão pública da identidade de gênero.

Papel de gênero: tudo o que uma pessoa diz e faz para indicar aos outros ou a si mesmo seu grau de masculinidade, feminilidade ou ambivalência; isso inclui, mas não se restringe, ao desejo e resposta

²⁴⁰ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016. p. 36.

²⁴¹ Ibidem, p. 37.

²⁴² SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A invenção do dispositivo da transexualidade...**, p. 124.

sexual; papel de gênero é a expressão pública da identidade de gênero e identidade de gênero é a experiência privada do papel de gênero.²⁴³

Perceptível, assim, notar uma apropriação preliminar do gênero (e, por consequência, do conceito de identidade de gênero), até então não consolidado no pensamento feminista como conceito teórico e relacional, para descrever elementos que consideravam ligados aos traços de caráter e ao comportamento social do indivíduo, em oposição aos que consideravam naturais, biológicos, sob a égide de uma versão funcionalista e essencializante²⁴⁴. Em um primeiro momento, portanto, estes conceitos estavam atrelados a desordens/disfuncionalidades psiquiátricas.

Em linha semelhante, desdobrou-se o trabalho do psicanalista Robert Stoller, que, em “A Experiência Transexual” propôs “que os comportamentos inadequados de gênero nas crianças (...) são produto de dinâmicas psicossociais traumáticas impostas pela relação disfuncional com seus pais”, seguindo ensinamentos freudianos, a partir do conceito de castração, concentrando-se eminentemente na junção das figuras mãe dominadora e pai ausente como dinâmica propulsora de desenvolvimento do transexual verdadeiro, consoante apontado por Bento e Borba²⁴⁵.

Vemos, então, que, muito mais do que uma discussão teórica, a obra de Stoller procura determinar, a partir de pacientes com quem trabalhou durante suas investigações, onde e quando começaria a construção de uma identidade transexual. E, conquanto considerasse a transexualidade apartada da categoria de perversões, para ele, o entender deste fenômeno implicaria adentrar no mundo dos valores e das referências parentais.

Nesta toada, explica Maria de Fátima de Lima Santos que “o autor vai buscar nos casos clínicos, na sua observação e em similaridades os exemplos que permitiram universalizar os modelos parentais nos quais a figura da mãe aparece como principal protagonista”²⁴⁶, duvidando do diagnóstico de

²⁴³ HERHARDT, Anke; MONEY, John. A. Man & woman, boy & girl. New Jersey: Jason Aronson Inc; 1996 apud SAADEH, Alexandre. **Transtorno de identidade sexual**: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino (tese). Universidade de São Paulo: 2004, p. 39.

²⁴⁴ CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 46 jan/abr. 2011. p. 101-102.

²⁴⁵ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 38.

²⁴⁶ SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A invenção do dispositivo da transexualidade...**, p. 126.

transexualidade se o paciente possuir uma figura materna diferente daquela por ele caracterizada como “mãe típica do transexual”²⁴⁷.

Para mais, é possível afirmar que, na ótica stolleriana, as performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são estratos constitutivos da identidade dos indivíduos, devendo-se apresentar colados uns aos outros. Desta forma, o masculino e o feminino só se encontrariam por intermédio da complementaridade da heterossexualidade²⁴⁸, verificando-se uma incisiva defesa do dimorfismo sexual.

Essas três figuras (Benjamin, Money e Stoller), não obstante premissas conceituais distintas utilizadas em seus respectivos campos investigatórios, que alternavam entre uma matriz biologista e outra psicanalista - mormente do cotejo entre as figuras do transexual benjaminiano e do transexual stolleriano -, mostram-se centrais na estruturação do dispositivo da transexualidade,

Suas investigações estruturaram domínios de saberes e poderes que foram cruciais na construção de regimes de verdade que descrevem a transexualidade enquanto patologia, inevitavelmente reduzindo experiências trans à dimensão clínica²⁴⁹, deslocando estas experiências “de uma situação individual e absolutamente marginal para um problema médico-legal reconhecido e passível de tratamento”²⁵⁰.

As intervenções julgadas necessárias pelo estatuto próprio da transexualidade apropriado pela medicina não eram permitidas em todos os países e, frente a isso, Márcia Arán, Tatiana Lionço e Daniela Murta relatam que, em 1973, Norman Fisk fundamentou uma nosografia psiquiátrica para o transexualismo, ancorada fundamentalmente num autodiagnóstico que, em 1977, foi incorporada à categoria psiquiátrica de *disforia de gênero*, descrita pelas autoras como um “híbrido psiquiátrico-sociológico” que tinha como objetivo “responder a necessidades funcionais, apenas reproduzindo o autodiagnóstico numa definição médica da síndrome”²⁵¹.

²⁴⁷ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 137.

²⁴⁸ Ibidem, p. 141.

²⁴⁹ SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A invenção do dispositivo da transexualidade...**, p. 126.

²⁵⁰ ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1], 2009. p. 25-26.

²⁵¹ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. **Transexualidade e saúde pública no Brasil...**, p. 1144.

Outrossim, em 1977, sexologistas estadunidenses instituíram a Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, denominada atualmente World Professional Association for the Transgender Health, que desenvolve recomendações internacionais de cuidado à saúde de pessoas trans, as quais são publicadas e revisadas periodicamente.²⁵²

Contudo, a transexualidade somente se formalizou enquanto condição versada na psiquiatria em 1980, quando foi agregada ao Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM III), como transexualismo. Tecido este panorama, inevitável notar que, ao passo que, em 1973, a homossexualidade teve sua retirada do Código Internacional das Doenças, através de uma luta pela despatologização desta orientação sexual, conforme histórico tangenciado por Arán e Murta, “transexuais entram no DSM afirmando que seu problema não era um ‘desvio sexual’, mas uma condição retificável pela tecnologia médica disponível”²⁵³.

Não obstante, o termo foi substituído por transtorno de identidade de gênero (TIG) em 1994 com a publicação do DSM IV, inferindo-se, dessa forma, a sua delimitação como estado psicológico no qual a identidade de gênero se revela em desacordo com o “sexo biológico”²⁵⁴.

Em outro giro, é interessante notar, na esteira dos apontamentos feitos por Júlio Assis Simões e Regina Facchini, como as demandas por intervenções cirúrgicas vieram a ocupar um papel central na luta de pessoas trans para “expressar livremente o que consideram ser sua identidade profunda e genuína” – o que, contudo, não se deu (e não se dá) de forma isenta de tensões e contrapontos -, “na medida em que transexuais resistem a ser tratados primordialmente como pacientes que sofrem de disforia de gênero”²⁵⁵.

Nesse sentido, é possível notar, nos Estados Unidos, a formação de organizações de pessoas trans, desde os anos 1970, como a Transexual Action Organization, de viés combativo à patologização²⁵⁶, o que se intensificou na

²⁵² PRADO, Marco Aurélio; TENÓRIO, Leonardo. **Patologização das identidades trans e a violência na atenção à saúde...**, p. 202.

²⁵³ ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero...**, p. 27.

²⁵⁴ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1144.

²⁵⁵ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 50.

²⁵⁶ Ibidem, p. 50-51.

entrada dos anos 1990 com a coalização entre transexuais, intersexuais, cross-dressers e travestis, principalmente através de grupos de protestos como o Transexual Menace e de associações profissionalizadas, como Serviço de Informação de Gênero Educacional Americano²⁵⁷.

Atualmente, a patologização das experiências trans se propala através de três instituições internacionais e seus textos: 1) a Associação Americana de Psiquiatria (APA), que, em seu Quinto Manual, publicado em 2013 (DSM-5), reconfigurou a TIG para disforia de gênero²⁵⁸; 2) a Organização Mundial da Saúde (OMS), que, na décima versão do Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), inclui a transexualidade no capítulo sobre transtornos mentais e comportamentais, classificando-a como um transtorno de personalidade e do comportamento adulto, sob o código F64²⁵⁹; 3) a World Professional Association for Transgender Health (WPATH), que regulamenta os procedimentos de tratamento da transexualidade e institui os critérios de elegibilidade e autorização para as cirurgias de transgenitalização no Standards of Care for the Health of Transexual, Transgender and Gender Nonconforming (SOC-7).

Este arcabouço institucional reducionista demonstra, assim, a reprodução de um sistema normativo de sexo e gênero que não corresponde aos amplos modos de subjetivação e de diversidade das formas de construção de gênero nas experiências trans²⁶⁰. Seus reflexos no contexto brasileiro não destoam da racionalidade patologizante ora exposta, razão pela qual impende salientar algumas especificidades das diretrizes em vigor que importam na tematização da transexualidade.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Disforia seria um conceito antônimo a euforia e, de acordo com o DSM-V, o objetivo da mudança foi de diminuir a carga estigmatizante carregada pelo termo transtorno. Entretanto, na esteira de considerações feitas por Rodrigo Borba, esta outorga contradiz a pretensão de despatologizar a transexualidade, porquanto, metonimicamente, “a parte (disforia de gênero) acaba por ser tomada como representando o todo (doenças mentais). Nesse sentido, essa troca terminológica não despatologiza – muito pelo contrário, o conceito de disforia abrange uma gama maior de sentimentos de desconforto de gênero, o que amplia o escopo diagnóstico” (BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 19-20).

²⁵⁹ A OMS está desenvolvendo nova versão da CID, com publicação a ser lançada provavelmente em 2018. A publicação (CID-11), a ser lançada mais provavelmente em 2018, a qual intenta retirar a transexualidade da categoria de transtornos mentais para a incluir na categoria de transtornos relativos à saúde sexual. O estudo no qual se baseiam as autoridades científicas para realizar a mudança pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(16\)30165-1/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(16)30165-1/abstract).

²⁶⁰ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1144.

2.2. REVERBERAÇÕES DA PERCEPÇÃO UNÍVOCA ACERCA DA TRANSEXUALIDADE EM DIRETRIZES MÉDICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, o paradigma do transexual verdadeiro restou devidamente apreendido e é constante nas normativas elaboradas pelo Conselho Federal de Medicina, órgão máximo de representatividade da classe médica no país, e cuja observação é imperativa para proporcionar acesso ao sistema de saúde pelas pessoas trans que desejam acionar o Processo Transexualizador, programa implantado em 2008 para pessoas transexuais que intentam se submeter a hormonioterapias e à cirurgia de transgenitalização, ainda que tenham sido redigidas muito posteriormente à data de lançamento da obra-referência de Benjamin.

Rodrigo Borba menciona que, até 1997, com a edição da Resolução nº 1.482 do Conselho Federal de Medicina, pouca atenção era dada pelo corpo médico brasileiro à relação entre as pessoas transexuais e o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, há notícias de que a prática de cirurgias de transgenitalização, tenha ocorrido desde a década de 1970²⁶¹, mesmo diante da classificação do procedimento como mutilante (conforme se estabeleceu no IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal)²⁶².

Nesse sentido, observa-se que, em 1979, o CFM foi consultado sobre a inclusão de próteses mamárias em pacientes designados no nascimento como pertencentes ao sexo masculino (Protocolo nº 1.529/1979)²⁶³.

Estabelecendo contexto mais minucioso quanto a este marco temporal, Berenice Bento narra o caso do cirurgião plástico Roberto Farina, médico que ficou conhecido pelos primeiros procedimentos realizados experimentalmente em uma paciente transexual em território nacional, em 1971, e que, posteriormente, foi condenado em primeira instância por lesão corporal, sendo absolvido somente em 1979 pelo extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado

²⁶¹ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 55.

²⁶² DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI...**, p. 273.

²⁶³ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1144.

de São Paulo²⁶⁴, em decisão colegiada ementada da seguinte maneira: “Não age dolosamente o médico que, através de cirurgia, faz a ablação de órgãos genitais externos de transexual, procurando curá-lo ou reduzir seu sofrimento físico ou mental. Semelhante cirurgia não é vedada pela lei, nem pelo Código de Ética Médica.”²⁶⁵

Sobre este caso, ainda, recente reportagem jornalística foi elaborada a partir da perspectiva de Waldirene, mulher trans que realizou a cirurgia de transgenitalização que levou à denúncia de Farina pelo Ministério Público, e que foi considerada vítima pelo órgão ministerial, a despeito de seu pleno consentimento com o procedimento cirúrgico.²⁶⁶

No mesmo ano do julgamento em segunda instância do caso Farina, houve a proposição de Projeto de Lei sob o nº 1.909-A pelo Deputado José Coimbra, o qual foi vetado pelo Presidente da República à época (João Figueiredo), que visava a acrescentar parágrafo ao artigo 129 do Código Penal de 1940, para “amparar o médico realizador de operação, que implique ablação de órgãos e partes do corpo humano”²⁶⁷.

Observamos, deste modo, como tais discussões incipientes restaram escoradas no Código de Ética Médica e no Código Penal, colocando em pauta a licitude ética e penal da cirurgia de “mudança de sexo”, porquanto considerada inicialmente como “mutilação grave” e “ofensa à integridade corporal”. Este caso em particular ainda mostra como foram problematizadas as possíveis implicações jurídicas que as intervenções cirúrgicas gerariam, já que a alteração dos genitais poderia servir como pretenso argumento para a modificação da identidade sexual jurídica, o que poderia estar relacionado ao crime de atribuição de falsa identidade, conforme exegese dada ao artigo 307 do Código Penal²⁶⁸.

²⁶⁴ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, 2006. Para mais detalhes do caso, ver: VIEIRA, Tereza Rodrigues. Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos. In: **Akrópolis** – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1713/1484>. Acesso em 04/04/2017.

²⁶⁵ TACrime SP, AC 201.999 (acórdão publicado na Revista dos Tribunais, 353-365, v. 545).

²⁶⁶ ROSSI, Amanda. ‘Monstro, prostituta, bichinha’: como a Justiça condenou a 1º cirurgia de mudança de sexo no Brasil e sentenciou médico à prisão. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>. Acesso em: 28 de março de 2018.

²⁶⁷ BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.909/1979**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197570>. Acesso em: 04/04/2017. Demais projetos de lei serão explorados em tópico seguinte.

²⁶⁸ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1144.

A grande repercussão do “fenômeno Roberta Close”, atriz e modelo que mais tarde se revelaria transexual, e quem, na ótica de Jorge Leite Jr., “encarnava perfeitamente os valores morais e estéticos de beleza e feminilidade esperados de uma ‘verdadeira’ mulher burguesa”²⁶⁹, trouxe maior destaque à temática da transição entre os gêneros, no desenrolar dos anos 1980, sobretudo diante da notícia de que havia realizado a cirurgia de transgenitalização no exterior.

Close dissociava-se dos estereótipos de perturbação mental, criminalidade e prostituição relacionados às experiências de travestilidade, despertando interesse público²⁷⁰. Nesta esteira, importante mencionar que estes estigmas sociais serviam para justificar perseguições policiais reiteradamente vivenciadas pela população trans nos idos das décadas de 1970 e 1980, com vistas a fazer com que travestis respondessem por “ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo”, ante a escusa do combate à epidemia da AIDS²⁷¹.

De toda sorte, não obstante a crescente tônica dada à transexualidade, ante a procura por cirurgias clandestinas e o acionamento do Poder Judiciário para obter acesso a tais procedimentos legalmente, somente em 1997, através da Resolução nº 1.482/1997, é que o Conselho Federal de Medicina se pronunciou a respeito da adoção da cirurgia de transgenitalização, em hospitais universitários, a título experimental,

(...) subordinando as intervenções, também, às normas e diretrizes éticas da Resolução do Conselho Nacional da Saúde nº 196/1996, sobre pesquisas em seres humanos. A partir daquele ano (1997), vários serviços interdisciplinares especializados começaram a se organizar, motivados, principalmente, pela demanda de transexuais ao atendimento público, após a divulgação pela mídia da aprovação da

²⁶⁹ LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074600.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2018.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ A Operação Tarântula, ocorrida no auge da ditadura militar, é um exemplo destas perseguições com vistas à higienização da população. Sobre o assunto, o documentário “Temporada de Caça”, de Rita Moreira, denuncia esta política de extermínio implantada pelo Estado, podendo ser consultado no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g&t=10s. Recentemente, uma das sobreviventes da Operação Tarântula, Patrícia Vieira Nascimento, deu entrevista sobre sua experiência durante a operação da polícia civil. O relato pode ser acessado neste endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951067-sobrevivi-diz-vitima-de-operacao-da-policia-de-caca-a-travestis-ha-31-anos.shtml>.

Resolução do CFM, que finalmente, reconhecia como lícita a realização dos procedimentos no Brasil²⁷².

Esta normativa resultou de pressões sociais exercidas por pessoas trans e aliados do movimento LGBTI²⁷³²⁷⁴ já que, até então, sequer havia pronunciamento oficial do Ministério da Saúde ou do órgão representativo sobre as necessidades de regulamentação de questões de saúde desta população²⁷⁵.

Em que pese a viabilização dos procedimentos médicos perquiridos pela população trans, a referida normativa considerava o paciente transexual como portador de “desvio permanente de identidade sexual”, destacando a etapa cirúrgica como a mais relevante do tratamento, em consonância com o paradigma benjamniano, e estabelecendo critérios mínimos para o diagnóstico do transexualismo, como: 1) desconforto com o sexo anatômico natural; 2) desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente, por, no mínimo, dois anos; 4) ausência de outros transtornos mentais. Implementava, ainda, os seguintes critérios de elegibilidade para a condução terapêutica visada:

A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, obedecendo aos critérios abaixo definidos, após dois anos de acompanhamento conjunto:

- diagnóstico médico de transexualismo;
- maior de 21 (vinte e um) anos;
- ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia

²⁷² ARÁN, Márcia et al. **Transexualidade e saúde pública: acúmulos consensuais de propostas para atenção integral**. Disponível em: <http://www.ccr.org.br/uploads/eventos/seminariomar10/transexualidade%20-%20ac%C3%BAmulos%20consensuais.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

²⁷³ Não obstante as inúmeras variações da sigla que representa as diversas experiências identitárias de gênero e de sexualidade, adotaremos, para este trabalho, a expressão LGBTI, em conformidade com a proposição da ONU.

²⁷⁴ Nesse sentido, Márcia Aran, Tatiana Lionço e Daniela Murta destacam a relevância do I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, “nos quais pela primeira vez houve uma manifestação favorável à realização da cirurgia. Nesse contexto, a cirurgia de transgenitalização foi considerada a etapa mais importante no tratamento de transexualismo, pela possibilidade de adaptar a morfologia genital ao sexo com o qual o indivíduo se identifica. Esse procedimento foi justificado, inicialmente, através do princípio de beneficência, já que possibilita a integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado, unido aos princípios de autonomia – direito da autodeterminação e de dispor do próprio corpo – e de justiça – o direito de a pessoa não ser discriminada no pleito à cirurgia.” (In: ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1144-1145).

²⁷⁵ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 56.

Esta resolução foi posteriormente revogada pela edição da Resolução nº 1.652/2002 do CFM, a qual expandiu as possibilidades de acesso aos procedimentos de transexualização, retirando o caráter experimental da cirurgia do tipo neocolpovulvoplastia, e mantendo o da cirurgia do tipo neofaloplastia²⁷⁶, tornando possível o atendimento de mulheres trans em qualquer instituição de saúde, o que inseria, portando, os estabelecimentos privados. Acrescentaram-se, nesse sentido, seguintes parágrafos:

Art. 5º Que as cirurgias para adequação do fenótipo feminino para masculino só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa.

Art. 6º Que as cirurgias para adequação do fenótipo masculino para feminino poderão ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independente da atividade de pesquisa.

Alguns hospitais universitários do país, observando estas resoluções, implantaram programas interdisciplinares para atender à crescente demanda de usuárias(os) transexuais. Entretanto, conquanto consideremos os benefícios que alguns serviços prestaram a elas(es), sublinhamos a persistente exigência do diagnóstico patológico como *condição* de acesso ao tratamento²⁷⁷.

De acordo com Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lionço, o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, impulsionou maior contato do governo federal com a sociedade civil para a criação de políticas de saúde inclusivas para a população LGBTI, movimentando a criação e a configuração do Processo Transexualizador²⁷⁸.

A I Jornada Nacional sobre Transexualidade e Saúde, realizada em 2005, por exemplo, convidou o Ministério da Saúde e representantes da sociedade ao debate sobre a organização dos serviços de atenção à saúde trans no Processo; do mesmo modo, destacam-se reuniões organizadas em 2006 pelo Comitê Técnico de Saúde da População LGBTI, bem como o Seminário Nacional de Saúde da População GLBT na Construção do SUS, em 2007, os quais visaram à deliberação entre governo e sociedade civil “sobre as necessidades

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Op. Cit., 1145.

²⁷⁸ Ibidem, p. 1145-1146.

sanitárias de pessoas trans, seu manuseio clínico e especificidades de atendimento à saúde”²⁷⁹.

Estas discussões deram azo à publicação de duas portarias relevantes para a configuração do Processo Transexualizador: a de nº 1.707, objetivando instituir os princípios orientadores do atendimento a transexuais nos serviços de saúde, e a de nº 457/SAS (Secretaria de Atenção à Saúde), que definiu as diretrizes nacionais para o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde, descrevendo as Unidades de Atenção Especializadas que seriam implantadas em todos os estados membros, consignando como atribuições destas:

Art. 3º.

I- Apoiar a implantação das Diretrizes do Processo Transexualizador no SUS, que deve se pautar:

- a) Na integralidade da atenção, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;
- b) Na humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, inclusive através da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana; e
- c) Na constituição de equipe interdisciplinar e multiprofissional.

Em 2010, sucedeu-se a Resolução nº 1.955/2010 do CFM, que, além de reiterar os termos da anterior no que se refere aos critérios já elencados acima, define o paciente transexual como “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio”, mantendo a adoção do “transexualismo” como concepção médica-patologizante para definir a identidade e o diagnóstico das(os) usuárias(os).

Percebemos, nesta toada, como o CFM, recupera a receita do transexual verdadeiro que forjaram o dispositivo da transexualidade, chegando a afirmar que “a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de pacientes com transexualismo”, valorizando de maneira mais acentuada a realização das cirurgias, “impondo, assim, um caráter correcional ao cuidado em saúde trans-específico”²⁸⁰.

²⁷⁹ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 62-63.

²⁸⁰ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 36.

É possível verificar, ainda, como esta *preponderância* da cirurgia de transgenitalização na Resolução nº 1.955/2010 do CFM mostra-se destoante das próprias orientações traçadas pela Portaria 456/2008 do Ministério da Saúde, as quais preconizam justamente que não se deve restringir a meta terapêutica do Processo ao procedimento cirúrgico, consoante se depreende de seu artigo 3º, inciso I, alínea a, já transcrito acima.

Contudo, vislumbra-se perspectiva menos patologizante na I Jornada de Direito da Saúde, realizada entre os dias 14 e 15 de maio de 2014 pelo Conselho Nacional de Justiça, reunindo magistradas(os), integrantes do Ministério Público, membras(os) de Procuradorias (união, estados, município e autarquias), defensoras(es) públicas(os), etc, na qual se aprovaram dois enunciados atinentes ao direito de pessoas trans à saúde²⁸¹. São eles:

ENUNCIADO N.º 42 Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil.

ENUNCIADO N.º 43 É possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização.

Muito embora haja ainda premente referência à necessidade de comprovação da autopercepção identitária, nas redações em comento, exarou-se entendimento pela não condicionamento das retificações documentais à cirurgia de transgenitalização

Já em 2013, interpelado pelo Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Conselho Federal de Medicina emitiu o parecer de nº 08, através do qual passou-se a regulamentar a terapia hormonal para adolescentes travestis e transexuais, a partir dos 16 anos de idade, abrindo exceção, portanto, à rigidez da Resolução nº 1955/2010²⁸².

²⁸¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciados aprovados na I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça em 15 de maio de 2014** – São Paulo/SP. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_DE_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENARIA_15_5_14_r.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

²⁸² CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Parecer nº 08/2013 do Conselho Federal de Medicina**. Disponível em: <http://despatologizacao.cfp.org.br/legislacao>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Entretanto, o ativismo de pesquisadores e profissionais pertencentes e aliados ao(s) movimento(s) de pessoas trans é constante no sentido de se contrapor terminantemente a qualquer viés patologizante da transgeneridade.

Nesse sentido, há registros de campanhas pela despatologização das transidentidades desde a década de 1980²⁸³, as quais visam precipuamente à instrumentalização consciente e deliberada da cirurgia de transgenitalização e da operacionalização dos hormônios, com base na autopercepção de cada indivíduo e na crítica da normatividade dimórfica imposta aos corpos, o que, segundo Castel, deve-se ao arcabouço teórico dos feminismos²⁸⁴.

Ainda, segundo Berenice Bento e Larissa Pelúcio, a politização pela retirada da transexualidade do rol de doenças identificáveis como transtornos mentais intensificou-se principalmente com manifestações em Madrid, Barcelona e Paris, em 2007, contando com maior adesão à campanha pela despatologização nos anos de 2009, quando foram realizadas em 29 cidades de 17 países iniciativas pela eliminação da TIG de todos os manuais internacionais de diagnóstico²⁸⁵.

Abordando esta perspectiva, em 2010, a “*Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado Español*” publicou o “*Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria a Personas Trans del Sistema Nacional de Salud*”, documento este com uma série de contraposições ao SOC, no qual se sugere a elaboração de protocolos alternativos e não patologizantes na atenção sanitária de pessoas trans, demandando transformações no modelo avaliativo atual²⁸⁶.

Em 2011, em evento organizado pela Global Action for Trans Equality ativistas e pesquisadoras(es) trans discutiram alternativas à patologização em vigor, fazendo emergir propostas no sentido de deslocar a transexualidade para capítulo diverso daquele em que figura atualmente no CID, caso haja necessidade de sua manutenção neste documento. O novo capítulo se intitularia

²⁸³ CASTEL, Pierre-Henri. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual"**..., 2001.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012, p. 574.

²⁸⁶ BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si...**, p. 51.

“Cuidados à saúde das pessoas trans”, sem qualquer referência a transtornos e sem listagem causal de sintomas.²⁸⁷

Globalmente, contudo, é com o Movimento Internacional pela Despatologização das Identidades Trans, também chamado Stop Trans Pathologization (STP-2012), que se verifica maior questionamento ao imperativo psiquiátrico da transexualidade, atualmente composto por mais de trezentos grupos de ativistas que demandam “a retirada das categorias disforia de gênero/transtorno de identidade de gênero dos manuais diagnósticos DSM e CID, assim como a garantia dos direitos sanitários trans, incluindo a cobertura pública da atenção à saúde trans-específica”²⁸⁸.

No Brasil, a campanha restou institucionalmente encabeçada pelo Conselho Federal de Psicologia que, em Nota Técnica sobre o Processo Transexualizador, publicada em 2013, assim se posicionou:

1. A Psicologia tem o desafio de garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde.
2. A transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual²⁸⁹.

Este panorama revela, não obstante, nítido descompasso dos órgãos estatais com as demandas de grupos sociais compostos por pessoas trans.

Exemplo de tensões entre os movimentos sociais e o Ministério da Saúde sobre o tema pode ser verificado no seminário para avaliar o Processo Transexualizador no SUS, coordenador pela SAS e pela SGEF, que ocorreu em Brasília, nos dias 04 e 05 de junho de 2012, e que ensejou a “Carta desabafo” publicada pela socióloga Berenice Bento, pesquisadora cuja obra é referência na militância acadêmica e social pela despatologização.

Neste documento, Berenice Bento questiona a ausência de espaço e de oportunidades para a fala de pessoas trans, ativistas e pesquisadoras(es) diretamente afetadas(os) pelo Processo Transexualizador, o que, em sua

²⁸⁷ Ibidem, p. 50.

²⁸⁸ SUESS, Amets. Despatologización trans y práctica arteterapéutica. **Arte y Políticas de Identidad**, vol. 4 (junio), 2011, p. 108.

²⁸⁹ Todo o material angariado na campanha promovida pelo Conselho Federal de Psicologia pode ser encontrado em: <http://despatologizacao.cfp.org.br/legislacao/>.

opinião, teria ceifado a promoção de um verdadeiro debate a respeito da (des)patologização das transidentidades:

(...) não deveriam ser os/as usuários/as do serviço os protagonistas principais em uma reunião cuja pauta era avaliar a qualidade do serviço? Nesse caso específico, as pessoas transexuais e travestis? Ao longo de todo o dia 05 eu me perguntava: o que pretende realmente o estado brasileiro? Por que reunir tanta gente com tamanha experiência (e expectativa) sem ter construído uma dinâmica de debate que, de fato, garanta a participação de todos/as? Por que o estado nos convidou para contribuir com o debate sobre o processo transexualizador, enchendo uma sala com pesquisadores/as de todo Brasil e ativistas trans que se dedicam à luta pelos direitos humanos das pessoas trans há décadas, sem assegurar o espaço adequado para a deliberação democrática? Éramos dezenas e muitos de nós imaginávamos que ali estávamos para reformular a Portaria 457. Contudo, ao longo das nossas intervenções nos demos conta de que já havia uma proposta de reformulação dessa Portaria. Quem a concebeu? Com quem foi debatida? Quem a havia recebido anteriormente?²⁹⁰

Dessumimos dessas considerações, portanto, uma centralidade das ciências biomédicas (sobretudo dos saberes *psi*) no trato da transgeneridade, que é assimilada desde a perspectiva do diagnóstico patologizante. Não à toa, afirma Flávia Teixeira que “a pessoa é substituída pelo diagnóstico e, assim, todas as ações decorrentes do diagnóstico são dirigidas à patologia reconhecida”²⁹¹.

As reivindicações consubstanciadas nos motes por autodeterminação e pelas decisões informadas no acesso aos procedimentos terapêuticos demonstram, sobretudo, um questionamento à concepção rígida que se têm hegemonicamente a respeito dos gêneros e dos sexos. Afinal, no estatuto atual,

ser “sexuado” é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, as quais constituem uma norma que, ao mesmo tempo em que norteia uma inteligibilidade e uma coerência entre sexo, gênero, prazeres e

²⁹⁰ BENTO, Berenice. **Carta desabafo**. Disponível em: <http://estadolaicorj.blogspot.com.br/2012/06/berenice-bento-carta-desabafo-sobre-o.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018. Sobre o assunto, consultar: DOS REIS, IZIS Moraes Lopes. Uma arena de negociações e conflitos: análise das instituições estatais sobre a política de saúde para pessoas trans* no Brasil. **Interseções** – Revista de Estudos Interdisciplinares, ano 15, jun/2013. p. 48/71. (Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/9385/7278>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018).

²⁹¹ TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades. São Paulo: Annablume, 2013. p. 115.

desejos, funciona como um princípio hermenêutico de auto-interpretação.²⁹²

Entretanto, no trilhar das constatações de Anne Fausto-Sterling, “nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual”²⁹³, e as experiências sexo e gênero-diversas revelam justamente um contraponto à concepção de que o corpo reflete um sexo estático e pré-discursivo, e de que “o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação”²⁹⁴.

Nesse sentido, ponderamos que, ainda que não de forma prescritiva, os estudos de gênero e as múltiplas conformações identitárias podem abrir caminhos para se pensar uma operacionalização político-institucional dos gêneros e dos sexos a partir do marco da diversidade²⁹⁵.

2.3. DA TRANSEXUALIDADE À MULTIPLICIDADE DAS EXPERIÊNCIAS TRANS: GÊNERO EM TRÂNSITO

Quando nos utilizamos da palavra transexual para nos referimos a alguém cuja experiência identitária denota uma inconformidade de gênero em relação ao sexo atribuído no nascimento, há uma série de presunções, via senso comum, que acompanham esta nomeação.

Uma das mais notórias delas é a premissa de que, a rigor, há um inerente desconforto sentido pelo indivíduo em relação a seu corpo e, principalmente, à sua anatomia genital, ocasionado pelo sentimento de não “pertencimento” ao sexo que lhe foi atribuído oficialmente. Presume-se, ainda, que esta sensação é a que, em princípio, vai orientar a(o) transexual a procurar acompanhamento médico para iniciar o seu tratamento hormonal e/ou, ulteriormente, candidatar-se à cirurgia de transgenitalização.

No discurso dos tribunais, exemplificado pelo julgado do STJ colacionado no introito deste capítulo, muito embora não se coloque em termos

²⁹² ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 14, 2009. p. 1143.

²⁹³ FAUSTO-STERLLING, Anne. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**, (17/18) 2001/02, p. 19.

²⁹⁴ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade...**, p. 45.

²⁹⁵ BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011. p.90.

expressos a condição de desconforto com a genitália para tutelar o direito à retificação de documentos, há a assunção de perspectiva universalizante da transexualidade ao se enfatizar suposta percepção de monstruosidade que o sujeito trans teria em relação ao seu corpo, pressupondo a necessidade da pessoa em adequar o sexo, “mediante o uso de vestimentas do sexo oposto e a realização de terapia hormonal e/ou de cirurgia de transgenitalização”.

O acesso a tais critérios pelo imaginário social reflete a força exercida – ou melhor, o poder que é exercido – pelo saber médico na definição da identidade transexual. Não à toa, afirma Flávia Teixeira que “a pessoa é substituída pelo diagnóstico e, assim, todas as ações decorrentes do diagnóstico são dirigidas à patologia reconhecida”²⁹⁶.

Idealiza-se um inescusável parâmetro de diagnóstico a ser alcançado que faz fugir da inteligibilidade as subjetividades que não se enquadram nesta compreensão unívoca de transexualidade. Aliás, a própria transexualidade, lançada como categoria nosológica, e a tutela hiperpatologizante de sujeitos gênero-transgressores indica que há uma medida para se aferir os corpos que são revestidos de normalidade e aqueles que não o são.

Mas, emprestando ao debate algumas das indagações de Berenice Bento, “por que considerar esta experiência identitária uma doença? Quem autoriza os psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades a avaliar a pessoa transexual como ‘doente’? (...) Como estabelecer os limites discerníveis entre os ‘transtornados de gênero’ e os ‘normais de gênero’?”²⁹⁷

Não nos parece razoável afirmar que existe uma pronta e simples resposta a essas questões, porém, ao refutarmos o caráter neutro das ciências, podemos localizar pistas que irão guiar nosso raciocínio na sinalização de algumas conclusões.

Nesse sentido, com espreque no levantamento bibliográfico realizado por Laqueur, vimos como o momento histórico identificado com a modernidade trouxe a obrigatoriedade de diferenciação sexual para tornar os corpos inteligíveis socialmente, o que restou devidamente intensificado com a corrida medicalizadora que atingiu o século XIX e, assim, previsível a conclusão, prima

²⁹⁶ TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades. São Paulo: Annablume, 2013. p. 115.

²⁹⁷ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**..., p. 110-111.

facie, de que “pessoas cujo gênero (...) não está em conformidade com o sexo genital precisariam de tratamento”²⁹⁸.

Ocorre que, parafraseando Raewyn Connell, as experiências identitárias trans são inevitavelmente corporificadas²⁹⁹, e qualquer tentativa de dar sentido à transição dos gêneros deve dar plena atenção à questão, o que nos leva, em um exercício de alteridade, a reconhecer as múltiplas narrativas de corporificação das subjetividades³⁰⁰, “como um conjunto de trajetórias de vida que surge a partir das contradições na corporificação social”³⁰¹, distanciando-nos, desta forma, de uma visão simplificadora e meramente clínica da condição transgênera.

É necessário, portanto, valermo-nos de um olhar questionador à fixidez do gênero e do sexo para nos dar conta dessas inúmeras possibilidades de vida sem a elas reservar o local desfavorecido da abjeção³⁰², admitindo, talvez como um grande desafio a ser posto aos discursos científicos, “que todas as posições podem se mover, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo”³⁰³, nas palavras de Guacira Lopes Louro.

Para tanto, os aportes pós-estruturalistas se afiguram, a nosso ver, substanciais para que possamos dar conta da diversidade sexual e de gênero que já se vislumbra na concretude da vida, mas que, devido à cisnormatividade conjugada à heteronormatividade, não é abarcada dignamente pelo ordenamento jurídico para o exercício de uma cidadania plena pelos indivíduos gênero e sexodiversos³⁰⁴ - cidadania esta que, conforme demonstraremos no capítulo 4 deste trabalho, ainda é precariamente reconhecida.

²⁹⁸ BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero...**, p. 574.

²⁹⁹ CONNELL, Raewyn. **Gêneros reais...**, p. 238.

³⁰⁰ ROTHFIELD, Philipa. Bodies and subjects: medical ethics and feminism. In: KOMESAROFF, Paul A. (Ed.). **Troubled bodies: critical perspectives on postmodernism, medical ethics, and the body**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1995. p. 169.

³⁰¹ Ibidem, p. 240

³⁰² Neste caso, estamos considerando a acepção de abjeção cunhada por Judith Butler, que, em entrevista a Irene Meijer e Baukje Prins, explica que o abjeto “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (MEIJER, Irene Costera; PRINS, Baukje. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1º semestre 2012. p. 162). É importante entender que, para a filósofa estadunidense, a abjeção se configura por códigos de inteligibilidade e se manifesta politicamente e na materialidade.

³⁰³ LOURO, Guacira Lopes. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Organizado por Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel e Silvana Vilodre Goellner. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 48.

³⁰⁴ Esta terminologia é utilizada em alusão à expressão SOGI (Sexual Orientation and Gender Identity) adotada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas que compreende expressões

Se pretendemos nos afastar da hegemônica ideia de inevitabilidade de se pensar o sexo como elemento dicotômico e apriorístico ao gênero³⁰⁵, à guisa da problematização que pretendemos trilhar, é possível afirmar que o sexo “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas”³⁰⁶.

Isso significa dizer que o sexo já é marcado pelos valores de quem classifica os genitais, interferindo na nominação daquilo que se vê³⁰⁷, sendo, portanto, uma categoria que é atravessada por discursos, significados, definições e sentidos, e o exercício de sua naturalização pode ser interpretado como maneira eficaz de o assegurar em um status pré-cultural, pré-discursivo e, conseqüentemente, a-histórico³⁰⁸.

Estas colocações vão bastante ao encontro do que Michel Foucault já se dispunha a tematizar no volume 1 da História da Sexualidade quanto à centralidade do sexo como foco de disputa política e “de regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz”³⁰⁹, dando lugar a “vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos (...)”³¹⁰.

Por meio do sexo, acessa-se, em um só tempo, a vida-corpo e a vida-espécie, isto é, o sexo funciona como um conceito unificado e uma categoria explanatória, possuindo um papel fundamental no entendimento do que somos³¹¹ – tanto como indivíduos como sociedade –, na regulação da moral, no comportamento social, etc. Por isso a dificuldade, a priori, de se questionar o seu conceito, já que se posiciona como uma categoria natural biológica que determina às pessoas o que elas podem ou não ser e fazer.

identitárias como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais, dentre outros, de modo a abarcar aquelas(es) que não se enquadram em categorias heteronormativas e binárias de vivenciar a sexualidade e a identidade de gênero.

³⁰⁵ MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos. In: **cadernos pagu** (24), janeiro-junho de 2005. p. 252.

³⁰⁶ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

³⁰⁷ MACHADO, Paula Sandrine. Op. Cit., p. 254.

³⁰⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero...**, p. 27.

³⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade...**, p. 157.

³¹⁰ Ibidem, p. 157-158.

³¹¹ MCLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade...**, p. 50.

No pensamento foucaultiano, esta tecnologia do sexo passa a se ordenar, aos fins do século XVIII, em torno da instituição médica, da exigência da normalidade e do problema da vida e da doença³¹². Para o autor, os dispositivos específicos de saber e poder (como as ciências biomédicas) sobre o sexo desenvolveram-se precipuamente a partir de quatro conjuntos estratégicos: 1) histerização do corpo da mulher; 2) pedagogização do sexo da criança; 3) socialização das condutas de procriação e; 4) psiquiatrização do prazer perverso³¹³. Nesse sentido, pode-se inferir que uma das definições de sexo era a totalidade da constituição do corpo da mulher:

Com o exemplo da histerização do corpo das mulheres, é fácil perceber os interesses políticos envolvidos no entendimento do sexo, como visto nos outros exemplos do pensador sobre o controle da sexualidade infantil, a regulação social do comportamento reprodutivo e a psiquiatrização do prazer perverso. A associação consumada da mulher com o sexo serve para demarcar espaços sociais e políticos apropriados para mulheres.³¹⁴

Para Foucault, então, o sexo funcionaria como um ponto de articulação entre o que o filósofo denominou anátomo-política (dispositivos disciplinares incumbidos de extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante controle espaço-temporal, no interior das instituições) e a biopolítica (que seria a regulação das massas, a partir de saberes-poderes responsáveis por gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, etc)³¹⁵, dois polos do *biopoder* (um poder sobre a vida e sobre os corpos) sendo, assim, “ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento., (...) o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, (...) que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres”.³¹⁶

Porém, são com os enfrentamentos teóricos lançados especialmente por Joan Scott, Linda Nicholson e Judith Butler – como representantes (eleitas para esta reflexão) das perspectivas pós-estruturalistas no movimento crítico ao

³¹² FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade...**, p. 127-128.

³¹³ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade...**, p. 113-114.

³¹⁴ MCLAREN, Margaret A. Op. Cit., p.50.

³¹⁵ CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira; FURTADO, Rafael Nogueira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 16 (3), p. 33.

³¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade...**, p. 169-170.

feminismo de matiz essencialista³¹⁷ -, que poderemos mais propriamente refutar o caráter invariável do sexo com maior densidade, pois, diferentemente da linha argumentativa feminista que por muito tempo separou o par sexo/gênero em correspondência ao par natureza/cultura, é possível afirmar que “a natureza do sexo já está marcada, desde o princípio, por um olhar de gênero”³¹⁸.

Nesse sentido, Joan Scott salienta que, até a década de 1980, havia uma tendência de se tratar o gênero como uma construção social sobre o sexo - “a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”³¹⁹, aferindo-se, portanto, a noção de que “o gênero é uma assimilação de significados sobre diferenças sexuais biologicamente dadas”³²⁰.

A historiadora nos alerta que a constância do uso descritivo do gênero, como, por exemplo, pode ser verificado por teóricas do patriarcado (ao pressupor que os homens sempre dominaram as mulheres, buscando uma explicação única e fundante dessa relação de poder³²¹), acarreta hierarquizações/assimetrias entre as diferenças sexuais que não deixam margem a interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes que regem a oposição binária homem/mulher³²²:

(...) gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos

³¹⁷ Assinalamos esta delimitação devido à vasta produção acadêmica voltada à crítica ao sistema sexo/gênero e, principalmente, ao viés estático e a-histórico quanto ao sexo como um conceito pouco tangenciado na tradição feminista que se desenvolveu até o início dos anos 1980, como visto no capítulo 1 desta dissertação. O próprio arcabouço teórico das autoras eleitas, por si só, é deveras denso e incita discussões que não se restringem aos estudos de gênero. No entanto, entendemos que, através de seu pensamento, podemos encontrar ferramentas interessantes e imprescindíveis para demonstrarmos o caráter biologicista dado à tratativa dos corpos sexuais, pois, “para essas feministas, são as formas sociais de compreensão da diferença e da semelhança entre homens e mulheres que determinam as maneiras como o corpo é apreendido, abandonando-se completamente a ideia de uma base natural fixa sobre a qual agiria a cultura” (CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero...**, p. 102).

³¹⁸ MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos...**, p. 261.

³¹⁹ SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/%20185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

³²⁰ SENKEVICS, Adriano. **Sexo é natural; gênero é cultural?** Um diálogo entre Joan Scott e Judith Butler. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/06/24/sexo-e-natural-genero-e-cultural-um-dialogo-entre-joan-scott-e-judith-butler/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

³²¹ CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero...**, p. 103.

³²² SCOTT, Joan W. Op. Cit.

femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.³²³

Com estes aportes, concluímos que é preciso nos distanciarmos de abordagens que associam certos domínios da vida social à natureza, pois “nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, fora das relações sociais”³²⁴.

Linda J. Nicholson, apresentando provocação mais acentuada ao feminismo da diferença, explana o fato de a biologia continuar sendo a grande provedora do gênero, sem a devida contextualização do corpo. A autora percebe que o traço biológico foi assumido como base sobre a qual os significados culturais são constituídos e que, em que pese tenham muitas feministas da segunda onda rechaçado o determinismo biológico explícito, mantiveram em grande parte um de seus pressupostos: o da existência de aspectos comuns – com destaque à capacidade reprodutiva - a várias culturas³²⁵.

Nicholson repara no fato de a biologia ter sido utilizada por feministas para detectar uma igualdade universal no corpo das mulheres, ao passo que o fundamento biológico também serviria para diferenciá-las dos homens, especialmente no que se refere ao trabalho de algumas feministas radicais (como Janice Raymond e Robin Morgan) e a aproximação que algumas delas faziam entre biologia e caráter. Ela, então, define essa noção de relacionamento que fazem entre corpo, personalidade e comportamento de *fundacionalismo biológico*: “afinal, pensar o corpo assumindo cada vez mais o papel de testemunha da natureza do eu é aceitar cada vez mais a crença no determinismo biológico”.³²⁶

Para ela, não foi surpreendente que o sistema sexo-gênero tenha sido apreendido de maneira tão acalorada pelo feminismo dos anos 1970, pois, trata-

³²³ SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **cadernos pagu** (3), 1994. p. 13.

³²⁴ CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero...**, p. 103.

³²⁵ NICHOLSON, Linda J. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

³²⁶ Idem.

se, sobretudo, de um reflexo de importante traço do pensamento do século XX sobre socialização. Sua crítica contumaz se verticaliza na apreciação do livro de Janice Raymond, *"The Transsexual Empire"*, referenciado no início desta dissertação, no qual a autora argumenta que a transexualidade reforça os tradicionais estereótipos de gênero. No entanto, Raymond, segundo Nicholson, possui um argumento bastante inconsistente, pois que suas críticas se voltam à base problemática da medicina para transcender o gênero, ao passo que, a partir de um substrato biológico, pressupõe que *todas* as mulheres diferem em certos aspectos importantes de *todos* os homens, já que, para Raymond, "a posse de um tipo específico de genitália (isto é, aquela rotulada de 'feminina') gera determinados tipos de reação diferentes dos tipos de reação gerados pela posse da genitália 'masculina'"³²⁷, tendência argumentativa que marca, por exemplo, o feminismo radical que ganhou forte expressão no contexto estadunidense.

Nicholson apura, dessarte, as generalizações perigosas do feminismo da diferença por ser este um feminismo da uniformidade, uma vez que as caracterizações de uma natureza ou essência feminina tende a refletir perspectivas daquelas pessoas que as elaboram. Logo, não é de se espantar a oposição de outras vertentes femininas em relação a estas limitações essencializantes.

A autora vai além ao dizer que os corpos vêm sendo interpretados de maneira semelhante, e esta interpretação comum é que tem possibilitado, como efeito deste procedimento, a existência de aspectos comuns nas experiências de mulheres em diferentes culturas. Sua afirmação visa a demonstrar a maneira equivocada com a qual se interpreta a operação transcultural do gênero:

Quase todas as sociedades conhecidas na academia ocidental de fato parecem ter algum tipo de distinção masculino/feminino. Mais do que isso, a maioria parece relacionar essa distinção a algum tipo de distinção corporal entre mulheres e homens. A partir dessas observações, é de fato tentador adotar as proposições acima; entretanto, eu sustentaria que esse gesto equivocado. E digo isso porque "algum tipo de distinção masculino/feminino" e "algum tipo de distinção corporal" incluem um grande leque de possíveis diferenças sutis no sentido da distinção masculino/feminino e no sentido da forma como a distinção corporal atua sobre ela. Por serem sutis, essas diferenças não são necessariamente o tipo de coisa que feministas contemporâneas ocidentais perceberão logo de cara ao examinar culturas europeias pré-modernas ou culturas não dominadas pela

³²⁷³²⁷ NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero...*, 2000.

influência da Europa moderna. Diferenças sutis em torno dessas questões, porém, podem ter importantes consequências no sentido mais profundo do que o ser homem ou mulher.³²⁸

Em suma, o que Nicholson quer dizer é que a fixação da diferenciação binária não atinge o objetivo de captar o nível de desvio das normas do gênero que existe nas diferentes experiências de mulheres e homens, e que este padrão de análise acaba, ao mesmo tempo, reforçando estereótipos culturais, “bem como atuando politicamente na supressão de maneiras de ser que desafiam os dualismos do gênero”³²⁹.

Nos debates feministas mais recentes, contudo, foi a obra “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”³³⁰, de Judith Butler que ganhou maior notoriedade ao promover uma série de inquietações por ela a serem (re)pensadas em torno da categoria mulher, e no uso do sistema sexo/gênero em consonância com o binômio natureza/cultura, em que o primeiro elemento se vê completamente intocado por ser correspondente à natureza e o segundo, correspondente à construção cultural sobre o sexo.

Em viés influenciado pelo pensamento foucaultiano e pelo “estilo desconstrutivista” de Jacques Derrida³³¹, Butler radicaliza a crítica à unidade e essencialidade do sujeito mulher, uma vez que esta construção, para a autora, introduziria uma divisão arbitrária nesse sujeito feminista. Ao questionar a dicotomia sexo/gênero, a autora se coloca em interlocução com outras autoras feministas e, notadamente a partir de Simone de Beauvoir, tomando a célebre frase desta de que “não se nasce mulher (...), torna-se”, Butler esclarece que

³²⁸ Idem.

³²⁹ NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero...**, 2000.

³³⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Cumpre anotarmos que o título do livro (no original, “*Gender Trouble: feminism*”) é um trocadilho com o título do filme “*Female Trouble*” (traduzido para o português como “Problemas Femininos”), de John Waters, de 1974, estrelado pela *drag queen* Divine, sendo bastante simbólica a ligação que a película possui em relação às teorizações desenvolvidas por Butler em torno da experiência *drag* (conforme comentários tecidos por Daniel Mendelson in: MENDELSON, Daniel. Central terms and thinkers. In: ELLIOT, Anthony. **The Routledge Companion to Social Theory**. New York: Routledge, 2010. p. 210-303).

³³¹ SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer** – Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 15. Além disso, Carla Rodrigues assinala: “Butler chamou a atenção para o fato de a teoria feminista não problematizar outro vínculo considerado natural: gênero e desejo. Até que ponto se poderia identificar aqui a mesma crítica derridiana do caráter arbitrário do signo, como uma falsa unidade na teoria de Saussure, como uma premissa nunca antes contestada? É o que identificamos quando Butler afirma: ‘talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma’”(RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179-199, janeiro-abril/2005. p. 179-180).

não há como se garantir *a priori* que este ser que se torna mulher seja efetivamente “uma fêmea”:

Se, como afirma ela, o corpo é uma situação, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo.³³²

Sua proposta é, portanto, de desnaturalizar o sexo (que é aceito como substância, em uma proposição metafísica, nas correntes tradicionais do feminismo) e o gênero, aventando que este não seria algo que possuímos, como simples atributo da pessoa, mas que é inconstante e contextual, um efeito, o que levaria ulteriormente a se pensar as identidades como expressões contingentes e relacionais (e aqui vemos os influxos teóricos derridadianos, ao refutar as afirmações de totalidade e universalidade, bem como a presunção de oposições binárias estruturais³³³).

No que se refere à historicização do sexo, observamos análise mais ampla de Butler em livro posterior intitulado originalmente “*Bodies that matter*” (traduzido para o português como “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”), destacando que não pode ser tomado como um simples fato notório ou condição estática já inscrito no corpo, mas que deve ser considerado um processo das normas regulatórias que o materializam³³⁴.

Ao dismantelar a conformação de sexo e gênero em termos binários, a filósofa declara que todo gênero não é natural, por definição e, por isso, não há uma necessária relação entre o corpo de alguém e o gênero: “será, assim, possível existir um corpo designado como ‘fêmea’ e que não exiba traços geralmente considerados ‘femininos’. Em outras palavras, é possível ser uma ‘fêmea’ masculina e um ‘macho’ feminino”³³⁵, de modo que, repisando a citação acima, não mais cabe uma distinção entre sexo e gênero, pois, aquele se revelará ter sido este o tempo todo.

³³² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero...**, p. 27.

³³³ Ibidem, p. 70.

³³⁴ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 154.

³³⁵ SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer...**, p. 67.

O gênero em Butler, então, consubstancia-se em um constante processo, um devir, uma sequência de atos que está sempre (e inevitavelmente) se fazendo, mostrando-se, portanto, *performativo*, constituinte da identidade que pretende ser: “nesse sentido, o gênero é sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que preexiste ao feito”³³⁶. Quando Butler introduz a ideia de performatividade, entende que o gênero é um processo regulado de repetição, capaz de criar realidades, a partir de práticas, interpelações, enfim, diferenciando-se, contudo, da ideia de performance, a qual supõe um sujeito preexistente, um *performer*.

Ao tangenciar o gênero nas experiências trans, Berenice Bento, alinhando-se à Butler, explica:

O gênero só existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiteraões cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e estilística corporal, são atos que fazem o gênero. Que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Também os/as homens/mulheres biológicos/as se fazem na repetição de atos que se supõe que sejam os mais naturais. A partir de uma citacionalidade de uma suposta origem, transexuais e não transexuais igualam-se.³³⁷

Na cadência de compreensão do sexo e do gênero como elementos binários e dicotômicos, Judith Butler insere, ainda, o conceito de heterossexualidade compulsória à tratativa do sistema sexo/gênero, de modo que, para ela, é através de um desejo heterossexual normativo (e naturalizado), que se legitima as experiências identitárias.

Assim, para Butler, voltando-se à problematização que faz quanto à reivindicação de um sujeito essencializado no feminismo, ao tentarmos definir a categoria “mulheres”, inevitavelmente, cairemos ainda mais no binarismo masculino/feminino de matriz heterossexual compulsória (ou heteronormativa). Daí é que a autora afirma a continuidade dos chamados “gêneros inteligíveis”, os quais

³³⁶ BUTLER, Judith. Op. Cit., p. 25

³³⁷ BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo...**, p. 228.

instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas casuais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.³³⁸

Podemos, ainda, apreender conceitualmente a heteronormatividade, como um conjunto de “instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem a heterossexualidade ser vista não apenas como coerente – ou seja, organizada como uma sexualidade – mas também privilegiada”, que não deixa de produzir relações de exploração e desigualdade *dentro* da própria sociedade heterossexualizada.³³⁹

Este prévio discorrer acerca dos conceitos tratados acima se faz extremamente importante para teorizarmos a respeito da cisnormatividade, pois, conforme o argumento de viviane v., na genealogia que faz do pensamento transfeminista³⁴⁰, a operacionalização desta matriz de heterossexualidade compulsória acarreta a não inteligibilidade de experiências identitárias que fogem a essa norma, fazendo com que certos tipos de identidade não possam existir:

Aqui, particularmente, cabe uma reflexão sobre como o conceito de cisnormatividade pode estar englobado pelo conceito butleriano de heteronormatividade: ao definir as identidades de gênero ininteligíveis – ou cuja existência é afronta a normatividades – como “aquelas em

³³⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero...**, p. 38.

³³⁹ BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. **Sex in public**. Critical Inquiry, v. 24, n. 2, 1998. p. 547-566.

³⁴⁰ “Em que consistiria esta genealogia transfeminista? Dando particular ênfase à utilização das terminologias ‘cis’ no contexto de gêneros – ‘cisgeneridade’, ‘cissexual’, ‘cigênera’, ‘cissexismo’, entre outras –, pensar uma genealogia da cisgeneridade e seus correlatos nos auxilia a re+pensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades: travesti, transexual, doisespíritos, hijra, berdache, eunuco, hermafrodita, etc. Se importantes esforços feministas se debruçam sobre as complexidades e colonialidades envolvidas na produção de discursos sobre conceitos como ‘mulher’, ‘lésbica’, ‘bissexual’, entre outros, uma genealogia transfeminista se coloca fundamentalmente preocupada com compreender as condições, contextos e consequências (materiais, políticas, existenciais) produtores das ‘anormalidades’, ‘monstruosidades’ e diversidades corporais e de identidades de gênero: travesti não é bagunça, diz-se, e por isso precisamos revisar esse babado todo com a cautela e desconfiança de quem já foi e é criminalizada, ridicularizada, ojerizada, odiada com a brutalidade e o cinismo cissexista em doses cotidianas” (v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 48).

que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’”, e a identidade de gênero como “uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (...), percebemos que definições possíveis da cisgeneridade se situam nas ‘decorrências normativas’ entre ‘sexo’ e ‘gênero’, nas supostas coerências pré-discursivas, binárias e permanentes entre ‘macho+homem’ e ‘fêmea+mulher’. A inteligibilidade cisgênera que pressupõe a inteligibilidade heterossexual como decorrência.³⁴¹

Para a autora, pensar a cisgeneridade como categoria analítica pressupõe localizá-la a partir de três eixos ou traços: 1) a pré-discursividade, como entendimento sociocultural-normativo de que seja possível definir os gêneros (e os sexos) partindo-se de critérios objetivos e de certas características corporais “evidentes”, independentemente de como sejam as autopercepções dos sujeitos “ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas”; 2) a binariedade, como ideia de que os corpos terão os gêneros definidos a partir de duas, “e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher” e; 3) a permanência dos gêneros, consubstanciando-se na premissa de que os corpos considerados “normais” (“padrão” ou, ainda, “ideais”) devem apresentar uma “coerência psicológica” em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de “sexo biológico”, “e que tal coerência se manifeste nas expressões e identificações vistas como ‘adequadas’ para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa”³⁴².

Assim, percebemos que esta mobilização da cisgeneridade normativa como um conceito analítico e crítico (e enquanto antônimo da transgeneridade), consoante apontamentos feitos por Beatriz Pagliarin Bagagli, mostra-se fundamental para desnaturalizar as experiências de sujeitos cujas identidades de gênero estejam em consonância com as expectativas sociais oriundas do “sexo biológico” estabelecido no nascimento³⁴³ e, ainda, para problematizar o contexto de patologização das experiências identitárias trans.

Isso porque não podemos deixar de perceber como a psicopatologização das experiências trans se estabeleceu em um forte contexto político, social e cultural de *medicalização* da sociedade e *anormalização* dos corpos e das

³⁴¹ v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 57.

³⁴² Ibidem, p. 65-66.

³⁴³ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas para além da cisnormatividade. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (orgs.). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 34-35.

sexualidades, como visto anteriormente, de forma que o uso da classificação nosológica da transexualidade revela “um conjunto de práticas sociais e institucionais com a funcionalidade de mecanismo coercitivo para submissão às normas de gênero hegemônicas e suposta coerência do sistema sexo/gênero”³⁴⁴.

Não menos importante é a pertinência da abordagem realizada por Anne Fausto-Sterling na percepção, através do campo de estudos da biologia, quanto à condição intersexual, uma vez que até mesmo a categoria “sexo biológico”, posta em perspectiva dualística (isto é, feminino ou masculino) e naturalizada, já não mais se afigura suficiente mesmo na literatura médica. De acordo com o argumento da autora, existe uma ampla configuração cromossômica quanto ao funcionamento de nossos corpos, ligada à nossa conformação hormonal e gonadal, que é apagada pelo comprometimento da cultura ocidental de continuar corroborando a existência de apenas dois sexos. Porém, ela refuta este pensamento *standard*:

Mas se o estado e sistema legal estão interessados em manter um sistema sexual bipartido, eles estão desafiando a natureza. Porque biologicamente falando, existem muitos graus entre fêmea e macho; e, dependendo de como determinamos as coisas, poderíamos argumentar que nesse espectro existem ao menos cinco sexos. E talvez até mais.³⁴⁵

Lutas ainda são travadas para abolir intervenções “corretoras” (cirúrgicas e/ou hormonais) e procedimentos normalizadores realizados nos

³⁴⁴ PRADO, Marco Aurélio; TENÓRIO, Leonardo. **Patologização das identidades trans***..., p. 204-205.

³⁴⁵ FAUSTO-STERLING, Anne. **Os cinco sexos**: porque macho e fêmea não são o bastante – Tradução de Alice. Disponível em: <https://esquizotrans.wordpress.com/2009/03/26/alice-traduz-fausto-sterling/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018. Em perspectiva semelhante, pontua Paisley Currah: “Moreover, the development of the sciences of sex and the growth of technologies to alter its components have made it more difficult to reliably contain sex within the bounds of prevailing gender norms. What we call “biological sex” is in fact an amalgam of chromosomes, external genitals (penis and scrotum or clitoris and vagina), internal reproductive organs (prostate and seminal vesicles or vagina and uterus), gonads (testes or ovaries), hormonal sex, and the secondary sex characteristics (voice quality, amount of facial hair, level of muscle development/breast development) that hormones generally produce. The “common sense” of biological sex tells us that in each individual all of these components are unambiguously male or female, congruent, and aligned in a predictable and permanent relation to each other—that is, the sex assigned at birth is static, remaining constant from the cradle to the grave. In fact, the more science probes the constituent elements of sex, the less unequivocally dichotomous the overall categories turn out to be” (CURRAH, Paisley. **The transgender rights imaginary**..., p. 254).

indivíduos diagnosticados como intersexo, os quais buscam, a qualquer custo, garantir a estabilidade das dicotomias de sexo e gênero³⁴⁶.

No Brasil, por exemplo, o Conselho Federal de Medicina, através da Resolução 1.664/2003, promove o gerenciamento biomédico da condição intersexual afirmando que “o nascimento de crianças com sexo indeterminado é uma urgência biológica e social. Biológica, porque muitos transtornos desse tipo são ligados a causas cujos efeitos constituem grave risco de vida. Social, porque o drama vivido pelos familiares e, dependendo do atraso do diagnóstico, também do paciente, gera graves transtornos.”

No campo das Ciências Humanas, segundo Paula Sandrine Machado, a tematização da intersexualidade, na América Latina, ainda não é expressiva, muito embora esteja em ascensão, e muitas pessoas intersexuais desconhecem as reivindicações ético-políticas do ativismo intersexual, tendo a auto percepção de que sua condição se trata de um problema de saúde ou de um corpo malformado³⁴⁷.

Outrossim, outras vivências não binárias além das quais já mencionamos, mesmo em nossa cultura ocidentalizada (como agêneros, andróginos, *demiboy*, *demigirl*, *gender fluid*)³⁴⁸, podem ser cada vez mais percebidas em sociedade, provocando o Direito, assim, a se inteirar dessas corporalidades que questionam as suas categorizações essencialmente binárias e o discurso que aqui chamamos de cisnormativo.

Para mais, é preciso condicionar nossos olhos a perceberem que o conceito de identidade não pode ser definitivo, porquanto problemático em si

³⁴⁶ MACHADO, Paula Sandrine. (Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **cadernos pagu**, janeiro-junho de 2014. p. 150.

³⁴⁷ Ibidem, p. 141-158.

³⁴⁸ Nesse sentido, ainda, a Comissão de Direitos Humanos de Nova Iorque reconheceu, ainda em 2016, a existência de trinta e uma identidades de gênero diferentes, em documento disponibilizado digitalmente (http://www.nyc.gov/html/cchr/downloads/pdf/publications/GenderID_Card2015.pdf). Há outras performatividades de gênero verificadas em contextos de povos tradicionais e não-ocidentais. Na Índia, o termo “hijra” refere-se a um terceiro gênero, que pode ser utilizado por pessoas que fogem à lógica biologicista do gênero; no México, conhecem-se pessoas “muxes” como aquelas que não se identificam “nem como homem, nem como mulher”; na América do Norte, diversos povos originários reconhecem a identidade de gênero não-binária “Two-Spirit”, pela ideia de que em um só corpo habita, ao mesmo tempo, um espírito feminino e masculino (BECATTINI, Natália. 7 culturas com identidades de gênero não-binárias. **360 meridianos**. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/2017/08/culturas-identidades-de-genero-nao-binarias.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018).

mesmo, pois, “em geral, presumimos que a identidade do indivíduo é capaz de revelar a verdade acerca de um eu. No entanto, essa ideia de verdade que o eu denota é uma narrativa e não passa de ilusão, e esse sujeito unificado e coerente (...) projeta sua incompletude e fragmentação na *pluralidade de identificações a que estão o tempo todo sendo interpelados a reconhecer*”³⁴⁹.

Em outras palavras, mesmo que não ignoremos a fisiologia dos corpos, é possível se aferir na concretude da vida uma multiplicidade sexual e de gênero não tematizada devidamente pelos saberes-poderes hegemônicos.

Todas estas contribuições teóricas, então, nos permitem compreender, agora, como se dá a conexão entre cisnormatividade e heteronormatividade afirmada no início deste subtópico, de maneira que podemos aventar uma regulação dos corpos a partir de uma cisheteronormatividade, conforme aduz viviane v.³⁵⁰

Por outro lado, é necessário rememorar que “os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana”³⁵¹, não sendo o discurso jurídico exceção a tal constatação.

Destarte, para dar continuidade à tratativa que aqui propomos, impende elucidar, primeiramente, algumas disposições na seara jurídica quanto a sexo e gênero que nos parecem pertinentes à tutela dos sujeitos trans. Tal explanação vai ao encontro de situarmos o debate sobre o reconhecimento jurídico da identidade de gênero como elemento inerente ao desenvolvimento da personalidade humana, investigando quais arcabouços teóricos e normativos são acessados quando o direito, em suas múltiplas facetas e acepções, é provocado a se pronunciar a respeito da transgeneridade.

³⁴⁹ SOUSA, Tuanny Soeiro. **O nome que eu (não) sou...**, p. 16 (grifos nossos).

³⁵⁰ v., viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 57.

³⁵¹ FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 14.

CAPÍTULO 3 – DISPOSIÇÕES JURÍDICAS SOBRE SEXO E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E DE DIPLOMAS INTERNACIONAIS PERTINENTES À TEMÁTICA

*“A premissa é direta: compreender o Direito não é apenas uma operação mecânica, antes é um diálogo permanente entre seres humanos que não deve cessar jamais. (...) Ao Direito e ao jurista, cumpre também, e precipuamente, serem verdadeiros. E assim será se ambos prestarem contas, acima de tudo, à realidade humana.”*³⁵²

Em se tratando de transgeneridade, na esteira do que já colacionamos em momentos anteriores deste trabalho, observamos ampla produção teórica sendo desenvolvida em campos interdisciplinares, dessumindo-se a relevância do tema para a contemporaneidade, bem como o objetivo de se erigir abordagens cada vez mais dialógicas e não discriminatórias.

No que diz respeito à parcela científico-jurídica, como preliminarmente apontado no início do capítulo 2, nota-se, contudo, forte inclinação às compreensões patologizantes acerca das transgressões de gênero, elegendo-se, em vasta medida, um paradigma biologicista e estanque quanto ao sexo para aglutinar as experiências trans.

Por sua vez, esta tendência da literatura jurídica mais tradicional nos impele a concentrar esforços na investigação do recorte que os enunciados normativos, tanto pátrios quanto internacionais, oferecem ao sexo e ao gênero, e como estes são acionados quando tematizada a tutela de pessoas trans e da proteção jurídica à identidade de gênero.

Previamente, entretanto, em lentes mais alinhadas à perspectiva de internacionalização dos direitos humanos que pretendemos tecer adiante, cabe breve contextualização acerca de recente manifestação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante, CIDH) sobre o reconhecimento do direito de pessoas trans a modificarem seu prenome e designativo de sexo nos

³⁵² FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil**: sentidos, transformações e fim. Rio de Janeiro: Renovar, 2015. p. 3-6.

documentos oficiais, em consonância com a identidade de gênero autopercebida, através da Opinião Consultiva de nº 24/17.³⁵³³⁵⁴

Trata-se de parecer solicitado pela República da Costa Rica, com fundamento nos artigos 64.1 e 64.2 da Convenção Americana³⁵⁵, em conformidade com o procedimento disciplinado nos artigos 70 e 72 do Regulamento da Corte (os quais versam sobre pareceres consultivos)³⁵⁶, a fim de que esta apresentasse seu posicionamento acerca da interpretação e do alcance dos artigos 11.2, 18 e 24 da supracitada Convenção, fazendo relação ao artigo 1º do referido instrumento normativo. Para compreensão didática deste julgado, transcreveremos estes enunciados, na ordem acima consignada:

Artigo 64

1. Os Estados membros da Organização poderão consultar a Corte sobre a interpretação desta Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Também poderão consultá-la, no que lhes compete, os

³⁵³ A íntegra desta opinião consultiva pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf.

³⁵⁴ Em outras palavras, em 09 de janeiro de 2018, a CIDH divulgou o teor da Opinião Consultiva de nº 24/17 (apreciada em 24 de novembro de 2017), por meio da qual o referido Tribunal se pronunciou, em síntese, a respeito do reconhecimento do direito de pessoas trans a modificarem seu prenome e designativo de sexo nos documentos oficiais, em consonância com a identidade de gênero autopercebida, bem como a respeito do reconhecimento dos direitos patrimoniais derivados de uniões homoeróticas. “Uniões entre pessoas do mesmo sexo” foi o termo originalmente utilizado no ofício do país solicitante à CIDH e também na decisão emanada pela referida Corte. Entretanto, como forma de nos posicionarmos, desde já, de maneira crítica ao conceito de sexo evocado hegemonicamente e, partindo da historicização já tangenciada no capítulo anterior, propugnaremos a utilização da terminologia uniões/parcerias/relações homoeróticas. A contestação ao uso da expressão “uniões entre pessoas do mesmo sexo”, na seara jurídica, foi abarcada por Andressa Regina Bissolotti dos Santos em seu trabalho dissertativo, no qual teceu as seguintes considerações: “utilizarei o termo parcerias/relações homoeróticas como forma de se referir às interações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, a um só tempo fugindo da problemática constante nessa definição que agora mesmo utilizei - seriam pessoas do mesmo sexo? ou do mesmo gênero? - ao mesmo tempo em que aborda essas relações sem necessariamente reivindicar uma identidade como sua componente, por dar ênfase nas práticas e trajetórias afetivo-sexuais”. Trata-se de um conceito ainda devedor de uma perspectiva necessariamente binária de gênero - a divisão entre parcerias homoeróticas e não-homoeróticas só faz sentido nesse contexto -, mas que não necessariamente interpela e exige a identidade homossexual de forma tão intensa quanto o uso de expressões tais quais relações homossexuais ou mesmo homoafetivas”. (DOS SANTOS, Andressa Regina Bissolotti. **Movimento LGBT e direito: identidades e discursos em (des)construção**. 2017. Dissertação [Mestrado em Direito] – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. p. 81).

³⁵⁵ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

³⁵⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

órgãos enumerados no capítulo X da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires.

2. A Corte, a pedido de um Estado membro da Organização, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.

Artigo 70. Interpretação da Convenção

1. As solicitações de parecer consultivo previstas no artigo 64.1 da Convenção deverão formular com precisão as perguntas específicas em relação às quais pretende-se obter o parecer da Corte. 2. As solicitações de parecer consultivo apresentadas por um Estado membro ou pela Comissão deverão indicar, adicionalmente, as disposições cuja interpretação é solicitada, as considerações que dão origem à consulta e o nome e endereço do Agente ou dos Delegados. 3. Se o pedido de parecer consultivo é de outro órgão da OEA diferente da Comissão, deverá precisar, além do indicado no inciso anterior, de que maneira a consulta se refere à sua esfera de competência.

Artigo 72. Interpretação de leis internas

1. A solicitação de parecer consultivo formulada conforme o artigo 64.2 da Convenção deverá indicar: a. as disposições de direito interno, bem como as da Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos que são objeto da consulta; b. as perguntas específicas sobre as quais se pretende obter o parecer da Corte; c. o nome e endereço do Agente do solicitante. 2. O pedido será acompanhado de cópia das disposições internas a que se refere a consulta.

Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

Artigo 18. Direito ao nome

Toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.

Artigo 24. Igualdade perante a Lei

Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei.

Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

No texto solicitante, encaminhado ao Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 17 de maio de 2016, o Estado costarricense sublinhou que o reconhecimento dos direitos humanos derivados

da orientação sexual e da identidade de gênero tem-se caracterizado por um processo dessemelhante nos diferentes Estados Integrantes do Sistema Americano, uma vez que é possível vislumbrar desde países que têm aprovado de maneira ampla direitos de pessoas LGBTI até Estados membros que têm mantido legislações proibitivas ou omissas em relação aos direitos destas populações³⁵⁷.

No tocante à identidade de gênero, o Estado solicitante apresentou questionamento específico no que tange ao artigo 54 de seu Código Civil, o qual prevê a necessidade de que pessoas interessadas em modificar seu nome devem se valer de um processo judicial para tanto, disposição esta que, segundo a própria República da Costa Rica (representada na oportunidade por sua vice-presidente, Ana Helena Chacon Echeverría), “implica gastos para o requerente e uma espera demorada”³⁵⁸. Formularam-se, destarte, as seguintes indagações:

1. Levando em conta que a identidade de gênero é uma categoria protegida pelos artigos 1º e 24 da CADH, e o estabelecido nos artigos 11.2 e 18 da Convenção, contempla essa proteção que o Estado deva reconhecer e facilitar a alteração de nome das pessoas, de acordo com a identidade de gênero de cada uma?

1.1. Em caso de resposta afirmativa, poder-se-ia considerar contrário à Convenção que a pessoa interessada em modificar seu prenome somente possa recorrer a um processo judicial sem que exista um procedimento para ela em via administrativa?

1.2. Poder-se-ia entender que o artigo 54 do Código Civil da Costa Rica deva ser interpretado de acordo com a Convenção, no sentido de que as pessoas que desejem alterar seu prenome, a partir de sua identidade de gênero, não estão obrigadas a se submeter a um processo judicial, máxime porque o Estado deve a elas prover um trâmite administrativo gratuito, rápido e acessível para exercer este direito humano?³⁵⁹

Em apreciação a estas perguntas – tópicos aos quais nos limitaremos em razão de sua pertinência mais pontual com esta pesquisa³⁶⁰ -, a Corte

³⁵⁷ SOLICITAÇÃO DE OPINIÃO CONSULTIVA PELA REPÚBLICA DA COSTA RICA. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/solicitudoc/solicitud_17_05_16_esp.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ A República da Costa Rica, em sua solicitação, teceu perguntas e considerações a respeito dos direitos patrimoniais decorrentes de uniões homoeróticas (valendo-se do termo “vínculos entre pessoas do mesmo sexo”). Embora reconheçamos a importância do tema, a ausência de verticalização desta questão, neste trabalho, ocorre apenas por uma opção metodológica. Para um olhar mais preciso acerca dos desdobramentos do reconhecimento de uniões homoeróticas, no Brasil, ver: DOS SANTOS, Andressa Bissolotti. **Movimento LGBT e direito: identidades e discursos em (des)construção**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

reiterou o albergamento do direito humano à identidade de gênero como “decorrente do direito à liberdade e à autodeterminação da própria identidade pessoal, de escolher livremente as opções e circunstâncias que dão sentido à sua existência, conforme suas opções e convicções”.³⁶¹

Além de afirmar categoricamente que os Estados estão obrigados a adotar medidas positivas para reverter ou mudar situações discriminatórias existentes em seus contextos sociais específicos, a CIDH estabeleceu condições mínimas (no tocante aos procedimentos de reconhecimento jurídico) que os entes estatais devem atender para a efetivação do direito à livre identidade de gênero: i) os procedimentos devem estar baseados unicamente no consentimento livre e informado da(o) solicitante, sem que se exijam requisitos como certificações médicas e/ou psicológicas ou outros que possam se afigurar não razoáveis ou patologizantes; ii) os procedimentos e as mudanças, correções ou adequações nos registros devem ser confidenciais e nos documentos de identidade não devem constar expressamente as ordens de mudança da identidade de gênero; iii) os procedimentos devem ser céleres e devem tender à gratuidade; iv) não se deve exigir a realização de cirurgias ou tratamentos hormonais; v) o procedimento que melhor se ajusta aos requisitos estabelecidos anteriormente é aquele de natureza materialmente administrativa ou notarial.

A relevância da Opinião Consultiva nº 24/17 reside, ainda, no endosso aos atos administrativos como meios mais adequados a materializarem essas recomendações; isto é, a Corte, em seu exame, confirma o que os Princípios de Yogyakarta³⁶² há muito preconizam sobre o caráter diligente que os Estados

³⁶¹ IOTTI, Paulo. **O arco-íris coloriu as Américas!**. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/12/o-arco-iris-coloriu-as-americas/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

³⁶² São 29 princípios elencados, destacando-se, entre estes: direito ao gozo universal dos direitos humanos; direito à igualdade e a não discriminação; direito ao absoluto reconhecimento de sua identidade de gênero e orientação sexual perante a lei; direito à vida; direito à proteção social do Estado bem como a outras medidas de proteção social; direito à educação livre de qualquer discriminação e direito a construir uma família. A Carta sofreu importantes alterações em novembro de 2017, incluindo novos 10 princípios e obrigações aos países signatários, sendo atualmente conhecida por “Princípios de Yogyakarta plus 10”. Nesta versão adicional, preconizam-se: o direito de proteção estatal; o direito ao reconhecimento jurídico; o direito à integridade mental e física; o direito de não criminalização com base em orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais; o direito de proteção contra a pobreza; direito sanitário; o direito de aproveitamento de direitos humanos relacionados a informação e tecnologias de comunicação; o direito à verdade e; o direito à prática, proteção,

devem assumir para assegurar o direito à identidade de gênero, incluindo o acesso a mecanismos rápidos, transparentes e acessíveis para a retificação dos documentos exigidos para a identificação de pessoas em seu território.

A instrumentalidade deste parecer se revela ainda mais sobressalente para a efetivação dos direitos de pessoas trans quando se parte da premissa de que o Brasil é signatário dos pactos internacionais de direitos humanos em comento, para não mencionar os tratados que tangenciam a proibição à discriminação (o que, em extensivamente, deve contemplar as vulnerabilidades decorrentes de gênero e sexualidades dissidentes) e aqueles através dos quais o expressamente o país assumiu compromisso de concretizar direitos humanos de pessoas gênero e sexo diversas³⁶³.

Constam, ainda, em relatório do Ministério das Relações Exteriores, variadas ações das quais o Brasil participou na promoção internacional dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, como, mais recentemente, o evento "*Leaving no One Behind: Equality and Inclusion in the Post-2015 Development Agenda*", ocorrido na Sede das Nações Unidas, em setembro de 2015, no qual reafirmou, “no mais alto nível, o compromisso com o avanço da agenda LGBT no marco das discussões sobre a Agenda Pós-2015”.³⁶⁴

preservação e reavivar a diversidade cultural. Nesse sentido, ver: http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf.

³⁶³ Em rol exemplificativo, citamos: Declaração Universal dos Direitos Humanos - 1948; Declaração do Direito ao Desenvolvimento - 1986; Declaração e Programa de Ação de Viena - 1993; Declaração de Pequim - 1995 (Declaração de Pequim adotada pela Quarta Conferência Mundial Sobre As Mulheres: Ação Para Igualdade, Desenvolvimento e Paz); Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem - 1948; Preceitos da Carta das Nações Unidas - 1945; Convenção contra o Genocídio - 1949; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - 1966; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - 1966; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher - 1984; Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes - 1984; Convenção Americana sobre Direitos Humanos - 1969; Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura - 1985; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher - 1994.

³⁶⁴ O relatório integral pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Grupos vulneráveis: assuntos de gênero. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/direitos-humanos-e-temas-sociais/3666-grupos-vulneraveis>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018. Outros eventos mais recentes também podem ser elencados, como: Fevereiro de 2014, Washington – O Brasil apoiou a criação da Relatoria sobre Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersex (LGBTI) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Setembro de 2014, Genebra – O Conselho Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou, durante a 27ª Sessão, a resolução 27/32, intitulada "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero". O Brasil integrou o "core group", juntamente com Chile, Uruguai e Colômbia. A resolução foi aprovada com 25 votos a favor, 14 votos contrários e 7 abstenções; Setembro de 2014, Nova York – O Brasil participou,

Depreendemos deste cenário o engajamento do Brasil com a agenda internacional de proteção dos direitos humanos de grupos vulnerados pelos marcadores de gênero e orientação sexual.

Outrossim, parece-nos que a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade autuada sob o nº 4275, com voto vencedor do Ministro Luiz Edson Fachin, que abriu divergência para consignar expressamente a desnecessidade de ajuizamento dos pedidos de retificação de prenome e designativo de sexo perante o Judiciário, bem como para afastar a exigência de laudos médicos e/ou psicológicos, decidindo-se, ao fim, pela prescindibilidade de condicionar tais pedidos ao atestado de cirurgia de transgenitalização, foi um passo de suma importância para o reconhecimento jurídico despatologizante da transgeneridade, mormente porque referida ação possui efeitos erga omnes e vinculante aos demais órgãos do Judiciário e da administração pública direta e indireta, bastando, para tanto, a publicação do acórdão.

No entanto, se o sentido do engajamento intelectual consiste justamente em colocar luz nas coisas que não estamos habituados a ver, conforme sublinham Heloisa Helena Barboza e Daniel Borrillo³⁶⁵, necessárias são algumas considerações acerca de nosso sistema jurídico para objetivar maior densidade ao debate.

na sede das Nações Unidas, da Reunião Ministerial "Ending Human Rights Violations Against LGBT People". O evento ocorreu à margem da Abertura da 69ª Sessão da Assembleia Geral e foi copatrocinado por Argentina, União Europeia e Países Baixos. Na ocasião, o Brasil expressou apoio ao lançamento da Campanha Global contra a Homofobia "Free and Equal"; Dezembro de 2014, Paris – O Brasil participou do Seminário sobre o direito à educação da população LGBT - "UNESCO's work to protect the right to education of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT) children and young people". O evento foi realizado na sede da UNESCO, no contexto do Dia Internacional dos Direitos Humanos; Julho de 2015, Brasília – Por ocasião da XXVI RAADH, foi acordada a elevação do Grupo de Trabalho LGBT à condição de Comissão Permanente, conferindo-lhe perfil mais elevado e aprovando plano de trabalho com objetivos e metas específicos; Setembro de 2015, Nova York – O Brasil participou do Evento de Alto Nível "Leaving no One Behind: Equality and Inclusion in the Post-2015 Development Agenda", ocorrido na Sede das Nações Unidas, à margem da Abertura da 70ª Sessão da Assembleia Geral. Foi copatrocinado por Brasil, Argentina, Austrália, Chile, Colômbia, Croácia, El Salvador, Estados Unidos, França, Israel, União Europeia, Reino Unido, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Montenegro e Japão. Também contou com o apoio do Assistente do Secretário Geral para Direitos Humanos, Ivan Sinonovic. O evento reafirmou, no mais alto nível, o compromisso com o avanço da agenda LGBT no marco das discussões sobre a Agenda Pós-2015. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Grupos vulneráveis: assuntos de gênero. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/direitos-humanos-e-temas-sociais/3666-grupos-vulneraveis>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018).

³⁶⁵ BARBOZA, Heloisa Helena; BORRILLO, Daniel. Sexo, gênero e direito: considerações à luz do direito francês e brasileiro. *civilistica.com*, a. 5., n. 2., 2016. p. 1.

Previamente, é preciso rememorar que o ordenamento pátrio é adepto à lógica *civil law*, sofrendo influência direta e inicial dos direitos europeus da família romano-germânica³⁶⁶, aventando, portanto, um primado da lei em detrimento de as outras fontes como costumes, jurisprudência e princípios gerais, diferentemente da experiência anglo-saxã regida pelo *common law*, sistema que prestigia muito mais a jurisprudência e o estudo de casos concretos como fontes e aplicação do direito.

E, conquanto este panorama jurídico revele, em princípio, a posição superior da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), como fundamento para os demais textos normativos, há que se levar em conta a força que os tratados internacionais devem ter, em tese, em nosso ordenamento, bem como a anotação de que o estado brasileiro é integrante do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, Flávia Piovesan tematiza a emergência de um novo paradigma jurídico, que se desloca da pirâmide centrada no *State Approach* (que se consubstancia em “um prisma que abarca como conceitos estruturais e fundantes a soberania do Estado no âmbito externo e a segurança nacional no âmbito interno”) à permeabilidade do ordenamento voltada ao *Human Rights Approach* (“em que os direitos fundamentais, a soberania popular e a segurança do cidadão são os marcos essenciais no âmbito interno dos Estados”)³⁶⁷, recorrendo à figura de um trapézio poroso para explicar o fenômeno de achatamento da pirâmide normativa kelseniana (esta, que possui “a Constituição no ápice da ordem jurídica, tendo como maior referencial teórico Hans Kelsen, na afirmação de um sistema jurídico endógeno e autorreferencial”).³⁶⁸

A figura do trapézio, assim, representa a igualdade de hierarquia entre as constituições e os tratados internacionais de direitos humanos, os quais se

³⁶⁶ DE OLIVEIRA, Ana Carolina Borges. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da civil law e da common law. **Constituição, Economia e Desenvolvimento**: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2014, vol. 6, n. 10, Jan.-Jun. p. 47.

³⁶⁷ CAVASSIN, Lucas Carli; FACHIN, Melina Girardi; RIBAS, Ana Carolina. Perspectivas do controle de convencionalidade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil: implicações para um novo constitucionalismo. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Amin (Coord.). **Ius Constitutionale Commune na América Latina** – Volume III – Marco Conceptual. Curitiba: Juruá, 2016. p. 289.

³⁶⁸ PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e diálogo entre jurisdições. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 19, jan./jun. 2012. p. 67-93.

posicionam “no ápice da ordem jurídica”, afastando-se do sistema jurídico endógeno e autorreferencial, portanto.³⁶⁹

As constituições latino-americanas, no trilhar deste raciocínio, estabelecem cláusulas constitucionais abertas, que permitem a integração entre a ordem constitucional e a ordem internacional, a fim de proporcionar maior vazão à tutela dos direitos humanos.³⁷⁰ Para Mariela Morales Antoniazzi, as constituições “deixaram de ser ordenamentos fechados, para se tornarem permeáveis, por diferentes técnicas, a outras ordens e princípios que são atribuídos com valor constitucional, mesmo que não sejam regulados explicitamente no respectivo texto constitucional”.³⁷¹

No Brasil, o artigo 5º da CF, em seus parágrafos 2º e 3º, trata da matéria acerca da recepção dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil, estabelecendo, respectivamente, que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, assim como que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Nesta toada, defende-se que houve a ampliação do bloco de constitucionalidade como fator determinante para a expansão dos direitos fundamentais, pois, ao preconizar que os direitos expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e da principiologia por ela adotados, “o constituinte originário abriu as portas ao direito internacional dos direitos humanos”.³⁷²

Até a finalização deste trabalho, o único tratado aprovado nos termos do quórum especificado acima e que, portanto, logrou êxito a alcançar a hierarquia de norma constitucional, foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ ANTONIAZZI, Mariela Morales. O Estado aberto: objetivo do *ius constitutionale commune* em direitos humanos. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Amin (Coord.). **Ius Constitutionale Commune na América Latina** – Volume 1 – Marco Conceptual. Curitiba: Juruá, 2016. p. 53-74.

³⁷² FACHIN, Melina Girardi. **Direitos Humanos e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015. p. 2015.

Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em março de 2007³⁷³, promulgada no Brasil por meio do Decreto Presidencial nº. 6.949/2009, cumprindo o rito de ratificação dos tratados em geral³⁷⁴.

Por outro lado, o parágrafo 1º do artigo 5º da CF adverte que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”; para mais, o artigo 27 da Convenção de Viena do Direito dos Tratados preceitua que o direito interno não pode afastar aplicação de normas de direitos humanos, diante do seu caráter supranacional. Em certa medida, portanto, revela-se uma lacuna em relação à proteção dos direitos humanos.³⁷⁵

A literatura jurídica especializada e a jurisprudência, notando este embaraço quanto à implementação dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, dividiu-se entre as seguintes correntes teóricas, abarcadas inicialmente em quatro grupos: i) corrente monista, que reconhece a natureza supraconstitucional dos tratados internacionais; ii) vertente que identifica natureza constitucional dos tratados internacionais; iii) parcela que, diante do mecanismo de incorporação dos tratados ao direito interno, propugna pela natureza infraconstitucionais dos tratados internacionais com status de lei ordinária federal e; iv) viés interpretativo que dá aos tratados caráter de natureza supralegal, mas infraconstitucional dos tratados internacionais de direitos humanos com base no artigo 5º e seus parágrafos.³⁷⁶

Não obstante, segundo Melina Girardi Fachin, o cenário nacional se polarizou majoritariamente em duas vertentes, a primeira, que vê hierarquia constitucional nos tratados (com fulcro no artigo 5º, §2º da CF), e a outra, que

³⁷³ PLANALTO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Tratados Equivalentes a Ementas Constitucionais**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/internacional/tratados-equivalentes-a-emendas-constitucionais-1>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

³⁷⁴ Sobre as transformações trazidas pela promulgação da CDPD, ver: MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015.

³⁷⁵ DE OLIVEIRA, Lígia Ziggotti; FERREIRA, Gustavo Bussmann; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. A implementação dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: diálogos entre posituação e efetivação. In: GALLI, Alessandra (Coord.). **Direito e Justiça: Aspectos Atuais e Problemáticos** – Tomo I – Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Curitiba: Juruá, 2015. p. 72-88.

³⁷⁶ FACHIN, Melina Girardi. **Direitos Humanos e Desenvolvimento...**, p. 503.

reconhece apenas seu caráter infraconstitucional, com base no artigo 102, inciso III, alínea b³⁷⁷, da Carta Magna³⁷⁸.

Com a Emenda Constitucional nº 45/2004³⁷⁹ e com a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida em 2008 nos RE 466.343-SP e RE 349.703-RS, todavia, estabeleceu-se que os tratados internacionais que versam sobre direitos humanos terão status constitucional, se aprovados pelo quórum qualificado, ou terão status supralegal, caso a ratificação tenha ocorrido antes da referida emenda.

Entretanto, o reconhecimento normativo deveria, a rigor, referir-se a mero elemento virtual da semântica dos direitos humanos³⁸⁰. Além disso, “a análise do grau de incorporação dos tratados internacionais no ordenamento jurídico pátrio não exclui a crítica de que o elemento normativo não satisfaz a prática efetiva dos direitos humanos”³⁸¹, não se podendo deixar de notar que este cenário de discussão, para parcela da literatura consultada, também desenha preocupante falta de segurança jurídica, à medida que, em princípio, pode-se enfrentar problemas quanto à atuação do judiciário e quanto ao direito aplicável a cada caso concreto, principalmente se consideradas as correntes dualistas do direito.³⁸²

Por outro lado, ainda que se vislumbrem tais problemáticas, sustenta-se que o sistema interamericano gradativamente se empodera mediante, em especial, os chamados diálogos jurisdicionais (entre sistemas nacionais e com a sociedade civil), que permitem o fortalecimento da leitura e aplicabilidade

³⁷⁷ Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...) III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: (...) b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ De outro vértice, Flávia Piovesan, tecendo considerações aos parágrafos 2º e 3º do artigo 5º da CF, a partir da teoria geral da recepção do direito brasileiro, em consonância com a lógica da racionalidade material que deve orientar a lógica dos direitos humanos, somada ao argumento da necessidade de se evitar interpretações que apontem anacronismos na ordem jurídica, sugere que “os tratados internacionais de direitos humanos ratificados anteriormente ao mencionado parágrafo, ou seja, anteriormente à Emenda Constitucional n. 45/2004, têm hierarquia constitucional, situando-se como normas material e formalmente constitucionais” (PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: e o Direito Constitucional Internacional**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p.73).

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ DE OLIVEIRA, Lígia Ziggotti; FERREIRA, Gustavo Bussmann; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **A implementação dos tratados internacionais...**, 2015.

³⁸² Idem.

fundamental dos direitos humanos.³⁸³ E, diante desta “tendência de fundamentar a interpretação jurídica pela força expansiva dos direitos humanos e do princípio da dignidade”³⁸⁴, consagra-se o chamado controle de convencionalidade, mecanismo através do qual se realiza o controle jurisdicional legislativo e/ou de atos normativos internos a partir da interpretação dos tratados internacionais de direitos humanos.³⁸⁵

Não obstante, ainda que o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo Brasil tenha ocorrido em 1998, e conquanto ao acolher o Sistema Interamericano (bem como as obrigações internacionais dele decorrente), tenha o Estado brasileiro aceitado o monitoramento internacional no que se refere ao modo pelo qual os direitos fundamentais são respeitados em seu território³⁸⁶, o comprometimento para com a causa dos direitos humanos em si, especialmente no contexto latino-americano, persiste como desafio, mormente diante de acentuada fragilidade de suas democracias e da convivência com um grave padrão de violação de direitos, consoante registro feito por Flávia Piovesan³⁸⁷.

Há, ainda, outro fator a ser ponderado nestas intrincadas relações da seara internacional dos direitos humanos com os estados nacionais: o precário conhecimento institucional dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos pelos órgãos do Poder Judiciário.

Em caráter ilustrativo, colhem-se dados de pesquisa empírica realizada pelo grupo Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade, no Rio de Janeiro, que reuniu alunas(os) e professoras(es) de instituições como FGV, UERJ, PUC/RJ, UFF, UCAM e IBMEC. Do universo de 104 magistradas(os)

³⁸³ PIOVESAN, Flávia. *Ius Constitutionale Commune em Direitos Humanos e Constitucionalismo Regional Transformador: o impacto do Sistema Interamericano*. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Amin (Coord.). **Ius Constitutionale Commune na América Latina** – Volume 1 – Marco Conceptual. Curitiba: Juruá, 2016. p. 75-96.

³⁸⁴ CAVASSIN, Lucas Carli; FACHIN, Melina Girardi; RIBAS, Ana Carolina. Perspectivas do controle de convencionalidade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no Brasil: implicações para um novo constitucionalismo. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Amin (Coord.). **Ius Constitutionale Commune na América Latina** – Volume III – Marco Conceptual. Curitiba: Juruá, 2016. p. 289.

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ PIOVESAN, Flávia. Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: impacto, desafios e perspectivas à luz da experiência latino-americana. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Armin (Coord.). **Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 336.

³⁸⁷ Ibidem, p. 355.

entrevistadas(os), constatou-se que 20% desconhecem o funcionamento dos sistemas de proteção da ONU e da OEA, enquanto 59% afirmaram ter um conhecimento superficial acerca deste. Quanto às informações sobre decisões das Cortes Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, 56% responderam que “eventualmente” possuem tais informações, 21% que raramente têm acesso a elas e 10% que nunca obtiveram informações acerca destes pronunciamentos judiciais.

Este quadro, conquanto se extraia do contexto de atuação de um dentre os 27 tribunais estaduais em operação no Brasil (para não mencionar o universo que engloba os Tribunais Superiores, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais Militares) parece confirmar a impressão de Evorah Cardoso de que “a principal deficiência do sistema interamericano hoje está no diálogo surdo que se estabelece entre suas decisões e as instituições domésticas”³⁸⁸, circunstância asseverada pela atitude refratária do judiciário brasileiro em relação ao direito internacional no geral³⁸⁹.

Desta forma, resta delineado severo obstáculo à profusão real de uma cultura jurídica dos direitos humanos no Brasil³⁹⁰.

Somando-se a este impasse, conserva-se em nosso cenário a ausência de uma iniciativa legislativa propriamente dita que atenda à demanda pela facilitação da retificação de prenome e designativo de sexo de pessoas trans, como, por exemplo, há na Argentina, país inserido no contexto latino-americano pautando-se, assim como o Brasil, no sistema *civil law*, e que, em 2012, aprovou a Lei nº 26.743, conhecida por “Lei de Identidade de Gênero”.

Ademais, não se mostra descuidado nos atentarmos ao fato de que, mesmo com a procedência da ADI nº 4275 e os efeitos dela decorrentes, talvez

³⁸⁸ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e o sistema interamericano de direitos humanos**: análise de casos da Corte Interamericana. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 124.

³⁸⁹ SILVA, Virgílio Afonso da. Integração e diálogo constitucional na América do Sul. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Armin (Coord.). **Direitos humanos, democracia e integração jurídica na América do Sul**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 523.

³⁹⁰ CHAUVET, Rodrigo da Fonseca; CUNHA, José Ricardo; DINIZ, Andrea; FRANÇA, Livia Fernandes; GOULD, Lia Motta; MELO, Tamara Moreira Vaz de; NEVES, Diana Felgueiras; SANT'ANNA, Isolda; SANTANA, Priscila; SCARPI, Vinícius da Silva; SILVA, Alexandro Garrido da. Direitos humanos globais e Poder Judiciário: uma investigação empírica sobre o conhecimento e a aplicação das normas dos sistemas ONU e OEA no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. In: CUNHA, José Ricardo (Org.). **Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 7-29.

seja necessária uma regulamentação veiculada pelo Conselho Nacional de Justiça para que os cartórios cumpram de maneira uniformizada as determinações emanadas pela Suprema Corte, evitando, assim, maiores embaraços às(aos) requerentes neste momento inicial de aplicação da decisão. Nesse sentido, a retomada do pedido de providências protocolizado pela DPU, aparentemente, mostra-se razoável para uma tutela mais adequada às pessoas trans pelo Estado.

Contudo, a existência de tais instabilidades não representa um obstáculo, *per se*, às lutas sociais destinadas a conseguir aberturas institucionais para favorecer populações gênero-diversas³⁹¹. É possível, assim, perpassar criticamente as disposições jurídicas sobre sexo e gênero em vigência no ordenamento pátrio, a fim de analisarmos quais construções normativas se destacam com maior notoriedade na tratativa dos direitos de pessoas trans.

3.1. DO REGISTRO CIVIL A OUTRAS TRATATIVAS LEGISLATIVAS E JURISDICIONAIS: SEXO COMO CATEGORIA JURÍDICA IDENTIFICADORA DE SUJEITOS

No Brasil, o estado civil é mais comumente reportado como condição através da qual se estabelece a posição da pessoa em relação aos vínculos de conjugalidade, podendo ser de solteira(o), casada(o), divorciada(o) ou viúva(o).

Porém, na lição abalizada de Orlando Gomes, trata-se de um conjunto mais amplo que traduz, unitariamente, a posição jurídica da pessoa nos planos individual (indicando idade, sexo e saúde), familiar (aspecto ligado à conjugalidade e ao parentesco) e político (nacionalidade)³⁹².

O sexo (ao lado do nome³⁹³), insere-se no espectro de caracterizações individuais pelas quais a pessoa é socialmente identificada, encerrando

³⁹¹ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, 195.

³⁹² GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil – 19 ed. atual. por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 150-152.

³⁹³ Embora a questão do nome seja mencionada e imprescindível para atingir as reflexões propostas no início deste trabalho, não iremos nos aprofundar em uma análise deste direito de personalidade neste momento. Resguardaremos sua abordagem para o próximo tópico, no qual aliaremos o exame do nome e da identidade de gênero como direito de personalidade

elementos de individualização de sua personalidade, que também se prestarão a prescrever direitos e deveres ao sujeito³⁹⁴.

Resta configurado, portanto, o que a dogmática nomeia como “sexo jurídico” (civil, legal ou registral³⁹⁵), entendido como elemento que é atribuído à pessoa, geralmente, a partir da aparência anatômica externa do órgão genital ao nascer, podendo ser categorizado como feminino ou masculino, e que deve obrigatoriamente constar em seu assento do nascimento, o qual é lavrado no registro civil das pessoas físicas³⁹⁶.

A lavratura do registro civil no ordenamento pátrio, é importante para garantir a identidade e individualização da pessoa como cidadã, pois permite a sua entrada no universo jurídico, e seu regramento está consolidado na Lei de nº 6.015/1973 (ou Lei de Registros Públicos ou simplesmente LRP), a qual, além de disciplinar o registro civil de pessoa natural, normatiza o registro civil de pessoa jurídica, o registro de títulos e documentos e o registro de imóveis.

Quando se procede ao registro de uma criança, é exigido pelo cartório apresentação da “Declaração de Nascido Vivo” (DNV), expedida, a rigor, pela(o) profissional responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES ou no respectivo Conselho profissional, nos termos do artigo 3º da Lei de nº 12.662/2012, que também assegura a validade nacional deste documento no qual, da mesma forma que o registro de nascimento, deve constar o sexo do indivíduo em seu teor (art. 4º, inciso III, Lei nº 12.662/2012).

A propósito, interessante notar que foi apenas com o advento da Lei de nº 13.112/2015³⁹⁷ que a LRP sofreu alteração para “permitir à mulher, em igualdade de condições”³⁹⁸, a responsabilidade pela efetivação do registro de nascimento da criança. Até então, persistia no artigo 52 da Lei nº 6.015/1973 que a obrigação pelo registro cabia apenas ao pai, salvo impedimento ou omissão, o

³⁹⁴ GOMES, Orlando. Op. Cit., p. 150.

³⁹⁵ SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**: estudo sobre o transexualismo - aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 36.

³⁹⁶ VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: eduerj, 2010. p. 21.

³⁹⁷ SENADO NOTÍCIAS. **Agora é lei**: mãe pode registrar filho no cartório sem a presença do pai. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/31/agora-e-lei-mae-pode-registrar-filho-no-cartorio-sem-a-presenca-do-pai>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

³⁹⁸ Conforme art. 1º da Lei de nº 13.112/2015.

que, sob perspectiva crítica, pode ser considerado um resquício do pátrio poder preconizado pelo Código Civil vigente à época de edição do regramento registral.

De qualquer forma, neste registro de nascimento da pessoa natural, devem constar o prenome, o nome de família, nome completo dos pais e avós, sexo, local e data de nascimento. Outros documentos oficiais são derivados deste para comprovar a identidade da pessoa, como o Registro Geral (RG, que popularmente também é conhecido como “carteira de identidade”), que só pode ser feito a partir de uma certidão de registro civil.

A partir do estado civil, conforme lição de Miriam Ventura, abre-se uma “descrição do papel social vinculado a um dado biológico presumidamente imutável”³⁹⁹, uma vez que esta posição jurídica, notadamente marcada pelo sexo (jurídico), irá constituir um critério diferenciador de aquisição de direitos e obrigações, tais como, a título meramente exemplificativo: obrigatoriedade do serviço militar (para homens), tempo de aposentadoria diferenciado para homens e mulheres, licença-maternidade ou licença-paternidade, etc⁴⁰⁰.

Observa-se, inclusive, que, para manter a funcionalidade deste enquadramento, há previsão do Conselho Federal de Medicina, segundo a qual “pacientes com anomalia na diferenciação sexual devem ter assegurada uma conduta de investigação precoce com vistas a uma definição adequada do gênero e tratamento em tempo hábil”, conforme se depreende do artigo 2º da Resolução nº 1.664/2003. Isto significa que esta definição precoce enseja a realização de cirurgias em recém-nascidos antes mesmo de que estes deixem o hospital, a fim de possibilitar que o registro seja lavrado de maneira “adequada”.⁴⁰¹

Ou seja, a classificação da população em função do “sexo biológico”, que é aferido a partir da aparência genital, além de ser um parâmetro adotado pelas ciências biomédicas, é também apreendida pelo ordenamento jurídico para a constatação do estado civil das pessoas. Assim,

Pode-se concluir que as normas médica e jurídica consolidam a naturalização de um sistema sexo/gênero do tipo binário (mulher-

³⁹⁹ VENTURA, Miriam. **Transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 70.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 21.

⁴⁰¹ BARBOZA, Heloisa Helena; BORRILLO, Daniel. Sexo, gênero e direito: considerações à luz do direito francês e brasileiro. **civilistica.com**, a. 5., n. 2., 2016. p. 9.

feminino e homem-masculino), que não reconhece a existência de outros status sexuais, mesmo que a base biológica existente seja dúbia, como no caso das pessoas intersexuais.⁴⁰²

Essa divisão binária pode ser aferida, por exemplo, de breve explanação do censo demográfico brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atual conta com pouco mais de 50% de pessoas classificadas como “mulheres”; destas, 62,2% possuem vínculo formal dentro do regime da CLT, ao passo que 18,1% se enquadram na categoria “militares e servidoras estatutárias”, e 19,7% realizam trabalhos informalmente (isto é, sem anotação na CTPS)⁴⁰³.

Já aqueles classificados como “homens” representam 48,97% da população, ostentando maior percentual de inserção no mercado formal (65,2% trabalham com carteira assinada), ao passo que também mostram um número mais alto no campo de trabalho sem registro na carteira (25,8%).

Depreende-se que as estatísticas envolvidas neste levantamento descrevem um corpo populacional pautado no sexo biologicamente dado a partir da aparência genital, o qual, como visto, encontra correspondência no “sexo jurídico” aferido nas certidões de nascimento das pessoas naturais. Pode-se dizer, portanto, que existe uma problemática homogeneização que se faz do “ser mulher” e do “ser homem”, e o direito patentemente constitui e reproduz a naturalização deste arranjo binário:

Observa-se que, apesar de todas as transformações estabelecidas moderadamente nos ordenamentos jurídicos, e intensa ação política dos movimentos de libertação sexual, o ‘natural’ modelo de dois sexos – fundamentado na diferença anatômica entre dois sexos, e na ideia de complementaridade necessária entre homem e mulher – permanece praticamente inabalável.⁴⁰⁴

Outrossim, muito embora a parcela do estado civil (que, como visto, trata-se de um conjunto unitário correspondente à identificação dos sujeitos) que diz respeito à situação conjugal seja passível de alteração (através do

⁴⁰² VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal...**, p. 23.

⁴⁰³ IBGE. **Brasil em síntese: trabalho – categoria do emprego e sexo**. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho/categoria-do-emprego-e-sexo.html>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

⁴⁰⁴ VENTURA, Miriam. Op. Cit., p. 122.

casamento, divórcio ou viuvez)⁴⁰⁵, a esta categorização binária, versada na acepção biologicista do sexo, é conferido um caráter de imutabilidade e indisponibilidade, razão pela qual as experiências identitárias trans representam um desafio à seara jurídica⁴⁰⁶.

A clássica compreensão a respeito do princípio da imutabilidade que rege o estado civil justifica-se pela manutenção da ordem pública, porquanto, de acordo este entendimento, deve o Estado garantir a segurança nas relações pessoais e jurídico-institucionais, principalmente aquelas de natureza patrimonial⁴⁰⁷.

Ocorre que a imutabilidade, como princípio regente do estado civil, resta há muito mitigada, seja em relação à possibilidade de se modificar prenome e nome familiar⁴⁰⁸ (por interpretação aos artigos 56 e 57 da LRP, que versam sobre a alteração posterior de nome⁴⁰⁹), seja no tocante ao status familiar do sujeito enquanto pessoa natural.

No que tange à flexibilização do princípio da imutabilidade do nome da pessoa natural, há muito o Superior Tribunal de Justiça, no voto condutor do

⁴⁰⁵ Cumpre salientar que, no Brasil, apenas em 1977 adveio a primeira disciplina legislativa acerca do divórcio. Até então, mantinha-se a indissolubilidade do vínculo matrimonial. É importante rememorar que houve importante atuação do movimento feminista brasileiro na conquista deste direito. Sobre as modificações no direito das famílias brasileiro, ver: DE OLIVEIRA, Lúgia Ziggiotti. **Olhares feministas sobre o Direito das Famílias contemporâneo: perspectivas críticas sobre o individual e o relacional em família**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

⁴⁰⁶ Estes desafios serão verticalizados no próximo capítulo.

⁴⁰⁷ VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal...**, p. 69.

⁴⁰⁸ Citamos os seguintes julgados como paradigmáticos nesse tocante, que podem ser condensados em seis conjuntos maiores: i) substituição do patronímico do pai pelo do padrasto - Agravo 989812/SP, decisão monocrática, Relator: Ministro Fernando Gonçalves, DJe 7/3/2008; ii) inclusão do patronímico de companheiro - REsp 1206656/GO, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, DJe 11/12/2012; iii) acréscimo do patronímico materno - REsp 1256074/MG, Relator: Ministro Massami Uyeda, DJe 28/8/2012; iv) inclusão do patronímico do padrasto - REsp 538187/RJ, Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ 22/11/2000; v) alteração da ordem dos apelidos de família - REsp 1323677/MA, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, DJe 15/02/2011; vi) inclusão do nome de solteira da genitora, adotado após o divórcio - REsp 1041751, Relator: Ministro Sidnei Beneti, DJe 3/9/2009 (VALE, Horácio Eduardo Gomes. Princípio da imutabilidade do nome da pessoa natural: princípio da mutabilidade controlada do nome da pessoa natural. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 22, n. 5267, 2 dez. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59871>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018).

⁴⁰⁹ Transcrevemos, nesta oportunidade, a redação de ambos:

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

REsp 1.412.260/SP, sedimentou sua motivação “pelo próprio papel que o nome desempenha na formação e consolidação da personalidade de uma pessoa”, ressaltando, contudo, os limites de sua mitigação, na medida em que o “respeito aos apelidos de família e a preservação da segurança jurídica são sempre considerados antes de se deferir qualquer pedido de alteração de nome”⁴¹⁰.

Procedimentalmente, a modificação poderá ser feita por dois caminhos: dentro do primeiro ano após o atingimento da maioridade civil ou, em caráter excepcional, nos termos das regras contidas nos artigos 109 e 110 da Lei de Registros Públicos.

A primeira hipótese, prevista no artigo 109 da referida legislação, prevê a possibilidade de alteração de prenome mediante petição com o requerimento de restauração, suprimimento ou retificação do assentamento no registro civil com fundamentos jurídicos e apresentação de provas, inclusive testemunhal, que os ratifiquem.

Na descrição deste procedimento, o parágrafo 1º do artigo 109 veicula hipótese de impugnação por interessado ou pelo Ministério Público ao pleito, a qual, se apresentada, poderá ensejar a determinação de produção de provas em dez dias com consulta aos interessados e ao Ministério Público. Diante da inexistência de oposição ao pedido de alteração, o órgão julgador deverá decidir o requerimento no prazo de cinco dias, decisão esta que sujeita a recurso de apelação ao respectivo tribunal de justiça estadual.

De outro norte, a segunda via de alteração ou correção do prenome, preceituada no artigo 110 da LRP (revisto pela Lei nº 13.484/2017), encontra respaldo na observação de *erro* que dispensa análise minuciosa pela autoridade judicial, o qual deverá, no entanto, enquadrar-se precipuamente nas hipóteses de seus incisos I e II:

- I - erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção;
- II - erro na transposição dos elementos constantes em ordens e mandados judiciais, termos ou requerimentos, bem como outros títulos a serem registrados, averbados ou anotados, e o documento utilizado para a referida averbação e/ou retificação ficará arquivado no registro no cartório;

⁴¹⁰ STJ - 3ª Turma, REsp 1412260/SP, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, julgado em 15/5/2014, DJe: 22/05/2014.

Este dispositivo permite que a(o) oficial de registro faça a correção de ofício, sem a necessidade de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, ou a partir de requerimento assinado pela(o) interessada(o), sua(seu) representante legal ou procurador(a).

Muito embora a intenção das alterações trazidas pela Lei de nº 13.484/2017 tenha sido a de desburocratizar este último procedimento, transpondo-o para a via extrajudicial, não podemos deixar de notar que o inciso I ainda se reveste de alta carga de subjetividade, abrindo margem a se perguntar como se daria a averiguação inequívoca de que o erro em questão não exige “qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção”. Uma possível saída dada por algumas(alguns) juristas para este impasse seria a de que a simples leitura do registro levado à retificação comprovaria a ocorrência do erro: “se precisar de testemunha, de qualquer diligência, ou, nos termos da lei, se tiver qualquer indagação acerca da prova documental apresentada, a retificação deverá seguir os trâmites do artigo 109, ou seja, intervenção judicial”⁴¹¹.

No que se refere especificamente à condição transgênera, há recente decreto (sob o nº 9.278/2018) regulamentando o acréscimo do “nome social” às carteiras de identidade, medida que, contudo, não é capaz de suprimir o nome original do registro civil anterior⁴¹². Consoante comentários feitos por ativistas da página “Transfeminismo”, da rede social Facebook, “o decreto não explicita em que lugar exatamente a categoria ‘nome social’ estará exposta, mas o ideal (e o que de fato o decreto permite concluir) seria que ela seja mencionada no anverso do documento, como consta na imagem, no mesmo espaço destinado ao ‘nome’”.⁴¹³

Inicialmente, o “nome social” configurou-se possibilidade de utilização por pessoas trans de nome condizente com sua identidade de gênero em

⁴¹¹ LIMA, Márcia Fidelis. **Texto comentado** – Lei Federal de nº 13.484/2017. Disponível em: <http://www.arpensp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTg1NTg=>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

⁴¹² BRASIL. **Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018. Os órgãos de identificação terão até dia 1º de março de 2019 para atualizarem os seus sistemas de forma a adotar os novos padrões estabelecidos pelo decreto.

⁴¹³ TRANSFEMINISMO. **Nome social na carteira de identidade?** Sim, já é lei. Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926.25227.112366548908972/1346651348813813/?type=3&theater>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

âmbitos institucionais, como escolas, bancos, universidades, locais de trabalho, repartições públicas etc, o que, conforme consideração acima, não altera a identificação dos documentos oficiais.

Essa particularidade brasileira restou implementada originariamente a partir de regulamentações internas de universidades e autarquias, nos âmbitos estaduais e municipais, sendo, oficialmente, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) a pioneira em sua adoção, em 2009⁴¹⁴. Segundo Indianare Siqueira, em entrevista concedida à Jaqueline Gomes de Jesus, em 1996, com a Conferência Municipal de Saúde em Santos, foi a primeira vez em que, através de negociações e acordos com órgãos da saúde, em evento notório, é que o nome social foi institucionalmente reconhecido⁴¹⁵.

Entretanto, apenas em abril de 2016, por meio do Decreto de nº 8.727, o governo federal se dispôs a disciplinar acerca do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero “das pessoas *travestis* e *transexuais* no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”⁴¹⁶. Em 17 de janeiro de 2018, o MEC homologou resolução (parecer CNE/CP sob o 14/2017), através da Portaria de nº 33/2018, que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. De acordo com a normativa, maiores de 18 anos podem solicitar que a matrícula nas instituições de ensino seja feita usando o nome social. Já no caso de estudantes crianças e adolescentes, a solicitação deve ser apresentada pelos seus representantes legais⁴¹⁷.

De toda sorte, retomando as transformações acerca da imutabilidade como princípio jurídico, nota-se tendencioso esquecimento dos juristas quanto ao questionamento ao “status sexual” positivado na seara registral, o que auxilia na percepção de que as diferenciações sexuais apresentadas pelo direito não

⁴¹⁴ DIAS, Paola; RODRIGUES, Vitor. **Mudança de cenário: nome social na UFSM**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=1957>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

⁴¹⁵ JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma puta educadora: entrevista com Indianara Siqueira. **Revista Gênero**, Niterói, v.14, n.1, 2.sem.2013. p. 62-63.

⁴¹⁶ BRASIL. **Decreto nº 8.727**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018. A propósito, Berenice Bento sobre a eficácia do nome social no artigo intitulado “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal” (In: **Revista Contemporânea**, v. 4, nº 1. p. 165-182).

⁴¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução que autoriza uso do nome social é homologada pelo Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/59221-resolucao-que-autoriza-uso-de-nome-social-de-travestis-e-transexuais-e-homologada-pelo-mec>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018. Considerações críticas sobre o nome social serão feitas no capítulo 4 deste trabalho.

possam ser, em princípio, colocadas em xeque pela variabilidade das corporalidades que não se enquadram no espectro binário e oposicional do sexo – o que, ao fim e ao cabo, poderia levar ao questionamento dos objetivos e do próprio significado que o sexo vem a ter para categorizar os indivíduos. Nesse sentido, Emiliano Litardo nota que

Nós nos acostumamos a falar sobre as perspectivas de gênero no âmbito da lei como se ela fosse uma caixa assintomática e imune à qual é possível adicionar eixos, que se consideram problemáticos, como no caso de gênero e sexualidade, sem nos alertarmos para o fato de que esta caixa – que nunca é questionada – consiste em uma *estrutura estruturalista*, e tem enorme poder constituinte e reprodutor sobre a forma como as problemáticas políticas são dimensionadas”.⁴¹⁸

Entretanto, em recente julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade sob o nº 4275, ajuizada pela Procuradoria Geral da República visando à interpretação constitucional do artigo nº 58 da LRP⁴¹⁹ para facilitar a retificação de prenome e designativo de sexo intentada por pessoas trans, teve como resultado final a dispensabilidade de laudos médicos e/ou psicológicos e quaisquer outros requisitos para que as(os) interessados obtenham a alteração almejada de seu registro civil, além de determinar a prescindibilidade do ajuizamento de ação (ainda que pela via da jurisdição voluntária) perante o Judiciário.

Trata-se de conquista histórica para o movimento de pessoas trans, porquanto concretizada interpretação constitucional que desburocratiza o procedimento para as retificações, o que, inclusive, vai ao encontro das orientações preconizadas pela CIDH na Opinião Consultiva de nº 24/17. Como a ata de julgamento foi oficialmente publicada⁴²⁰, os efeitos (*erga omnes* e vinculantes aos demais órgãos do judiciário e da administração pública direta e indireta) da decisão do STF se tornam imediatos e estendidos a todos o território brasileiro.⁴²¹

⁴¹⁸ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, p. 195-196.

⁴¹⁹ Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

⁴²⁰ O que ocorreu em 09 de março de 2018, segundo o Diário Oficial da União (<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/181168945/dou-secao-1-09-03-2018-pg-1>).

⁴²¹ Nesse sentido, o Supremo preconiza que “(...) as decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, em regra, passam a produzir efeitos a partir da publicação, no veículo oficial, da ata de julgamento” (STF – Rcl: 6999 MG – Relator: Min. Teori Zavascki – Data de Julgamento: 17/10/2013).

Como veremos, o judiciário, ao ser provocado pelas demandas de retificação de prenome e designativo sexual (isto é, o sexo jurídico, registral, legal ou civil) no registro de pessoas trans, via eminentemente utilizada ainda para obter tais alterações no estado atual⁴²², oscila no enfoque aos enunciados postos ao sexo e ao gênero no âmbito jurídico.

À guisa de ilustração, trazem-se à baila ementas de alguns casos apreciados por tribunais superiores, considerados paradigmáticos para a temática⁴²³, nos quais é visível a alternância das categorias sexo e gênero, na medida em que vão se desenvolvendo os fundamentos de cada decisão:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO PARA A TROCA DE PRÉNOME E DO SEXO (GÊNERO) MASCULINO PARA O FEMININO. PESSOA TRANSEXUAL. DESNECESSIDADE DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. 1. À luz do disposto nos artigos 55, 57 e 58 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), infere-se que o princípio da imutabilidade do nome, conquanto de ordem pública, pode ser mitigado quando sobressair o interesse individual ou o benefício social da alteração, o que reclama, em todo caso, autorização judicial, devidamente motivada, após audiência do Ministério Público. 2. **Nessa perspectiva, observada a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, admite-se a mudança do nome ensejador de situação**

⁴²² A Defensoria Pública do estado da Bahia recentemente obteve êxito em pedido de retificação de prenome e designativo de sexo em atuação extrajudicial. Segundo dados que obtivemos de reportagem veiculada site “BN Justiça”, o pedido foi embasado nos Princípios de Yogyakarta e dispensou a judicialização da questão, que foi resolvida com a autorização da averbação pelo juiz da 1ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comercial da Comarca de Simões Filho (BN JUSTIÇA. **Sem ação judicial, Defensoria consegue efetuar mudança de nome e sexo de transexual.** Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/52592-sem-acao-judicial-defensoria-consegue-efetuar-mudanca-de-nome-e-sexo-de-transexual.html>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018).

⁴²³ Consoante explicado na introdução e no primeiro capítulo deste livro, as perspectivas transfeministas desenvolvem-se precipuamente nas mídias sociais e nas trocas entre pessoas que o espaço cibernético, como um todo, proporciona (blogues, colunas jornalísticas, periódicos científicos, seminários disponibilizados online, etc). Assim, tornou-se praticamente instintivo, ao longo desta pesquisa, mensurar os reflexos de alguns pronunciamentos judiciais que concernem os direitos de pessoas trans, com base na atenção dada por veículos jornalísticos ou por perfis de ativistas transfeministas e/ou defensoras(es) de direitos humanos. Deste modo, consideramos o REsp paradigmático em decorrência da repercussão vislumbrada nas mídias sociais e demais espaços de comentários jurídicos a respeito do tema. Nesse sentido, salientamos o destaque dado pelos sites Jota (<https://www.jota.info/justica/transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-11102016>) e Migalhas (que, inclusive, veiculou o acórdão na íntegra: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170510-03.pdf>). Os demais julgados (REsp 737.993/MG e REsp 1.008.398/SP) foram selecionados em razão de serem considerados relevantes para o entendimento anterior firmado pela Corte Superior, consoante se infere do próprio acórdão lavrado pelo Ministro Luís Felipe Salomão. Há, inclusive, artigo científico que faz análise da estratégia argumentativa utilizada pela Ministra Nancy Andrighi na prolação do voto do REsp nº 1.008.398/SP, elaborado por Maria Eugênia Bunchaft (BUNCHAFT, Maria Eugênia. Transsexualidade no STJ: desafios para a despatologização à luz do debate Butler-Fraser. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, vol. 21, n. 1, jan/abril 2016. p. 343-376).

vexatória ou degradação social ao indivíduo, como ocorre com aqueles cujos prenomes são notoriamente enquadrados como pertencentes ao gênero masculino ou ao gênero feminino, mas que possuem aparência física e fenótipo comportamental em total desconformidade com o disposto no ato registral. 3. Contudo, em se tratando de pessoas transexuais, a mera alteração do prenome não alcança o escopo protetivo encartado na norma jurídica infralegal, além de descuidar da imperiosa exigência de concretização do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que traduz a máxima antiutilitarista segundo a qual cada ser humano deve ser compreendido como um fim em si mesmo e não como um meio para a realização de finalidades alheias ou de metas coletivas. 4. **Isso porque, se a mudança do prenome configura alteração de gênero (masculino para feminino ou vice-versa), a manutenção do sexo constante no registro civil preservará a incongruência entre os dados assentados e a identidade de gênero da pessoa, a qual continuará suscetível a toda sorte de constrangimentos na vida civil, configurando-se flagrante atentado a direito existencial inerente à personalidade.** 5. Assim, a segurança jurídica pretendida com a individualização da pessoa perante a família e a sociedade - ratio essendi do registro público, norteado pelos princípios da publicidade e da veracidade registral - deve ser compatibilizada com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, que constitui vetor interpretativo de toda a ordem jurídico-constitucional. 6. **Nessa compreensão, o STJ, ao apreciar casos de transexuais submetidos a cirurgias de transgenitalização, já vinha permitindo a alteração do nome e do sexo/gênero no registro civil** (REsp 1.008.398/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 15.10.2009, DJe 18.11.2009; e REsp 737.993/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 10.11.2009, DJe 18.12.2009). 7. A citada jurisprudência deve evoluir para alcançar também os transexuais não operados, conferindo-se, assim, a máxima efetividade ao princípio constitucional da promoção da dignidade da pessoa humana, cláusula geral de tutela dos direitos existenciais inerentes à personalidade, a qual, hodiernamente, é concebida como valor fundamental do ordenamento jurídico, o que implica o dever inarredável de respeito às diferenças. (...) 10. **Consequentemente, à luz dos direitos fundamentais corolários do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, infere-se que o direito dos transexuais à retificação do sexo no registro civil não pode ficar condicionado à exigência de realização da cirurgia de transgenitalização, para muitos inatingível do ponto de vista financeiro (como parece ser o caso em exame) ou mesmo inviável do ponto de vista médico.** 11. Ademais, o chamado sexo jurídico (aquele constante no registro civil de nascimento, atribuído, na primeira infância, com base no aspecto morfológico, gonádico ou cromossômico) não pode olvidar o aspecto psicossocial defluente da identidade de gênero autodefinido por cada indivíduo, o qual, tendo em vista a ratio essendi dos registros públicos, é o critério que deve, na hipótese, reger as relações do indivíduo perante a sociedade. 12. Exegese contrária revela-se incoerente diante da consagração jurisprudencial do direito de retificação do sexo registral conferido aos transexuais operados, que, nada obstante, continuam vinculados ao sexo biológico/cromossômico repudiado. Ou seja, independentemente da realidade biológica, o registro civil deve retratar a identidade de gênero psicossocial da pessoa transexual, de quem não se pode exigir a cirurgia de transgenitalização para o gozo de um direito. 13. **Recurso especial provido a fim de julgar integralmente procedente a pretensão deduzida na inicial, autorizando a retificação do registro civil da**

autora, no qual deve ser averbado, além do prenome indicado, o sexo/gênero feminino, assinalada a existência de determinação judicial, sem menção à razão ou ao conteúdo das alterações procedidas, resguardando-se a publicidade dos registros e a intimidade da autora.⁴²⁴

REGISTRO CIVIL. RETIFICAÇÃO. MUDANÇA. SEXO. A questão posta no REsp cinge-se à discussão sobre a possibilidade de retificar registro civil no que concerne a prenome e a sexo, tendo em vista a realização de cirurgia de transgenitalização. **A Turma entendeu que, no caso, o transexual operado, conforme laudo médico anexado aos autos, convicto de pertencer ao sexo feminino, portando-se e vestindo-se como tal, fica exposto a situações vexatórias ao ser chamado em público pelo nome masculino, visto que a intervenção cirúrgica, por si só, não é capaz de evitar constrangimentos.** Assim, acentuou que a interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei de Registros Públicos confere amparo legal para que o recorrente obtenha autorização judicial a fim de alterar seu prenome, substituindo-o pelo apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive, ou seja, o pretendido nome feminino. **Ressaltou-se que não entender juridicamente possível o pedido formulado na exordial, como fez o Tribunal a quo, significa postergar o exercício do direito à identidade pessoal e subtrair do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro do sexo à sua nova condição física, impedindo, assim, a sua integração na sociedade.** Afirmou-se que se deter o julgador a uma codificação generalista, padronizada, implica retirar-lhe a possibilidade de dirimir a controvérsia de forma satisfatória e justa, condicionando-a a uma atuação judicante que não se apresenta como correta para promover a solução do caso concreto, quando indubitável que, mesmo inexistente um expresso preceito legal sobre ele, há que suprir as lacunas por meio dos processos de integração normativa, pois, atuando o juiz supplendi causa, deve adotar a decisão que melhor se coadune com valores maiores do ordenamento jurídico, tais como a dignidade das pessoas. **Nesse contexto, tendo em vista os direitos e garantias fundamentais expressos da Constituição de 1988, especialmente os princípios da personalidade e da dignidade da pessoa humana, e levando-se em consideração o disposto nos arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, decidiu-se autorizar a mudança de sexo de masculino para feminino, que consta do registro de nascimento, adequando-se documentos, logo facilitando a inserção social e profissional.** Destacou-se que os documentos públicos devem ser fiéis aos fatos da vida, além do que deve haver segurança nos registros públicos. **Dessa forma, no livro cartorário, à margem do registro das retificações de prenome e de sexo do requerente, deve ficar averbado que as modificações feitas decorreram de sentença judicial em ação de retificação de registro civil. Todavia, tal averbação deve constar apenas do livro de registros, não devendo constar, nas certidões do registro público competente, nenhuma referência de que a aludida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco de que ocorreu por motivo de cirurgia de mudança de sexo, evitando, assim, a exposição do recorrente a situações constrangedoras e discriminatórias.**⁴²⁵

⁴²⁴ STJ - 4ª Turma, REsp 1626739/RS, Relator: Ministro Luís Felipe Salomão, julgado em 9/5/2017, DJe 1/8/2017 – grifos nossos.

⁴²⁵ STJ - REsp 737.993-MG, Relator: Ministro João Otávio de Noronha. DJe: 10/11/2009 – grifos nossos.

ALTERAÇÃO. PRENOME. **DESIGNATIVO. SEXO.** O recorrente autor, na inicial, pretende alterar o assento do seu registro de nascimento civil, para mudar seu prenome, bem como modificar o designativo de seu sexo, atualmente constante como masculino, para feminino, aduzindo como causa de pedir o fato de ser transexual, tendo realizado cirurgia de transgenitalização. Acrescenta que a aparência de mulher, por contrastar com o nome e o registro de homem, causa-lhe diversos transtornos e dissabores sociais, além de abalos emocionais e existenciais. **Assim, a Turma entendeu que, tendo o recorrente se submetido à cirurgia de redesignação sexual nos termos do acórdão recorrido, existindo, portanto, motivo apto a ensejar a alteração do sexo indicado no registro civil, a fim de que os assentos sejam capazes de cumprir sua verdadeira função, qual seja, a de dar publicidade aos fatos relevantes da vida social do indivíduo, deve ser alterado seu assento de nascimento para que nele conste o sexo feminino, pelo qual é socialmente reconhecido.** Determinou, ainda, que das certidões do registro público competente não conste que a referida alteração é oriunda de decisão judicial, tampouco que ocorreu por motivo de redesignação sexual de transexual.⁴²⁶

O cotejo com o Recurso Extraordinário sob o nº 670.422 - que versa sobre a possibilidade de retificação designativo de sexo, sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização e averbação da condição de transexual no registro civil -, parece-nos de extrema importância para dar continuidade à exposição aqui intencionada. Assim, colacionamos a ementa da repercussão geral reconhecida naquele recurso:

DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. **ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL.** UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. **O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL.** DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.(...) As matérias suscitadas no recurso extraordinário, relativas à necessidade ou não da cirurgia de transgenitalização para alteração nos assentos de registro civil, o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual, bem como a possibilidade jurídica ou não de se utilizar o termo transexual no registro civil, são dotadas de natureza constitucional, uma vez que expõem os limites da convivência entre os direitos fundamentais como os da personalidade, da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da saúde entre outros de um lado, com os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos do outro. **Assim, as questões postas apresentam nítida densidade constitucional e extrapolam os interesses subjetivos das partes, pois, além de alcançarem**

⁴²⁶ STJ - REsp 1.008.398/SP, Relatora: Ministra Nancy Andrighi. DJe: 15/10/2009 – grifos nossos.

todo o universo das pessoas que buscam adequar sua identidade de sexo à sua identidade de gênero, também repercutem no seio de toda a sociedade, revelando-se de inegável relevância jurídica e social.

Os excertos destacados nas ementas supratranscritas, ainda que rapidamente visualizados, permitem aferir, desde o início, os seguintes contrastes: enquanto a análise da retificação de prenome e designativo de sexo de transexuais⁴²⁷ que se submeteram à cirurgia de transgenitalização evoca a questão da mera *adequação da identidade pessoal* ao chamado *sexo jurídico*, a tratativa do mesmo pleito feito por transexual que não realizou cirurgia de transgenitalização avulta a abordagem da *identidade de gênero* como direito de personalidade que encontraria respaldo na proteção da dignidade da pessoa humana como princípio fundante de nosso ordenamento jurídico.

Em outras palavras, estes acórdãos parecem confirmar que a acepção do sexo pelos instrumentos legislativos e jurisdicionais ainda se restringe ao aspecto da conformação genital do sujeito, muito embora as certezas quanto a esta colocação já estejam sendo há muito desmanteladas por outras disciplinas que excedem a seara jurídica – como, por exemplo, pudemos ver nos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Caminha-se, portanto, em um campo disciplinar “em que a desnaturalização do corpo e a não essencialização do sexo ainda não se apresentam como questões primeiras”⁴²⁸.

Esta preliminar constatação nos permite aduzir, na esteira dos apontamentos feitos por Jaqueline Gomes de Jesus ao apresentar algumas interlocuções teóricas do pensamento transfeminista, que, talvez, a compreensão de sexo e gênero ainda seja “demasiadamente teórico-acadêmica, significando isso que não foi apropriadamente absorvida e adaptada pela sociedade nos seus instrumentos legais e burocráticos”⁴²⁹.

Por outro lado, é inegável que as instâncias judiciais já estejam se valendo minimamente de conceitos como gênero e identidade de gênero para reconhecer – mesmo que precariamente –, a cidadania de pessoas trans que se valem do judiciário para exigir a retificação de seus documentos.

⁴²⁷ Termo identitário utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça nos julgados em comento.

⁴²⁸ TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam a transexualidade. São Paulo: Annablume, 2013. p. 76.

⁴²⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista...**, p. 22.

Assim, sem abandonar os aportes pós-estruturalistas já consignados, mas pensando por um viés de operacionalidade do direito, torna-se possível vislumbrar que, quando o gênero é tomado como categoria central na análise do fenômeno jurídico, “compartilha-se a noção de que o sexo biológico não se impõe sobre o gênero que se produz discursivamente”, reconhecendo-se, portanto, “que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero”⁴³⁰.

No entanto, não nos parece possível fazer tal pronunciamento sem antes cogitarmos de uma vertente crítica de gênero sobre o direito – quiçá transfeminista, na qual reside a proposta inicial deste trabalho –, pois, desde o princípio, é preciso notar que este mesmo direito que se refere à identidade de gênero como direito atinente à personalidade humana, em tom progressista e celebratório do princípio da dignidade da pessoa humana nas suas abordagens mais recentes, também se coloca resistente a incorporar perspectivas questionadoras de seus fundamentos por ser justamente efeito e causa das normas reguladoras do gênero binário⁴³¹.

Cuidaremos de explorar estas nuances no próximo subtópico.

3.2. IDENTIDADE DE GÊNERO COMO DIREITO DA PERSONALIDADE E GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO FENÔMENO JURÍDICO

Sabemos que traduzir o direito para um conceito uno é uma tarefa deveras pretensiosa, máxime porque sua natureza não se mostra imune a especulações⁴³². Contudo, teorias críticas sugerem que, para análise do fenômeno jurídico, sua enunciação deve ser cotejada a partir do contexto em que é produzido e no qual se insere, considerando que o direito se apresenta como “prática social específica que expressa e condensa os níveis de conflito social em certo aprendizado histórico”⁴³³. Em outras palavras, é preciso falar-se

⁴³⁰ Ibidem, p. 22-23.

⁴³¹ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, p. 195-196.

⁴³² HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo jurídico e direito democrático**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 59-60.

⁴³³ CÁRCOVA, Carlos María. Notas acerca de la teoría crítica del derecho. In: COURTIS, Christian (Comp.). **Desde otra mirada**. Buenos Aires: Eudeba, 2009. p. 30.

da historicidade dos institutos jurídicos⁴³⁴, importando aí a sua contextualização social.

Nesse sentido, percebemos como há, em termos de organização da sociedade, um reflexo da tradição moderna na manifestação contemporânea do direito, a qual se viu nascer sob forte influência do liberalismo econômico⁴³⁵. Este pensamento moderno caracterizava-se por dar forma a novos sujeitos e construir novos saberes, “individualidades que, universalizadas nas retóricas iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, consagraram a categoria jurídico-política de cidadão”⁴³⁶.

O movimento codificador da época, marcado pelo apego a um ideal positivista de sistematizar a vida real em *fattispecie* (isto é, espécies de fato) e categorias abstratas, definia o sujeito de direito como “titular de liberalidades e faculdades atribuídas pelo próprio sistema”⁴³⁷, evidenciando elaborações formais a respeito de capacidade, legitimidade e titularidade. A concepção jurídico-dogmática de pessoa era fomentada pela ideia iluminista de sujeito, conceituações que, ultimamente, identificavam-se. Assim, “chancelava-se a percepção de uma essência estática na composição da pessoa, em oposição à sua manifestação como um sujeito histórico”⁴³⁸, olvidando-se da dimensão sociológica da construção das subjetividades.

No campo das relações privadas, criava-se um espaço de autonomia para a livre realização da vontade dos particulares, com vistas de que estes regessem suas próprias vidas sem a interferência estatal. A essência deste projeto liberal restava, inclusive, estampada na já mencionada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: “A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo”⁴³⁹.

Aqui, importante ressaltar que, não obstante divergentes apreensões filosóficas acerca da liberdade, no âmbito do direito, o século XIX trouxe a

⁴³⁴ PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional** – Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 142.

⁴³⁵ SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade** – 3ª ed. rev. e at. São Paulo: Atlas: 2014. p. 3.

⁴³⁶ LITARDO, Eduardo. **Os corpos desse outro lado...**, p. 199.

⁴³⁷ GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; MENEZES, Joyceane Bezerra de. Das fronteiras à interlocução entre os direitos da personalidade, os direitos fundamentais e os direitos humanos: elementos para a construção da subjetividade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 12, n. 1, p. 175-203, jan./jun. 2012. p. 179.

⁴³⁸ Ibidem, p. 180.

⁴³⁹ SCHREIBER, Anderson. Op. Cit., p. 3.

prevalência de um conceito de liberdade como abstração, entendida como liberdade negativa na qual se forjou o perfil oitocentista da autonomia privada⁴⁴⁰.

Nesta moldura, o direito privado foi considerado lugar privilegiado de exercício da liberdade individual, um campo da autonomia que antecederia o próprio conceito de Estado moderno.

De igual sorte, há de se frisar que, nesta fase liberal-jusnaturalista, a propriedade se concebia como direito fundamental por excelência, que definia o limite entre as espacialidades pública e privada. Não à toa, consoante lição de Luiz Edson Fachin, a abstração da figura do sujeito também se encontrava diretamente conectada a este patrimonialismo caracterizador da época: “o centro do ordenamento de Direito Privado é o sujeito proprietário; e o sujeito proprietário, uma *persona* conceitual formalmente ao alcance de todos, que são, nessa configuração, iguais *perante* a lei”⁴⁴¹.

Tampouco é surpresa notar que este mesmo paradigma do sujeito proprietário se projetava, como regra, na figura masculina, branca e heterossexual, revelando a seletividade econômica que dava azo à proteção suprema do patrimônio. Consequentemente, a esse fechamento do sistema normativo, quedava-se carente de observação jurídica a complexidade da sociedade que, deveras estratificada, não raro, denunciava situações em que o anseio de reparação não dizia respeito a um direito subjetivo patrimonial ou real⁴⁴².

Este distanciamento do Estado das relações entre particulares, notadamente concebido em uma dicotomia entre direito público e direito privado, então, passou a ser examinado com outras lentes, diante de um cenário de acentuada desigualdade econômica e social, uma vez que “o liberalismo jurídico acabava por cancelar a submissão imposta pelas forças econômicas. Qualquer

⁴⁴⁰ RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Liberdade(s) e função**: Contribuição crítica para uma nova fundamentação da dimensão funcional do Direito Civil brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. p. 22.

⁴⁴¹ FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil**: sentidos, transformações e fim. Rio de Janeiro: Renovar, 2015. p. 13-15.

⁴⁴² LIMA, Francielle Elisabet Nogueira. **Entrelaçando gênero e direito**: reflexões e desafios propostos pela leitura feminista acerca do descumprimento dos deveres conjugais. 2016. Monografia (Especialização em Direito das Famílias e Sucessões) – Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba. p. 14.

renúncia aos direitos mais essenciais era vista como legítima porque fundada na ‘livre manifestação de vontade’ do renunciante”⁴⁴³.

De acordo com Anderson Schreiber, foi na especificidade deste momento histórico relativo à segunda metade do século XIX em que surgiram as primeiras construções em torno dos direitos da personalidade, em aportes jusnaturalistas franco-germânicos, para designar “direitos inerentes ao homem tidos como preexistentes ao seu reconhecimento por parte do Estado”⁴⁴⁴.

N’outro giro, Maria Celina Bodin de Moraes, advertindo quanto a controvérsias existentes na literatura jurídica acerca do surgimento da necessidade de se garantir este tipo de proteção ao sujeito, mostra que o gérmen dos direitos da personalidade teria se dado na constatação, até os fins do século XVIII, de uma ausência, nas sociedades ocidentais, de proteção à esfera de privacidade das pessoas⁴⁴⁵.

De toda sorte, a elaboração dos direitos da personalidade encontrou, à época, forte resistência em um ambiente ainda marcado pelo pensamento liberal-patrimonialista, havendo, além disso, acentuadas divergências entre os juristas quanto à possibilidade de se aventar tal proteção ao sujeito, porquanto, para a parcela dos teóricos contrários a esta ideia, “se, para o direito civil, a personalidade consistia na capacidade de ter direitos, não podia essa mesma personalidade figurar como objeto de direito algum”⁴⁴⁶.

Estas adversidades, contudo, seriam paulatinamente superadas, desembocando em uma noção de personalidade considerada sob dois aspectos distintos: i) o subjetivo, identificando-se com a capacidade que toda pessoa tem de ser titular de direitos e obrigações e; ii) o objetivo, por meio do qual a personalidade seria aferida como conjunto de características e atributos da pessoa humana, considerada como objeto de proteção por parte do ordenamento jurídico⁴⁴⁷.

⁴⁴³ Ibidem, p. 4.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 5.

⁴⁴⁵ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Ampliando os direitos da personalidade**. Disponível em: https://www.academia.edu/9689598/Ampliando_os_direitos_da_personalidade. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

⁴⁴⁶ SCHREIBER, Anderson. Op. Cit., p. 5.

⁴⁴⁷ TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. **Temas de Direito Civil** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 27.

Não obstante, grande parte das codificações que se erigiram nos séculos XIX e XX, seccionando o direito da realidade, mantiveram-se omissas quanto a tal proteção. O caso brasileiro é exemplar nesse sentido, uma vez que o Código Civil de 1916 não trouxe qualquer menção ao assunto, fazendo prevalecer as titularidades como direitos nucleares dos arranjos jurídicos⁴⁴⁸. Globalmente, o interesse pela teorização a respeito dos direitos da personalidade só veio a ganhar efetiva força após a Segunda Guerra Mundial, que propalou uma redescoberta da vulnerabilidade da condição humana⁴⁴⁹.

Nesta cadência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, consagraria a dignidade humana como fundamento da liberdade e valor central da ordem jurídica internacional, incorporando-a ao direito positivo de diversos estados, ao afirmar expressamente que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Além disso, tal diploma, delineando a universalização, indivisibilidade e internacionalização dos direitos humanos, tornou-se marco da concepção contemporânea destes⁴⁵⁰.

Assim, forte na lição de Maria Celina Bodin de Moraes, reconheceu-se a prevalência da proteção da personalidade humana, “seja no que diz respeito à sua identidade e integridade, seja no que se refere à sua vida privada. Tais bens, de fato, passaram a constituir os pontos cardeais de nosso sistema jurídico”⁴⁵¹.

Podemos notar, deste modo, uma ligação jurídico-positiva entre direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana⁴⁵², que influenciou as constituições da segunda metade do século XX, “que a incorporaram como verdadeira razão

⁴⁴⁸ FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil...**, p. 16.

⁴⁴⁹ SCHREIBER, Anderson. Op. Cit. p. 6. Do mesmo modo, Fachin sublinha que “somente com o fim da Segunda Grande Guerra e de modo especial, após a Lei Fundamental de Bonn, de 1949, direitos, liberdades e garantias passam a ser diretamente aplicáveis às entidades públicas e privadas, enfim, aos sujeitos da espacialidade pública e privada” (FACHIN, Luiz Edson. Op. Cit., p. 22).

⁴⁵⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 7-13.

⁴⁵¹ MORAES, Maria Celina Bodin de. **Ampliando os direitos da personalidade**. Disponível em: https://www.academia.edu/9689598/Ampliando_os_direitos_da_personalidade. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

⁴⁵² GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Transexualidade e direitos humanos**: o reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade. Curitiba: Juruá, 2014. p. 28.

de ser do Estado Democrático de Direito”⁴⁵³. No caso brasileiro, a Constituição Federal, preconiza a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, consoante se infere de seu art. 1º, inciso III.

É possível afirmar, então, que os direitos da personalidade, ao serem tangenciados no ordenamento jurídico interno, representam a introjeção do valor da dignidade humana que orienta o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, compreendidos a partir de uma “intangibilidade ética do patrimônio físico e moral do ser humano, de seus valores extrínsecos e intrínsecos, em todas as dimensões do viver físico, moral, mental e espiritual”.⁴⁵⁴

Com a promulgação do Código Civil de 2002, diferentemente da racionalidade excessivamente patrimonialista que orientou o anterior, houve uma dedicação a esta tutela da pessoa, elencando em onze de seus artigos, o direito ao próprio corpo, o direito ao nome, o direito à honra, o direito à imagem e o direito à privacidade. Schreiber sublinha, contudo, o fato de ter sido aprovado um projeto de *Códex* concebido ainda na década de 1970, ou seja, em momento anterior aos novos valores existenciais acolhidos pela Constituição, no qual era vigente a ditadura militar no país:

A ausência de grandes inovações se explica, em parte, pela própria falta de atualidade do projeto original, elaborado mais de uma década antes da atual Constituição da República e, por isso, necessariamente indiferente às profundas transformações por ela provocadas no direito brasileiro. Para ficar em um só exemplo, o Código Civil não faz qualquer menção à existência ou aos institutos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor de 1990, cuja elaboração exprime princípios fundamentais de ordem constitucional e atende a expresse comando do constituinte. (...) O resultado, como não poderia deixar de ser mais de trinta anos depois, é um Código Civil excessivamente apegado ao passado.⁴⁵⁵

Não obstante este “requeritar transversal da modernidade”, é preciso lembrar que as legislações não podem se fazer imunes a reconstruções de sentidos⁴⁵⁶. Afinal, ao direito e aos juristas não mais pode ser relegado um

⁴⁵³ SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade...**, p. 7.

⁴⁵⁴ PIOVESAN, Flávia; RUSSO JR., Rômulo. Direitos Humanos, Dignidade Humana e Direitos da Personalidade. In: FILOMENO, José Geraldo Brito e outros (coord.). **O Código Civil e sua interdisciplinaridade: os reflexos do Código Civil nos demais ramos do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 16.

⁴⁵⁵ SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade...**, p. 11.

⁴⁵⁶ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil...**, p. 47.

espaço de exílio da complexa circulação sócio-cultural da condição humana, consoante olhar apurado de Paolo Grossi⁴⁵⁷.

Daí é que podemos ratificar, alinhando-se a uma interpretação constitucionalizada do direito civil, que o regramento codificado deve ser lido à luz da principiologia consagrada na Constituição, em detrimento de uma racionalidade sistêmica fechada⁴⁵⁸. Neste trilhar, em que pese dissonância no campo dogmático⁴⁵⁹, há quem sustente que, no processo de construção da subjetividade, pressupondo uma liberdade de desenvolvimento⁴⁶⁰, a pessoa se localiza sob a proteção de uma *cláusula geral de tutela* presente na ordem

⁴⁵⁷ GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre o direito** – Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

⁴⁵⁸ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil...**, p. 51.

⁴⁵⁹ No contexto alemão, pauta-se uma cláusula geral do livre desenvolvimento da personalidade humana, constante de sua Lei Fundamental, que também encontra abrigo no direito português (art. 26º, nº 1 da Constituição daquele país), “sendo reputada como uma cláusula geral de tutela da personalidade”, conforme lição de Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (In: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Liberdade(s) e função: Contribuição crítica para uma nova fundamentação da dimensão funcional do Direito Civil brasileiro**. 2009. Tese [Doutorado em Direito]. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. p. 329). Sobre a divisão doutrinária a respeito da existência desta cláusula no Brasil, explicam Camila Oliveira Gonçalves e Joyceane Bezerra de Menezes: “A par do reconhecimento dos direitos especiais da personalidade, previstos em *fattispecie* para permitir a proteção jurídica de certos bens da pessoa como o corpo, o nome, a imagem, a honra, a privacidade, não há como obnubilar a existência do direito geral de personalidade no Brasil. É um direito emergente da articulação dos direito fundamentais, indispensável à integral proteção da personalidade nas diversas fases e circunstâncias pelas quais o sujeito pode passar. É certo, porém, que persiste uma divisão doutrinária entre aqueles que se enfeixam na teoria pluralista, sustentando a existência de uma diversidade de direitos especiais de personalidade, descritos em *numerus clausus*, e aqueles que reconhecem um direito geral de personalidade, na defesa de uma teoria monista. O Código Civil Português prevê expressamente a Tutela geral da personalidade no art. 70, filiando-se a última corrente. O Código Civil Brasileiro não faz essa alusão expressa ao direito geral de personalidade, optando por elencar alguns direitos especiais de personalidade entre os arts. 11 e 21. Contudo, a considerar a ampla possibilidade ressarcitória assentada no art. 927, caput e parágrafo único do mesmo Código, é de se acreditar na presença de uma verdadeira cláusula geral de tutela da pessoa. Por esta razão são muitos os civilistas brasileiros que a reconhecem no sistema” (In: GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; MENEZES, Joyceane Bezerra de. Das fronteiras à interlocução entre os direitos da personalidade, os direitos fundamentais e os direitos humanos: elementos para a construção da subjetividade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 12, n. 1, p. 175-203, jan./jun. 2012. p.177-178).

⁴⁶⁰ Conforme Melina Girardi Fachin, “no influxo de conciliar a prática emancipatória com o discurso contemporâneo dos direitos humanos – centrado na universalidade e na interdependência desses direitos – exsurge o direito ao desenvolvimento como instrumento possível (...) O direito humano ao desenvolvimento, com enfoque na realização das potencialidades humanas e na efetivação das liberdades substanciais, alia, lado a lado, e em patamar de igualdade, direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Assume-se que não há verdadeira cidadania sem a garantia de um substrato socioeconômico mínimo, porque desprovidos deste as liberdades civis e políticas ganham contornos meramente formais. Do mesmo modo, os direitos sociais, econômicos e culturais, sem a plena vivência pública, esvaziam-se de sentido porque exauridos do potencial emancipatório que esses direitos trazem consigo.” (FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015. p. 158-159).

civilista a partir da influência dos princípios constitucionais e pelo próprio programa dos direitos humanos⁴⁶¹.

Para mais, torna-se imperioso que o ordenamento não se descure de atender às necessidades humanas, a fim de dar sentido e fim aos princípios constitucionais, bem como concretude a todo o conteúdo valorativo dos direitos humanos que, enquanto construtos históricos, são passíveis de transformação, não compondo um destino inevitável da humanidade⁴⁶².

Neste compasso, Joaquín Herrera Flores adverte que é preciso manter toda interpretação dos direitos humanos em constante observação à estrutura social, a fim de mostrar as incoerências entre o momento da constituição teórica e de toda técnica de sua aplicabilidade.⁴⁶³

Avulta-se a necessidade, portanto, de uma perspectiva meta-teórica que, primeiramente, guie a seleção dos temas e problemas a investigar e, após, que se estabeleçam critérios que tornem os sujeitos capazes de canalizar essa investigação e, por fim, que proponham uma atitude de disponibilidade de *autocrítica*, evitando, dessa forma, consequências negativas de um discurso teórico estetizado e indiferente ao social, ao político e ao histórico.⁴⁶⁴

Forçoso reconhecer, portanto, que os direitos da personalidade, como forma de expressão jurídica da pessoa, devem se atentar à dinamicidade do tecido social. Nestas linhas, autorizado concluir pela possibilidade se reconhecerem outros direitos correspondentes à personalidade, além daqueles expressamente previstos na lei, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana que fundamenta o ordenamento, promovendo, assim, a expansão de direitos com vistas a ampliar a proteção da pessoa⁴⁶⁵.

E, valendo-nos do propugnado *direito geral de personalidade*, torna-se evidente que a imperiosidade de observação à autorrealização de cada pessoa

⁴⁶¹ GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; MENEZES, Joyceane Bezerra de. Das fronteiras à interlocução entre os direitos da personalidade, os direitos fundamentais e os direitos humanos: elementos para a construção da subjetividade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 12, n. 1, p. 175-203, jan./jun. 2012. p. 175.

⁴⁶² PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: Desafios da ordem internacional contemporânea. In: SCHILLING, Maria Luiza Bernardi Fiori (Org.). **Cadernos de Direito Constitucional** - Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2006. p. 26.

⁴⁶³ HERRERA FLORES, Joaquín. Hacia una visión compleja de los derchos humanos. En El vuelo de Anteo. **Derechos humanos y crítica de la razón liberal**. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A., 2000, p. 19-78.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 27.

⁴⁶⁵ GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Transexualidade e direitos humanos...**, p. 195.

humana não pode estar senão vinculada à hipótese de validação de um direito de *autodeterminação* existencial que se forja nas feições repaginadas do direito de liberdade – não mais estritamente ligado à ideia de autonomia privada que afastava da seara privada os interesses comunitários, e que exprimia o pretérito perfil individualista e egoísta dos direitos subjetivos⁴⁶⁶ – e de igualdade material.

Desta forma, se reconhecemos ser possível que o sujeito pode assumir múltiplas facetas em sua construção existencial, na medida em que sistemas de significação e de representação também se pulverizam culturalmente⁴⁶⁷, a sua proteção integral não mais pode se materializar pelo libelo da tutela enclausurada de bens pontuais.

A proteção à identidade de gênero conduz a pensarmos, mais do que em uma proteção ao nome, em um direito ao ser e à sua indissociabilidade do direito ao corpo, prerrogativa já encapsulada nos direitos da personalidade. Conforme Luiz Edson Fachin, “ao mesmo tempo, o direito ao corpo é também prerrogativa da personalidade, na medida em que não é apenas a exteriorização da essência humana, pelo contrário, é também parte integrante dela. Nele se apresentam, no palco da existência, o ser e o estar”.⁴⁶⁸

Assim, compreendendo identidade de gênero como a experiência do gênero em cada pessoa, que pode ou não corresponder ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, segundo Jaqueline Gomes de Jesus⁴⁶⁹ – explanação que, por sua vez, coaduna-se com os termos adotados pela Carta de Princípios de Yogyakarta⁴⁷⁰ -, inevitável concluir que esta se torna componente da

⁴⁶⁶ PERLINGIERI, Pietro. **O Direito Civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p.

⁴⁶⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2011. p. 13.

⁴⁶⁸ FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo: mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. **Revista Brasileira de Direito Civil** – Ibdcivil, volume 1, jul/set 2014. p. 41.

⁴⁶⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

⁴⁷⁰ De acordo com esta normativa internacional, “compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos” (In: PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Disponível em:

personalidade, tanto na sua expressão subjetiva como jurídica, e, que, portanto, deve ser digna de proteção.

Porém, a hipótese deste trabalho sugere outro desafio, uma nova leitura destas configurações, possibilitada pelo questionamento à estrutura estruturalizante do direito – isto é, a seus elementos fundacionais –, bem como pelo reconhecimento de seu poder constituinte e reproduzidor sobre a forma como as problemáticas políticas são dimensionadas⁴⁷¹, a partir de um *viés crítico de gênero*, um viés que, mais do que isso, pode ser sustentado pela crítica transfeminista.

Em retrospecto da conformação moderna do direito, apuramos que a construção da noção abstrata e universal do sujeito de direito serviu como fundamento para homogeneizar corporeidades e identidades. Nas palavras de Arantza Campos Rúbio,

As pautas liberais faziam com que o direito se estruturasse como um direito formal-racional cujo objetivo consistia em garantir um marco geral de autonomia protegida. A partir desta posição, as funções do direito se orientavam a configurar e facilitar padrões de relações jurídicas. O modelo tradicional indicava que o objetivo do sistema jurídico era propiciar um sistema de relações intersubjetivas configurado racionalmente, isto é, um sistema independente das necessidades que haviam determinado a origem do próprio sistema. Um marco de autonomia protegida, ao qual os particulares podiam ou não recorrer por própria vontade segundo seus próprios fins e interesses. Não é de se estranhar que, dentro deste modelo e adequando-se a suas funções sociais, as normas jurídicas típicas se caracterizavam, desde o ponto de vista de suas estruturas, por recorrer a um sujeito universal e por seu conteúdo abstrato⁴⁷².

A partir da sociologia do direito, Ana Elena Obando explica que estas premissas de universalidade e neutralidade da normatividade jurídica vieram a ser paulatinamente desmanteladas⁴⁷³. Mesmo o próprio histórico de construção dos direitos humanos evidencia o seu gérmen na modernidade ocidental colonizadora, podendo se concluir que se trata de um produto cultural passível de contingências políticas, sociais, jurídicas e econômicas, contrapondo-se ao

http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

⁴⁷¹ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, p. 196.

⁴⁷² CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del Derecho y a la experiencia jurídica**. p. 177.

⁴⁷³ OBANDO, Ana Elena. Las interpretaciones del derecho. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 78.

raso o argumento de que os direitos humanos são, antes de tudo, um fenómeno natural e/ou metafísico transcendente à própria práxis humana⁴⁷⁴.

Através das perspectivas críticas ao direito, reconhece-se o seu posicionamento nas intercessões do poder: o direito é, pois, uma construção permanente e contingente.

A autora nos lembra, assim, da força constitutiva que o direito possui para criar e reproduzir realidades sociais, induzindo a determinadas práticas mediante o acatamento das normas, inclusive daquelas que dizem respeito às diferenças e funções sexuadas⁴⁷⁵.

Nesse sentido, nota-se como a organização jurídica, além de instituir o sexo como estatuto individualizador dos sujeitos, serviu, em seus vários campos (constitucional, civil, trabalhista e familista), para assentar uma divisão funcional e excludente entre homens e mulheres. Por muito tempo, persistiu nos ordenamentos a negativa dos direitos delas ao voto, à disposição do patrimônio e à igualdade conjugal.

Entretanto, consoante entendimento de Arantza Campos Rúbio, as preliminares percepções quanto a este carácter sexista do direito, sob um viés feminista de análise do fenómeno jurídico, demoraram a se inserir no contexto específico de produção científica jurídica.

Para a autora, muito embora o “conjunto das ciências sociais” tenha se comprometido em questionar seus paradigmas fundacionais, nos quais se denuncia o androcentrismo e sua definição como um viés teórico e ideológico que impedia analisar sociologicamente as formações sociais nas quais homens e mulheres se encontravam envolvidos e que implicava uma interpretação de corte naturalista de seus papéis, funções e status sociais – com as ciências jurídicas, em uma tomada heurística, não se sucedeu o mesmo.⁴⁷⁶

Por outro lado, é de se admitir que o feminismo, desde sua vertente liberal clássica e na sua conformação como movimento político, angariou

⁴⁷⁴ HERRERA FLORES, Joaquin. **Los derechos humanos como productos culturales**: crítica del humanismo abstracto. Madrid: Catarata, 2005. p. 20.

⁴⁷⁵ OBANDO, Ana Elena. Las interpretaciones del derecho. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 78.

⁴⁷⁶ CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Aportaciones iusfeministas...**, p. 167.

esforços para submeter à crítica normas e instituições jurídicas que excluía mulheres como destinatárias de direitos⁴⁷⁷.

Ao nos depararmos com breve retrospecto das tendências feministas que mais ressoaram nos últimos séculos⁴⁷⁸, podemos inferir do cenário de despontamento da modernidade que, em um primeiro momento, o enfrentamento da desigualdade entre mulheres e homens se deu diretamente com o direito natural, a exemplo da crítica posta por Olympe de Gouges quanto à dificuldade de mulheres acessarem o *status* pleno de cidadãs, aos fins do século XVIII⁴⁷⁹.

Através da noção de diferença sexual, em diálogo com o aporte historiográfico de Laqueur sobre a construção do sexo como elemento intransponível, justificavam-se os limites da propalada universalidade dos direitos individuais. Percebemos, então, como o universalismo da diferença sexual prevaleceu sobre o discurso dos direitos naturais e, em consequência, o indivíduo abstrato nunca teria se caracterizado pela pretensa neutralidade evocada pelo liberalismo:

A história nos ensinou que esse indivíduo portador de direitos e deveres era um indivíduo marcado por seu sexo - era um homem -, por sua raça - era branco -, e por seus bens - era proprietário. Os únicos iguais perante a lei eram, portanto, homens, brancos e proprietários.⁴⁸⁰

Nesta esteira, podemos verificar que um primeiro enfoque da crítica feminista ao direito se assentou no postulado de que o “direito é sexista”, a partir dos contributos advindos da segunda onda do feminismo⁴⁸¹, como, por exemplo, as obras de Simone de Beauvoir e Betty Friedan acerca da construção social do sujeito mulher e de seu status de subordinação a figuras masculinas.

⁴⁷⁷ JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. In: WEST, Robin. **Género y teoría del derecho**. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uníandes, Instituto Pensar, 2000. p. 27-66.

⁴⁷⁸ Conforme capítulo 1.

⁴⁷⁹ SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. p. 10-29.

⁴⁸⁰ CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Construcción de las mujeres en el discurso jurídico: algunas anotaciones sobre el cuerpo**. Disponível em: http://portales.te.gob.mx/genero/sites/default/files/Arantza%20Campos%20Construcci%C3%B3n%20de%20las%20mujeres%20en%20el%20discurso%20jur%C3%ADdico_0.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

⁴⁸¹ CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Aportaciones iusfeministas...**, p. 179.

Estas críticas se dirigiam principalmente à premissa de igualdade formal que informava a normatividade jurídica que, não obstante, ao diferenciar os indivíduos pelo estatuto do sexo, acabava por prejudicar as mulheres no reconhecimento de seus direitos, colocando-as em posição de desvantagem em relação aos sujeitos masculinos.

A título ilustrativo, estas perspectivas permitiram um olhar crítico acerca da discrepância entre mulheres e homens no acesso a recursos materiais na seara do Direito das Famílias, dada a incapacidade relativa que a elas era imputada com a contração do matrimônio. Da mesma forma, foi possível tangenciar discriminação do direito penal em normas sobre as quais se desvelava um julgamento moral ao feminino na tratativa de crimes sexuais. Assim, em termos gerais, este enfoque possibilitou questionamento aos elementos de racionalidade e objetividade sobre os quais se fundamentava o fenômeno jurídico⁴⁸².

No avançar dos anos, contudo, erigiu-se prisma diverso na apreciação do discurso jurídico. Sem abandonar as críticas anteriores, porém, abarcando o marcador de gênero que se estruturava na construção dos estudos feministas, passou-se a propugnar o ditame de que direito revelaria, em verdade, um caráter masculino através de seu compromisso com a racionalidade e a objetividade normativo-científica desde um ponto de vista androcêntrico.

Destarte, com a proposta de que “o direito é masculino”, as críticas feministas ao fenômeno jurídico se voltaram à manutenção do sistema de dominação masculina sobre as mulheres, através da observação de que “as formas de domínio empregadas sobre as mulheres se desenvolveram social e economicamente, antes da aplicação da lei, sem atos estatais expressos, principalmente nos contextos privados”⁴⁸³.

Esta compreensão oportunizou a teorização a respeito do androcentrismo inerente à normatividade jurídica, constatando-se que não somente as normas são criadas e interpretadas desde um ponto de vista masculino – uma vez que majoritariamente aqueles pertencentes às esferas do legislativo, do executivo e do judiciário são homens –, mas, ainda, que esta

⁴⁸² Ibidem, p. 179-188.

⁴⁸³ CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Aportaciones iusfeministas...**, p. 189.

masculinidade estaria incorporada nos valores e nas práticas que orientam o direito, paradigma este que seria refletido na condução das relações sociais.⁴⁸⁴

Ao ter como referência o sujeito masculino, portanto, o direito não conseguiria refletir em suas leis e aplicabilidade as necessidades específicas das mulheres, como, por exemplo, em relação a questões relativas a direitos reprodutivos (incluindo-se, portanto, o direito ao aborto), maternidade violência doméstica⁴⁸⁵. Vemos, assim, influência dos feminismos da diferença nesta caracterização do direito, porquanto este viés crítico aventava a atenção de normatividade às particularidades da condição feminina.

No contexto latino-americano, vislumbra-se preocupação em conjugar tanto a crítica ao sexismo como ao androcentrismo proporcionado pelos enfoques aqui visitados, através, principalmente, do trabalho desenvolvido por Alda Facio⁴⁸⁶, que, constatando a ausência de um esforço de conscientização na seara de produção científico-jurídica acerca da posição desfavorecida das mulheres, buscou erigir uma metodologia de análise de gênero do fenômeno jurídico em seus componentes formal-normativo, estrutural e político-cultural⁴⁸⁷, a partir de um ponto de vista feminista.

A jurista se escora na premissa de que há uma patente discriminação que atinge *a mulher* em todos os âmbitos importantes ao desenvolvimento humano, panorama este referendado pelo sexismo – como crença na superioridade do *sexo ou gênero masculino* sobre o feminino – que faz com que mulheres e homens, por seu sexo, ocupem lugares de menor ou maior poder.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 195-196.

⁴⁸⁶ FACIO, Alda. **Cuando el género suena cambios trae**: una metodología para análisis de género del fenómeno legal. San Jose: ILABUD, 1992; FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 24-56.

⁴⁸⁷ Para Alda Facio, o direito como fenômeno jurídico está dividido em três componentes que estão dialeticamente relacionados e influenciados entre si: 1) o formal-normativo, que seria o sinônimo da *norma agendi*, isto é, da lei formalmente promulgada ou ao menos formalmente gerada, seja em sua espécie constitucional, tratado internacional, decretos, regulamentos, etc; 2) o estrutural, que se traduz no conteúdo que os tribunais, as instâncias administrativas, o sistema policial e todas(os) aquelas(es) que administram a justiça, dão às regras e aos princípios que se encontram no elemento formal-normativo, ao selecionar, aplicar e interpretá-los e; 3) o político-cultural, que é o teor que as pessoas dão à lei por meio da doutrina jurídica, os costumes, tradições, comportamentos cotidianos, etc (FACIO, Alda. **Cuando el género suena cambios trae**: una metodología para análisis de género del fenómeno legal. San Jose: ILABUD, 1992; FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 24-56).

Outrossim, a autora também se vale do paradigma androcêntrico das ciências jurídicas para investigar como se dá a elaboração e aplicação dos enunciados legislativos, contestando, assim, a pretensa neutralidade que informaria o direito:

O androcentrismo que permeia todas as nossas instituições resultou em uma forma em que todas as disposições legais têm como parâmetro, modelo ou protótipo homem/varão da espécie humana, da mesma maneira que o estudo da anatomia humana toma como modelo o corpo masculino e da mesma forma que o conceito de ser humano é reduzido ao conceito de homem/varão. É por esta razão que as leis, embora não digam explicitamente, na sua imensa maioria, originam-se dos homens e são para os homens (...)

Em um patriarcado androcêntrico, não é surpreendente que o legislador, o jurista e o juiz tenham o homem em mente ao elaborar, promulgar, usar e aplicar leis ou quando desenvolvem teorias, doutrinas e princípios que servem de base para a sua interpretação e aplicação. Portanto, não devemos cair no erro de acreditar que existem leis neutras que se dirijam igualmente tanto a homens como a mulheres, e que tenham os mesmos efeitos para homens e mulheres.⁴⁸⁸

A relevância dessas abordagens parece ter contribuído imensamente para reflexões acerca do direito normatizado que por muito tempo ceifou o acesso de mulheres aos espaços de representatividade política e invisibilizou as vulnerabilidades que as atingiam nas experiências familiares e domésticas, bem como nos contextos trabalhistas⁴⁸⁹.

Entretanto, mesmo que repisemos a fundamentalidade das perspectivas ora versadas, não podemos deixar de sublinhar a tratativa homogeneizadora, binária e oposicional que nelas reside acerca do que se entende por mulher e homem, de modo que entendemos pela plausibilidade de se apreender um enfrentamento mais contundente à própria complexidade do direito como construção permanente, contingente e produtora de realidades, que pode ser tanto funcional a determinados mecanismos de opressão como para representar uma ferramenta de libertação de certos círculos de abjeção⁴⁹⁰.

Ao tomarmos esta posição em relação ao direito, parece-nos possível referendar o entendimento de que a análise de construção da racionalidade jurídica não pode ser afastada dos embates morais e políticos em torno das

⁴⁸⁸ FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 31.

⁴⁸⁹ DE OLIVEIRA, Lúgia Ziggiotti. **Olhares feministas sobre o direito...**, p. 46-51.

⁴⁹⁰ LITARDO, Emiliano. **Os corpos desse outro lado...**, p. 195.

práticas de regulação e categorização dos sujeitos, especialmente se a provocação aqui pretendida se volta ao desmonte dos elementos essencialistas que informam a tratativa de sexo e gênero no domínio jurídico.

Estas colocações nos conduzem a problematizar que, se, por um lado, o fator sexual aparentemente não mais poderia se mostrar relevante para que os indivíduos pudessem se beneficiar dos mesmos direitos, ante a igualdade positivada em nosso ordenamento jurídico⁴⁹¹, por outro, continua-se a fazer do sexo um elemento determinante do *status* civil das pessoas⁴⁹² e para o acesso a tantos direitos fundamentais, na forma já tangenciada anteriormente.

Nesta esteira, as ferramentas teóricas dos feminismos de influência pós-estruturalista abrem margem para se pensar o direito como uma estratégia que produz gênero ou, então, como uma tecnologia de gênero⁴⁹³, uma vez que seu discurso constrói e reproduz práticas generificadas sobre os sujeitos.

Para mais, ao aplicarmos este exercício crítico no exame da tutela jurídica dirigida às pessoas trans e à sua situação de vulnerabilidade, torna-se admissível o empreendimento de dialogar com perspectivas transfeministas para evidenciar a normatividade cisgênera que sustenta as instituições e que nega o exercício de cidadania plena a pessoas que não se enquadram nesta inteligibilidade, inserindo-se o direito neste conjunto.

A partir desta ênfase, desenrolam-se alguns questionamentos que ora emprestamos da exposição de Paisley Currah:

(...) que posição os defensores dos direitos de pessoas transgêneras devem adotar ao contestar a construção do Estado sobre pessoas trans não contempladas pelo direito de proteção isonômica? Como reagir às definições de sexo e gênero que classificam as pessoas com base no sexo atribuído ao nascimento? Como devemos responder às definições do Estado sobre sexo e gênero, que classificam as pessoas de acordo com o sexo atribuído no nascimento? Devemos desafiar a capacidade do Estado de policiar a relação entre o corpo e o gênero de alguém e seu poder como árbitro legal do sexo? Qual o papel do discurso médico e do conhecimento especializado na promoção da causa dos direitos das pessoas transgêneras? (...) É justo esperar que as pessoas transgêneras levem o ônus de desestabilizar a classificação do sexo jurídico em vez de tentar alterarmos o significado

⁴⁹¹ Segundo o caput do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”. Ainda, de acordo com o artigo 1º do Código Civil, “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”.

⁴⁹² BARBOZA, Heloisa Helena; BORRILLO, Daniel. **Sexo, gênero e direito...**, p. 11.

⁴⁹³ DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. Disponível em: <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

legal do sexo para serem reconhecidas corretamente por ele? Como devemos negociar as tensões entre uma política de identidade que busca principalmente alterar as definições do esquema de classificação sexual e o objetivo maior de desestabilizar o sexo como uma categoria legal significativa que distribui direitos e recursos de forma desigual? Finalmente, é possível que os defensores dos direitos de pessoas transgêneras já estejam fazendo ambos?⁴⁹⁴

Essas questões, ao serem suscitadas, impelem-nos a refletir sobre as possíveis conciliações e incongruências entre as necessidades jurídicas particulares (e urgentes) das pessoas trans e o imaginário político maior dos movimentos intelectuais e sociais que lutam pelo reconhecimento não estigmatizante desta população.

Para dar corpo a essas questões, trazemos à baila o caso amplamente noticiado nas mídias sociais sobre um homem trans que teve sua pensão militar cancelada (benefício vitalício concedido a filhos de militares de qualquer condição, “*exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos*”, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/1960), após a retificação de seu prenome e designativo de sexo no registro civil.

A decisão monocrática que entendeu pelo cancelamento foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que disse ter se baseado no respeito à dignidade que a Constituição assegura a todas as pessoas. Segundo o órgão prolator do pronunciamento judicial,

Isso inclui tratar cada um de acordo com a sua identidade de gênero, com todas as consequências decorrentes. A Marinha agiu corretamente no caso, não propriamente porque suprimiu a pensão,

⁴⁹⁴ Tradução livre do seguinte trecho: “(...) what stance should transgender rights advocates adopt in challenging the state’s construction of transgender people as outside the legal universe of equal protection? How should we react to state definitions of sex and gender that classify people based on the sex assigned at birth? Should we demand that the state base legal sex assignment on reassigned sex rather than the sex assigned at birth, or on gender identity rather than “biological” sex? Should we challenge the state’s ability to police the relationship between one’s body and one’s gender and its power as the legal arbiter of sex altogether? What role should medical discourse and expert knowledge play in furthering the cause of transgender rights? (...) Is it fair to expect transgender people to bear the burden of destabilizing state sex classification schemes rather than to try to amend the legal meaning of sex in order to be recognized correctly by it? How should we negotiate the tensions between an identity politics movement that seeks primarily to amend the definitions of the binary sex classification scheme and the larger goal of disestablishing sex as a meaningful legal category which distributes rights and resources unequally? Finally, is it possible that transgender rights advocates are already doing both? (CURRAH, Paisley. The transgender rights imaginary. In: FINEMAN, Martha; JACKSON, Jack E.; ROMERO, Adam P (Ed.). **Feminist and queer legal theory**: intimate encounters, uncomfortable conversations. Ashgate, 2009. p. 245-257).

mas porque, ao fazê-lo, levou a sério o gênero do requerente.⁴⁹⁵

Em seu pedido de reativação do benefício, o requerente alegou que, apesar de se identificar com o gênero masculino desde a infância, não passou pela cirurgia de transgenitalização, aduzindo que, portanto, ainda é biologicamente mulher, asseverando, ainda, que continua sendo assistido por ginecologista, como prova de que não mudou o “sexo biológico”⁴⁹⁶.

Em apreciação perfunctória de referido *decisum*, parece-nos estranho que uma pessoa tenha sido prejudicada pelo fato de ter sua identidade de gênero reconhecida pelo estado. Não obstante, é curioso notar que a parte requerente tenha se valido do argumento biologicista (de que ainda é *biologicamente* uma mulher) para continuar recebendo o benefício em questão.

Tecer considerações a respeito das aberturas epistemológicas e dos limites práticos que envolvem estes debates é fundamental para potencializar o viés transformador que o direito deve alcançar para prestar um tratamento adequado à diversidade sexual e de gênero. É a proposta sobre a qual nos debruçaremos no seguinte capítulo.

⁴⁹⁵ NICODEMUS, Mariana. ‘Marinha levou a sério a questão do gênero’, diz juiz sobre corte d pensão de homem trans. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/marinha-levou-serio-questao-do-genero-diz-juiz-sobre-corte-de-pensao-de-homem-trans-21826916>.

Acesso em: 15 de fevereiro de 2018. É ainda possível acessar as informações sobre a decisão nos seguintes endereços: <http://www.gazetadopovo.com.br/justica/filho-transexual-de-militar-perde-direito-a-pensao-94ll5n7rcchgw6aj480yd0qmc>; e <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/filha-transexual-de-militar-perde-pensao-da-marinha-apos-mudar-de-nome-e-de-sexo.html>. Nesta última reportagem, percebe-se que, apesar de se tratar de um homem trans, a equipe de jornalismo declinou o substantivo “filha transexual” para se referir à parte requerente.

⁴⁹⁶ JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Mandado de segurança/servidor público nº 0155101-65.2017.4.02.5101 (2014.51.01.0155101-8). Decisão Monocrática. Data da disponibilização: 13 de setembro de 2017.

CAPÍTULO 4 – TRANSGENERIDADE E DIREITO: PERSPECTIVAS CRÍTICAS

“Eles que se virem pra arrumar isso, não fui eu que inventei essa restrição quanto ao sexo. Eles que resolvam o problema que eles mesmos criaram, eu só quero a solução.”⁴⁹⁷

“A sociedade tenta nos enlouquecer (...) Ela nos dá as condições mínimas de sobrevivência. Nos dá, não, a gente tem que cavar, tem que buscar o mínimo de afeto, parece que tentam ver até onde a gente consegue sobreviver (...) Eu sinto que o tempo todo estão tentando nos deixar loucas e, por isso, eu resignifiquei, em mim, a palavra ‘resistência’ (...) E justamente por isso eu me olho no espelho e falo ‘você não pode ficar louca. Você não vai dar esse prazer a eles, porque isso é tudo o que eles queriam’.”⁴⁹⁸

4.1. EXPERIÊNCIAS TRANS E TUTELA JURÍDICA: COMPLEXIFICANDO BINARISMOS

Durante sustentação oral realizada perante o Supremo Tribunal Federal como representante do Grupo Dignidade, organização não governamental atuante como *amicus curiae* no julgamento da ADI 4275 – ação ajuizada pela Procuradoria Geral da República para questionar a interpretação do artigo 58 da Lei de Registros Públicos na tratativa das retificações de prenome e designativo de sexo de pessoas trans -, a advogada Gisele Alessandra Schimidt e Silva, ao concluir sua fala, afirmou que “negar a uma pessoa o direito ao nome e à expressão de sua identidade é negar o direito de existir”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ Manifestação de Indianare Siqueira, ativista transvestigênera, como se autoidentifica, citada por Jaqueline Gomes de Jesus em entrevista, na qual comentava acerca de seu interesse em alterar seu registro civil, agregando-o ao nome social, mas sem retirar o prenome que lhe foi dado no nascimento. Na ocasião, justificou com a fala da epígrafe que preferia não ter identificação unicamente com o designativo sexual masculino nem com feminino nos documentos (JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma puta educadora: Entrevista com Indianare Siqueira. **Revista Gênero**, Niterói, v.14, n.1, 2.sem.2013. p. 66).

⁴⁹⁸ Trecho de uma entrevista com Linn da Quebrada, veiculada no canal do YouTube “Barraco da Rosa TV”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=jl7XRyVfl-c>.

⁴⁹⁹ Gisele, além de representar a ONG em comento, foi a primeira mulher trans a sustentar oralmente na Suprema Corte. A íntegra da sustentação oral pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=FC9AkK50NC4>.

A declaração da advogada parece encontrar endosso nas pautas dos movimentos sociais de pessoas trans, que, dentre diversos direitos reivindicados, visam precipuamente à despatologização da transexualidade e ao reconhecimento da identidade de gênero como direito fundamental, baseando-se na principiologia da autodeterminação dos indivíduos⁵⁰⁰. Ademais, consoante Berenice Bento e Larissa Pelúcio, “a luta pela despatologização da transexualidade e a luta para retirada do CID de todas as classificações relacionadas ao gênero (travestilidades, fetichismos, transexualidade) é uma das pautas da contemporaneidade que unificam teóricas(os) em várias partes do mundo.”⁵⁰¹

Nesta esteira, Beatriz Pagliarini Bagagli sublinha que o reconhecimento legal das identidades dos sujeitos transgêneros é, antes de tudo, basilar para possibilitar a concretização de outros direitos, como saúde, educação, trabalho, vida digna, livre circulação e não discriminação⁵⁰². Esta manifestação pode ser somada, ainda, ao que foi ponderado mais expressamente, por exemplo, no voto do Ministro Celso de Mello, no julgamento da ADI 4275, ao emanar que a manutenção da omissão estatal se desdobra na exclusão jurídica e em efeitos bastante negativos na esfera de liberdades de grupos vulneráveis.

E, como se demonstrará a seguir, a situação de vulnerabilidade social desta população se desdobra em múltiplas facetas.

Segundo a RedeTrans (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil), 82% de mulheres trans e travestis abandonaram o ensino médio por conta de discriminação sofrida no ambiente escolar. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por sua vez, aponta que 90% deste contingente populacional se ocupa da prostituição, enquanto homens trans recorrem a subempregos com baixas remunerações, para não mencionar os atos discriminatórios que as(os) atingem em relação à sua identidade de gênero quando formalmente empregadas(os), incluindo, ainda, a dificuldade de uso de

⁵⁰⁰ JESUS, Jaqueline Gomes de. Entrevista ao Conselho Federal de Psicologia. A **despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da psicologia**. Disponível em: <http://despatologizacao.cfp.org.br/videos/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

⁵⁰¹ BENTO, Berenice e PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, 20 (2), Florianópolis, 2012. p. 110.

⁵⁰² BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas: para além da cisnormatividade. OLIVEIRA, Antonio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (orgs). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 36.

banheiros em acordo com suas autopercepções identitárias, o que acarreta a desistência de muitas(os) delas(es) em se manterem nesses empregos⁵⁰³.

Além disso, de acordo com Keila Simpson, presidente da ANTRA, não existem dados estatísticos sobre o número de pessoas trans inseridas formalmente no mercado de trabalho, uma vez que registradas, em sua maioria, com o nome e o designativo de sexo atribuídos no nascimento, sem qualquer reconhecimento de sua identidade de gênero⁵⁰⁴. Não obstante esta escassez de dados, conforme Silvana Marinho e Guilherme Almeida, é possível observar que pessoas trans estão com maior frequência em ocupações difusas e informais com o setor de serviços, como beleza e telemarketing.⁵⁰⁵

No que tange ao acesso à saúde, além de terem de lidar com a perspectiva patologizante e a rigidez das definições identitárias constantes das normativas do CFM e do SUS para obter o acompanhamento terapêutico, em vista do que foi exposto no capítulo 2 desta dissertação, as pessoas trans têm de enfrentar a ausência de preparo e de humanização das(os) especialistas médicas(os) para tratarem das especificidades de seus corpos e fisiologias.

Outrossim, a burocracia do diagnóstico para obterem acesso à saúde conduz muitas pessoas trans a procurarem meios clandestinos (tráfico de anabolizantes, de falsificação de receitas e a autoaplicação de silicone industrial) para adquirirem, por exemplo, homornização sexual e próteses desejadas.⁵⁰⁶

Para mais, a transfobia (podendo ser definida sinteticamente como medo ou ódio com relação às pessoas trans⁵⁰⁷) vivenciada cotidianamente pela população trans é demonstrada em sua forma mais agressiva pelos alarmantes

⁵⁰³ BORTOLETTO, Mari. **Trabalho para pessoas trans**. Disponível em: <https://maribortoletto.wordpress.com/2017/03/15/trabalho-para-pessoas-trans/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018; KOMETANI, Pâmela. **Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho**. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

⁵⁰⁴ KOMETANI, Pâmela. **Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho**. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

⁵⁰⁵ ALMEIDA, Guilherme; MARINHO, Silvana. Trabalho e Juventudes trans em debate. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (orgs). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 77-78.

⁵⁰⁶ PRADO, Marco Aurélio; TENÓRIO, Leonardo. **Patologização das identidades trans***..., p. 209.

⁵⁰⁷ JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

índices de homicídio deste grupo populacional. Segundo dados divulgados pela ong *Transgender Europe*, através do documento *Trans Murder Monitoring*, no período compreendido entre outubro de 2016 e setembro de 2017, houve um total de 325 casos registrados de pessoas trans e/ou gênero-diversas, denotando aumento de 30 casos em relação ao ano anterior⁵⁰⁸.

Só no Brasil, país com maior incidência deste tipo de crime, foram reportados 171 homicídios. Em fevereiro de 2017, circulou em redes sociais um vídeo no qual se mostrou a crueldade com a qual a travesti Dandara foi espancada até a morte. Dandara não é um caso isolado: a recorrente brutalidade que marca os assassinatos de mulheres trans no Brasil levou Berenice Bento a aventar hipótese de que a inscrição do feminino em corpos gênero-transgressores potencializa violências, de modo que teoriza a respeito da configuração de transfeminicídio em tais casos⁵⁰⁹.

No que toca o direito à identidade de gênero, diante da ausência de uma legislação que autorize a modificação de documentos pela via administrativa, o Judiciário confronta cada vez mais ações envolvendo a retificação de prenome e designativo sexual, tendo sido a Suprema Corte provocada a se manifestar a respeito de tal possibilidade sem o condicionamento à cirurgia de transgenitalização⁵¹⁰.

Além disso, há uma série de direitos de ordem social que são sustentados e diferenciados pela distinção sexual, de maneira que as experiências identitárias trans colocam em questionamento a imperiosidade da classificação binária em função do “sexo biológico” para terem acesso a eles.

Estes quadros, conquanto brevemente explanados neste primeiro momento, impelem a comunidade jurídica a se sensibilizar a respeito da situação de extrema precariedade de sujeitos de carne e osso que, por desafiarem a cisheteronorma, possuem uma série de restrições a condições dignas de vida.

Se, por um lado, encerrar soluções em pormenorizados termos práticos quanto a esses problemas se afigura tarefa deveras ambiciosa que, talvez, não

⁵⁰⁸ TRANSGENDER EUROPE. **TMM Update Trans Day of Remembrance 2017**. Disponível em: <http://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-remembrance-2017/>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

⁵⁰⁹ BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.

⁵¹⁰ Através da ADI 4275 e o RE 670.422.

se mostre imediatamente executável, por outro, a suscitação do debate, mesmo que dentro do escopo acadêmico, é urgente para que consigamos construir um arcabouço teórico-prático para uma tutela jurídica mais adequada à população trans.

Como visto no capítulo anterior, a exemplo do Brasil, inferem-se complexas relações do Direito Internacional dos Direitos Humanos com os estados nacionais. Não obstante, isso sugere compromissos da criatividade jurídica com a efetivação de condições mínimas para viabilizar o acesso a direitos civis, políticos e sociais necessários à cidadania digna em caráter não somente pós violatório, o que motiva a movimentação de epistemologias interdisciplinares que deem vazão à emancipação das subjetividades concretas que se pretende tutelar.

Desta forma, com o fito de aventar uma tônica democrática na construção dessas possibilidades, vislumbramos eminentemente nos estudos transfeministas sustentáculos críticos para dar corpo à discussão, bem como em outros cânones teóricos do campo interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade e do direito, propondo-nos a elucidar algumas das formas com as quais a cisheteronormatividade opera na tratativa judicial de pessoas trans, intentando, assim, a erigição de perspectivas não patologizantes e não objetificantes das experiências trans, principalmente levando-se em conta as sistêmicas violações de direitos humanos que tanto assolam este grupo vulnerado.

4. 2. DIREITO À IDENTIDADE E À LIVRE EXPRESSÃO DE GÊNERO NOS TRIBUNAIS: ABORDAGENS A PARTIR DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DOS RE 845.779, 670.422 E DA ADI 4275

Por todo o exposto até este momento, torna-se cada vez mais plausível acentuar como o atual projeto de classificação sexual promovido pelo direito está em uma crise causada pelo aumento de divergências entre as definições individuais de identidade de gênero e as definições sexuais e de gênero assentadas juridicamente.

De acordo com Paisley Currah, as pessoas estão cada vez mais propensas a afirmar publicamente que suas identidades de gênero destoam

daquelas originalmente designadas para elas no nascimento (em razão do sexo aferido “biologicamente”); além disso, as expressões de gênero se tornam cada vez mais distantes das expectativas sócio-normativas impostas pela designação sexual⁵¹¹.

Não obstante, o Congresso Nacional brasileiro revela perfil avesso à temática de gênero e de sexualidade, enquadrando-se muitos dos representantes legislativos em exercício nas chamadas bancadas fundamentalista religiosa, militar e ruralista⁵¹², as quais, inclusive, têm investido contra os esforços protetivos em relação à população gênero e sexodiversas.

Nesse sentido, há conhecimento, por exemplo, de projeto de decreto legislativo que se debruça na revogação do uso do nome social⁵¹³, bem como de projeto de lei que intenta a restrição de discussões relativas a gênero e a sexualidade em escolas⁵¹⁴, para não mencionar outras iniciativas no mínimo conservadoras, como aquela que busca a proibição do aborto mesmo nas escassas hipóteses não criminalizadas (como em casos de estupro), o Projeto de Lei nº 477 de 2015, que buscava afastar a legislação que coíbe a violência doméstica cometida contra a população trans (aplicada por interpretação extensiva da jurisprudência)⁵¹⁵ e o recente Projeto de Lei nº 9.742 de 2018, que visa a “estabelecer como contravenção penal a utilização, em hospitais, enfermarias, asilos, sanitários públicos, escolas ou universidades, de espaços

⁵¹¹ CURRAH, Paisley. **The transgender rights imaginary...**, p. 246.

⁵¹² MARTINS, Rodrigo. **BBB no Congresso**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

⁵¹³ Trata-se de projeto de decreto legislativo (PDC nº 395/2016) que visa a sustar o Decreto Presidencial 8.727, de 28 de abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1459191. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018).

⁵¹⁴ Em âmbito federal, trata-se do Projeto de Lei 867 de 2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 867/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018).

⁵¹⁵ Este último projeto, a nosso ver, acertadamente foi retirado de tramitação em pedido realizado pelo próprio autor no ano passado (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 477/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949119>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018).

designados para uso exclusivo masculino ou feminino, por pessoas de sexo diverso, em desobediência às normas estabelecidas”.⁵¹⁶

Por outro lado, em 2013, houve protocolização do Projeto de Lei nº 5.002 de 2013, proposta legislativa de instituir uma Lei de Identidade de Gênero no Brasil (também denominada Lei João W. Nery, em reconhecimento do histórico de luta deste como homem trans), para possibilitar a alteração administrativa do registro civil de pessoas trans, sem intervenção judiciária e sem a necessidade de laudos médicos. Na justificativa deste projeto, que se localiza atualmente Coordenação de Comissões Permanentes desde dezembro de 2017, vislumbra-se um distanciamento das perspectivas patologizantes que marcaram outras propostas anteriores de lei, porquanto fundamentado pela imposição dos Princípios de Yogyakarta à tratativa da identidade de gênero.⁵¹⁷

Assim, na ausência de legislação especial que regule aspectos práticos e fundamentais ao reconhecimento jurídico da população transgênera, não é de surpreender que movimentos sociais apostem cada vez mais no desempenho da função jurisdicional em suas lutas políticas para resguardar e garantir direitos mínimos à sua sobrevivência. Segundo Maria Eugenia Bunchaft, “quando a atuação dos órgãos políticos não atende às expectativas normativas de minorias insulares, em razão da insuficiência de representação de grupos vulneráveis, a tendência é a atuação judicial expandir-se, de forma a suprir o *déficit* inerente às suas condições de abertura e de participação”.⁵¹⁸

É com base neste panorama que podemos afirmar que o Judiciário confronta casos que progressivamente envolvem distinções científicas complexas, propulsionando o distanciamento de tradições conceituais jurídicas que por vezes se afiguram descompassadas com as variadas experiências vivenciadas pelo tecido social.

Outrossim, muito embora o discurso jurídico não se reduza ao teor produzido pelas decisões dos tribunais, selecionaremos, em um primeiro

⁵¹⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 9.742/2018**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169048>. Acesso em: 10 de março de 2018.

⁵¹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 5002/2013**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 10 de março de 2018.

⁵¹⁸ BUNCHAFT, Maria Eugenia. Transexualidade e o “direito dos banheiros” no STF: uma reflexão à luz de Posner, Siegel e Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, nº 3, 2016, p. 226.

momento, casos submetidos ao crivo do Supremo Tribunal Federal para tecer comentários às compreensões sobre transgeneridade e identidade de gênero por eles veiculadas, diante da relevância e da repercussão que lhes foram atribuídas.

Como visto no introito desta dissertação, há três ações versando sobre o direito de pessoas trans (e que inevitavelmente tangenciam questões ligadas à instabilidade do sexo e do gênero) que tramitam perante o Supremo: i) o Recurso Extraordinário nº 670.422, cuja repercussão geral foi reconhecida desde 2014, e em que se discute a possibilidade de alteração do designativo de sexo no registro civil sem a necessidade de realização da cirurgia de transgenitalização e de averbação da condição trans no registro; ii) o Recurso Extraordinário 845.779, que teve sua repercussão geral reconhecida em novembro de 2014, no qual se aventava a possibilidade de indenização por danos morais decorrente do constrangimento sofrido por uma mulher transexual que foi impedida de utilizar banheiro condizente com sua identidade de gênero em um shopping center (popularmente conhecido como a possibilidade de o Estado se pronunciar sobre o reconhecimento social da identidade de gênero das pessoas trans); e c) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275 que questiona o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) com o objetivo de possibilitar a alteração de nome e designativo de sexo nos registros civis de pessoas trans.

Em 18 de novembro de 2015, iniciou-se o julgamento do RE 845.779, sessão que teve duração de duas horas e quarenta e cinco minutos⁵¹⁹, e que contou, após a leitura do relatório feita pelo Ministro Luís Barroso (relator do processo), com as sustentações orais da representante da recorrente, bem como dos representantes dos *amici curae* Associação Brasileira de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transexuais – ABGLT, Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM e Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero Políticas e Direitos - LIDIS, havendo, ainda, a manifestação do Ministério Público Federal (através da fala da vice-Procuradora-Geral da República).

⁵¹⁹ A sessão de julgamento pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=t2nr57_Ku6c&t=8424s.

Para fins de contextualização do caso concreto, transcreveremos parte do relatório constante do parecer da Procuradoria Geral da República na manifestação pela repercussão geral do recurso, disponibilizado no sítio eletrônico de acompanhamento processual do recurso extraordinário em comento⁵²⁰:

(...) A recorrente narra que, ao entrar no banheiro feminino, como costumeiramente faz em locais públicos, foi abordada por uma funcionária do estabelecimento comercial que a forçou a se retirar do recinto, sob o argumento de que a sua presença causaria constrangimento às mulheres que ali estavam. Diz que, após isso, adentrou uma loja do shopping na tentativa de utilizar um banheiro que não fosse de uso comum, sendo informada, entretanto, de que não havia banheiros privativos no interior das lojas. Afirma que, impedida de utilizar o banheiro e estando demasiadamente nervosa, não conseguiu controlar suas necessidades fisiológicas, defecando nas próprias vestes, mesmo sob o olhar das pessoas que transitavam pelo shopping, e que, depois de passar por essa situação vexatória, ainda precisou fazer uso do transporte coletivo a fim de retornar a sua casa. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC), no entanto, deu provimento à Apelação interposta pela ré, afastando a incidência do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor e, consequentemente, a responsabilidade objetiva do estabelecimento comercial, sob o argumento de não estar configurado defeito na prestação do serviço, uma vez que não se verificou falha no dever de segurança. Assentou o Tribunal não ter a recorrente demonstrado a presença dos pressupostos da responsabilidade civil, destacando que a prova testemunhal não comprovou a suposta abordagem discriminatória ou agressiva. Ressaltou, também, não ser reprovável a conduta da funcionária que solicitou à recorrente que fizesse uso do banheiro masculino e concluiu descabida a indenização pretendida, pois o dano indenizável é aquele correspondente à lesão a direito da personalidade, com grande repercussão no psiquismo do ofendido, e não ao mero incômodo ou aborrecimento.

Assim, interpôs a Recorrente recurso extraordinário, sustentando afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana e à honra, aduzindo que o tratamento desrespeitoso à sua identidade de gênero ultrapassa os limites subjetivos da causa, haja vista “a alta relevância no meio social ao contribuir para

⁵²⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tema 778 – Possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

a construção de um novo paradigma cultural, primando pelo respeito mútuo e igualdade de tratamento, objetivos da República Federativa do Brasil”.

Não obstante a discussão jurídica na origem tenha se adstrito a uma questão de responsabilidade civil ante ilícito perpetrado pelo estabelecimento comercial, observa-se que o Recurso Extraordinário, ao ser recebido pela Suprema Corte, teve firmado como tema “a possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente”.

Cabe-nos notar, de início, que tal apreensão do caso concreto demonstra acentuada interferência estatal sobre um contexto que, em tese, não é exatamente aferido como jurídico: conquanto os banheiros em locais públicos sejam, via de regra, separados em cabines próprias para *homens* e para *mulheres*, não há, até onde temos conhecimento, nenhuma normativa explícita (lei, resolução, enfim) que determine o uso dos banheiros nesses termos, sendo esta configuração reiterada, portanto, através de uma regra “não oficial, mas *oficiosa*, não escrita em nossos códigos”⁵²¹, e que, no específico caso do uso por pessoas trans, foi submetida a controle de constitucionalidade. Parece-nos adequado lembrar, ainda neste íterim, que, segundo Paul B. Preciado, os sanitários públicos, são, antes de tudo, cabines de *vigilância de gênero*, isto é, espaços públicos que avaliam a acomodação de cada corpo às normas e códigos vigentes de feminilidade e masculinidade⁵²².

De qualquer forma, na ocasião, foram proferidos votos pelos Ministros Luís Barroso e Luiz Edson Fachin, tendo sido o julgamento suspenso em razão de pedido de vista dos autos formulado pelo Ministro Luiz Fux. Em que pese relevantes contribuições tenham sido trazidas pelas sustentações orais realizadas durante a sessão de julgamento, a presente análise se cingirá aos votos e deliberações dos componentes do pleno.

⁵²¹ GORS DORF, Leandro Franklin; HOSHINO, Thiago; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos. De banheiros, armários e cortes: a identidade de gênero na pauta do STF. In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sergio; PIVATO, Luciana Cristina Furquim; XIMENES, Salomão Barros. **Justiça e Direitos Humanos**: olhares críticos sobre o Judiciário em 2015. Curitiba: Terra de Direitos, 2016. p. 80.

⁵²² PRECIADO, Paul B. **Basura y Género**: Mear/ Cagar. Masculino/ Femenino. Eseté 06, Ed. Amasté Comunicación, Bilbao, 2002. p. 40-49.

Ao emitir seu voto, o Ministro Relator consignou que “o transgênero é aquela pessoa que não se identifica plenamente com o gênero atribuído culturalmente ao seu sexo biológico (...) portanto, há um *descompasso* entre o ‘sexo biológico’, a visualização cultural do papel daquele gênero e a autopercepção do indivíduo quanto a si mesmo (...)”. Na proposta de ementa, definiu, ainda que, “transexuais são pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo de nascimento, sentindo geralmente que seu corpo não é adequado à forma como se percebe”.

Preliminarmente, percebemos que, em suas considerações sobre transgeneridade, o relator se posiciona em conformidade com a concepção dominante de sexo enquanto elemento apriorístico e não passível de ser construído historicamente, o que, como visto, insere-se no espectro dicotômico do sistema sexo/gênero.

Após apontamentos tecidos quanto à patologização e às vicissitudes que atingem a população trans, mencionando, inclusive, casos de homofobia, transfobia e a baixa expectativa de vida deste grupo (que é, em média, de 35 anos), Luís Barroso consignou que “o *transexualismo* não é uma escolha, é um *destino*, é uma circunstância da vida (...) é um *fato da natureza* e não respeitar essas pessoas é não respeitar a natureza e, *para os que crêem*, é não respeitar a *criação divina*”.

Mesmo ao tentar se desvencilhar da dominante tratativa das experiências identitárias trans, o relator se refere a elas com o mesmo olhar clínico do paradigma benjaminiano jungido à percepção oriunda do senso comum acerca da inevitabilidade da natureza, da biologia, que, a um só tempo, universaliza e patologiza essas identidades.

No caminhar para o fim do voto, Luís Barroso, adiantando uma acalorada discussão que estava por vir, declara que

“é claro que alguém poderia invocar neste caso concreto o eventual desconforto *das mulheres* que estivessem num determinado banheiro e não se sentissem à vontade com a presença de *um transexual*. (...) A vida civilizada envolve viver com aquilo que a gente não ama (...) Note-se que o susposto constrangimento às demais mulheres seria limitado, tendo em vista que as situações mais íntimas num banheiro feminino ocorrem em cabines privativas de acesso reservado a uma única pessoa. (...)”

Neste trecho, especialmente, é de se notar que Luís Barroso parte de uma percepção cisheteronormativa para tecer considerações a respeito das pessoas que utilizam banheiros femininos, identificando, em um primeiro momento, como “mulheres” aquelas cisgêneras, ao passo que “o transexual” – possivelmente e implicitamente querendo se referir a uma mulher trans – não é reconhecido da mesma forma.

Nesse sentido, na esteira dos apontamentos feitos por Viviane V., inferimos como “violências contra existências trans e gênero-diversas são frequentemente relacionadas com a invasão de certas percepções cisnormativas sobre diversidades corporais e de identidades de gênero, particularmente na intersecção com outros *cistemas*⁵²³ de normatização”⁵²⁴, s(c)istemas esses que, no caso, consubstanciam-se tanto nesta *ratio decidendi* como no imaginário social acerca da generificação incidente no uso de banheiros.

Já o voto do Ministro Luiz Edson Fachin ateu-se mais precisamente à situação que ensejou o pleito de indenização por danos morais e aos conceitos de intimidade e vida privada, explanando, ainda, a normativa internacional consubstanciada nos Princípios de Yogyakarta acerca da definição de identidade de gênero (conforme vimos no capítulo anterior), e estendendo-se a considerações sobre a necessidade de cirurgia de transgenitalização como condicionante do reconhecimento da identidade de gênero – matéria que, em tese, não restou suscitada na origem.

Sobre potencial desconforto gerado a mulheres cis pelo uso de banheiros femininos por mulheres trans, ponderou o Ministro:

(...) nessa ótica e com tais balizas, bem se percebe que os argumentos do desconforto, constrangimento ou insegurança das demais usuárias a fim de vedar a utilização por mulheres transexuais de banheiros públicos femininos cai por terra.

Evidencia-se, assim, quando com olhar solidário e empático, como é a sujeição à utilização de banheiros designados ao gênero masculino pelas mulheres transexuais que externalizam a sua vontade de identificação de gênero na dupla dimensão do direito à identidade que se torna absolutamente violadora de sua dignidade.

⁵²³ O vocábulo é propositalmente utilizado desta forma para salientar a operacionalidade da cisnormatividade.

⁵²⁴ V., Viviane. **Por inflexões decoloniais...**, p. 68.

Com efeito, parece-nos que, embora não se tenha prolongado em discussões terminológicas, ao consignar expressamente o gênero feminino de mulheres trans, a abordagem de Luiz Edson Fachin mostrou-se mais sutil e empática à questão do reconhecimento identitário que move a repercussão geral dada ao RE 845.779. Ademais, em seu voto, determinou o Ministro que o recurso fosse reautuado com o nome social da recorrente, o que de fato se mostrou adequado à ocasião, já que, conquanto se tratasse de uma mulher trans, em diversos momentos da sessão, fizeram referência a ela em pronomes masculinos (além de constar o nome de registro da requerente no vídeo exibido pela TV Justiça).

Após a proposta de ementa do Ministro Luis Barroso, o Ministro Marco Aurélio perguntou *como* seria possível aferir a identidade de gênero de uma pessoa, se seria “considerada a aparência, considerado o registro civil ou considerado o aspecto psicológico”, em razão de sua “dificuldade em acreditar” que a empregada do shopping responsável pela guarda do banheiro teria de fato adotado a postura que adotou (não autorizado a entrada da Recorrente no banheiro feminino) se a aparência “*realmente* fosse feminina”. Em seus comentários, o Ministro ainda anotou, pela autuação do processo, que “não houve sequer a troca do nome”.

Barroso se mostrou um pouco titubeante para responder as indagações do colega, no entanto, entendeu que, no caso concreto, atendo-se aos fatos noticiados nos autos, e levando-se em consideração o nome social da recorrente, “trata-se de uma mulher em um corpo de um homem”, o que nos leva a crer que sua estratégia argumentativa, neste específico momento, pautou-se em um paradigma psicológico, psicossocial, enfim, do gênero.

E, não obstante tenha se percebido um câmbio em relação à percepção eminentemente biologicista outrora esposada, consoante asseverado por Maria Eugenia Bunchaft,

A mudança do paradigma epistemológico biológico para o psicológico ainda não demonstrou potencial para desconstruir a matriz binária e o dismorfismo heteronormativo do sistema sexo-gênero. Os indivíduos, ainda, permanecem sujeitos a um processo de categorização sexual que incorpora uma estratégia discursiva decorrente de uma estrutura binária do sistema sexo-gênero. A preocupação com a descoberta da identidade sexual dos indivíduos faz parte de um conjunto de saberes

científicos que, embora englobe o paradigma psicológico, ainda presume a irreversibilidade sexual.⁵²⁵

O que se seguiu foi um pedido de esclarecimentos de fato pelo Ministro Relator direcionado à patrona da recorrente quanto à aparência desta. A advogada, então, respondeu que sua cliente é uma “mulher fisicamente”, faz uso de hormônios femininos e “assim se porta desde a mais tenra idade”, (...) “utiliza, veste, se porta e é tratada pelo seu nome social”, e que todas essas questões estão “muito bem comprovadas por fotos e documentos”.

Adiante, o Ministro Luiz Fux, detalhando a respeito da distinção entre “disforia de gênero e redesignação cirúrgica”, dado que, segundo ele, teria colhido da página eletrônica do SUS, pergunta se a recorrente sofre de disforia de gênero ou teria realizado a intervenção cirúrgica. A causídica, então, responde que a recorrente estaria com a cirurgia marcada para fevereiro do próximo ano e, que, portanto, ainda não teria se submetido à transgenitalização.

Sobre a discussão técnico-processual que se erigiu acerca das premissas fáticas constantes do acórdão recorrido entre o Ministro Marco Aurélio e a Ministra Carmen Lúcia (se de fato constavam estes elementos probatórios acerca da aparência da recorrente na decisão colegiada impugnada através do recurso extraordinário), Barroso assinalou que “se o transexual *fosse rigorosamente igual a uma mulher*, nós não estaríamos discutindo esse problema. Há um componente diferente, de *extravagância* e é *evidentemente* esse componente que gera o preconceito”.

Esta discussão é especialmente interessante porque, ao evocar um parâmetro para mensurar quais corpos são legitimamente femininos (e, por extensão, quais seriam os corpos verdadeiramente masculinos), os Ministros do Supremo, que parecem extremamente interessados e/ou preocupados com tal questão, trazem à tona uma justificativa de *passabilidade* (termo que, resumidamente, traduz-se em um regime de visibilidade ou conhecimento⁵²⁶ gerado pelo quanto uma pessoa trans se comporta de acordo com o estereótipo

⁵²⁵ BUNCHAFT, Maria Eugenia. Transexualidade e o “direito dos banheiros” no STF: uma reflexão à luz de Posner, Siegel e Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, nº 3, 2016, p. 230.

⁵²⁶ DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Campo Grande: Editora UFMS, 2017. p. 24.

do gênero com o qual se identifica⁵²⁷) por parte da advogada da recorrente, quem, na condição de mulher trans, teria demonstrado aspectos estéticos suficientemente aptos a validarem sua identidade de gênero.

A sessão de julgamento foi encerrada após pedido de vista dos autos formulado pelo Ministro Luiz Fux, entendendo pela existência de um “desacordo moral *bastante* razoável no seio de nossa sociedade”, por ter consultado a opinião de algumas pessoas, através de artigos pesquisados na internet (sem, contudo, mencionar fontes), sobre o uso de banheiros por pessoas trans, que teriam expressado por suas “opiniões populares” (segundo termos utilizados pelo ministro) desconforto com a situação. Transcrevemos algumas indagações que o Ministro narrou ter extraído de referidos artigos populares:

(...) sendo assim, sua filha ou sua mulher será obrigada a usar o mesmo banheiro que um homem vestido de mulher desde que este alegue que se acha como mulher também? (sic) (...) as escolas e as universidades terão um cadastro, um espaço para o nome social (...) e ao mesmo tempo um cadastro próprio para o nome da pessoa? (sic) (...) Imagine como ficará o pai mais conservador que tem uma filha, sabendo que ela está na escola e qualquer pessoa que alegue possuir o gênero idêntico ao dela vai poder frequentar o mesmo banheiro que sua filha? (sic)

Tais perguntas foram seguidas de uma preocupação com possíveis pedófilos que poderiam adentrar os banheiros femininos, deixando em situação de vulnerabilidade *mulheres e crianças do sexo feminino*, o que foi repisado pela fala do Ministro Ricardo Lewandowski, valendo-se dos termos que ora destacamos.

Percebemos, assim, uma acentuada reiteração ao paradigma biológico da intocabilidade do sexo para sustentar o gênero e para legitimar aquelas que de fato seriam consideradas mulheres em razão do sexo, além de um tom moralista ao se pensar que corpos de mulheres trans podem ocupar o mesmo lugar que o de mulheres cis.

Além disso, a preocupação dos Ministros Fux e Lewandowski parece descurar do fato de que, no Brasil, os banheiros de uso público estão longe de serem lugares que refletem a propensa violência em face de mulheres cis:

⁵²⁷ LANZ, Letícia. *O corpo da roupa...*, p. 421.

segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em 2016, tramitaram na Justiça mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica, o que corresponde, em média, a 1 processo para cada 100 mulheres brasileiras; desses, pelo menos 13,5 mil são casos de feminicídio.⁵²⁸

Outrossim, é também de se notar que os Ministros, ao externarem preocupação com crianças, ao tomarem este grupo sócio-etário por homogêneo e, muito provavelmente, pela sua cisgeneridade, esquecem-se de que uma significativa parte de pessoas trans toma consciência de sua identidade de gênero em tenra idade, conforme pontuam Jaqueline Gomes de Jesus⁵²⁹ e Natacha Kennedy⁵³⁰, e que o silenciamento sobre esta realidade quanto à experiência desta transgeneridade se deve “a uma estratégia de supressão das vivências subjetivas dessas crianças, decorrentes de visões estereotipadas sobre gênero (cissexismo) e do preconceito contra a população transgênera (transfobia)”.⁵³¹

Há de se frisar que, após o pedido de vista feito em 2015, o RE 845.779 não mais retornou à pauta de julgamentos do STF.

Por outro lado, desde abril de 2017, a ADI 4275 e o RE 670.422, cuja determinação de julgamento em conjunto se deu em 20 de abril de 2017, estiveram pautados em diversas ocasiões no Plenário, sendo que, para fins de continuidade da proposta deste trabalho, elencaremos, primeiramente, a sessão de julgamento ocorrida no dia 22 de novembro de 2017⁵³², na qual houve prolação de votos em relação ao recurso extraordinário pelos Ministros Dias Toffoli (relator do recurso), Alexandre de Moraes, Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e pela Ministra Rosa Weber, bem como a sessão de 28 de fevereiro de 2018, relativa à ação direta de inconstitucionalidade. Sublinhamos que, pela deliberação da Presidente da Sessão, Ministra Carmen Lúcia, o RE e

⁵²⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha** – 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

⁵²⁹ JESUS, Jaqueline Gomes de. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. **III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. 15 a 17 de maio de 2013. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

⁵³⁰ KENNEDY, Natacha. Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista Chronos**. Dossiês, 22. Volume II, número 2, 2010. p. 21-61.

⁵³¹ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Crianças trans...**, p. 3.

⁵³² A sessão de julgamento pode ser assistida neste endereço: https://www.youtube.com/watch?v=mSMi7bM_k2Y.

a ADI não foram julgados conjuntamente em 22 de novembro em razão de quórum insuficiente para tanto.

Emprestaremos, neste primeiro momento, o relatório do acórdão em que se reconheceu repercussão geral no RE 670.422:

S T C interpõe recurso extraordinário, com fundamento na alínea a, do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. TROCA DE NOME E SEXO. À equação do presente pertinente a averbação no assento de nascimento do(a) recorrente sua condição de transexual. Aplicação dos princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos, pois estes devem corresponder à realidade fenomênica do mundo, sobretudo para resguardo de direitos e interesses de terceiros. **POR MAIORIA, DERAM PROVIMENTO EM PARTE, VENCIDO O RELATOR.**

No apelo extremo, a parte recorrente sustenta violação aos artigos 1º, inciso IV, 3º, 5º, inciso X e 6º, caput, da Constituição Federal. Salienta existir a repercussão geral da matéria versada no feito, dada a importante discussão que nele se trava, concernente à necessidade de realização de cirurgia de modificação do fenótipo feminino para o masculino, como condição para a alteração do assentamento do sexo no registro civil.

Afirma que a deliberação desta Corte repercutirá não apenas na esfera jurídica do recorrente, mas de todos os transexuais que buscam adequar sua identidade de sexo à sua identidade de gênero, mesmo sem a realização de todos os procedimentos cirúrgicos de redesignação, aduzindo que o que se busca é um precedente histórico de enorme significado e repercussão, não só jurídica, mas também de inegável repercussão social. Como lembra o parecer ministerial, embora tenha sido julgado procedente em parte a ação para a alteração do nome da parte autora o juiz de primeiro grau entendeu ser essencial a realização de cirurgia de redesignação sexual para o deferimento da alteração do assentamento civil relativo ao sexo. O Tribunal de origem, mantendo a sentença, ponderou que, mesmo com os avanços da cirurgia, transexuais ainda não são capazes de adquirir todas as características do sexo oposto ao que nasceram (fl. 171), sendo pois o caso de averbar no registro de nascimento do recorrente sua condição de transexual (fls. 228/229). As matérias suscitadas no recurso extraordinário, relativas à necessidade ou não de cirurgia de transgenitalização para alteração nos assentos do registro civil, o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual, bem como a possibilidade jurídica ou não de se utilizar o termo transexual no registro civil, são dotadas de natureza constitucional, uma vez que expõe os limites da convivência entre os direitos fundamentais como os da personalidade, da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da saúde, entre outros de um lado, com os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos de outro. (...)

Trata-se, em suma, de um recurso extraordinário que busca pronunciamento da Suprema Corte acerca da possibilidade de retificação do estado sexual no registro civil, sem a necessidade de cirurgia de

transgenitalização e sem que seja averbada a condição de transexual de pessoa trans que não tenha passado pelo procedimento cirúrgico.

Em seu voto, o Ministro Dias Toffoli retomou algumas considerações a respeito da diferenciação entre sexo, orientação sexual e identidade de gênero a partir de Robert Stoller. Definiu, assim, o primeiro elemento como “termo científico que se refere aos aspectos biológico, morfológico, fisiológico e anatômico do ser humano, homem ou mulher, sexo masculino ou feminino, macho ou fêmea”, ao passo que, sobre orientação sexual, destacou tratar-se da atração que os indivíduos direcionam a outrem. Acerca da identidade de gênero, o ministrou a definiu da seguinte forma:

A identidade de gênero está relacionada aos aspectos psicológicos, culturais, sociais e históricos concernentes ao sexo, a como a pessoa se vê, como ela se autodefine e se identifica, podendo haver coincidência entre as identidades de gênero e de sexo, ou não, como no caso dos denominados transexuais. Os transexuais são portadores de *neurodiscordância de gênero*, que ocorre quando a pessoa *rejeita* a sua *identidade genética* e a *própria anatomia do seu corpo*, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto.

Apesar de retomar a concepção benjaminiana sobre o *transexualismo*, o relator fez ressalvas quanto à revolução conceitual que a terminologia vem sofrendo desde a formulação por Harry Benjamin, pois, segundo o Ministro, com o tempo, foram incluídas nessa categoria pessoas que não desejam realizar a cirurgia por uma série de fatores, citando como exemplos o medo de cirurgia, ausência de condições financeiras para realiza-la na iniciativa privada e temor de não ter prazer sexual com o novo órgão construído cirurgicamente. Assim, para fins de delineamento de sua argumentação, salientou o Relator que

Transexual (...) é a pessoa que se identifica com o gênero oposto àquele socialmente atribuído ao seu sexo biológico e que, geralmente, não quer que as pessoas, em geral, saibam de sua transexualidade após a adequação de sua aparência a seu sexo psíquico. Trata-se, assim, de uma questão puramente identitária e não médica. Não há que se confundir, no entanto, o transexual, digo eu, com o *travesti*. *Este último*, conforme abalizada doutrina, apenas gosta de se identificar com o sexo oposto com o traje, pois sente prazer em utilizar roupas características do sexo oposto, mas, contrariamente ao primeiro, não possui desejo de alterar seu sexo ou a sua identidade sexual. Tampouco o transexual se confunde com o bissexual, que é o indivíduo que sente atração ou pratica sexo com pessoas de ambos os sexos. A abordagem está na esfera da orientação sexual e não na da

identificação de gêneros. Importante se faz anotar que se está tratando nesses autos do direito do transexual que rejeita sua identidade genética e a própria anatomia do seu corpo e se identifica psicologicamente, *conforme doutrina*, com o gênero oposto. Essa neurodiscordância de gênero exige que o regime jurídico respeite essa *condição especial do ser humano*. Na atualidade, essa variante da identidade de gênero, é importante que se saliente, não tem sido mais tratada por cientistas em geral e pela American Psychiatric Association (APA), desde 2012, como um transtorno mental, mas como uma situação em que determinada pessoa, com o sexo feminino, por exemplo, sente-se como homem e vice-versa.

Neste excerto, especificamente, cabe tecermos algumas anotações.

Primeiramente, é de se notar que, muito embora o objetivo, aparentemente, tenha sido o de afastar eventual definição hiperpatologizante acerca da transexualidade (uma vez que se constatou a revolução conceitual que se vem trilhando acerca da terminologia), ao fazer menção expressa à condição especial do transexual como ser humano e à neurodiscordância de que padece, este discurso não se desvencilha da autoridade, por vezes inquestionável, do saber médico e, novamente, recai em uma clausura dogmática alheia ao diálogo com outros saberes que proporcionariam um novo olhar acerca da transexualidade, especialmente porque evocada uma diferenciação *identitária*.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, identidades só adquirem sentido através da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas, e são relacionais (isto é, dependem de algo de fora dela, do outro, para serem afirmadas), sendo importantes também as condições materiais e sociais às quais essas identidades estão vinculadas⁵³³.

Nesse sentido, sem pretensão de esgotabilidade, etnografias como as de Hélio R. Silva⁵³⁴, Larissa Pelúcio⁵³⁵ e Marcos Benedetti⁵³⁶, demonstram a necessidade de compreensão da(s) travestilidade(s) em contexto relacional, tendo em vista a multiplicidade de hábitos, valores, práticas e lógicas que integram o universo trans.

⁵³³ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

⁵³⁴ SILVA, Hélio R. *Travesti – a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993.

⁵³⁵ PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

⁵³⁶ BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

É de se notar, contudo, a especificidade no território brasileiro e/ou latino-americano no que diz respeito à construção da subjetividade travesti como “fruto histórico do asfalto e das grandes aglomerações urbanas”⁵³⁷. Desta forma, a noção de corporalidade das travestis exige que tomemos gênero e sexo como construções inacabadas e em perspectiva relacional, pois sua elaboração sofre influências de variáveis como classe, raça, etnia e tempo histórico⁵³⁸, muito embora se possa afirmar que a complexidade de sua conformação identitária denota uma experiência não hegemônica de mulheridade - já que buscam uma identificação com o feminino.

Outrossim, verifica-se que o respeito e a garantia à construção feminina das travestis se localizam nas principais reivindicações de movimentos organizados deste grupo⁵³⁹, não mais se justificando a desatenção a esta demanda social contemporânea, que pode ser inscrita no campo do reconhecimento das identidades de gênero como direito humano de todo indivíduo, na esteira do que preleciona a Carta de Princípios de Yogyakarta.

Em outro giro, a pessoa transexual (que pode se reconhecer como a transexual ou o transexual) tem como experiência uma transgressão de gênero que caminha em diálogo com o saber-poder médico, ainda que a partir da ressignificação da acepção medicalizada e patologizante do termo. Assim, não obstante a ampla tratativa da temática no capítulo 2 deste trabalho⁵⁴⁰, a transexualidade pode ser percebida como uma

(...) dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da cirurgia de transgenitalização.⁵⁴¹

⁵³⁷ SILVA, Hélio R. **Travesti** – a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993. p. 39.

⁵³⁸ PELÚCIO, Larissa. **Travestis, a (re)construção do feminino**: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 8, volume 15. p. 129.

⁵³⁹ BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 19.

⁵⁴⁰ Ao longo desta dissertação, evitamos qualquer definição unívoca das experiências identitárias trans, ante o postulado ético-político consignado na introdução acerca da priorização dada às teorizações que partem de sujeitos trans e de se pensar criticamente na cisnormatividade das quais se oriundam certas definições identitárias. Não obstante, para os fins da análise dos votos proferidos pelas(os) Ministras(os) do STF, entendemos ser pertinente um contraponto advindo de perspectivas de gênero e sexualidade que se desenlaçam em outros campos do saber, ainda que reconheçamos as limitações que esta opção implica.

⁵⁴¹ BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**..., p. 183.

Daí é que, a nosso ver, distanciando-nos de um discurso de fixidez e univocidade informado pelo paradigma das ciências psi, certos cuidados devem ser tomados para se tratar de diferenças entre as identidades travesti e transexual.

Além disso, conquanto efetivamente as esferas de identidade de gênero e orientação sexual não se confundam, não podemos deixar de anotar que elas se inter-relacionam, não sendo, portanto, excludentes. Em outras palavras, uma pessoa trans pode perfeitamente se identificar como lésbica ou bissexual, e isto, grosso modo, faz parte da sua constituição subjetiva generificada, do seu processo de fazer gênero.

Adiante, o Ministro Dias Toffoli elaborou algumas considerações a respeito da já consagrada possibilidade jurídica de retificação de prenome e designativo de sexo por pessoas trans que optaram pela realização da cirurgia de transgenitalização, entendimentos consolidados nos julgados do Superior Tribunal de Justiça que mencionamos no 3º capítulo, quais sejam, os Recursos Especiais de nº 1.008.398/SP (de Relatoria da Ministra Nancy Andrighi) e de nº 737.993/MG (de Relatoria do Ministro João Otávio de Noronha). E, sobre o tema posto em discussão pelo recurso extraordinário, assentou que:

(...) tenho a convicção da necessidade de se reconhecer a identidade de gênero para avançarmos para uma proteção jurídica completa, ultrapassando a classificação binária tradicional e estática das pessoas em sexo feminino ou masculino. Isso significa que o sistema há de se aperfeiçoar, indo além daquele tradicional de identificação por sexos para abarcar também os casos daqueles cuja autopercepção difere do que se registrou no momento do nascimento e das respectivas conformações biológicas.

Ato contínuo, o Ministro Dias Toffoli, fazendo alusão ao voto vencedor do Recurso Especial sob o nº 1.626.739 (de Relatoria do Ministro Luís Felipe Salomão, prolatado perante o Superior Tribunal de Justiça, que também colacionamos no capítulo 3 deste trabalho), reproduziu algumas das fundamentações assinaladas neste, destacando que “o direito à identidade integra o conteúdo mínimo da personalidade”, bem como que, no caso de transexuais não operadas(os),

(...) a recusa do direito de adequação de identidade registral à realidade psicossocial vivenciada pode mesmo configurar inobservância de sua liberdade de escolha, traduz flagrante empecilho à realização pessoal do indivíduo cuja segregação e tensão na esfera social serão mantidas com o autoritarismo estatal. Nesta esteira de pensamento, violaria a utilidade do direito deferir-se a modificação do prenome do transexual, adaptando-o à sua nova aparência física e manter-se a anotação original relativa ao sexo. O mesmo pode ser dito quanto à solução proposta no acórdão do tribunal de origem de que a alteração incluísse o designativo “transexual”. Como salientado anteriormente, além de o transexual não desejar ser reconhecido socialmente dessa forma, não existe, sob o ponto de vista científico, essa categoria de sexo e, em verdade, pretende o indivíduo ser reconhecido pelo sistema como do sexo oposto (...)

Muito embora se pretenda distanciar dos categorialismos binários, ainda existe, como se depreende deste trecho, certa preocupação em se manter um padrão de identidade transexual, notado mais precisamente na afirmação de que o transexual não deseja ser reconhecido socialmente desta forma. Devemos nos perguntar, primeiramente, em que medida esse desconforto com a transgressão de gênero não decorre, em princípio, dos estigmas vislumbrados socialmente, e não puramente da condição transgênera de alguns sujeitos.

No mais, concordamos que a averbação da condição de transexual no registro se revela patentemente discriminatória, porém, não em razão da inexistência de outras categorias sexuais que excedem o binômio masculino/feminino (porquanto a transexualidade, apesar de construída a partir do saber médico, mostra-se em constante ressignificação, como visto anteriormente), mas por se tratar de uma classificação *identitária* que não pode ser destacada documentalmente e exclusivamente em vista da conformação da genitália (ou não) com o designativo atribuído no nascimento.

Nos encaminhamentos quanto à solução proposta à demanda, o Relator balizou experiências legislativas de países próximos ao Brasil que já possibilitam a retificação de prenome e de designativo sexo por pessoas trans, sem a imperiosidade da cirurgia, como o Uruguai, a Argentina, Bolívia, Chile e o Equador, além de mencionar a tratativa permissa do Judiciário de países como Peru e Paraguai.

Alinhando-se em parte ao que dispõe a lei uruguaia (Lei nº 18.620/2009), preconizou o Ministro que a alteração do registro civil intentada, para ele, trata-se, sobretudo, de um ato que imprescinde de decisão judicial, que deve adotar, para tanto, o procedimento de jurisdição voluntária, com presença e participação

do Ministério Público, de forma a se resguardar a segurança jurídica, pois não se trata de uma mera correção registral.

Quanto aos desdobramentos da alteração registral discutida, por não ser objeto do recurso extraordinário, o Relator, citando como exemplos a participação eleitoral e em competições esportivas, apenas conjecturou a possibilidade de que cada caso seja analisado em sua particularidade, mediante sopesamento de princípios, uma vez que considerou ser impossível imaginar toda e qualquer situação decorrente da alteração. Entretanto, ao mencionar a lei uruguaia, destacou que esta prevê que a mudança no registro não implicará a modificação dos direitos e deveres assumidos anteriormente pelo sujeito que assim proceder com a retificação em seu assento civil.

Implicitamente, a manifestação do Ministro conduz à interpretação de que possíveis conflitos podem surgir de situações em que o atual registro civil (de pessoa trans) não seja suficiente para dirimir ou abarcar algum direito ou obrigação em que a classificação jurídica da pessoa pelo “sexo biológico” ainda se revela importante.

Nesse sentido, visualizamos um exemplo no caso judicial trazido ao final do 3º capítulo deste trabalho, no qual um homem trans teve seu pensionamento militar cancelado em virtude da modificação documental que alterou seu prenome e designativo sexual, em conformidade com sua identidade de gênero, porquanto o benefício é direcionado, por lei, apenas a mulheres, diante da redação vigente à época em que o direito de receber a pensão passou a surgir na esfera jurídica do requerente (conforme artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/1960).⁵⁴²

A solução quanto ao sopesamento de princípios para tais situações conflituosas, entretanto, dá margem à conclusão da necessidade da via judicial para resolvê-las, o que, a nosso ver, deve também ser motivo de mobilização da comunidade jurídica, tendo em vista que o propósito de desjudicialização da condição transgênera e de seu reconhecimento jurídico, quando pensado criticamente, não pode ser restringido à esfera registral.

Ao final, sua proposta de tese teve a seguinte dicção:

⁵⁴² Art .7º A pensão militar defere-se na seguinte ordem: (...) II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos;

O transexual, *comprovada judicialmente* sua condição, tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu pronome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, com anotação de que o ato realizado é por determinação judicial, vedada a inclusão do termo transexual. Nas certidões do registro, não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial. A autoridade judiciária determinará de ofício a expedição de mandados específicos para alteração dos demais registros nos órgãos públicos pertinentes os quais deverão preservar o sigilo sobre origem dos atos.

A expressa menção de que, para obter o direito fundamental da alteração de prenome e do designativo de sexo, deverá haver comprovação judicial, todavia, abre possibilidade de que, na dilação probatória nos casos ajuizados, ainda que em sede de jurisdição voluntária, exija-se algum tipo de comprovação médica e/ou psicológica acerca da condição transexual.

Prosseguiu-se a sessão de julgamento com o voto do Ministro Alexandre Moraes, que definiu transexuais como pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo biológico, “homens que se acreditam e se comportam como se fossem mulheres e vice-versa”. Revela-se nítida, portanto, a continuidade do padrão cisheteronormativo para se falar do gênero. Entretanto, pontuou que, conquanto a Resolução nº 1.955/2010 do CFM discipline que o desejo de realizar a cirurgia é condição inerente à transexualidade, não se pode fazer uma generalização de que toda(o) transexual efetivamente almeja “eliminar os seus genitais” (redação dada pelo CFM).

Destacou, ainda, experiências jurisdicionais e legislativas de outros países europeus que vêm dispensando a realização da cirurgia de transgenitalização, como a Alemanha, que, em 2011, através de seu Tribunal Constitucional, declarou inconstitucional a prévia exigência da submissão ao procedimento cirúrgico, além de fazer referência aos contextos de Portugal, Itália e Argentina. Ulteriormente, acompanhou integralmente o voto do Relator.

Já o Ministro Luiz Edson Fachin, iniciou sublinhando em sua fundamentação suas premissas normativas no princípio da dignidade da pessoa humana, bem como na cláusula material de abertura aos tratados internacionais de direitos humanos do artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal,

apreendendo, assim, a força dos Princípios de Yogyakarta no ordenamento jurídico pátrio.

À luz desses pressupostos, concluiu ser uma violação à ordem constitucional, à integridade física e à autonomia o condicionamento da retificação dos documentos à cirurgia de transgenitalização, destacando o caráter discriminatório da averbação da condição de transexual no registro civil para se proceder à alteração registral.

Ao retomar concluir seu voto, dando provimento ao recurso, mencionou que o Tribunal do Rio Grande do Sul – do qual se originou o acórdão recorrido, apesar de ser um tribunal de muitos acertos, no caso tratado pela Suprema Corte, “inventou um terceiro gênero”.

Parece-nos, todavia, que não houve a criação, por assim dizer, de um *novo gênero* pelo tribunal gaúcho, mas, sim, uma determinação judicial patentemente discriminatória para que a condição transexual fosse averbada em razão da não realização da cirurgia de transgenitalização pelo recorrente, priorizando-se uma “verdade biológica” do jurisdicionado em detrimento de sua identidade de gênero.

Ainda que não tenha sido o enfoque deste presente trabalho, cumpre salientar que a criação de uma terceira possibilidade de estado sexual jurídico é, a rigor, uma pauta do movimento intersexo, porquanto noticiadas inúmeras dificuldades em se proceder à Declaração de Nascimento de Nascido Vivo pelas maternidades, de crianças cujas genitálias se mostram “indefinidas”.⁵⁴³

Em 2017, o Tribunal Constitucional da Alemanha solicitou ao governo do país a inclusão de um terceiro gênero (“intersexo” ou “diverso”) nos documentos oficiais, em decisão que analisou ação de uma pessoa que, registrada com o designativo sexual feminino, após realização de exame cariótipo, descobriu não

⁵⁴³ A título ilustrativo, citamos reportagem cujo teor descreveu: “Sem definir o sexo da criança, o hospital não pôde emitir a declaração de nascido vivo da criança, o que deixou o bebê sem o registro de nascimento por quase dois meses, ou seja, sem existir para o Sistema Único de Saúde (SUS) e até para os convênios médicos simplesmente porque não tinha um sexo definido. Um risco, já que o bebê é portador de cardiopatia” (DIÁRIO DA REGIÃO. **Casal teve dificuldade para registrar bebê devido intersexualidade.** Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/conteudo/2017/08/cidades/1067007-casal-teve-dificuldade-para-registrar-bebe-devido-intersexualidade.html>. Acesso em: 02 de março de 2018).

ser possível definir seu sexo geneticamente, intentando pela via jurisdicional, assim, a concessão de uma terceira possibilidade adequada ao seu caso.⁵⁴⁴

Retomada a sessão após intervalo⁵⁴⁵, o Ministro Luís Barroso, ao iniciar sua manifestação, rememorou a trajetória do movimento *gay* a partir da militância do grupo Triângulo Rosa⁵⁴⁶, nos anos 1980, relatando que percebia comentários depreciativos quanto à homossexualidade e ainda mais quanto à transexualidade. Aduziu, assim, o avanço na tratativa da proteção dos direitos de minorias LGBTI, no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal e os dias atuais, salientando “o absurdo que é discriminar alguém por uma circunstância inata”.

Neste campo da militância, para fins de contextualização, cumpre-nos ressaltar que, de fato, houve um progresso bastante notório, a começar pela inclusão de outras categorias identitárias dentro do próprio movimento homossexual, que no início, era encabeçado majoritariamente por homens gays – principalmente na articulação estratégica com o Estado –, até passar a se constituir como LGBTI, conforme estudo conduzido por Regina Facchini e Júlio Assis Simões.⁵⁴⁷

Por outro lado, a concepção de que as identidades sexuais e de gênero são *inatas* parece persistir quando se evoca um viés protetivo às minorias LGBTI.

Prosseguindo com a prolação de seu voto, o Ministro Barroso declarou não ter nenhuma divergência com o voto do Relator, sugerindo, antes de ler a ementa de sua manifestação, que a Corte convencie acerca do uso do termo transexual ou transgênero, discussão que, todavia, só seria retomada na sessão do dia 28 de fevereiro de 2018, com o julgamento da ADI 4275 (que analisaremos mais para frente).

De toda sorte, no resumo de seu voto, que seguiu a conclusão do Relator, consignou que

⁵⁴⁴ ISTO É. **Alemanha aprova terceiro registro de terceiro gênero para cidadãos**. Disponível em: <https://istoe.com.br/alemanha-aprova-registro-de-terceiro-genero-para-cidadaos/>. Acesso em: 02 de março de 2018.

⁵⁴⁵ A sessão pode ser assistida no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=vNkKDyPSVo>.

⁵⁴⁶ Segundo Regina Facchini e Júlio Assis Simões, trata-se de um grupo liderado por João Antônio Mascarenhas, que durou de 1985 a 1988 (FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris...**, p. 117).

⁵⁴⁷ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris...**, 2009.

Transexuais são pessoas que se identificam com o gênero oposto com o do seu sexo de nascimento, sentindo que seu corpo é inadequado à forma como se percebe. Tanto como dizia, é uma condição inata. Trata-se de um dos grupos mais marginalizados e estigmatizados em nossa sociedade em razão de padrões culturais enraizados que historicamente os inferiorizam. (...)

A possibilidade de alteração de prenome e do sexo em registro civil para adequá-los à identidade de gênero da pessoa, constitui medida necessária à tutela dos direitos a igualdade e ao reconhecimento dos transexuais, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto valor intrínseco de todo indivíduo (...)

Não se pode exigir a cirurgia de transgenitalização como condição para alteração no registro civil, sob pena de violação adicional aos direitos à integridade psicofísica, à dignidade e à autonomia dos transexuais. Afinal, a redesignação de sexo constitui procedimento cirúrgico altamente invasivo e arriscado, e que não é acessível a todos, seja pelo custo, seja pela longa espera, mesmo quando realizado no SUS. O transexual deve, assim, poder optar livremente pela submissão ou não à transgenitalização. Ademais, condicionar a modificação do assento civil à transgenitalização representa adotar a inadequada visão de que a vivência da identidade de gênero se resume à genitália. (...) Há diversas formas menos gravosas com as quais o transexual pode adequar o seu corpo à percepção de gênero, como alteração de vestuário e penteados, tratamento hormonal, cirurgia de redução do pomo-de-dão, cirurgia de redução de mamas.

É interessante notar, neste excerto, como, apesar de ainda consignar a condição inata da transexualidade, houve um acréscimo na percepção do Ministro acerca dos padrões culturais que, via de regra, é que submetem pessoas trans ao ostracismo. Outrossim, ao entender que a identidade de gênero não se resume à genitália, podemos inferir certo deslocamento do “sexo biológico” como elemento estanque e apriorístico, já que, como vimos, a própria visão do sexo como feminino ou masculino, em tomada dualística, já se encontra discursivamente influenciada, grosso modo, por paradigmas sócio-culturais generificados.

Em último voto proferido, a Ministra Rosa Weber trouxe como precedentes para sua fundamentação a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos que, em abril de 2017, pelo Caso A.P., Garçon e Nicot contra a França, permitiu que três pessoas alterassem o designativo de sexo sem se submeter a cirurgias de esterilização (que ela explicou se tratar de termo correlato à submissão à cirurgia de transgenitalização), estabelecendo novo padrão jurídico para países que integram o conselho da Europa.

Ainda, elencou o Caso Atala Rizzo e filhas vs. Chile, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2012, que, apesar de versar sobre

orientação sexual e adoção de crianças, adotou como razão de decidir o argumento jurídico de que “os Estados devem se abster de ações que, de alguma forma, se destinem direta ou indiretamente a criar situações de discriminação de direito ou de fato”, bem como de que os Estados estão “obrigados a adotar tomar medidas positivas para reverter ou modificar situações discriminatórias existentes na sociedade”.

Ao declinar esses precedentes, parece-nos que, além dos Princípios de Yogyakarta retomados em momento anterior, a Corte Suprema se mostrou aberta à promoção de um diálogo internacional mais estreito com tribunais que integram alguns dos Sistemas Regionais de Proteção de Direitos Humanos, reconhecendo que o direito material em questão exige olhar mais apurado às normatizações da esfera internacional, que encontra abertura no artigo 5º, §2º da Constituição Federal.

Quanto à tutela da identidade de gênero, a Ministra destacou se tratar de um direito fundamental da pessoa humana, pois a identidade pessoal “é o direito dos direitos da pessoa humana, porquanto, apenas a partir do reconhecimento da identidade, é que o indivíduo pode desenvolver sua personalidade, autonomia e lugar na comunidade a que pertence (...)”, fazendo analogia jurídica com o direito de participação. Para a Ministra, a participação

é o direito dos direitos para a institucionalização de uma democracia liberal. A tutela da participação adequada e efetiva dos cidadãos na arena política é o primeiro direito que permite o desenvolvimento de todas as outras condições para a construção da democracia e, por consequência, para o exercício dos demais direitos.

Nesta toada, cabe-nos lembrar de que Nancy Fraser, em “*Scales of Justice*” (que pode ser traduzido para “Dimensões da Justiça”), já consignara que óbices políticos à paridade de participação refletem diretamente nos processos decisórios que implicam na discriminação de pessoas, sendo a democratização o remédio para essa forma de injustiça elencada pela autora⁵⁴⁸. Ainda, para Fraser, a dimensão política da justiça revela “não apenas quem pode fazer

⁵⁴⁸ FRASER, Nancy. ***Scales of Justice: Reimagining political space in a globalizing world***. New York: Columbia University Press, 2010.

reivindicações por redistribuição e reconhecimento, mas também como tais reivindicações devem ser introduzidas no debate e julgadas.”⁵⁴⁹

Continuando sua exposição, momentos antes de proferir como decisão o acompanhamento ao voto do Relator, a Ministra assinalou que

A identidade de gênero está conectada com a forma como o indivíduo se manifesta e se reconhece, de modo que não tem correspondência necessária e consequente com a expectativa social do sexo biológico. A sexualidade não pode ser mais compreendida no estado atual evolutivo da sociedade e de seus valores apenas no seu aspecto anatômico e biológico, mas antes, a partir do aspecto psicossocial. (...) A solução constitucionalmente adequada para a controvérsia jurídica em deliberação, a meu juízo, está no reconhecimento do direito dos transexuais de serem tratados de acordo com sua identidade de gênero, e não com a expectativa social, repito, sobre o sexo biológico do cidadão. A possibilidade de alteração do registro civil nos casos de indivíduos que sofrem de disforia de gênero, é uma necessidade para ideal realização de tais pessoas, porquanto a não alteração pode acarretar eterna e cíclica repetição do trauma da disforia, sempre que o transexual seja evocado publicamente pelo nome do registro. (...)

Neste ponto, parece-nos que, conquanto a fundamentação lançada acima tenha repisado que a identidade de gênero não pode ser simplesmente compreendida em seu viés anatômico e biológico, de modo que pode ou não se curvar a expectativas sociais, na tutela da pessoa transexual em questão, mais uma vez, priorizou-se o paradigma patologizante, ao declinar a disforia de gênero como traço de sua personalidade.

Essa sessão de julgamento, como visto, foi iniciada em 22 de novembro de 2017, tendo sido suspensa na mesma ocasião, em virtude de pedido de vista do Ministro Marco Aurélio, que fez ponderações sobre a necessidade de se observar a preferência pelo julgamento da ADI 4275, uma vez que se consubstancia em ação de cunho objetivo que visa à interpretação constitucional de dispositivo normativo.

Em 28 de fevereiro e 1º de março de 2018, a ADI 4275 foi julgada procedente, por maioria, vencidos em parte os Ministros Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, tendo o ministro Luiz Edson Fachin prolatado voto vencedor, no qual asseverou a desnecessidade de se condicionar a retificação de prenome e designativo de sexo à cirurgia de transgenitalização, dando a interpretação constitucional

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 19.

almejada ao artigo 58 da Lei de Registros Públicos, afastando, ainda, a exigência de quaisquer requisitos etários, bem como de laudos médicos e/ou psicológicos. Consignou, ainda, a desnecessidade de ajuizamento de ação perante o Judiciário para que tais pedidos possam ser feitos, priorizando a via notarial, tal qual orientado pela Opinião Consultiva nº 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Como as duas sessões em comento perduraram por mais de 3 horas⁵⁵⁰, priorizaremos um resumo dos votos emanados e as deliberações suscitadas durante elas, a fim de prestar maior dinamicidade à nossa exposição.

Relator da ADI, o Ministro Marco Aurélio, em sua manifestação, iniciou ressaltando o laconismo do artigo 58 da LRP, norma que, apesar de prever a substituição do prenome por apelido público notório, revela polissemia em sua aplicação pelas instâncias inferiores do Judiciário, que têm entendido, por vezes, pelo condicionamento da retificação documental de pessoas trans à cirurgia de transgenitalização.

No bojo das premissas conceituais por ele utilizadas, consignou, a partir de lições de Maria Berenice Dias, que “a transexualidade versada nesta ação não é o mesmo que homossexualidade, na qual delimitada orientação sexual e tampouco alcança travestis, uma vez que assentada em repulsa pela genitália do sexo biológico”. Ainda sobre a condição transexual, pontuou que esta se trata de

(...) uma divergência entre o estado psicológico de gênero e as características morfológicas perfeitas que associam o indivíduo ao gênero oposto. Caracteriza-se por forte conflito entre o corpo e a identidade de gênero e compreende arraigado desejo de adequar hormonal e cirurgicamente o corpo ao gênero almejado. Existe (...) uma ruptura entre o corpo e a mente. O transexual sente-se como se tivesse nascido no corpo errado, como se esse corpo fosse um castigo ou mesmo uma patologia congênita. O transexual se considera pertencente ao sexo oposto, entalhado com o aparelho sexual errado, o qual quer arduamente erradicar. (...) Já travestis são pessoas que, independentemente da orientação sexual, aceitam o seu sexo biológico, mas se vestem, se assumem e se identificam como do gênero oposto. Não sentem repulsa por sua genitália, como ocorre com os transexuais, por isso não perseguem a redesignação cirúrgica dos órgãos sexuais, até porque encontram gratificação sexual com o seu sexo.

⁵⁵⁰ As sessões de julgamento podem ser assistidas nos seguintes endereços: <https://www.youtube.com/watch?v=sRhdrUUaYMg; jMt7fOoYg0&t=4427s>; <https://www.youtube.com/watch?v=->

Como podemos notar, estas premissas revelam forte teor patologizante, diante da assunção *ab initio* de que “há algo de errado”, por assim dizer, na conformação psicológica de pessoa transexual, que a faz repelir a genitália. Mais uma vez, parece predominar o diagnóstico benjaminiano.

Outrossim, infere-se notório interesse na distinção *inequívoca* entre travestilidade e transexualidade, como experiências identitárias perenes e estanques, o que, contudo, não se revela tarefa de simples apreensão, porquanto envolve uma série de considerações acerca de marcadores sociais que ora distanciam e ora aproximam tais experiências, os quais, entretanto, sequer parecem ter sido levados em conta na prolação do voto, conforme visto na análise do voto do Ministro Dias Toffoli no RE 670.422.

Entretanto, mais adiante, o Ministro assinala categoricamente que não se mostra legítima a recusa de alteração de registro civil de *transexuais*, uma vez que entende serem insuficientes os critérios morfológicos para afirmação da identidade de gênero, considerado princípio da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, afirmou que “descabe potencializar o inaceitável estranhamento relativo a situações divergentes do padrão imposto pela sociedade para marginalizar cidadãos, negando-lhes o exercício de direitos fundamentais”. Ratificou, ainda, que solução diversa só reforçaria “o estigma que conduz muitos cidadãos *transgêneros* à prostituição, ao suicídio, a depressão”.

Para ilustrar esta afirmação quanto às vulnerabilidades que atingem a condição transgênera, o Ministro trouxe à baila estudo conduzido por Lilia Lopes Pedral Sampaio e Maria Tereza Ávila Dantas Coelho⁵⁵¹, destacando situação específica de um homem trans que foi entrevistado para o trabalho em questão. Acentuou, assim, a dificuldade de ingresso e permanência destas pessoas no mercado de trabalho, mesmo para quem termina o ensino superior, em razão da discriminação.

Antes da proposição do dispositivo da decisão, o Ministro, todavia, retomou a perspectiva patologizante que incidiu em suas preliminares considerações, destacando que “a *disforia* e o sofrimento dela decorrentes justificam a troca do prenome com ou sem cirurgia”, mostrando-se “impossível

⁵⁵¹ A referência exata do estudo, todavia, não foi citada durante a prolação do voto pelo Ministro Marco Aurélio.

juridicamente impor a *mutilação* àqueles que tão somente buscam a plena fruição de direitos fundamentais”. Fora a carga negativa que paira sobre o termo “mutilação”, a expressa opção pelo uso deste (reiterado em outros momentos) parece distante da tratativa da autodeterminação como cerne da personalidade jurídica, como visto no capítulo 3 desta dissertação, subjugando, talvez, aquelas(es) que elegem a cirurgia como via de realização pessoal.

De outro norte, esboçou o Ministro que, em se tratando de registros públicos, a imutabilidade, todavia, permanece como regra, permitindo apenas algumas exceções, tendo em vista a imperiosidade de se resguardar o interesse público.

Nesse sentido, então, fixou alguns critérios técnicos aptos a efetivar a retificação de prenome e designativo de sexo, mediante transposição, “no que couber”, da Resolução do CFM sob o nº 1.955/2010, tais como: idade mínima de 21 anos (pois entendeu não estar em jogo a maioridade civil, mas, sim, a “maturidade adequada para a tomada de decisão”; diagnóstico médico de *transexualismo*, nos termos do art. 3º da Resolução 1.955/2015, por equipe multidisciplinar, após acompanhamento de, no mínimo, 2 anos, pressupostos estes que devem, segundo o Ministro, ser aferidos em procedimento jurisdição voluntária, com participação do Ministério Público.

O Ministro Alexandre de Moraes, que acompanhou em parte o voto do Relator, divergindo, entretanto, quanto à fixação de critérios para proceder à modificação no registro civil, asseverou, em conformidade com o que já havia esposado na sessão de julgamento do RE 670.422, que não há como se exigir que uma pessoa se submeta a uma “mutilação” não desejada. Demonstrou especial preocupação com a fixação do critério etário por parte do relator, entendendo que a postergação da retificação para idade de 21 anos pode causar danos psiquiátricos à pessoa, e que a própria Lei de Registros Públicos já prevê a representação legal quando necessário, devendo cada caso ser analisado em sua particularidade.

A partir de sua manifestação, interessante questão foi suscitada. O Ministro Alexandre de Moraes entendeu que, após a leitura de memoriais dos *amici curae*, o direito reconhecido naquela oportunidade deve ser estendido a pessoas transgêneras, fazendo opção, assim, pelo termo guarda-chuva,

ampliando a concepção que vinha se mantendo até então quanto à transgeneridade.

Todavia, o voto prolatado pelo Ministro Fachin, foi o que abriu maior amplitude da divergência anteriormente posta pelo Ministro Alexandre de Moraes, elencando uma base de fundamentos bastante atual e alinhada à Opinião Consultiva nº 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Suas premissas, bem como as bases constitucionais e de precedentes, foram anunciadas da seguinte maneira:

Primeira: O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero.

Segunda: A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la.

Terceira: A pessoa não deve provar o que é e o Estado não deve condicionar a expressão da identidade a qualquer tipo de modelo, ainda que meramente procedimental.

Base constitucional: o direito à dignidade (art. 1º, III, da CRFB), o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (art. 5º, X, da CRFB); e base convencional (art. 5º, § 2º, da CRFB): o direito ao nome (artigo 18 do Pacto de São José da Costa Rica); o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (artigo 3 do Pacto); o direito à liberdade pessoal (artigo 7.1 do Pacto); e o direito à honra e à dignidade (artigo 11.2 do Pacto).

(...)

Base em precedentes. o voto se estriba em precedentes que formam jurisprudência deste Tribunal e, especialmente, da Corte Interamericana de Direitos Humanos; especificamente citam-se os seguintes: o RE 670.422, Rel. Ministro Dias Toffoli; a ADPF 54, Rel. 2 Cópia ADI 4275 / DF Ministro Marco Aurélio; Opinião Consultiva 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Identidade de Gênero e Igualdade e Não-Discriminação.

À luz destas premissas, para se coadunar com a tutela adequada preconizada pela CIDH, consignou o Ministro Luiz Edson Fachin que fixar quaisquer requisitos, bem como condicionar os pleitos de retificação ao procedimento jurisdicional, afiguram-se medidas incompatíveis à proteção integral da identidade de gênero.

Deste modo, entendeu pela procedência ADI para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da LRP, de modo a reconhecer aos *transgêneros*, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e de designativo de sexo diretamente no registro civil.

Instado pelas colocações do Ministro Alexandre de Moraes e do Ministro Luiz Edson Fachin, o Relator justificou a manutenção de sua opção pelo reconhecimento do direito a transexuais, em vista da adstrição ao pedido inicial, porquanto a PGR, na exordial, pediu interpretação constitucional do artigo 58 para viabilizar a retificação do registro civil de *transexuais*, e por não ter “mergulhado” na diferenciação terminológica suscitada.

Ante a dispensa do ajuizamento do pleito de retificação perante o Judiciário veiculada pelo voto do Ministro Fachin, priorizando a via notarial, os Ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes e Marco Aurélio expuseram dúvidas em relação à efetividade e viabilidade de tal medida. Dentre os argumentos utilizados pelos Ministros, destacamos a defesa da via jurisdicional como mais benéfica à(ao) jurisdicionada(o) se tratar de jurisdição voluntária, além de ser meio mais adequado à garantia da segurança jurídica do sistema de registros públicos como um todo, bem como assegurar os direitos de eventuais crianças e adolescentes que sejam representados para levar a cabo o pedido de retificação.

Nesse sentido, a intervenção de uma das representantes dos *amici curae* na ADI, Maria Berenice Dias, elucidou que, na prática, o que ocorre é que a sentença que julga procedente os pedidos de retificação, direciona seu comando de alteração somente ao registro de nascimento, de forma que os demais órgãos e entidades que exigem tal documento para fins de cadastro de pessoa (citando como exemplo o INSS) apenas alteram os dados cadastrais a partir da certidão já modificada. Desnecessária, assim, a judicialização do procedimento.

Ato contínuo, ao prolatar seu voto, o Ministro Barroso fez algumas considerações interessantes. Já de início, assinalou que as pessoas trans configuram um dos grupos mais vulnerados e estigmatizados socialmente: “discriminar alguém por ser transexual é discriminar alguém uma *condição inata*”.

Percebemos que, visando a um tratamento protetivo, o Ministro se vale de *tendência* de albergar as experiências identitárias trans em uma condição natural e particular do ser humano, o que encontra resistência no pensamento de historicização que anteriormente trabalhamos de que a identidade de gênero é em si uma contínua construção, um processo.

Entretanto, mais adiante, ombreando-se à Opinião Consultiva nº 24/17, sublinhou que, se o procedimento deve ser pautado por autodeclaração, não há, assim, sentido em se impor a imperiosidade de decisão judicial nos casos de retificação em comento. Ao justificar sua escolha pela priorização da via notarial, articulou que

(...) o mundo do direito, da judicialização, ele é muito simples para nós, que vivemos nele, e falamos essa língua difícil que nós falamos, usamos as roupas que nós usamos. Mas para pessoas mais humildes e às vezes em lugares distantes, a necessidade de ir ao poder Judiciário pode ser um obstáculo insuperável ou pode ser um constrangimento a mais para essas pessoas, de modo que eu, pedindo todas as vênias, (...) estou aceitando que esta alteração possa ser feita perante o registro civil, diretamente, sem o procedimento judicial e, também, sem a exigência de laudos médicos ou de qualquer outra natureza para qualquer pessoa que seja maior de idade.

Esta anotação do Ministro, além de sensível a um recorte socioeconômico da sociedade, de fato, parece adequada quando estamos falando em reconhecimento de direitos de minorias historicamente negligenciadas pelo Estado.

De acordo com Patrícia Williams, ao se contrapor à vertente estadunidense denominada *Critical Legal Studies*⁵⁵², nossas percepções, reflexões, críticas em geral, estão associadas com nossa posição de poder dentro da sociedade, e isto é o que define o que percebemos como confiança/desconfiança, formalidade/informalidade, direitos/não-direitos, necessidades/desnecessidades, enfim, em nossas relações com a seara jurídica⁵⁵³. Em célebre colocação, afirma que

(...) el Olimpo del discurso de los derechos puede ser efectivamente una altura apropiada desde la cual quienes están en el extremo rico de la desigualdad, quienes ya tienen el poder de los derechos, pueden querer saltar. Para los históricamente impotentes, la concesión de derechos es símbolo de todos los aspectos de su humanidad que les han sido negados: los derechos implican un respeto que lo ubica en un

⁵⁵² Trata-se de movimento que tem origem nos anos 1970, nos Estados Unidos, como o mote “o direito é político”, cujas(os) juristas e ela filiadas(os) entendem que a linguagem dos direitos sempre se resulta reificante, estruturalizante, asfixiante (CÁNAVES, Violeta. Sujetas de(l) Derecho: las mujeres en la Constitución Nacional. **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales**. Santa Fe, Argentina, 2009. p. 61-67).

⁵⁵³ Williams, Patricia. La dolorosa prisión del lenguaje de los derechos. In: JARAMILLO, Isabella (comp.). **La crítica de los derechos**. Universidad de los Andes Editora, Bogotá, Colombia, 2003.

rango referencial de 'yo' y otros, que lo eleva del estatus de cuerpo humano a ser social.⁵⁵⁴

Ao fim, consignou que, desde a tratativa da questão do uso de banheiros envolvida no julgamento do RE 845.779, entende que houve uma mudança de posicionamento da Suprema Corte em relação aos direitos de transgêneros, optando pelo uso deste último termo em sua proposição de tese no reconhecimento do direito à retificação sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização.

Com efeito, parece-nos que houve uma expressiva modificação do olhar hiperpatologizante acerca da transgeneridade, que pudemos colher na análise da sessão de julgamento do RE 845.779; contudo, mesmo que, anteriormente, tenhamos questionado a submissão ao Supremo de um aspecto que não diz respeito a uma norma codificada, fato é que a Corte foi provocada a se pronunciar a respeito do tratamento social a ser dispensado a pessoas trans no uso de banheiros públicos, sessão que, todavia, foi suspensa em 18 de novembro de 2015 sem perspectiva de ser continuada.

Adiante, tanto a Ministra Rosa Weber como o Ministro Luiz Fux (reverenciando, em particular, a Corte Constitucional da Colômbia), ao referenciarem a Opinião Consultiva nº 24/17, alinharam-se ao posicionamento inaugurado pelo Ministro Fachin no que diz respeito à dispensa da via judicial para que o procedimento de retificação de prenome e designativo de sexo seja efetivado, sublinhando que a CIDH faz menção expressa a priorização de trâmites materialmente administrativos ou notariais.

Em uma de suas premissas, o Ministro Fux consignou que o reconhecimento civil é inerente à inserção social do sujeito, fazendo referência às obras de Axel Honneth e Nancy Fraser.

Muito embora o Ministro não tenha se estendido quanto ao uso destes marcos teóricos, parece-nos adequada a menção a tais cânones. Se para Honneth o reconhecimento se insere na esfera da autorrealização – não como um sinônimo de autoafirmação individual, mas, sim, como uma construção histórica da possibilidade do sujeito ser socialmente respeitado e estimado⁵⁵⁵ –,

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 54.

⁵⁵⁵ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

para Fraser, este modelo se mostra relativista e insuficiente para compreender as efetivas dinâmicas de opressão, de forma que o reconhecimento se dá como base da paridade de participação (critério normativo a reger a ideia de justiça, para a autora) a partir das dimensões política, cultural e econômica.⁵⁵⁶

Após a interrupção do julgamento, retomado em 1º de março de 2018, o Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, fez alusão à autodeterminação da pessoa humana, eliminando qualquer exigência mínima para que se proceda à retificação do registro civil “dos chamados transgêneros” (em expressão própria do Ministro). No entanto, entende que, como referida mudança se consubstancia em modificação de assento anterior, há a possibilidade de afetar credores, terceiros, o que também pode impactar o registro de antecedentes criminais, mostrando preocupação com a ocorrência de eventuais fraudes.

Ainda, levantou hipótese de que cartorários possam se negar a fazer a retificação, aumentando a judicialização da questão. Por fim, conforme posicionamento do Ministro Marco Aurélio, optou pelo uso do termo “transexual” no dispositivo do voto, uma vez que assim foi declinado pela PGR na inicial, muito embora tenha feito preliminar referência ao direito de “transgêneros” no início de sua manifestação perante o Pleno.

Notamos, assim, que a opção pelo termo guarda-chuva ou pela individualização identitária na forma da experiência transexual passou a ser uma questão bastante relevante durante a deliberação da Suprema Corte.

Nesse sentido, torna-se interessante ponderar que, no campo de estudos de gênero e sexualidade, assim como na expressão dos movimentos sociais de pessoas trans, a eleição de um ou outro termo também se configura como discussão atual: se, por um lado, a opção por “transgêneros” se revela mais abrangente e despretensiosa quanto à esgotabilidade, de outro, pode induzir ao apagamento de expressões identitárias que, por vezes, clamam para ser individualizadas diante do histórico de marginalização, bem como para tratar de políticas públicas específicas, como é o caso das travestis.⁵⁵⁷

⁵⁵⁶ FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução de Júlio Assis Simões. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 02 de março de 2018.; FRASER, Nancy. **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. New York: Columbia University Press, 2010.

⁵⁵⁷ BENTO, Berenice. **Violência de gênero e o gênero da violência...**, p. 45.

Logo na introdução de sua manifestação, o Ministro Celso de Mello fez alusão aos Princípios de Yogyakarta, retomando o preceito de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, pois todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e relacionados”. Deste modo, concluiu que é preciso conferir às pessoas trans “um verdadeiro estatuto de cidadania, pois ninguém pode sofrer restrições de ordem jurídica por motivos de identidade de gênero (...), mostrando-se arbitrário e inaceitável qualquer estatuto que estimule o desrespeito e desiguale as pessoas em razão de sua identidade de gênero”.

Tais considerações, ainda que preliminares, parecem poder ser cotejadas com o que Berenice Bento uma vez consignou a respeito da cidadania precária dispensada às pessoas trans quanto ao direito ao nome social, porquanto inicialmente restrito a esferas micro e não garantido globalmente na modificação dos documentos oficiais de identificação civil, o que impacta no acesso a outros bens e direitos fundamentais.⁵⁵⁸

Em seu voto, o referido Ministro fez a menção à necessidade de cessação do estado de *invisibilidade* de transgêneros através de decisões como a presente, avultando que precisamos de uma “mudança de paradigmas”. Destacamos, ainda, a referência feita à historiadora Mary Del Priore⁵⁵⁹ a respeito da transexualidade quanto à aceitação “da narrativa de que cada um faz de si, da sua história, sem que seja necessário escondê-la, sem que seja necessário apaga-la”, seguindo o Ministro com a ratificação o entendimento de retificação dos assentos civis sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização, bem como para reconhecer a identidade de gênero como “expressivo direito da personalidade”. Sublinhou, ainda, o Princípio de nº 3 (de Yogyakarta), que assim preconiza:

Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum status, como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser

⁵⁵⁸ BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Contemporânea**, v.4, n.1, jan/jul. 2014, p. 165-182.

⁵⁵⁹ Como os votos ainda não foram publicados, não tivemos acesso à referência bibliográfica à obra da autora.

submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.

No mesmo dispositivo, há, ainda, forte recomendação aos Estados para que garantam, por meio de medidas legislativas, administrativas e de outras naturezas, que todas as pessoas tenham capacidade jurídica em assuntos cíveis, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, assegurando que existam procedimentos pelos quais todos os documentos de identidade reflitam “a profunda identidade de gênero autodefinida por cada pessoa”.

A esta altura, percebemos que, diante do direito material posto em discussão em razão da provocação quanto à interpretação constitucional do artigo 58 da LRP, as(os) membras(os) do STF se valeram em grande parte de suas fundamentações de tratados internacionais de direitos humanos e especialmente da orientação da CIDH (consubstanciada na Opinião Consultiva sob o nº 24/17).

Sob a ótica de Cançado Trindade, há perceptível consenso em torno da necessidade de internacionalização da proteção dos direitos humanos, o que se manifesta juridicamente na viabilização “da coincidência de objetivos entre o direito internacional e o direito interno quanto à proteção da pessoa humana”.⁵⁶⁰

Nesse sentido, ao submeterem o artigo 58 a uma leitura com base em tratados internacionais, além do controle concentrado de constitucionalidade no qual as ações diretas de inconstitucionalidade se pautam, as(os) Ministras(os) estariam realizando um controle de convencionalidade, como forma de garantir aplicação no âmbito interno das convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, o que se afigura bastante positivo na profusão do diálogo internacional quanto à proteção de direitos humanos.

Dando continuidade à sessão, o Ministro Gilmar Mendes, filiando-se à corrente inaugurada pelo Ministro Alexandre de Moraes, entende que a proposta de alteração do prenome e do designativo de sexo, sem o condicionamento à cirurgia, quando submetida à via judicial, a um só tempo, atende à autodeterminação subjetiva dos *transgêneros*, mas, também, preserva os

⁵⁶⁰ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito Internacional e Direito Interno: sua interação na proteção dos direitos humanos.** Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/introd.htm>. Acesso em: 02 de março de 2018.

princípios de veracidade e de publicidade dos registros públicos, resguardando a sua higidez e as relações de direito patrimonial. Segundo o Ministro, a transexualidade não se insere em nenhuma das possibilidades elencadas pelo artigo 110 da LRP, as quais preveem a retificação de registro público pela via cartorária, mesmo fazendo menção à Opinião Consultiva nº 24/17 e de decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, no caso YY versus Turquia, de 2015⁵⁶¹.

Em último voto proferido durante a sessão, a Ministra Carmen Lúcia, também de maneira sucinta, teceu considerações a respeito da discriminação sofrida pela população trans, a qual, muitas vezes, não é imaginável mesmo por pessoas que estruturalmente se encontram em grupos minoritários, tomando seu exemplo de mulher (cis) em ambientes nos quais há predomínio de figuras masculinas. Isso porque, ao relatar um encontro seu com uma pessoa trans, disse ter ouvido dela que

(...) mas há uma diferença. é que a senhora pode sofrer discriminação por ser mulher e tem todas as formas de injúrias (em sentido lato), mas a senhora (...) conta com o apoio de sua família para vencer e, às vezes, a discriminação contra o transgênero e o homossexual está dentro de casa e ele se faz invisível dentro de casa. E nem isso é sequer falado e não é uma coisa incomum.

Ao consignar expressamente um relato de uma pessoa trans no Pleno, além de dar visibilidade à importância das narrativas feitas por essas pessoas, a Ministra trouxe a lume a carência de rede de proteção que, via de regra, segue a pessoa trans durante a sua vida ao se ver excluída, quando da assunção de sua identidade gênero-divergente, de seu próprio seio familiar.

Talvez, na esteira do que a Ministra expressou em sua manifestação, o reconhecimento civil seja uma forma de minimizar os agravos e as discriminações sofridos somente por aqueles que ousam questionar a cisheteronorma em sua mais profunda vivência pessoal.

Ao finalizar seu voto, baseando-se normativamente no Pacto de San José da Costa Rica, além de citar outros enunciados, a Ministra, seguindo a divergência aberta pelo Ministro Luiz Edson Fachin, posicionou-se no sentido de

⁵⁶¹ Trata-se de decisão proferida em 2015, na qual se consignou que a necessidade de cirurgia de transgenitalização para alteração de documentos viola o artigo 8º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, concernente à proteção da vida privada. A decisão pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-153134\"\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{\).

afastar a necessidade da intervenção cirúrgica para reconhecer o direito à retificação de prenome e designativo de sexo no registro civil, priorizando a via extrajudicial para o processamento de tal pedido. O julgamento, portanto, teve como resultado a procedência da ADI e, por maioria, a consignação da prescindibilidade da judicialização dos pleitos de retificação.

A decisão do Supremo teve bastante repercussão nas mídias sociais, sendo mencionada em páginas jurídicas da web como os sítios eletrônicos Justificando⁵⁶² e Jota⁵⁶³, além de ser amplamente divulgada em páginas do Facebook de entidades como a RedeTrans⁵⁶⁴, Instituto Brasileiro Trans de Educação⁵⁶⁵, bem como blog Transfeminismo⁵⁶⁶.

Dúvidas quanto aos desdobramentos da procedência da ADI rapidamente surgiram, principalmente no tocante a como agir daqui para frente perante os cartórios⁵⁶⁷, diante da desnecessidade de judicialização de ação com vistas a obter a retificação do designativo de prenome e designativo sexual.

Como mencionado anteriormente, há notícias de que o pedido de providências autuado sob o nº 0005184-05.2016.2.00.0000, que tramita perante o Conselho Nacional de Justiça, tenha sido suspenso para se aguardar o deslinde da ação direta de inconstitucionalidade. Entretanto, já há registros de pessoas em Campo Grande, MS⁵⁶⁸ e em São Carlos, SP⁵⁶⁹, que obtiveram sucesso na modificação extrajudicial do prenome e do designativo de sexo, em decorrência do julgamento da ADI 4275, mesmo diante da inexistência de

⁵⁶² IOTTI, Paulo. STF e TSE fazem história ao afirmar a cidadania de transexuais e travestis. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/03/02/stf-e-tse-fazem-historia-ao-afirmar-cidadania-de-transexuais-e-travestis/>. Acesso em: 02 de março de 2018.

⁵⁶³ TEIXEIRA, Matheus. **Decisão do STF soluciona questões do público LGBT**. Disponível em: <https://www.jota.info/>. Acesso em: 02 de março de 2018.

⁵⁶⁴ <https://www.facebook.com/redtransbrasil/>.

⁵⁶⁵ <https://www.facebook.com/ibteducacao/>.

⁵⁶⁶ <https://www.facebook.com/Transfem/>.

⁵⁶⁷ MELINO, Heloisa. **STF decidiu pela desjudicialização para alteração do registro de pessoas trans** – E agora, como agir?. Disponível em: <http://masissojaehvandalismo.blogspot.com.br/2018/03/stf-decidiu-pela-desjudicializacao-para.html>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

⁵⁶⁸ MACHADO, Miriam; PIMENTA, Thaís. Kaio é daqui e foi o 1º trans no Brasil a mudar o nome na Certidão de Nascimento. **Campo Grande News**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/kaio-e-daqui-e-foi-o-primeiro-transgenero-a-mudar-seu-nome-proprio-no-brasil>. Acesso em: 21 de março de 2018.

⁵⁶⁹ JORNAL DA EPTV 2ª EDIÇÃO. São Carlos, SP, tem 15 mudanças de registro de trans após decisão do STF. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/sao-carlos-sp-tem-15-mudancas-de-registro-de-trans-apos-decisao-do-stf.ghtml>. Acesso em: 24 de março de 2018.

publicação do acórdão. Em igualmente acertada iniciativa, a ARPEN-SP (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo) divulgou orientações aos cartórios para que passem a acatar os pleitos de retificação de documentos nos termos decisão do STF, disponibilizando, inclusive, modelo de requerimento para a mudança registral⁵⁷⁰.

Considerando as dificuldades verificadas após o julgamento da ADPF 132 - por meio da qual se reconheceu a legitimidade de uniões homoeróticas/homoafetivas -, consubstanciadas na resistência de alguns cartórios a oficializarem o casamento destas parcerias, que, após a edição da Resolução de nº 175/2013, foram derrubadas, entendemos que a retomada do pedido de providências se mostrará fundamental para a condução das retificações sem a eventual oposição de barreiras administrativas, mormente para se uniformizar o procedimento em todo o território nacional.

4.3. É POSSÍVEL SE DESVENCILHAR DO CATEGORIALISMO BINÁRIO PARA CONFERIR PROTEÇÃO ÀS PESSOAS TRANS?

Com efeito, percebemos que, ao possibilitar que pessoas trans sejam reconhecidas em sua plenitude, sem submissão à lógica médico-patologizante de comprovação de sua identidade e expressão de gênero para obterem documentos essenciais à identificação civil, o Supremo Tribunal Federal priorizou viés protetivo e mais condizente com os parâmetros internacionais de direitos humanos, colocando em posição de superior relevância a pessoa humana e sua dignidade.

Coincidentemente, em sessão administrativa também realizada em 01 de março de 2018, em análise do pedido consultivo sob o nº 0604054-58.2017.6.00.0000, o Tribunal Superior Eleitoral manifestou-se sobre a interpretação que deve ser dada ao termo "sexo" contido no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997, o qual assim dispõe:

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias

⁵⁷⁰ MODELO DE REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE PRENOME E SEXO. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AURpWzw6Q7DGwlyAUUGgtHkLhVseObec/view>. Acesso em: 27 de março de 2018.

Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

(...)

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

De acordo com o Ministro Tarcísio Vieira, Relator da consulta, a expressão “cada sexo” mencionada no dispositivo em comento deve ser lida como gênero, entendendo, assim, que tanto homens como mulheres trans podem ser inseridos nas respectivas cotas femininas e masculinas, o que restou acompanhado por unanimidade pelos demais ministros da Corte. Podemos afirmar, diante desse contexto, que houve uma eleição da categoria gênero em detrimento do ideal normativo do sexo (biológico), o qual se mostra incapaz de explicar as diversas identidades de gênero em sua concretude.

Outrossim, ao sopesarmos as estratégias argumentativas externalizadas pela Suprema Corte no julgamento da ADI 4275 e nos votos já proferidos nos RE 845.779 e 670.422, observamos que há uma alternância na tratativa dispensada ao sexo e ao gênero, prevalecendo, todavia, a interpretação binária quanto ao sistema sexo/gênero, em correspondência ao binômio natureza/cultura, para não mencionar certa tendência ao olhar patologizante acerca da transexualidade - bem mais acentuado nas manifestações do recurso extraordinário que versa sobre o reconhecimento social de pessoas trans (uso dos banheiros).

E, diante de inúmeras e sobrepostas esferas em que se verifica a vulnerabilidade das pessoas trans, cabe-nos refletir em que medida o direito e demais normativas que vigoram na sociedade são capazes de se desvencilhar da díade biologicista do sexo para conferir a proteção preconizada ao desenvolvimento da personalidade humana.

Nesse sentido, mais uma vez, retomamos o julgado outrora colacionado, através do qual se decidiu pelo cancelamento de pensão militar de um homem trans, em decorrência de sua transição de gênero e a retificação de seu registro civil em consonância com sua identidade de gênero masculina. No caso, a retirada do benefício se deu com as seguintes justificativas:

Portanto, entender que o impetrante seria titular do direito à pensão seria considerá-lo, em alguma medida ou para certos fins, como um indivíduo do sexo feminino, o que reavivaria todo o sofrimento que teve durante a vida e violaria sua dignidade, consubstanciada no seu direito – já reconhecido em juízo – a ser reconhecido tal como é para fins jurídicos, ou seja, como um indivíduo do sexo masculino.

Não seria de se esperar que a Lei no 3.765/1960 previsse a mudança de gênero como uma hipótese de cancelamento da pensão, situação que, se hoje é inusitada, àquela época era impensável. Nada obstante, por ser um indivíduo do sexo masculino para todos os fins de direito, o impetrante não preenche uma condição essencial para a percepção do benefício, o que, como alegado pela União e acolhido na decisão monocrática do agravo de instrumento, autoriza a anulação do ato administrativo (art. 53 da Lei no 9.784/1999).

Sem fazermos juízo de valor quanto à possibilidade de se receber tal pensão em caráter vitalício, o que se percebe desta decisão é que, mesmo tendo adquirido um direito anterior à transição de gênero, uma pessoa o teve cassado em decorrência de sua alteração de documentos pelo reconhecimento de sua identidade de gênero.

Não obstante, incumbe-nos indagar se este caminho é realmente o mais condizente com o respeito da titularidade de direitos adquirida legitimamente ao longo da vida, o que, em tese, também deveria ser sopesado no caso em concreto, principalmente tendo em vista que o próprio juízo afirmou que, à época da edição da lei que prescreveu o pensionamento militar, não se teria imaginado que transições de gênero pudessem ser levadas a cabo.

Ocorre que esta nova realidade impele que o raciocínio jurídico se renove, se complexifique e abra mão de paradigmas tradicionais que seguem prescrições de gênero binárias, máxime para não ocasionar injustiças e colidir com o viés protetivo ao qual o ordenamento se curva quando eleva como fundamento primordial a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, a Lei de Identidade de Gênero argentina (Lei nº 26.743) revela-se bastante emblemática ao preconizar em seu artigo 7º que “a retificação registral não alterará a titularidade dos direitos e obrigações jurídicas que puderam corresponder à pessoa com anterioridade à inscrição do câmbio registral”⁵⁷¹, normativa esta que, a nosso ver, também deverá ser abarcada na regulamentação procedimental que pende de apreciação no Conselho Nacional de Justiça (pedido de providências requerido pela Defensoria Pública da União),

⁵⁷¹ LEY 26.743. Disponível em: https://www.tgeu.org/sites/default/files/ley_26743.pdf. Acesso em: 09 de março de 2018.

em conformidade com o preceito internacional de desjudicialização da condição transgênera.

Com efeito, outras searas são acionadas com fulcro na classificação binária sexual, como, apenas a título de exemplificação, a eleitoral, a previdenciária, a de políticas públicas, o esporte, a divisão do sistema penitenciário e do alistamento militar. É preciso se reconhecer, portanto, que o categorialismo binário do sexo se faz bastante presente no cotidiano e, enquanto vigorar, soluções mais adequadas precisam ser pensadas para que a tutela jurídica não recaia em ordens discriminatórias.

Nesse sentido, podemos colher alguns exemplos de mobilizações em que este abalizamento é verificado.

Em decisão também proferida recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus 152.491⁵⁷², determinou-se que duas travestis colocadas em celas masculinas fossem transferidas em estabelecimento prisional compatível com sua identidade de gênero (muito embora a decisão monocrática se tenha valido do termo “orientação sexual” para acatar o pleito). No pedido, declarou o impetrante que uma delas dizia estar dividindo o mesmo espaço físico com mais 31 homens, “sofrendo todo o tipo de influências psicológicas e corporais”.

Na fundamentação, o Ministro Luís Barroso Barroso fez referência à Resolução Conjunta 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que trata do acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade no Brasil e estabelece, entre outros direitos, que “a pessoa travesti ou transexual deve ser chamada pelo seu nome social, contar com espaços de vivência específicos, (...) e manter os cabelos compridos e demais características de acordo com sua identidade de gênero”, garantindo, ainda, o direito à visita íntima.⁵⁷³

⁵⁷² SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus 152.491**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5341940>. Acesso em: 09 de março de 2018.

⁵⁷³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão monocrática no HC nº 152.491. Relator: Luís Roberto Barroso. Publicado no DJ de 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5341940>. Acesso em: 09 de março de 2018; CONJUR. **Barroso determina transferência de travestis para presídio compatível**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-19/barroso-determina-transferencia-travestis-prisao-compativel>. Acesso em: 09 de março de 2018.

Em outras oportunidades, alguns órgãos do judiciário foram provocados a se manifestarem sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) em casos envolvendo mulheres trans. Na Medida Protetiva de nº 0708256-25.2016.8.01.0001, da Comarca de Rio Branco (Acre), ao deferir a proibição do ofensor (no caso, companheiro da vítima) de se aproximar da requerente, entendeu o magistrado da causa que o artigo 5º é suficientemente eloquente ao consignar que a intenção da lei é proteger a vulnerabilidade de mulheres contra a violência baseada no *gênero*, conforme a dicção de seu artigo 5º:

Filho-me ao entendimento de Maria Berenice Dias e Marcelo Burguer, em nota técnica sobre a aplicação da Lei Maria da Penha aos transexuais e travestis, onde esclarecem que a Lei, ao apontar a mulher como ser vulnerável, por certo não o fez em razão de presunção de que a mulher, tratando-se como sexo, seja biologicamente mais fraca que o homem e, portanto, deveria ser protegida. Se a intenção da lei fosse essa, não faria sentido a proteção da mulher vítima de violência por outra mulher, situação que presumiria um equilíbrio entre os sujeitos e afastaria a necessidade de uma discriminação positiva. Também, se o critério que distingue do plano de incidência da norma fosse tão somente a mulher como pessoa do sexo feminino, não estaria justificada o apontamento legal de que a violência seja “baseada no gênero” (art. 5º da Lei Maria da Penha), sendo necessário, para tanto, a condição de fragilidade decorrente do sexo feminino. Não se deve abandonar que o objetivo fundamental da Lei n. 11.340/06 é a proteção da mulher que, por motivação de gênero, encontra-se em estado de vulnerabilidade e de submissão perante o poder controlador e dominador do homem. Nesse aspecto, a regra contida no art. 5º do estatuto legal é eloquente.⁵⁷⁴

No estado da Paraíba, aos fins de 2017, foi publicado decreto garantindo atendimento e acolhimento a travestis e mulheres transexuais nas Delegacias da Mulher, bem como assegurando a investigação de crimes de violência doméstica e familiar vivenciados por esta população. Segundo o ato, ainda, está assegurado o emprego do tratamento nominal e o uso do nome social no âmbito da administração pública estadual, valendo a normativa mesmo para municípios onde não há Delegacia da Mulher.⁵⁷⁵

⁵⁷⁴ BRASIL. Vara de Proteção à Mulher. Decisão monocrática em autos de Medida Protetiva de Urgência nº 0708256-25.2016.8.01.0001. Decisão disponibilizada em: 25 de julho de 2016.

⁵⁷⁵ LUCON, Neto. **Delegacia da Mulher na Paraíba passa a atender travestis e mulheres transexuais**. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2018/01/delegacia-da-mulher-na-paraiba-passa.html>. Acesso em: 09 de março de 2018.

No cenário do campo desportivo brasileiro – que engloba normativas que excedem a seara estritamente jurídica –, despertou polêmica a contratação da jogadora trans Tiffany Abreu e sua atuação na Superliga de Vôlei em time feminino, mesmo tendo respaldo pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e cumprindo os requisitos atinentes ao monitoramento hormonal previsto pela entidade. Nos casos envolvendo atletas trans em competições femininas, o COI pede que mulheres trans se declarem do gênero feminino e mantenham nível de testosterona inferior a 10 nmol/L por pelo menos 12 meses antes da estreia em competições femininas (período de “elegibilidade” para as competições), sem exigir intervenções cirúrgicas. Também não há limitações para a participação de homens trans em competições masculinas, desde que cumpridas as exigências de compatibilização hormonal.⁵⁷⁶

O que mais se questiona acerca da participação de Tiffany é se leva ou não vantagens físicas em relação a mulheres cisgêneras, por ter sido designada do sexo masculino em seu nascimento e por ter experienciado uma corporalidade masculina antes da transição como jogadora de vôlei. De acordo com a consultora do COI, Joanna Harper, as vantagens se cingiriam à altura e a força física em decorrência da memória muscular. Por outro lado, destaca a membra do Comitê que há contrapontos que precisam ser anunciados, porquanto, após o tratamento hormonal, mulheres trans também demonstram desvantagens em seu desempenho “devido ao fato de que seus corpos maiores são agora impulsionados por uma massa muscular e capacidades aeróbicas reduzidas”.⁵⁷⁷

Além disso, não podemos olvidar que a variabilidade muscular e a fisiologia diversa já são características que particularizam pessoas mesmo se nos detivermos a uma análise de desempenho de jogadoras(es) cis, o que, contudo, não pode restringir a prioristicamente a participação de atletas trans em competições esportivas.

No que diz respeito a políticas públicas, destacamos a crescente inclusão de cotas para o ingresso de pessoas trans em universidades públicas e em programas de pós-graduação, como se observa em instituições como a

⁵⁷⁶ G1. **Leva vantagem? Consultora do COI não acredita em reviravolta do caso Tiffany.** Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/leva-vantagem-consultora-do-coi-nao-acredita-em-reviravolta-do-caso-tiffany.ghtml>. Acesso em: 09 de março de 2018.

⁵⁷⁷ Idem.

Universidade Federal do ABC⁵⁷⁸, Universidade Federal da Bahia⁵⁷⁹ e na Universidade Federal do Cariri⁵⁸⁰, além de iniciativas sociais voltadas a promover ações integradas de educação, saúde, trabalho e assistência social para a população LGBTI em situação de vulnerabilidade, como o Programa Transcidadania, da Prefeitura de São Paulo⁵⁸¹.

Ao nosso ver, a intersectorialidade⁵⁸², como princípio orientador da realização de políticas sociais, parece permitir com maior efetividade o enfrentamento de problemas complexos que atingem grupos socialmente vulnerados, como a população trans, a partir da articulação de sujeitos de áreas diversificadas, sem deslegitimar as ações setoriais na agenda das políticas públicas. Nesse sentido, explica Antônio Deusivam de Oliveira:

(...) percebe-se que alguns setores ou algumas políticas para a população trans atuam de forma isolada. Não basta criar, por exemplo, uma política de trabalho e renda, se não existir também uma política educacional de inclusão dessa população. As demandas são várias para uma população em que sua grande maioria vive à margem da sociedade, daí a necessidade de uma maior articulação, comunicação, interlocução entre essas políticas.⁵⁸³

⁵⁷⁸ LUCON, Neto. **UFABC terá cotas para estudantes trans e travestis em Escola Preparatória**. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2018/01/ufabc-tera-cotas-para-estudantes-trans.html>. Acesso em: 09 de março de 2018.

⁵⁷⁹ MENDES, Henrique. G1. **Universidade na Bahia é pioneira na criação de cotas para transexuais e travestis na graduação**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/universidade-na-bahia-e-pioneira-na-criacao-de-cotas-para-transexuais-e-travestis-na-graduacao-emblematico.ghtml>. Acesso em: 15 de março de 2018.

⁵⁸⁰ O POVO. **UFCA é pioneira no Estado em cotas para trans na pós-graduação**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/12/ufca-e-pioneira-no-estado-em-cotas-para-trans-na-pos-graduacao.html>. Acesso em: 09 de março de 2018.

⁵⁸¹ PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Projeto Reinserção Social Transcidadania**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430. Acesso em: 13 de março de 2018.

⁵⁸² Para Potyara Pereira, muito embora não exista um termo definitivo para a intersectorialidade, o que se pode ver é que “o elemento comum que une a esmagadora maioria dos intentos de qualifica-lo conceitualmente é o da ‘superação’ não propriamente da ideia de setorialidade, mas da desintegração dos diferentes ‘setores’ que compõem um dado campo de conhecimento e ação, e do tradicional insulamento de cada um deles. De acordo com esse procedimento, a noção de ‘setor’ é ponto pacífico e, por isso, permanece intacta, principalmente quando se fala de políticas públicas e, dentro delas, de políticas sociais. isso porque se convencionou achar que tais políticas são divididas em ‘setores’ particulares, incluindo-se nessa categorização até mesmo a assistência social, que tem visível vocação não propriamente inter, mas supra ‘setorial’”. (In: PEREIRA, Potyara. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; MONNERAT, Giselle Lavinias e; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 25).

⁵⁸³ OLIVEIRA, Antônio Deusivam. Intersectorialidade nas Políticas Públicas para a População Trans. In: _____; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (Orgs.). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 209.

Ao elencarmos esses avanços institucionais na compreensão das particularidades das experiências trans, notamos uma conciliação entre representações identitárias e a diversidade das expressões de gênero, ainda que não inteiramente se desvencilhem de modelos estruturalmente binários que convencionam a divisão do tecido social entre mulheres e homens.

Contudo, o reconhecimento da pluralidade dos sujeitos – mesmo quando vislumbra certa concordância com os paradigmas de gênero - é um passo deveras importante na consagração de mecanismos e estratégias que buscam a erradicação de desigualdades e hierarquizações.

Se a abolição do gênero não se mostra (ainda) exequível em termos materiais, é possível que advoguemos, entre possibilidades factíveis, pela conciliação entre políticas identitárias e as diversidades (e diferenças) de expressões de gênero em prol de uma transformação mais radical da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A vitória judicial é um capítulo da luta, porque ela continua no convencimento que se tem de fazer perante a sociedade, de uma maneira geral”⁵⁸⁴

Na caminhada pela concretização de direitos humanos, é preciso que nos atentemos às estratégias discursivas que enunciamos tanto institucionalmente como em nosso cotidiano. O hermetismo que por muito perdurou nas abordagens oriundas das ciências jurídicas não mais se justifica na atualidade. O viés interdisciplinar e interseccional que prolifera nos estudos de gênero e sexualidade convoca juristas a se aproximarem das diversas experiências de vida que se desenvolvem e se transformam socialmente.

Com estas premissas, a tentativa de estudo científico esboçada neste trabalho dissertativo buscou trilhar caminhos que, conquanto possam ser considerados heterodoxos, estejam voltados à construção de uma tutela integral de pessoas trans, dada a sua alta vulnerabilidade em nosso contexto sócio jurídico, a qual se inicia nas padronizações sexuais estampadas normativamente e nas patologizações de suas experiências.

A fim de emprestar um tom dialógico ao estudo e afastando-nos dos discursos médico-patologizantes que muito se interligam à tradicional ótica do direito, trouxemos a lume contribuições teóricas transfeministas, as quais se fundamentam e se valorizam nos câmbios cotidianos entre particularidades das experiências trans.

Nesse sentido, compreendemos que se afigura imprescindível dialogar com saberes outros que, mesmo incipientes, partem eminentemente dos sujeitos trans, uma vez que pretendida a demonstração da relação de complexidade entre transgeneridade e direito, bem como considerando a preocupação de se

⁵⁸⁴ BARROSO, Luís Roberto. **Voto proferido em sessão de julgamento do RE 670.422.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vNkIKDyPSVo>. Acesso em: 13 de março de 2018.

estabelecer um diálogo contínuo com o conhecimento oriundo do vivido da população.

Mesmo esta autora sendo contemplada pelos privilégios da cisgeneridade, entendemos que não se configura esta situação um óbice per se no manuseio das teorias transfeministas, máxime porque o intuito é de fortificar o olhar crítico quanto ao desenvolvimento dos discursos jurídicos acerca da transgeneridade, aqui compreendida como fenômeno social heterogêneo de transgressão às normas de gênero.

Sob este prisma, desvelamos a importância de definir e conceituar a cisnormatividade (jurídica) que põe à margem corporalidades e expressões identitárias que, por extrapolarem o paradigma biologicista de gênero, são estigmatizadas e discriminadas no entorno social.

Nesse sentido, o entendimento quanto ao discurso médico construído hegemonicamente a partir dos séculos XIX e XX no tocante à transexualidade mostrou-se de bastante valia para desconstruirmos perspectivas que tendem a ser tratadas como naturais e a-históricas a respeito dos corpos. A investigação científica comprometida com o desmantelamento de tais certezas nos permitiu demonstrar que não mais se mantém conveniente a patologização dos corpos e dos gêneros, principalmente ao levar em conta um grupo populacional que reivindica reconhecimento pleno de suas identidades e de sua cidadania.

O investimento na abordagem da internacionalização dos direitos humanos, de conseguinte, também nos pareceu profícuo para estruturar um pensamento jurídico desvencilhado da concepção hermética e binária do direito, possibilitando uma guinada do viés protetivo à dignidade da pessoa humana desde a compreensão da identidade de gênero como inerente ao desenvolvimento da personalidade. Concluímos, assim, que os mecanismos internacionais de defesa dos direitos humanos podem se mostrar eficazes a modificar e influenciar avanços jurídicos em nível nacional.

Outrossim, as análises de gênero do fenômeno jurídico coincidiram com o objetivo de erigir perspectivas críticas de maior alcance em relação à problemática enraizada na normatização dos sexos que a seara jurídica (re)produz, colocando de maneira mais contundente a marginalização das experiências identitárias trans.

As demandas de pessoas trans por reconhecimento jurídico culminaram em uma aproximação com o Judiciário, diante da frágil representatividade legislativa e do recrudescimento do conservadorismo em nossas instituições, de modo que a análise discursiva sobre a qual nos debruçamos no último capítulo elegeu três ações em trâmite no Supremo Tribunal Federal para uma abordagem crítica a respeito das compreensões sobre transgeneridade vislumbradas nos tribunais.

Em conclusão sobre as estratégias argumentativas utilizadas pela Suprema Corte, percebemos, com o julgamento da ADI 4275, que, se por um lado, houve nítida mitigação do paradigma médico-patologizante acerca da percepção da transgeneridade, desde a primeira tratativa da questão com o início do julgamento do RE 845.779, por outro, existe, ainda, a necessidade de se insistir na desestabilização da estrutura binária inerente às práticas normalizadoras que estabelecem padrões cisheteronormativos.⁵⁸⁵

Isso porque há ainda uma notável tendência a se perceber a cisgeneridade como algo natural e, portanto, não passível de ser desconstruído, o que, ao fim e ao cabo, colabora para a manutenção de pessoas gênero-transgressoras à margem.

Embora o resultado da ADI 4275 tenha também retirado o monopólio da gestão judicial da transgeneridade no tocante ao reconhecimento do direito ao nome e à identidade de gênero, porquanto remetido o procedimento de retificação do registro civil às vias administrativas (sem qualquer exigência de laudos e comprovações médicas), é de se rememorar que o acesso à documentação condizente com a identidade de gênero, conquanto de extrema importância, revela-se uma de tantas camadas de reivindicações sociais feitas pela população trans.

O presente momento é de incertezas quanto à uniformização dos procedimentos de retificação registral no território pátrio, porém, devemos nos preocupar em relação aos seus desdobramentos, especialmente no que se refere à manutenção de direitos adquiridos antes da retificação e como o ordenamento jurídico tratará aqueles direitos que podem ser garantidos em decorrência da modificação do designativo sexual, tendo em vista que

⁵⁸⁵ BUNCHAFT, Maria Eugenia. Transexualidade e “o direito dos banheiros no STF: uma reflexão à luz de Post, Siegel e Fraser”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** – v. 6, nº 3, dez. 2016.

enunciados normativos refletem, em algumas searas, consignações de normas diferenciadas para os sexos.

Para mais, existe uma questão que não foi expressamente albergada no pronunciamento do STF quanto ao direito de retificação do prenome e designativo de sexo no registro civil: o eventual requerimento feito por crianças e adolescentes.

Se seguida a orientação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, através da Opinião Consultiva nº 24/17, utilizada como parâmetro de convencionalidade no julgamento da ADI 4275, todas as considerações relacionadas nos votos proferidos pelos Ministros do STF quanto à identidade de gênero também são aplicáveis a crianças e adolescentes que desejarem apresentar solicitações para modificar seus registros civis, de acordo com a sua identidade de gênero autopercebida.⁵⁸⁶

Além disso, para a profusão de uma cultura jurídica comprometida com a efetivação de direitos humanos no campo material, a comunidade de juristas deve ser convocada a persistir propugnando vieses mais críticos em relação à matriz binária na qual se fundamenta a racionalidade jurídica, importando-se com outras (tantas) áreas nas quais a vulnerabilidade de pessoas trans é patente.

Não nos parece desarrazoado, assim, insistir que é preciso angariar esforços para nos mobilizarmos acerca da necessidade de construirmos políticas públicas voltadas às particularidades das experiências trans vivenciadas nos campos de educação, saúde e trabalho, mormente tendo em vista os altos índices de exclusão social que lhes atingem.

⁵⁸⁶ No teor da OC 24/17, a CIDH trouxe à baila o exemplo da legislação argentina: “Por último, e como exemplo de boa prática com relação a este tema, este Tribunal não pode deixar de fazer menção à Lei de nº 26.243 de 23 de maio de 2002, da Argentina, “sobre o direito à identidade de gênero das pessoas”, cujo artigo 5º se refere ao trâmite de retificação registral do sexo, nome e imagem de crianças. Esta norma estabelece, particularmente, que, com relação às pessoas menores de 18, a solicitação do trâmite “deverá ser efetuada através de seus representantes legais e com expresse consentimento do menor, levando-se em conta os princípios da capacidade progressiva e do interesse superior da criança (...), de proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Ainda assim, a pessoa menor de idade deverá contar com assistência de advogado (...). Quando, por qualquer causa, seja impossível obter o consentimento de algum(a) das(os) representantes legais, poder-se-á recorrer à via sumaríssima para que as(os) juízas(es) correspondentes resolvam (...)” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Opinião Consultiva nº 24/17. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf.. Acesso em: 07 de março de 2018).

Se a intenção é de conferirmos uma ordem jurídica mais ambientada e inclusiva à diversidade, de forma a garantir a efetivação de direitos fundamentais preconizados constitucionalmente, faz-se necessário um deslocamento das certezas sobre as quais as tradições jurídicas se assentaram em nosso contexto histórico, priorizando necessidades humanas atuais e a minimização da precariedade que atinge vidas desprovidas de privilégios concebidos estruturalmente.

6. REFERÊNCIAS

6.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Karla Galvão; MALUF, Sônia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (3), set-dez/2011,

_____. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. **Psicologia & Sociedade**. n. 20, v. 3, 2008, p. 453-464.

ALMEIDA, Sandra Regina. Gayatri Chakravorty Spivak: uma crítica ao feminismo ocidental. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p.626-630.

ALVES, Hailey; JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Chronos** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN. Dossiês – 8. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2017.

ANZALDÚA, Gloria. Queer(izar) a escritora – loca, escritora y chicana. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 408-425.

ANTONIAZZI, Mariela Morales. O Estado aberto: objetivo do ius constitutionale commune em direitos humanos. In: ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia; VON BOGDANDY, Amin (Coord.). **Ius Constitutionale Commune na América Latina** – Volume 1 – Marco Conceptual. Curitiba: Juruá, 2016. p. 53-74.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19 [1], 2009.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2.sem. 2013.

_____. A diferença trans no gênero além da patologização. **Revista Periódicus**, n. 5, v. 1, mai-out/2016.

_____. O que é a transgeneridade em seu vetor material?. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-a-transgeneridade-em-seu-vetor-material/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

BARBOZA, Heloisa Helena; BORRILLO, Daniel. Sexo, gênero e direito: considerações à luz do direito francês e brasileiro. **civilistica.com**, a. 5., n. 2., 2016.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 43, p. 475-497.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. p. 569-581.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. **Sex in public**. *Critical Inquiry*, v. 24, n. 2, 1998. p. 547-566.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 11ª reimpressão. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnb, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017.

BUNCHART, Maria Eugenia. Transexualidade e “o direito dos banheiros no STF: uma reflexão à luz de Post, Siegel e Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** – v. 6, nº 3, dez. 2016.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 p. 151-174.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. In: **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, Mauro. **Consideraciones sobre los principios**. Disponível em: www.sxpolitics.org/?p=785. Acesso em: 08 de julho de 2015.

_____. **La paradoja transgénero**. Disponível em: <https://programaddssrr.files.wordpress.com/2013/05/la-paradoja-transgc3a9nero.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CAMPOS RÚBIO, Arantza. **Construcción de las mujeres en el discurso jurídico: algunas anotaciones sobre el cuerpo**. Disponível em: http://portales.te.gob.mx/genero/sites/default/files/Arantza%20Campos%20Construcci%C3%B3n%20de%20las%20mujeres%20en%20el%20discurso%20jur%C3%ADdico_0.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

_____. **La transexualidad y el derecho a la identidad sexual**. Disponível em: http://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/arantza_campos/identidad.pdf. Acesso em: 19 de dezembro de 2017.

CÁNAVES, Violeta. Sujetas de(l) Derecho: las mujeres en la Constitución Nacional. **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales**. Santa Fe, Argentina, 2009. p. 61-67.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed.UFGD, 2015.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossiê nº 2, n. 14 – ago.2013. p. 319-351.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 46 jan/abr. 2011.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, vol.21, no.41 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **cadernos pagu**. 2001 (16).

CAULDWELL, David O. *Psychopathia Transexualis*. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. **Dois pontos**: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos. Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, abril de 2017.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Nomes (im)próprios**: registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris; MATTOS, Amana Rocha. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out/2016.

CHILAND, Colette. **O transexualismo**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: 2008.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **Revista História Agora**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Coacci/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao/links/563b4fe808aeed0531de7958/Encontrando-o-transfeminismo-brasileiro-um-mapeamento-preliminar-de-uma-corrente-em-ascensao.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan/abril. 2016, p. 99-127.

_____. **Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and method: feminist standpoint theory revisited”**: Onde está o poder? (tradução de Juliana Borges). *Signs*, v. 22, n. 2, 1997. p. 375-381.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Violência contra Pessoas Lésbicas, Gay, Bissexuais, Trans e Intersex na América*. OEA/Ser.L/V/II. Rev.2.Doc. 36, 12 de novembro 2015, párr. 32, y Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Relatoría de Derechos LGBTI. Conceptos Básicos. Disponible al 31 de octubre de 2017 en <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/2015/violencia-lgbti/terminologia-lgbti.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Trad. e rev. técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. In: **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v.4, nº 2, jan./jun. 2014, p.11-48.

CORRÊA, Paloma Moraes. Corte interamericana de direitos humanos: opinião consultiva 4/84 – a margem de apreciação chega à América. **Revista de Direito Internacional**. Brasília, v. 10, n.2, 2013. p. 262-279.

CORRÊA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 3, n.4. Natal: UFRN, jan-jun/2009.

COSTA, Jurandir Freire. **A construção cultural da diferença entre os sexos**. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1748011/a-constru%C3%A7%C3%A3o-cultural-da-diferen%C3%A7a-entre-os-sexos--1->. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 1º sem/2002. p. 177. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2018.

CURRAH, Paisley. The transgender rights imaginary. In: FINEMAN, Martha; JACKSON, Jack E.; ROMERO, Adam P (Ed.). **Feminist and queer legal theory: intimate encounters, uncomfortable conversations**. Ashgate, 2009.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Disponível em: http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/at_download/file. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI** – 6ª ed. reformulada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil**: sentidos, transformações e fim. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FACHIN, Melina Girardi; PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos das mulheres, família e violência. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk; MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das famílias por juristas brasileiras**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. p. 67-90.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: **Sexualidade, salud y sociedad**. n. 3. 2009.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACIO, Alda. **Cuando el género suena cambios trae**: una metodología para análisis de género del fenómeno legal. San Jose: ILABUD, 1992; FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999. p. 24-56.

FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: **Género y derecho**. Santiago de Chile, 1999.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In: **cadernos pagu** (17/18) 2001/02.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultural e transformações**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber – trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque – 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

_____. Poderes e estratégias. In: **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Trad. Irlei Franco. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

_____. **Microfísica do poder**. (Org. Roberto Machado). 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, Aline de. **Ensaio de Construção do Pensamento Feminista**. Disponível em: <http://www.casadamaite.com/node/7424>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

GIL, Silvia. **Nuevos feminismos: sentidos comunes em la dispersión**. Traficantes de sueños: Madrid, 2011.

GOLDMAN, Emma. The Tragedy of Woman's Emancipation. In: Revista Mother Earth, v. 1, no 1. p. 9-17.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Transexualidade e Direitos Humanos: o reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade**. Curitiba: Juruá, 2014.

GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; MENEZES, Joyceane Bezerra de. Das fronteiras à interlocução entre os direitos da personalidade, os direitos fundamentais e os direitos humanos: elementos para a construção da subjetividade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 12, n. 1, p. 175-203, jan./jun. 2012.

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza. Identidade de gênero sob a ótica europeia de direitos humanos e sua aplicação nas cortes brasileiras. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 663-671.

GORSDORF, Leandro Franklin; HOSHINO, Thiago; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos. De banheiros, armários e cortes: a identidade de gênero na pauta do STF. In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sergio; PIVATO, Luciana Cristina Furquim; XIMENES, Salomão Barros. **Justiça e Direitos Humanos: olhares críticos sobre o Judiciário em 2015**. Curitiba: Terra de Direitos, 2016.

GRANT, Carolina. **Direito, bioética e transexualidade: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans***. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia.

GREEN, Richard. Mythological, historical and crosscultural aspects of transsexualism. In: **Current concepts in transgender identity**. Ed.Denny D.,. New York: Garland Publishing; 1998. p.3-14.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. In: **Revista Estudos Feministas**, VOL6. Rio de Janeiro, 1998, p. 114- 124.

GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre o direito** – Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GUMIERI, Sinara; RONDON, Gabriela. Dizer homofobia: uma controvérsia política e moral. In: DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Orgs.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014. p. 87-120.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Preciado e o pensamento contrassexual (uma prótese de introdução). **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, Rio de Janeiro, v. 9, nº 2.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu**, v. 5, 1995, p. 7-41.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Trad. de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antonio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. Hacia una visión compleja de los derechos humanos. En El vuelo de Anteo. **Derechos humanos y crítica de la razón liberal**. Bilbao: Desclee de Brouwer, S.A., 2000, p. 19-78.

HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo jurídico e direito democrático**. São Paulo: Annablume, 2013.

hooks, bell. O olhar oposicional: espectadoras negras. In: BRANDÃO, Izabel et al (orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Editora da UFSC, EDUFAL, 2017.

IOTTI, Paulo. **O arco-íris coloriu as Américas!**. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/12/o-arco-iris-coloriu-as-americas/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. In: WEST, Robin. **Género y teoría del derecho**. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uníandes, Instituto Pensar, 2000. p. 27-66.

JEANES, E. The doing and undoing of gender: the importance of being a credible female victim. **Gender, Work and Organization**. v. 14, n. 6, 2007. p.552-571.

JESÚS, Bento Manoel de. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil**: seus discursos e suas dinâmicas (Dissertação). 99f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

JESUS, Bento Manoel de. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil**: seus discursos e suas dinâmicas (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. **III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. 15 a 17 de maio de 2013. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Ensaio não destrutivo sobre despatologização. In: CAETANO, Márcio; SEFFNER, Fernando. **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero**: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Editora da FURG, 2015. p. 107-126.

_____. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **ABEH**. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

_____. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

_____. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 07, n. 15, 2016, p. 537-556.

_____. Uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. **Revista Gênero**, Niterói, v.14, n.1, 2.sem.2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário. In: MELLO, Elena Maria Billig; SILVA, Fabiane Ferreira da (Orgs.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. p. 74-92.

KAAS, Hailey. **O que é transfeminismo?** Uma breve introdução. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

KENNEDY, Natacha. Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista Chronos**. Dossiês, 22. Volume II, número 2, 2010. p. 21-61.

KOLLONTAI, Alexandra. Communism and the Family. **Selected Writings of Alexandra Kollontai**, trad. Alix Holt. Allison & Busby, 1977.

KOYAMA, Emi. Manifesto Transfeminista. Disponível em: <https://bookbloocrda.wordpress.com/2014/06/20/novembro-2013/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero – uma introdução aos Estudos Transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción del sexo**: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra, 1994.

LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. **Escrita, corpo e ação: a poética e a política de Adrienne Rich**. (196f). Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo, Annablume, 2011.

LIMA, Francielle Elisabet Nogueira. **Entrelaçando gênero e direito: reflexões e desafios propostos pela leitura feminista acerca do descumprimento dos deveres conjugais**. 2016. Monografia (Especialização em Direito das Famílias e Sucessões) – Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba.

LIMA, Márcia Fidelis. **Texto comentado** – Lei Federal de nº 13.484/2017. Disponível em: <http://www.arpensp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTg1NTg=>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

LISBOA, Leonarda. **O “Império transexual” que nunca existiu**. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-imperio-transexual-que-nunca-existiu/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

LITARDO, Emiliano. Os corpos desse outro lado: a lei argentina da identidade de gênero. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v.8, n. 2, jul/dez 2013, p. 227-255.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. A questão do biodireito sob a ótica da construção dos novos direitos no Brasil. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **A construção dos novos direitos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

LISBOA, Leonarda. **O “Império transexual” que nunca existiu**. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-imperio-transexual-que-nunca-existiu/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

LITARDO, Emiliano. Os corpos desse outro lado: a lei argentina da identidade de gênero. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v.8, n. 2, jul/dez 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013. p. 9-34.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, Paula Sandrine. (Des)fazer corpo, refazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e

sua articulação com a produção latino-americana. **cadernos pagu**, janeiro-junho de 2014. p. 141-158.

_____. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo como se fosse natural. **cadernos pagu**, janeiro-junho de 2005, p. 249-281.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Revista Educação & Realidade**. UFRGS, Porto Alegre, jan/jun 2004.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: HIRATA, Helena et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 35-39.
MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATOS, Marlise. Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global?. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso) , v. 18, p. 67-92, 2010.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: Dell Publishing, 1968.

MEIJER, Irene Costera; PRINS, Baukje. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, 1º semestre 2012. p. 155-167.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. A questão do biodireito sob a ótica da construção dos novos direitos no Brasil. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **A construção dos novos direitos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Editora UFOP, 2015.

_____. Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun 2009, p. 150-182.

MOHANTY, Chandra Talpady. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas**

críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 309-353.

MOORE, Henrietta. **A passion for difference**: Essays in anthropology and gender. Bloomington, Indiana University Press, 1994.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Adriana Piscitelli. **cadernos pagu** (14), 2000. p. 13-44

MORAES, Maria Celina Bodin de. Vulnerabilidades nas relações de família: o problema da desigualdade de gênero. In: MATOS, Ana Carla Harmatiuk; MENEZES, Joyceane Bezerra de (Orgs.). **Direito das Famílias por juristas brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 149-170.

MORAES, Maria Lygia Quantim de. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **cadernos pagu**, (16) 2001.

NICHOLSON, Linda J. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de. **(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no direito das famílias contemporâneo: perspectivas feministas sobre o individual e o relacional em família**. 141f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2015.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. : **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo**: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@I**, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines. Disponível em: <http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2016/05/Pages-from-Iberic@I-no9-printemps-2016-12.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

PEREIRA, Wilza Rocha. **Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 13, n. 3, Set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v13n3/a08v13n03.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2015.

PERRY, Keisha-Khan Y. O olhar oposicional de bell hooks no Brasil: tradução e pensamento feminista negro diaspórico. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da**

cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 510-518.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. A mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil. In: **Direitos humanos: atualização do debate**, 2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_mulher_debate_dh_br.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

_____. Direitos humanos: Desafios da ordem internacional contemporânea. In: SCHILLING, Maria Luiza Bernardi Fiori (Org.). **Cadernos de Direito Constitucional - Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2006.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, Flávia; RUSSO JR., Rômulo. Direitos Humanos, Dignidade Humana e Direitos da Personalidade. In: FILOMENO, José Geraldo Brito e outros (coord.). **O Código Civil e sua interdisciplinaridade**: os reflexos do Código Civil nos demais ramos do direito. Belo Horizonte: Del Rey.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n.2., jul-dez/2013.

PRADO, Marco Aurélio; TENÓRIO, Leonardo. Patologização das identidades trans* e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas. In: GUILHON, Flávio; UZIEL, Anna Paula (orgs.). **Transdiversidades**: práticas e diálogos em trânsitos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Basura y Género**: Mear/ Cagar. Masculino/ Femenino. Eseté 06, Ed. Amasté Comunicación, Bilbao, 2002. p. 40-49.

PRECIADO, Paul B. Decimos revolución. In: **Transfeminismos**: epistemes, fricciones y flujos. Tafalla: Txalaparta, 2013.

_____. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PTQK, Maria. **A irmã outsider Audre Lorde** – Tradução de Priscilla Brito, Iara Paiva e Jussara Oliveira. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/08/a-irma-outsider-audre-lorde/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Vale. In: **Bagoas**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of "Women" in History*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.

RIOS, Roger Raupp. Para um Direito Democrático da Sexualidade. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 26. Porto Alegre, jul./dez. 2006. p. 71-100.

RIOS, Roger Raupp; SOUZA, Luiz Gustavo Oliveira de; SPONCHIADO, Tobias. Notícias de homofobia e proteção jurídica antidiscriminatória. In: DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Orgs.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014. p. 159-190.

ROTHFIELD, Philipa. Bodies and subjects: medical ethics and feminism. In: KOMESAROFF, Paul A. (Ed.). **Troubled bodies**: critical perspectives on postmodernism, medical ethics, and the body. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christine Rufino; Dabat Edileusa Oliveira da Rocha; Sonia Corrêa. Recife: SOS CORPO, 1993.

RÚBIO, David Sanchez. Reflexiones e (im)precisiones em torno a la intervención humanitária y los Derechos Humanos. In: CARVALHO, Salo de; FLORES, Joaquín Herrera; RÚBIO, David Sanchez (Orgs.). **Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a Teoria Crítica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 209-256.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Liberdade(s) e função**: Contribuição crítica para uma nova fundamentação da dimensão funcional do Direito Civil brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

SAADEH, Alexandre. **Transtorno de identidade sexual**: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino (tese). Universidade de São Paulo: 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: GOMES, Márcia; MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília M. Bacellar. (Orgs.). **Um Diálogo com Simone de Beauvoir e Outras Falas**. 1a.ed.Salvador, BA: NEIM/FFCH/UFBA, 2000, v. 1.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, jan-jul/2011. p. 217-243.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em:

https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAner

o-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SERANO, Julia. **Whipping girl**: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. Hachette UK, 2016.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Lições de sexualidade na escola. In: MELLO, Elena Maria Billig; SILVA, Fabiane Ferreira da (Orgs.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. p. 145-157.

SILVA, Hélio; FLORENTINO, Cristina. A sociedade dos travestis: espelho, papéis e interpretações. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: IMS/UERJ, 1996.

SOLÁ, Miriam. Con-texto. In: **Transfeminismos**: epistemes, fricciones y flujos. Tafalla: Txalaparta, 2013.

SOUSA, Tuanny Soeiro. **O nome que eu (não) sou**: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SPADE, Dean. Resisting Medicine, re/modeling gender. Berkeley Women's L. J. 15 (2003). Disponível em:

<https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1190&context=bglj>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006.

SUESS, Amets. Despatologización trans y práctica arteterapéutica. **Arte y Políticas de Identidad**, vol. 4 (junio), 2011.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**: estudo sobre o transexualismo - aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades. São Paulo: Annablume, 2013.

TEPEDINO, Gustavo. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. **Temas de Direito Civil** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

THURLER, Ana Liési. **Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?**. Soc. estado. 2006, vol.21, n.3, p. 681-707.

v., viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

_____. Pela descolonização das identidades trans. **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012**. Disponível em: https://www.academia.edu/2562141/Pela_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_das_identidades_trans. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Constitucionalidade (e dever constitucional) da classificação da homofobia e da transfobia como racismo. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 733-779.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nome e Sexo**: mudanças no registro civil. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; SEGRE, Marco. **Bioética e sexualidade**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.

VITURRO, Paula. **El revés del Derecho**. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-2048-2011-07-15>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, volume 2, 2001, p. 460-482.

WITTIG, Monique. O pensamento straight. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, UFSC, 2017. p. 262-274.

6.2. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

BRASIL. **Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Parecer nº 08/2013 do Conselho Federal de Medicina**. Disponível em: <http://despatologizacao.cfp.org.br/legislacao>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciados aprovados na I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça em 15 de maio de 2014** – São Paulo/SP. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_D_E_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENRIA_15_5_14_r.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha** – 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1459191. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 477/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949119>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 867/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

CAPARICA, Márcio. Revolta de Stonewall recontada em HQ. **Lado BI** – Uol. Disponível em: <http://ladobi.uol.com.br/2013/10/revolta-stonewall-recontada-quadrinhos/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Violencia contra Personas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Trans e Intersex en América**. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/2015/violencia-lgbti/terminologia-lgbti.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva nº 24/17**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Pedido de providências nº 0005184-05.2016.2.00.0000**. Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2016/pedido_de_providencias_cnj_retificacao_de_nome.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

DIÁRIO DA REGIÃO. **Casal teve dificuldade para registrar bebê devido intersexualidade**. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/conteudo/2017/08/cidades/1067007-casal-teve-dificuldade-para-registrar-bebe-devido-intersexualidade.html>. Acesso em: 02 de março de 2018.

IBGE. **Brasil em síntese: trabalho – categoria do emprego e sexo**. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho/categoria-do-emprego-e-sexo.html>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

ISTO É. **Alemanha aprova terceiro registro de terceiro gênero para cidadãos**. Disponível em: <https://istoe.com.br/alemanha-aprova-registro-de-terceiro-genero-para-cidadaos/>. Acesso em: 02 de março de 2018.

JORNAL DA EPTV 2ª EDIÇÃO. São Carlos, SP, tem 15 mudanças de registro de trans após decisão do STF. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/sao-carlos-sp-tem-15-mudancas-de-registro-de-trans-apos-decisao-do-stf.ghtml>. Acesso em: 24 de março de 2018.

MACHADO, Miriam; PIMENTA, Thaís. Kaio é daqui e foi o 1º trans no Brasil a mudar o nome na Certidão de Nascimento. **Campo Grande News**. Disponível

em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/kaio-e-daqui-e-foi-o-primeiro-transgenero-a-mudar-seu-nome-proprio-no-brasil>. Acesso em: 21 de março de 2018.

MARTINS, Rodrigo. **BBB no Congresso**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

MELINO, Heloisa. **STF decidiu pela desjudicialização para alteração do registro de pessoas trans – E agora, como agir?**. Disponível em: <http://masissojaehvandalismo.blogspot.com.br/2018/03/stf-decidiu-pela-desjudicializacao-para.html>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Grupos vulneráveis: assuntos de gênero. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/direitos-humanos-e-temas-sociais/3666-grupos-vulneraveis>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

MODELO DE REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE PRENOME E SEXO. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AURpWzw6Q7DGwlyAUUGgtHkLhVseObec/view>. Acesso em: 27 de março de 2018.

PLANALTO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Tratados Equivalentes a Ementas Constitucionais**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/internacional/tratados-equivalentes-a-emendas-constitucionais-1>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

ROSSI, Amanda. ‘Monstro, prostituta, bichinha’: como a Justiça condenou a 1º cirurgia de mudança de sexo no Brasil e sentenciou médico à prisão. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>. Acesso em: 28 de março de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acompanhamento processual. **ADI 4275**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acompanhamento processual. **RE 670.422**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4192182&numeroProcesso=670422&classeProcesso=RE&numeroTema=761>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acompanhamento processual. **RE 845.779**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Sessão de julgamento da ADI 4275**. Parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRhdrUUaYMg&t=2977s>. Acesso em: 28 de março de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Sessão de julgamento da ADI 4275**. Parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-jMt7fOoYq0&t=109s>. Acesso em: 28 de março de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Sessão de julgamento do RE 670.422**. Parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mSMi7bM_k2Y. Acesso em: 28 de março de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Sessão de julgamento do RE 670.422**. Parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vNklKDyPSVo>. Acesso em: 28 de março de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Sessão de julgamento do RE 845.779**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t2nr57_Ku6c&t=5306s. Acesso em: 28 de março de 2018.

TEIXEIRA, Matheus. **Decisão do STF soluciona questões do público LGBT**. Disponível em: <https://www.jota.info/>. Acesso em: 02 de março de 2018.

TRANSFEMINISMO. **Nome social na carteira de identidade?** Sim, já é lei. Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926.25227.112366548908972/1346651348813813/?type=3&theater>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

TRANSGENDER EUROPE. **Ley 26.743**. Disponível em: https://www.tgeu.org/sites/default/files/ley_26743.pdf. Acesso em: 28 de março de 2018.

TRANSGENDER EUROPE. **TMM Update Trans Day of Remembrance 2017**. Disponível em: <http://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-remembrance-2017/>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.